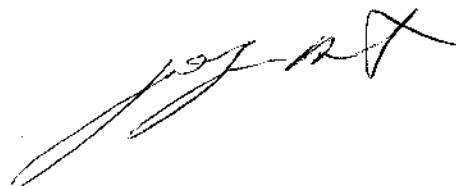


UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia
Mestrado em Antropologia

Orientador: Prof. Carlos Rodrigues Brandão
Co-Orientadora: Profa. Guita Debert

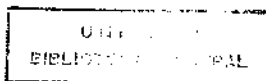


Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em:
25 / 08 / 1992

Ruben Caixeta de Queiroz

ATORES E REATORES NA JURÉIA:
idéias e práticas do ecologismo

Agosto de 1992.



"Tenho algo a descobrir de próprio, algo que ninguém tem a tarefa de descobrir em meu lugar. Se minha existência tem um sentido, se ela não é vã, tenho uma posição no ser que é um convite a colocar uma questão que ninguém pode colocar em meu lugar; a estreiteza de minha condição, de minha informação, de meus encontros e de minhas leituras já esboça a perspectiva finita de minha vocação de verdade. No entanto, por outro lado, procurar a verdade, quero dizer que aspiro a dizer uma palavra válida para todos, que se destaca sobre o fundo de minha situação como um universal. Não quero inventar, dizer o que me agrada, mas aquilo que é" (Paul Ricouer em *Histoire et Vérité*).

"Se o conhecimento científico abre-nos para o imensamente grande e o imensamente pequeno de perspectivas bem mais vertiginosas do que Pascal imaginava, ele nos demonstra nossa insignificância. Quer desapareça a humanidade, quer desapareça a Terra, nada mudará na marcha do cosmos. Donde um último paradoxo: não temos a mínima certeza de que esse conhecimento que nos revela nossa insignificância tenha alguma validade. Sabemos que não somos nada ou que não somos grande coisa e, sabendo-o, nem sequer sabemos se este saber é um saber. Pensar o universo como imensurável pelo pensamento, obriga-nos a pôr em dúvida o próprio pensamento. Não saímos disso" (Lévi-Strauss em *De Perto e de Longe*).

"É óbvio que devemos ter consciência de que, ao transcrever uma observação, seja ela qual for, não conservamos os fatos em sua autenticidade primeira: traduzimo-los em outra língua, e perdemos algo no caminho. Mas que devemos concluir disso? Que não podemos nem traduzir, nem observar?" (Lévi-Strauss em De Perto e de Longe).

Ao Pierre Sanchis,

que deu mais conhecimento à minha vida e mais vida ao meu conhecimento.

SIGLAS

AGAPAM - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural.

APA - Área de Proteção Ambiental.

APPN - Associação Paulista de Proteção à Natureza.

ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico.

CDPC - Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente.

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo.

CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente.

CPRN - Coordenadoria de Proteção de Recursos Naturais.

DPAN - Departamento de Parques e Áreas Naturais (SMA/SP)

EEJI - Estação Ecológica Juréia-Itatins.

FBCN - Fundação Brasileira para Conservação da Natureza.

IAMA - Instituto de Antropologia e Meio Ambiente.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

MAPE - Movimento Arte e Pensamento Ecológico.

ONG - Organização Não-Governamental.

SDLB - Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro.

SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente (federal).

SMA - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo

SUDELPA - Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista.

UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza

UMJI - União dos Moradores da Juréia-Itatins.

ÍNDICE

Introdução	04
------------------	----

A cultura do Ecologismo.

1 - "O homem e o mundo natural" no início da modernidade: o olhar de Keith Thomas.....	15
2 - A cultura moderna: o olhar de Berman.....	20
3 - A cultura ecológica: a negação da modernidade.....	26
4 - A cultura ecológica: a afirmação de uma sociedade utópica.....	30
5 - A ciência e "Blade Runner": novos olhares.....	40
6 - Movimentos e organizações ecológicas nos anos oitenta.....	51
7 - A emergência de uma cultura do ecologismo.....	57

O movimento ecológico

1 - Na cidade de São Paulo e a caminho do litoral.....	62
2 - A década de setenta em São Paulo: desenvolvimentismo e ambientalismo.....	66
A) O caso Trindade.....	67
B) O caso Juréia.....	73
3 - Anos oitenta em São Paulo: a institucionalização do movimento ecológico.....	77
4 - Um movimento em Defesa da Juréia.....	81
5 - As alianças políticas, o pragmatismo e a mídia.....	87

Os moradores da Juréia

1 - A região: um breve histórico.....	98
2 - A diversidade dos moradores.....	101
3 - O caso Despraiado.....	109
4 - O caso Cachoeira do Guilherme.....	117

Amigos da onça e inimigos do homem

1 - O movimento dos moradores da Juréia e suas alianças.....	124
2 - Delimitação e Desapropriação.....	131
3 - O conflito entre IAMA e "Pró-Juréia".....	150
4 - Amigos da Juréia e amigos da onça: o cotidiano dos moradores.....	164
5 - A liberdade e o cativo: a posse da terra como direito e o direito de nela trabalhar e morar.....	184
6 - A proposta de reserva extrativista: a saída do movimento dos moradores.....	194
Considerações finais	201
Anexo 1	207
Anexo 2	216
Bibliografia	221

Mapas

Planta de localização da Juréia	65(b)
Áreas de Concentração Populacional	103(b)
Planta de localização e situação	137(b)

AGRADECIMENTOS

"O sertão é do tamanho do mundo".

Guimarães Rosa.

Vivi minha infância e adolescência no interior de Minas Gerais, entre o cerrado e o sertão de Guimarães Rosa. A vegetação nativa, os animais silvestres, os pássaros, os lugares e as pessoas, os nomes dos lugares e das pessoas que estão nas páginas do Grande Sertão já não estão mais na paisagem do sertão. No seu lugar surgiram grandes lavouras de soja e café.

O interesse pelo tema dessa pesquisa está ligado a percepções, atitudes e relações de amizade que se encontram em um passado distante e, ao mesmo tempo, próximo e significativo para mim. Gostaria de agradecer a todas aquelas pessoas que continuam tão presentes em minha vida.

Aos meus pais e irmãos: pela solidariedade e afetividade que sempre nos uniu.

Ao Túlio e ao César: conversas longas compartilhadas no caminho do cinema, nas aventuras em Ouro Preto, na especulação das catástrofes e sempre **Incapazes do Nirvana**.

À Fernanda: das luzes do Humberto Mauro e Solaris do Tarkovski para tantas aventuras nesse mundo de Fitzcarraldo.

À Júnia, à Nayara, ao Duda, ao Hermílio e novamente à Fernanda: aprendendo a ser amigos e fazer pesquisa no Sertão de Rosa.

Ao Paulinho, ex-diretor da Fafich-UFMG, ao Welber, à Raquel, ao Leornado Fígoli, à Mercês, à Vera Alice, ao Paixão e ao Pierre: meus professores e amigos da Fafich, que sempre me deixarão saudades do tempo de Santo Antônio.

Ao Máximo, à Elaine, à Angelita, ao Lú, à Valéria, ao Fernando, à Clarissa, ao Kiko e à Juliana: encontros e reencontros felizes em Campinas.

Aos professores: Mariza Corrêa, Robin Wright, Vanessa Lea, Tereza Caldeira, Alba Zaluar e Roberto Cardoso de Oliveira: meus mestres em antropologia da UNICAMP.

Ao Carlos Rodrigues Brandão: meu orientador, amigo, pelas palavras tão bonitas vindas da europa para nos aquecer em tempos tão difíceis aqui no Brasil.

À Profa. Guita Debert, que assumiu com dedicação a orientação desse trabalho quando o Prof. Carlos Brandão foi para a Espanha.

À Profa. Alba Zaluar e ao Prof. Daniel Hogan: pelas críticas e sugestões apresentadas no exame de qualificação.

Ao JÁJÁ que soube entender o que eu tinha a dizer.

À Clara, à Ana, ao Tadeu, ao Miguel, à Denise, à Yeda: meus colegas e interlocutores no mestrado.

Ao Fernando, à Joseli, ao Jair e à Fernanda: os quais fizeram com competência a revisão de meu texto (evidentemente, a responsabilidade pelos erros é toda minha).

À Ana Coimbra, à Junia Torres: viagens para a Juréia, brigas e muita compreensão que guardo com carinho.

À Andréa, à Rosely, à Ana Lúcia, ao Fausto Pires e aos funcionários da Secretaria do Meio Ambiente: pessoas que se dispuseram com tanta dedicação a ajudar-me todas as vezes que deles precisei.

Ao Aron, ao Randau Marques, ao Cleyton e aos ecologistas do "Pró-Juréia" e do IAMA: personagens e sujeitos dessa pesquisa.

Ao Sr. Sátiro e aos moradores da Juréia: aqueles que me falaram sobre seus problemas e anseios com sabedoria, compreensão, angústia e indignação.

Aos participantes do projeto HOSANA (Homem, Saber, Natureza) e do NEPAM (Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da UNICAMP): pela oportunidade de compartilhar idéias e preocupações semelhantes.

Aos funcionários do IFCH (Secretaria de Pós-Graduação, Biblioteca e CPD): pelo apoio à minha vida

acadêmica com o qual sempre pude contar. Ao Tadeu que socorreu-me tantas vezes quando aprendia a linguagem da informática. Ao Fernando, pelo empréstimo de seu computador e de seu espaço.

À **CAPES**: pela bolsa de estudos que me permitiu cumprir os créditos do curso de mestrado em antropologia da UNICAMP e realizar esse trabalho. À **FAEP/UNICAMP** e à Fundação **FORD/ANPOCS**: pelo auxílio concedido à realização da pesquisa de campo. À **FAPESP**: pela bolsa para a redação da dissertação.

INTRODUÇÃO.

"É um fato que as culturas agem umas sobre as outras e, portanto, comunicam de alguma maneira, mediocrementemente. Compete à antropologia dar uma forma consciente a essas experiências mais ou menos precárias e responder assim a uma necessidade contemporânea" (Dumont:1985:353).

*

Este trabalho é um estudo sobre o diálogo. O diálogo possível e impossível entre os homens. Entre os homens e a natureza. Este próprio trabalho é uma tentativa de diálogo com a utopia dos homens: a compreensão e o respeito à natureza e a outros homens.

Estudarei os atores sociais, suas idéias e práticas criadas e vividas em torno da Juréia. Juréia é uma região localizada no litoral sul do estado de São Paulo que permaneceu bastante preservada até o início da década de setenta. A partir desta época, confluíram para lá os interesses de especuladores imobiliários, da indústria turística e dos militares; entre outros projetos, pretendia-se construir no local um condomínio para 70 mil pessoas e duas usinas nucleares.

Em oposição a tais projetos, grupos ecologistas das cidades vizinhas à Juréia (Iguape, Peruíbe e Itanhaém) e São Paulo mobilizaram-se para transformar a região numa unidade de conservação ambiental. No ano de 1986 foi criada a Estação Ecológica Juréia-Itatins.

A Associação em Defesa da Juréia, ou simplesmente "Pró-Juréia", surgiu na cidade de São Paulo. Com o respaldo dos técnicos ambientalistas do Estado, dos veículos de comunicação e de diferentes setores da população urbana, este movimento ecológico conseguiu o apoio da opinião pública para que a Juréia fosse conservada. Entretanto, a sua população local - constituída em sua maioria por posseiros, pequenos agricultores e pescadores - sentiu-se prejudicada pelos limites e regras impostos pela legislação ambiental sobre o uso e a exploração dos recursos naturais. Considerando que seu modo de vida e formas de sobrevivência

foram coibidos pelos ambientalistas e que não lhes foram concedidas alternativas, a partir de 1990 os moradores da Juréia organizaram um movimento para reivindicar seus direitos.

Configura-se um palco de disputas entre dois movimentos sociais. De um lado, o movimento ecológico (aliado, na maioria das vezes, com o Estado) em luta para preservar uma área importante do ponto de vista ambiental. De outro lado, um movimento de moradores em luta contra o que consideram uma ameaça à sua liberdade e abuso do poder de Estado e dos ambientalistas. Forma-se, então, um conflito entre os valores, concepções e práticas de dois grupos sobre "a preservação" e o uso "adequado" do meio ambiente; um conflito entre um "novo movimento social" (o ecológico) em luta para transformar um modo de vida (neste caso específico, transformar as relações homem-natureza) e um movimento social (o dos moradores) em luta pela cidadania e contra o que consideram práticas autoritárias; um conflito entre a possibilidade de desenvolvimento alternativo (sustentável) e a possibilidade e desejo de acesso aos recursos oferecidos pela sociedade de bem-estar social.

O tipo de movimento dos moradores da Juréia se aproxima dos vários movimentos sociais urbanos que caracterizam a cena política brasileira a partir de meados da década de setenta e início dos anos oitenta. Sem entrar nas discussões que marcam os trabalhos sobre esse tema, destacamos duas tendências entre os cientistas sociais: 1) os movimentos sociais urbanos, para alguns autores, são as novas formas que a luta de classe assume na atualidade; 2) outros autores vêem nestes movimentos uma luta pela cidadania e integração dos excluídos ao sistema¹.

No primeiro caso, as contradições urbanas são vistas como propulsoras destes movimentos, colocando as classes populares em relação antagônica com o Estado². Essas

1 Este tema foi longamente estudado e debatido nas ciências sociais. Conferir, especialmente, os trabalhos que fazem um balanço sobre estes estudos: Cardoso (1984) e Jacobi (1987).

2 Conferir Jacobi (1987:20).

análises enfatizam o caráter espontâneo da formação dos movimentos (acentuando sua ruptura com as políticas pautadas pelo clientelismo), a sua alternativa de representação política e sua vocação transformadora da sociedade³.

No segundo caso, os autores observam que os movimentos sociais urbanos não vêem o Estado apenas como "um inimigo autoritário ou a mira contra a qual se move a sociedade civil"⁴. Na maioria das vezes, eles procuram dialogar e demandar algum tipo de intervenção do Estado na solução de seus problemas. É o caso dos movimentos de luta pela terra, por creches, por transportes, por água, por habitação, etc. Para Durhan (1984), por exemplo, estas lutas surgem da percepção de carência por parte de diferentes atores que se sentem igualmente excluídos⁵. O que está em jogo é a luta por cidadania e direitos sociais⁶.

O caso do movimento dos moradores da Juréia, como veremos, não pode ser enfocado apenas por uma destas perspectivas. Se, por um lado, a luta é explicitamente pela conquista de direitos (principalmente pelo direito à terra, mas também pelo direito aos transportes, à saúde e educação, ao emprego e salário justo), por outro lado ela é contra o que consideram uma prática e intervenção autoritária por parte dos ambientalistas e do Estado.

Já o movimento ecológico e os outros "novos movimentos sociais" (o anti-nuclear, o pacifista, os minoritários [homossexuais, pessoas deficientes, velhice], os de seitas jovens, o fundamentalismo religioso, os de resistência às reformas modernistas, o movimento feminista e outros), como Habermas (1982) os vê, não se limitam à esfera da luta pela transformação das formas de distribuição de

3 O trabalho de Moisés (1982) é um destes exemplos.

4 Jacobi (1987:27).

5 Durhan (1984:29) diz: "Nos movimentos sociais, de modo geral, a passagem do reconhecimento da carência para a formulação da reivindicação é mediada pela afirmação de um direito. Os habitantes da periferia afirmam seu direito à água, luz, esgoto, assistência médica; as mulheres reiteram seu direito à igualdade; os homossexuais ao seu prazer; também as mães que trabalham têm direito às creches, assim como os índios às suas terras e todos têm direito à proteção contra a violência".

6 Conferir o trabalho de Cardoso (1984).

riqueza, mas fundamentalmente lutam pela transformação da cultura, das relações sociais e pela redefinição da "gramática das formas de vida". Os problemas "tradicionais" da política como o econômico, o social, a segurança do indivíduo e o militarismo cedem lugar às "novas políticas" de qualidade de vida, igualdade, auto-realização individual, participação e direitos humanos⁷.

O movimento ecológico tornou-se o mais expressivo destes movimentos nos últimos anos, adquirindo uma dimensão planetária. Formado em sua maioria por jovens urbanos e pela classe média (a classe trabalhadora é em geral sub-representada⁸), este movimento luta para transformar o modo de vida da sociedade industrial baseado no crescimento econômico e populacional ilimitado e no uso indiscriminado dos recursos naturais⁹.

O conflito e a dificuldade de diálogo, principalmente entre estes dois movimentos sociais (o ecológico e o dos moradores), são o que procuro retratar nesse trabalho. O que dificulta o diálogo entre diversos atores? As diferenças sócio-culturais ou as diferentes estratégias políticas colocadas em ação? Estas são algumas das perguntas que orientarão a minha dissertação.

7 Para Habermas (1982:34), as práticas e idéias destes movimentos são semelhantes àquelas do movimento social-romântico do início da industrialização e diferentes do movimento burguês-liberal e do movimento de trabalhadores. Habermas diferencia os "novos movimentos sociais" de acordo com seu potencial de emancipação e de resistência. No primeiro caso está, por exemplo, o feminismo: mais do que alcançar uma igualdade formal entre homens e mulheres e eliminar o preconceito machista, este movimento quer derrubar um estilo de vida baseado no monopólio masculino. Os movimentos de resistência distinguem-se entre si, por sua vez, entre: 1) aqueles de caráter defensivo da propriedade tradicional (como os protestos de pais contra o aumento de taxas escolares, os protestos contra o aumento de impostos e os protestos contra o avanço tecnológico-industrial e a desestruturação de um modo de vida tradicional); 2) os alternativos que criticam o modo de vida da sociedade moderna e propõem formas de organização baseadas no cooperativismo e nas relações igualitárias.

8 Conferir Journés (1979:231).

9 Existem vários trabalhos de cientistas políticos que discutem a origem e a composição dos grupos ecológicos. Para alguns, as organizações ambientalistas são a expressão dos interesses de uma "nova classe média" que se forma nos quadros das agências estatais e órgãos não-governamentais. Para outros, elas são fruto de uma sociedade pós-materialista edificada após a segunda guerra, onde os homens estão menos preocupados com as questões materiais e mais alertados para a defesa da vida e da sua satisfação espiritual. Uma terceira perspectiva acredita que estes movimentos surgem em decorrência da educação das "novas classes" e sua relativa autonomia estrutural do processo de produção. Conferir os trabalhos de Claus Offe (1985), Inglehart (1977) e Eckersley (1989).

A pesquisa de campo foi realizada entre março de 1990 e maio de 1991. Durante este período foi realizado: 1) levantamento de documentos na sede da Associação em Defesa da Juréia e na SMA (Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo); 2) entrevistas com ecologistas do "Pró-Juréia" e técnicos da SMA; 3) acompanhamento das diversas assembléias e reuniões do movimento dos moradores da Juréia e entre estes e os representantes do movimento ecológico e do Estado.

Durante todo meu trabalho de campo fui convidado a participar e dar opiniões sobre os acontecimentos que ocorriam. Procurei manter-me interessado nos problemas dos sujeitos políticos de minha pesquisa. Quando ouvia as queixas dos moradores, ficava consternado com seus problemas e tendia a achar que eles tinham razão. Porém, quando ouvia os ambientalistas do "Pró-Juréia" e técnicos da SMA ficava convencido da plausibilidade de seus argumentos. Ao concordar e aceitar o ponto de vista de cada um, não estava eu pensando numa estratégia de coleta de dados e informações, mas expressando a minha cumplicidade com as diferentes posturas e visões políticas. Não sei se essa minha posição derivava de uma certa introspecção de um modelo objetivista de ciência, ou se revelava minha dúvida perante qual melhor decisão política tomar frente aos conflitos que assistia.

Na maioria dos casos, minha estratégia foi relatar ao meu informante tudo o que sabia e já tinha ouvido falar sobre os acontecimentos e sobre o que os outros atores pensavam sobre ele. Em quase toda entrevista, o entrevistado começava prudente nas suas colocações sobre seus adversários políticos e, diante da minha concordância com o seu ponto de vista e das informações que lhe dava sobre o que estes adversários haviam dito, passava a me revelar suas opiniões sobre os eventos e acontecimentos dos quais conversávamos. Em alguns casos, a estratégia foi outra: diante da falta de interesse em refletir sobre minhas perguntas e em respondê-las, eu provocava o entrevistado ao formular questões que

iam em direção oposta à sua posição política. Ainda foi importante a minha participação nas reuniões - onde o conflito apareceu de forma manifesta - para a compreensão das representações e da ação política dos distintos atores desta pesquisa.

Nem sempre fui bem sucedido na tarefa de imersão no contexto e na realidade que pretendia compreender. Muitos atores, numa situação tensa, recusaram-se a aceitar minha presença e a satisfazer minha curiosidade de pesquisador. Em síntese, o diálogo e a comunicação que estabeleci com os moradores da Juréia e ecologistas foram descontínuos e bastante variados de acordo com cada situação ou acontecimento e de acordo com cada informante. Apesar disso, posso dizer que o conhecimento e a compreensão do ecologismo, de suas práticas e idéias foram um encontro entre dois horizontes: o do pesquisador e o do pesquisado¹⁰.

O conflito entre a visão de mundo "carregada" pelo sujeito da pesquisa e a do "nativo", a visão crítica frente a determinados acontecimentos e a postura neutra frente a outros, a participação em alguns eventos e a omissão em outros, são algumas estratégias, situações e vazios enfrentados na realização da pesquisa de campo. Agora, quando apresento o resultado deste "encontro etnográfico" ao leitor, a relação com o meu objeto de estudo está distanciada. Posso (e devo), então, produzir uma interpretação que seja ao mesmo tempo crítica sobre os dados coletados e que revele o ponto de vista do nativo¹¹.

Dumont (1985:196), inspirado em Marcel Mauss, diz que as categorias científicas em antropologia só se originam de uma "contradição entre nossas categorias e as categorias dos outros, de um conflito entre a teoria e os dados". Numa etnografia é mais importante apresentar e revelar as noções e os conceitos dos "nativos" do que os da antropologia, pois

10 James Clifford tem discutido em seus trabalhos as relações que o antropólogo estabelece com o seu objeto de estudo, sobre seus métodos, estratégias de pesquisa de campo e coleta de dados. Conferir, por exemplo, o artigo de Clifford (1983) sobre as pesquisas de Marcel Griaule.

11 Geertz (1988) descreve estes dois momentos do processo de aprendizado e descrição do conhecimento do antropólogo: a fase de pesquisa (o "be there") e a fase de análise (o "be here").

é através deles que os informantes expressam sua visão de mundo e a transmite ao pesquisador (que por sua vez transmite ao leitor). Um passo seguinte é a interpretação (e a crítica que o antropólogo deve fazer sobre os dados de sua pesquisa e compará-los com outros dados e fontes de conhecimento¹².

O pensamento ecologista tem construído o seu sistema de significados através de vários conceitos e/ou noções: "desenvolvimento auto-sustentado", "ecodesenvolvimento", "manejo auto-sustentado" ou "sustentável", "diversidade biológica", "diversidade cultural", "biossociabilidade", "mutação biopsicossocial", "holismo", entre outras. Como constatei em minha pesquisa, estas noções ainda são ambíguas e/ou contraditórias e permanecem confusas para os próprios atores-ecologistas. Apesar disso, elas aparecem com frequência em seus discursos e fazem parte de seu sistema cognitivo. Como tais, e sem submetê-las a um maior rigor conceitual - tarefa que foge dos objetivos dessa dissertação - estas expressões aparecem no meu texto.

É evidente que os discursos nativos estão cortados pela intervenção do autor. Entretanto, procurei deixar bastante claro o lugar onde aparece esta intervenção e esforcei-me para produzir uma dissertação onde os diferentes pontos de vista dos diversos atores estivessem presentes. Procurei deixar bastante visível o lugar onde aparece a minha "fala" (e intervenção) e a dos ecologistas e moradores

12

A construção do texto antropológico tem sido objeto de discussões e críticas por parte da chamada antropologia pós-moderna norte-americana: a racionalidade, a objetividade, a subjetividade, a perspectiva dialógica, as vozes múltiplas, a polissemia, a (autor)idade são alguns dos temas deste debate - conferir os trabalhos de Caldeira (1988), Clifford e Marcus (1986) e Marcus e Fischer (1986). Se muitas das questões apresentadas como novidades pela "antropologia pós-moderna" já estão presentes na chamada "antropologia realista", a presença delas obriga o antropólogo de hoje, pelo menos, a estar mais atento para o processo de construção do texto etnográfico. Sobre um ponto dessas discussões, Marcus (1990:18) diz: "uma modificação da etnografia modernista [ou pós-modernista, como Caldeira (1988) a define] é tornar este exercício [de construção do texto] num diálogo no qual a exegese se baseia na etnografia e estrutura de análise, como surgindo duas vozes, pelo menos, que contribuem para o diálogo. Neste processo básico de tradução [...] a finalidade não é tanto mudar os conceitos indígenas [...], mas alterar os conceitos do próprio antropólogo". Entretanto, como eu vejo, a etnografia não deveria ficar presa no discurso do nativo e perder uma de suas maiores contribuições que é a possibilidade de estabelecer comparações e cruzamentos entre as diferentes ordens de significados, entre as diferentes culturas.

da Juréia. Neste sentido, os discursos deles estão agrupados e concentrados em partes específicas do texto.

O movimento ecológico e o movimento ambientalista são considerados por mim como expressões de uma mesma ordem de significados¹³. Dessa forma, utilizo indistintamente os conceitos ambientalismo e ecologismo (e os sujeitos "ecologista" e "ambientalista") para designar a manifestação de um pensamento contemporâneo presente nos mais diversos setores da sociedade. Compartilho da afirmação de Zhouri (1992:25) de que o ecologismo não deve ser entendido levando-se em conta apenas sua inscrição no universo do movimento social, como a maioria dos estudos do gênero o fazem¹⁴. Entretanto, diferente de seu estudo com base na análise do discurso, procuro entender o ecologismo como um fato social.

Neste sentido, o primeiro capítulo desta dissertação é um experimento em fazer uma interpretação do ecologismo como um fenômeno cultural. Aí procuro traçar o mapa por onde percorrem as idéias, concepções e valores do ecologismo. Não pretendo de forma alguma que este mapa seja completo, mas apenas que as linhas aí traçadas possam oferecer um quadro mínimo de referências para a compreensão das práticas e ações dos atores e dos acontecimentos que iremos tratar nos próximos capítulos. Não é também nossa intenção definir ou elaborar tipos ideais de movimentos ecológicos. Exatamente por considerar que existe uma diversidade muito grande destes movimentos é que acho mais produtivo tentar compreendê-los referenciando a casos concretos. Por outro lado, creio que não devemos partir do pressuposto de que a

13 Em sua dissertação de mestrado sobre a participação dos ecologistas paulistas nas eleições para o Congresso Constituinte de 1986, Zhouri (1992:22) sugere tal enfoque. Em referência implícita aos trabalhos de Viola (1987) e de Antuniassi (1989), a autora diz: "procuro entender as diferenças entre movimento ecologista e movimento ambientalista como expressões de um mesmo universo cultural. Dialogo assim, com os analistas do movimento ecológico que a partir de um enfoque da ciência política procuram os aspectos formais do movimento e, numa perspectiva histórica linear separam ambientalismo e ecologismo como dois movimentos distintos ou como etapas diferenciadas de um mesmo movimento".

14 De acordo com Zhouri (1992:41), tais estudos em geral enfatizam o aspecto organizacional destes movimentos e suas relações com a política partidária e as agências estatais, dando pouca dimensão ao aspecto cultural.

ação política obedece apenas a estratégias conjunturais e sem referências a um esquema simbólico. Ecologistas e não-ecologistas vão buscar no que aqui chamo de "cultura ecológica" os códigos e valores em termos dos quais redefinem seu mundo, expressam sentimentos e reivindicações, justificam práticas e atitudes. É isso que procuro mostrar nesse trabalho e é este o eixo que organizou a seleção e apresentação dos dados levantados na pesquisa¹⁵.

O que entendo por "cultura moderna" e "cultura ecológica"? Entendo cultura como Geertz (1978:81) a definiu: "um sistema ordenado de significados e símbolos [...] nos termos dos quais os indivíduos definem seu mundo, expressam seus sentimentos e fazem seus julgamentos". Concordo ainda com Sahlins (1979) quando ele diz que a cultura não é uma resposta às pressões materiais; ao contrário, o poder simbólico se faz presente tanto nas relações entre os homens - os aspectos sociais - quanto nas atividades produtivas. Berman (1988:129), ao analisar a modernidade, diz que algumas pessoas viram o "modernismo" como uma simples manifestação do espírito (as artes e os intelectuais autônomos) e outros viram a "modernização" como um complexo de estruturas e processos materiais (políticos, econômicos e sociais) e que este dualismo dificulta a "apreensão de um dos fatos mais marcantes da vida moderna: a fusão de suas forças materiais e espirituais, a interdependência entre o indivíduo e o ambiente moderno". Seguindo a sugestão (em não separar a ordem simbólica da ordem material) proposta por Berman e Sahlins é que falo de uma "cultura moderna" e a comparo com a "cultura ecológica".

Tomarei alguns textos como documentos que considero expressivos do pensamento ecologista e que servem de base para minha interpretação da cultura ecológica. Os principais são: Viola (1991 e 1987), Capra (1986 e 1984) e Tiezzi (1988). Os dados atuais sobre este tema foram extraídos de alguns dos principais jornais e revistas do país, publicados

15

Há mais dados levantados do que apresentados e, evidentemente, mais pesquisa a realizar sobre os "esquemas culturais" da população da Juréia. Entretanto, concentrei-me neste estudo a apresentar aqueles que se referem à apropriação e ao uso das ordens de significados da "cultura ecológica".

entre os anos de 1988 e 1991: Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal da Tarde, Revista Veja e Isto é Senhor. O texto clássico de Keith Thomas (1988) nos foi bastante útil para vermos como os sentimentos e valores do homem em relação à natureza foram expressos em outras épocas e como a polêmica atual entre respeitar e dominar o mundo natural se faz presente desde o início da modernidade. Três outros textos ainda foram importantes referenciais para as análises, críticas e interpretações que propusemos sobre a cultura moderna e a cultura ecológica: "Tudo que é Sólido Desmancha no Ar" de Marshal Berman (1988), "O individualismo" de Louis Dumont (1985) e "Cultura e Razão Prática" de Sahlins (1979).

No capítulo 2, faço uma comparação entre os projetos desenvolvimentistas dos anos setenta e os ambientalistas dos anos oitenta no litoral da região sudeste do país. Tomo como exemplo do desenvolvimentismo o caso Trindade relatado pela tese de antropologia de Lhotte (1982): a ação de um grupo de ambientalistas contra a ocupação de uma vila de pescadores e a expulsão de seus moradores por uma multinacional. Como exemplo do ambientalismo, apresento os dados de minha pesquisa de campo e mostro como formou-se na cidade de São Paulo um forte movimento ecológico (o "Pró-Juréia") que mobilizou a grande imprensa e a opinião pública em favor da conservação da Juréia. Descrevo também os principais pontos do ideário e do discurso deste movimento: suas alianças com o Estado, o papel da mídia, a profissionalização do movimento e sua ação pragmática.

No terceiro capítulo apresento uma rápida descrição geográfica e física da Juréia e seu processo de ocupação. Descrevo as comunidades que aí se localizam e como foi possível, apesar de suas diferenças, a organização dos moradores e a constituição de um movimento político.

No quarto capítulo descrevo os conflitos e as alianças entre moradores da Juréia, ecologistas e representantes do Estado. Neste campo de disputas e alianças, os atores sociais revelam suas representações

sobre a relação homem-natureza, discutem a possibilidade da convivência entre desenvolvimento e preservação do meio ambiente e apontam as dificuldades e saídas para o dilema da crise ambiental e dos problemas sociais (principalmente aqueles ligados à questão agrária) da população brasileira.

Nas considerações finais, procuro responder a questão levantada nessa introdução: Quais as dificuldades de diálogo entre diferentes grupos sociais que têm diferentes "visões de mundo", diferentes condições materiais e diferentes estratégias políticas?

Por fim, complemento os dados de pesquisa em dois anexos. Ao longo da dissertação aparecem várias referências às diferentes categorias de preservação ambiental definidas pela legislação federal. Evitando sobrecarregar o texto com pausas e/ou rodapés explicativos - optei por descrever estas categorias no primeiro anexo. No segundo, apresento uma breve biografia dos entrevistados. Estes anexos são, portanto, importantes fontes de informações que evitei colocá-las nos capítulos que se seguem com o intuito de não interferir na fluidez do texto.

Uma última consideração: os nomes dos entrevistados são fictícios. A única exceção é a do Sr. Sátiro. Este informante me cativou tanto pela seu modo de ser, pela sua relação com as pessoas e com o mundo natural, pela sua amizade, ternura e tantas qualidades que, sinceramente, não fui capaz de inventar um nome para substituir o dele.

Capítulo I.

A cultura do Ecologismo.

"Nesse clima, então, intelectuais radicais encontram obstáculos radicais: suas idéias e movimentos correm o risco de desmanchar no mesmo ar moderno em que se decompõe a ordem burguesa que eles tentam sobrepujar" (Berman:1988:115).

*

1 - "O homem e o mundo natural" no início da modernidade: o olhar de Keith Thomas.

O próprio homem que em alguns momentos esforçou-se enormemente para dominar e submeter a natureza à sua vontade, desejou em outros momentos e circunstâncias a ela retornar e com ela reconciliar-se. Em certas sociedades e em dados períodos da história a natureza foi glorificada e sacralizada, em outras sociedades e em outras épocas ela foi "desumanizada" e profanada. Às vezes o homem sentiu-se na obrigação moral de protegê-la e divinizá-la, às vezes ele foi conduzido a explorá-la e dominá-la¹.

Foi por observar esta relação tão intrincada entre homem e natureza que o filósofo e historiador inglês Keith Thomas disse que "é impossível desemaranhar o que as pessoas pensavam no passado sobre as plantas e os animais daquilo que elas pensavam sobre si mesmas"².

¹ Geertz (1978) em "O Crescimento da Cultura e a Evolução da Mente" e Lévi-Strauss (1986) em "Estruturalismo e Ecologia" discutem conceitualmente as interligações entre natureza e cultura. Trabalhos monográficos como o de Descola (1988) sobre o povo Achuar e o de Reichel-Dolmatoff (1976) sobre os Desana, têm nos mostrado que estes povos indígenas guardam uma profunda relação com o mundo natural e acreditam traçar suas próprias convenções de acordo com os princípios da vida e do mundo. Dumont (1985:250) diz que a sociedade moderna, ao contrário, desliga-se da natureza para instaurar uma ordem humana autônoma.

² Thomas (1988:19).

O ecologismo é recente enquanto ideologia - no sentido de um conjunto articulado de idéias e valores -, embora as preocupações do homem ocidental com a preservação da natureza sejam antigas. Muitas das idéias, práticas e concepções que hoje poderiam ser atribuídas a radicais militantes do movimento ecológico, podem ser encontradas em outras épocas.

Em seu livro *O Homem e o Mundo Natural*, Keith Thomas mostra, através da história das idéias, como os homens ingleses que viveram nos três séculos que inauguraram a modernidade - do século XVI até o início do século XX - relacionavam-se com a natureza. Com base em textos produzidos por teólogos, poetas, filósofos, Thomas nos revela que estas pessoas ainda classificavam os elementos da natureza a partir de valores da cultura em que viviam, assim como justificavam suas crenças a partir dos comportamentos observados nos seres da natureza³.

Thomas coloca - sem ser este o seu propósito explícito - temas e discussões que mais tarde dariam sustentação aos argumentos e discursos de ecologistas e não-ecologistas. Mesmo antes da industrialização ter provocado enormes danos ao meio ambiente, o homem já sentia e convivía com o dilema entre preservar e destruir a natureza. Embebido no caldo da cultura judaico-cristã e da fase de acumulação capitalista, o homem comum da sociedade inglesa agia sem muito pensar na crença de que o mundo fora criado para ele e que todas as "outras espécies deviam se subordinar aos seus

3

Keith Thomas (1988:73) disse que "os estudos de muitos antropólogos sugerem que é uma tendência constante do pensamento humano projetar, no mundo da natureza (e particularmente no reino animal), categorias e valores derivados da sociedade humana para, depois, trazê-los de volta à ordem humana, que criticarão ou defenderão, justificando determinado arranjo social ou político com base em que de algum modo seria mais 'natural' que os outros possíveis. A diversidade das espécies animais foi usada, inúmeras vezes, para dar apoio conceitual à diferenciação social entre os seres humanos; e devem ter existido poucas sociedades nas quais a 'natureza' nunca tenha sido solicitada a conferir legitimidade ou justificação. [...] Com efeito, não somente a hierarquia das espécies naturais era invocada para justificar as desigualdades sociais no seio da espécie humana. Mesmo no interior de cada espécie natural acreditava-se que havia divisões sociais e políticas estreitamente semelhantes às presentes no mundo dos homens".

desejos e necessidades"⁴. Mas os teólogos e intelectuais que justificavam esse domínio sobre todas as criaturas da terra apelavam para a bíblia e os filósofos clássicos:

Aristóteles disse que "a natureza não fez nada em vão e tudo teve um propósito. As plantas foram criadas para o bem dos animais e esses para o bem dos homens. Os animais domésticos existiam para labutar, os selvagens para serem caçados".

"Descartes conduziu a insistência européia no abismo entre o homem e os animais até a sua conclusão lógica. Um Deus transcendente, externo à Sua criação, simbolizava a separação entre espírito e natureza. O homem estava para o animal como o céu estava para a terra, a alma para o corpo, a cultura para a natureza".

"Locke contrastava os habitantes 'civis e racionais' das cidades com os moradores 'irracionais e ignorantes' dos 'bosques e florestas'".

"Bacon ponderava que se procurarmos as causas finais, o homem pode ser visto como o centro do mundo, de tal forma que se o homem fosse retirado do mundo todo o resto pareceria extraviado, sem objetivo ou propósito"⁵.

E a bíblia (Gênesis, I, 28 e 30) recomendava aos homens: "Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra"⁶.

O cristianismo e o racionalismo cartesiano forneceram os valores para que se construísse uma sociedade exageradamente antropocêntrica⁷. Alguns ecologistas de hoje

⁴ Thomas (1988:21).

⁵ As citações acima foram feitas a partir de Thomas (1988:21,42,23,233).

⁶ Embora a interpretação da bíblia que justifica o domínio do homem sobre a natureza tenha sido a mais recorrente, encontramos outras interpretações que conduzem a atitudes preservacionistas. Alguns teólogos cristãos - São Francisco é um deles - diziam que Deus havia colocado os homens e os animais na terra e ordenado aos primeiros que se encarregassem de manter a ordem das coisas como Ele a havia dado.

⁷ Os viajantes causaram espanto aos ocidentais ao relatar que as religiões orientais - Jainas, budistas, hindus - respeitavam a vida dos animais e até mesmo a dos insetos. Conferir Thomas (1988:26).

condenam radicalmente estas duas tradições e afirmam os valores das filosofias orientais, do culto aos espíritos da natureza e do modo de vida dos indígenas⁸.

Esta atitude dominadora do homem em relação a natureza talvez tenha sido a mais comum na sociedade ocidental. Porém, "nem todas pessoas achavam que o mundo fora feito exclusivamente para o homem, que a natureza tinha que ser aterrorizada e submetida, que as espécies inferiores não gozavam de nenhum direito ou, ainda, que as diferenças entre homem e animal eram intransponíveis"⁹. Alguns homens sentiam-se culpados, desconfortados e envergonhados por serem o "dominador" dos outros seres. Em muitos casos, procuraram atenuar a distância que os separava da natureza e criticaram os que praticavam atos considerados cruéis contra os animais e mesmo os vegetais. Questionaram o antropocentrismo, a arrogância do homem, relativizaram a sua superioridade e o convocaram a um diálogo com a natureza. Algumas pessoas diziam que "os homens não eram moralmente melhores que os animais, sendo talvez piores; e havia quem dizia que os animais eram intelectualmente quase iguais aos homens"¹⁰:

Thomas Tryon escreveu em 1683, "que os leões e tigres não eram mais selvagens e cruéis, os gansos e asnos nem a metade tão estúpidos, as raposas e burros menos patifes e ridículos, os lobos não mais vorazes, nem as cabras mais lascivas que a profusão desses animais circunspectos e barbados que exibem com orgulho o título vazio de almas racionais".

"David Hume concedia aos animais o poder de 'raciocínio experimental', acrescentando que, se eles não eram guiados pela razão em suas ações ordinárias, então nem as crianças o são; nem tampouco o

8 Thomas (1988:29) chama atenção para o fato de que alguns críticos a esta visão "orientalizante" mostram que "os problemas ecológicos não são exclusivos do Ocidente, pois a erosão do solo, o desmatamento e a extinção de espécies tiveram lugar em partes do mundo onde a tradição judaico-cristã não teve qualquer influência. Os maias, os chineses e os povos do Oriente Próximo foram capazes de destruir seu meio ambiente sem a ajuda do cristianismo".

9 Thomas (1988:60).

10 Ver em Thomas (1988:146).

conjunto da espécie humana em suas ações e conclusões usuais. [...] No final do século XVIII, a visão mais comum era que os animais podiam efetivamente pensar e raciocinar, embora de uma forma inferior".

No século XVII, Sir Matthew Hale exortava à compaixão para com as criaturas selvagens: "tendo em vista as admiráveis capacidades de vida e sensação ... nas aves e bichos ... Todos os homens no mundo não serão capazes de conferir tal vida a nenhum deles, nem de restituir a vida e a sensação que lhes foram tiradas".

Rousseau, entre outros pensadores setecentistas, acreditava "que a civilização corrompera o homem natural. Muitos naturalistas seguiam Buffon na crença de que a domesticação, longe de aprimorar os animais, simplesmente os degradara"¹¹.

Embora muitos ecologistas critiquem os fundamentos da ciência ocidental, especialmente o positivismo, Keith Thomas nos mostra que, em boa parte, ela foi a responsável pelo questionamento do antropocentrismo. Os naturalistas do século XVII e XVIII diziam que as plantas e os animais deveriam ser estudados independentemente da utilidade que tinham para o homem. Os astrônomos mostraram que a terra não era o centro do mundo e que havia uma infinidade de mundos possíveis habitados por espécies desconhecidas. Quando soube-se que o planeta onde viviam os humanos era uma ínfima parte do cosmos, tornou-se ridículo o homem pensar que ele e a terra eram o centro do universo. No final do século XVII, os botânicos e zoólogos revelaram que "milhares de seres animados, protozoários e bactérias viviam em completa indiferença às preocupações humanas". Não havia motivos para acreditar que todos estes seres existiam para o uso do homem. No século XIX, os geólogos finalmente mostraram que a terra fora formada há milhões de anos e que "espécies inteiras de

animais e plantas tinham nascido, vivido e desaparecido, muito antes de surgir a humanidade"¹².

Alguns questionamentos destes homens, que não chegaram a viver o auge do modernismo, parecem bastante semelhantes ao que hoje conhecemos como discurso do movimento ecologista. Eles questionaram o antropocentrismo, a crueldade praticada contra os animais, as experiências "científicas" que submetiam os animais a maus-tratos e a ciência voltada unicamente para a dominação dos seres da natureza. Havia aqueles que, como hoje, insistiam que a preservação da natureza era uma necessidade para a sobrevivência da espécie humana. Porém, havia aqueles que, como hoje também, achavam que a natureza deveria ser respeitada não só por ela ser útil ao homem, mas por um valor em si, por motivos estéticos e paisagísticos. Mas estes admiradores e amantes da natureza ainda eram minoria nesta época (séc. XVI a XIX) e conviviam com a maioria que desejava obstinadamente o "progresso", a "evolução, o "desenvolvimento", a riqueza material. Tornar-se-iam uma minoria ainda mais evidente quando o sonho modernista parecia tornar-se realidade na entrada do século XX.

2 - A cultura moderna: o olhar de Berman.

Foi a partir do que Berman (1988:16) classificou como terceira fase do modernismo (o século XX) que o homem dominou a natureza em termos quase absolutos. Material e espiritualmente, os homens da sociedade ocidental passaram a viver com toda intensidade o consumismo, o desejo de riqueza e crescimento. A ideologia desenvolvimentista chegou aos lugares mais distantes da terra. A velocidade impulsionou e foi impulsionada pelo progresso. Esta pulsão colocou os homens em movimento e os fez perder as referências e

vínculos com as tradições, com as relações fixas e imobilizadas.

O homem moderno, como diz Berman (1988:15,328), "viu o mundo e a si próprio em perpétua desintegração e renovação [...] Ser um modernista é sentir-se de alguma forma em casa em meio ao redemoinho, fazer seu o ritmo dele, movimentar-se entre suas correntes em busca de novas formas de realidade, beleza, liberdade, justiça, permitidas pelo seu fluxo ardoroso e arriscado. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, 'tudo que é sólido desmancha no ar'. O conjunto destas experiências partilhadas pelos homens é que Berman chama de modernidade.

No modernismo as pessoas deixaram o seu lugar no mundo e lançaram-se na busca de riquezas, desenvolvimento, prazer, liberdade de pensar e amar. Para satisfazer estes desejos, sonhos e necessidades foi preciso não só criar, mas também destruir¹³. Sem dúvida, em nenhuma época a criação do novo foi tão intensa ao ponto de produzirmos elementos jamais encontrados na natureza¹⁴. Foram feitas represas, edificações, jardins, grandes fábricas, televisão,

13 "o dinamismo inato da economia moderna e da cultura que nasce dessa economia aniquila tudo aquilo que cria - ambientes físicos, instituições sociais, idéias metafísicas, visões artísticas, valores morais - a fim de criar mais, de continuar infinitamente criando o mundo de outra forma" Berman (1988:273).

14 Ver sobre isso em Arendt (1987:281).

ferrovias, telefone, espaçonaves; aproveitou-se e canalizou-se energias da natureza, desenvolveu-se diferentes estruturas moleculares e combinações genéticas; as irrigações transformaram as terras improdutivas e o homem ocupou lugares onde jamais imaginava viver. A capacidade de destruição também aumentou enormemente ao ponto da própria vida na terra ficar ameaçada.

Neste processo, as pessoas que estiverem no caminho do crescimento e do desenvolvimento devem ser afastadas e/ou condenadas ao esquecimento como seres obsoletos. Quem opõe-se às barragens hidrelétricas, às vias expressas, aos túneis, experiências nucleares e aos grandes projetos do estado, opõe-se ao progresso e teme a aventura, a transformação e o crescimento¹⁵.

Na brilhante interpretação de Berman sobre o Fausto de Goethe, vemos a disposição do herói Goethiano em produzir e alcançar o desenvolvimento a qualquer custo e independente daqueles que estão à sua frente. Fausto chega a sentir-se culpado e incomodado pelo destino daquelas pessoas que serão obrigadas ao sacrifício. Mas, enfim, o futuro será triunfante para todos, quando o homem tiver dominado e conquistado a natureza e imposto sobre ela a sua ordem. Afinal, é preciso "criar um ambiente homogêneo, um espaço totalmente modernizado no qual as marcas e a aparência do velho mundo tenham desaparecido sem deixar vestígio"¹⁶.

A modernidade estaria tomada pelo conflito, pela criação, pelas formas fugazes de expressão da arte e do pensamento. O mundo estaria dessacralizado e as pessoas viveriam a presentificação, tateando as experiências cotidianas, andando pelas ruas, solitárias e no meio da multidão, espelhando-se nos objetos e mercadorias que as vitrines mos-

¹⁵ Ver em Berman (1988:279,297).

¹⁶ Berman (1988:68). "Fausto não será capaz de criar nada a não ser que se prepare para deixar que tudo siga o seu próprio rumo, para aceitar o fato de que tudo quanto foi criado até agora - e, certamente, tudo quanto ele venha a criar no futuro - deve ser destruído, a fim de consolidar o caminho para mais criação. Essa é a dialética que o homem moderno deve apreender para viver e seguir caminhando [...]" Berman (1988:48-49).

tram, confortadas pela realização do prazer de consumir, iluminadas pelas luzes da cidade. Seria o mundo das coisas produzidas pelos homens substituindo objetos e desejos instituídos pela natureza.

Muitas pessoas, entretanto, não realizaram os seus sonhos, permanecendo às margens da sociedade de consumo e do que ela prometia e, mesmo entre aqueles que admiravam o modernismo, havia os que tiveram os seus momentos de desencanto. Uma contradição e ambiguidade que marcaram as pessoas que viveram em diferentes épocas e vivem até hoje:

1 - "O que há de mais cruel ainda é que, todos os progressos da espécie humana distanciando-a incessantemente de seu estado primitivo, quanto mais acumulamos novos conhecimentos, tanto mais afastamos os meios de adquirir o mais importante de todos: é que, num certo sentido, à força de estudar o homem, tornamo-nos incapazes de conhecê-lo".

2 - "De um lado, tiveram acesso à vida forças industriais e científicas que nenhuma época anterior, na história da humanidade, chegara a suspeitar. De outro lado, estamos diante de sintomas de decadência que ultrapassam em muito os horrores dos últimos tempos do Império Romano. Em nossos dias, tudo parece estar impregnado do seu contrário. O maquinário, dotado do maravilhoso poder de amenizar e aperfeiçoar o trabalho humano, só faz, como se observa, sacrificá-lo e sobrecarregá-lo. As mais avançadas fontes de saúde, graças a uma misteriosa distorção, tornaram-se fontes de penúria. As conquistas da arte parecem ter sido conseguidas com a perda do caráter. Na mesma instância em que a humanidade domina a natureza, o homem parece escravizar-se a outros homens ou à sua própria infâmia. Até a pura luz da ciência parece incapaz de brilhar senão no escuro pano de fundo da ignorância. Todas as nossas invenções e progressos parecem dotar de vida intelectual às forças materiais, estupidificando a vida humana ao nível da força material".

3 - "Ninguém sabe ainda a quem caberá no futuro viver nessa prisão, ou se, no fim desse tremendo desenvolvimento, não surgirão profetas inteiramente novos, ou um vigoroso renascimento de velhos pensamentos e idéias, ou ainda se nenhuma dessas duas - a eventualidade de uma petrificação mecanizada caracterizada por esta convulsiva espécie de autojustificação. Nesse caso, os 'últimos homens' desse desen-

volvimento cultural poderiam ser designados como 'especialistas sem espírito, sensualistas sem coração, nulidades que imaginam ter atingido um nível de civilização nunca antes alcançado".

4 - "Não imagine o leitor que o caráter aparentemente vaporoso e precário das imagens na modernidade pode trazer alguma leveza grácil aos destinos das fantasmagorias da técnica. Ao contrário, todos nós sabemos a barra de viver sem chão, o peso de cada minuto nesses tristes trópicos, a desolação que é ver a cidade virada pelo avesso; todos nós sentimos, num dia qualquer, a vertigem do vazio, num cenário em que já não cabem mais maravilhas mecânicas".

O autor da primeira citação acima (séc. XVIII) foi Rousseau (1983:227). O primeiro homem moderno que, segundo Berman, embora visse o distanciamento do homem em relação à natureza como uma perda, acreditava que a modernidade deveria avançar na conquista da igualdade e da democracia participativa. A segunda citação (séc. XIX) é de Marx, aquele que mais viveu a esperança de que o conflito e a contradição de sua época fossem os propulsores de uma sociedade socialista, onde haveria liberdade, igualdade e o pleno desenvolvimento das capacidades individuais¹⁷. A terceira frase (início do séc. XX) foi escrita por Weber (1967:131), o mais cético e niilista de todos estes pensadores em relação ao conforto material e espiritual proporcionado pela sociedade moderna. Para ele, a racionalidade das corporações burocráticas e da vida social levariam ao desencantamento do mundo. A última citação pertence a um nosso contemporâneo: Foot Hardman (1988:14) analisando a construção de uma ferrovia (Madeira-Mamoré) em plena selva amazônica, mostra que a invenção tecnológica carrega consigo as condições existenciais do mundo moderno.

A vida transitória, a angústia, o caos, as forças anárquicas e explosivas e os conflitos - ideológicos e de classe, emocionais, afetivos ... - da época em que faziam Marx e Baudelaire acreditarem no espírito criativo e os for-

çavam a combater estas contradições na esperança de resgatar disso a beleza poética e revolucionária, cedem lugar, no século XX, ao tédio, à monotonia, às administrações burocráticas, à frieza dos planejadores e ao controle e intervenção por intermédio do Estado. A modernidade prossegue o seu ato destrutivo e criativo, mas agora sem toda a beleza e utopia dos poetas e revolucionários do século XIX.

A grande crise da modernidade e do seu estilo de vida passou a ser vivida a partir do anos setenta do nosso século. Os recursos abundantes da natureza, aparentemente ilimitados, que forneciam energia e davam vigor ao crescimento e expansão da sociedade industrial, começam a dar sinais de rápido esgotamento. As sociedades modernas e seus homens que pensavam poder criar e recriar incessantemente o mundo, precisam adaptar-se a essa nova ordem, aprender a utilizar os recursos naturais cada vez mais escassos e abandonar o sonho de crescimento ilimitado. Desta nova ordem é que surge uma "nova cultura", questionadora implacável do modernismo e de seu modo de vida: o **ecologismo**.

Defensores e amantes do estilo de vida moderno, como Berman, irão contestar as previsões pessimistas dos ecologistas quanto ao futuro da humanidade e argumentarão que a criatividade inerente ao homem moderno deverá produzir novas formas de conhecimento e tecnologia capazes de enfrentar a crise ambiental que se aprofunda nos anos oitenta. O grande desafio para esse homem, afirmaria Berman, é aprender com rapidez e criatividade como utilizar das limitadas fontes de energias para proteger os seus recursos escassos. Este é o grande debate que toma conta do mundo atual. Há aqueles que não acreditam mais numa saída baseada no modo de vida moderno e apenas uma mudança radical na forma de produção e consumo, nos valores, nas práticas, na ciência e na vida espiritual poderá evitar uma catástrofe e a destruição da vida na terra. Há outros que acham que a modernidade poderia ser resgatada e aprofundada, e mesmo assim construir-se uma sociedade ecológica: ao criarmos o hábito da reciclagem,

transformando valores, formas de vida, coisas e objetos em novos usos, significados e potencialidades, estaríamos realizando o sonho Benjaminiano e transformando a cultura do lixo na cultura ecológica.

3 - A cultura ecológica: a negação da modernidade.

A partir da década de cinquenta começam a surgir em nossa sociedade expressões significativas de sentimentos contrários ao modo de vida da modernidade. Boa parte da população dos países desenvolvidos acredita viver numa sociedade pós-industrial - fundamentada no setor prestador de serviços e na informação - muito rica materialmente e muito pobre espiritualmente. Começam a aparecer sentimentos e movimentos em favor do que o cientista político Inglehart chamou de uma "sociedade pós-materialista"¹⁸. Diversos grupos e movimentos sociais, muitos herdeiros da tradição de 68, irão opor-se ao Estado centralizador, ao sistema formal de representação política, ao consumismo, às grandes empresas e corporações, ao armamentismo e às guerras, às discriminações aos grupos minoritários e, enfim, aos problemas decorrentes da degradação do meio ambiente. O que estas pessoas e movimentos reivindicam não é a pura realização de suas necessidades materiais, mas a transformação de um modo de vida e a criação de uma nova ética e "filosofia social". O que o movimento ecológico quer (assim como o movimento de negros, ou o movimento feminista, ou os homossexuais) é uma profunda transformação da sociedade em suas bases econômicas, políticas e culturais¹⁹. Um novo "locus" para a ação política é definido: as instâncias da micropolítica, onde o poder está tecido pelas teias da vida cotidiana. A atividade política deve incidir diretamente sobre as estruturas microscópicas desse poder. A transformação do

¹⁸ Ver em Inglehart (1977).

¹⁹ Ver em Ruth Cardoso (1984:216-227) e Evers (1983 e 1984).

público passa pelo privado. "É preciso pensar globalmente e agir localmente", é o lema que sintetiza o sentido da ação ecologista.

Em 1972, o Clube de Roma - um grupo formado em 1968 por empresários e intelectuais de várias nacionalidades - publica o famoso e polêmico relatório que iria assustar e mobilizar os mais diversos setores da sociedade ocidental. Este relatório alertava para o fato de que se a população mundial continuasse crescendo e mantendo o mesmo nível de consumo que vinha ocorrendo, o mundo entraria numa crise ambiental ameaçadora da sobrevivência humana²⁰. No mesmo ano acontece em Estocolmo a primeira conferência mundial das Nações Unidas sobre o meio ambiente. A partir destes eventos surgiriam várias propostas visando reverter a situação alarmante que fora apresentada.

Os ecologistas apresentam gráficos, dados estatísticos e "objetivos", demonstrando: a voracidade do lucro, o gigantismo industrial, a centralização do poder estatal, o complexo industrial militar, a superpopulação, a diminuição das terras cultiváveis em decorrência da desertificação, o empobrecimento dos solos, o uso de agrotóxicos, o desemprego e as suas consequências, a inflação crescente, o consumismo, a alimentação desequilibrada, a ansiedade e a tensão, os acidentes de trânsito, os vários tipos de doenças produzidas e causadas pela sociedade moderna (as contaminações hospitalares, as bactérias produzidas em laboratório, a esquizofrenia e a depressão), a emissão na atmosfera de gases poluidores e substâncias cancerígenas, a destruição da camada de ozônio, a concentração de dióxido de carbono na atmosfera, o efeito estufa, o esgotamento energético, as usinas e resíduos nucleares, a contaminação dos rios, a di-

20

O relatório do Clube de Roma apontava cinco tendências do crescimento acelerado que afetariam toda a humanidade: a industrialização crescente; o aumento populacional; a grande amplitude da subnutrição; o esgotamento dos recursos naturais; a degradação do meio ambiente. Ver em Meadows et alii (1973:12).

minuição da diversidade biológica, a destruição das florestas, etc.

Como podemos ver, o quadro da sociedade industrial traçado pelos ecologistas não é nada animador²¹. Os argumentos que demonstram estes dados podem ter um cunho basicamente materialista. Neste caso, são apresentadas soluções técnicas, planejadas, visando uma intervenção imediata, eficaz e controlada. O sociólogo Viola diz que este tipo de ação é típico de um ambientalismo centralizador e/ou autoritário²². Porém, como já dissemos e como apontaremos mais à frente, o ecologismo não está preocupado somente com a dimensão material da crise ambiental. Os mesmos dados apresentados acima podem partir de ou chegar a argumentos extremamente políticos ou filosóficos.

O físico Capra - um dos maiores divulgadores do pensamento ecologista - é um destes que apresenta argumentos sofisticadamente idealistas²³. Para este autor, a visão de mundo fragmentada difundida pelo paradigma cartesiano foi o que sustentou o iluminismo e a revolução industrial; este paradigma, que concebe o universo como um sistema mecânico

21

O sociólogo Viola (1991:48-50) diz que as saídas para a crise ambiental são de ordem ecológica ou catastrófica. As saídas ecológicas podem ter cunho autoritário (os países que atualmente mantêm o poder econômico e político mundial imporiam aos demais controles globais e manter-se-ia uma dissociação entre desordem ecológica e problemas de injustiça social e de explosão demográfica), ou centralizador (uma tecnocracia "ecológica" realizaria controles globais) ou ainda uma opção de auto-eco-organização global (projeto utópico onde ocorreria uma mutação biopsicossocial [o autor não explica o que seria esta mutação], mantendo-se a diversidade ecossistêmica e cultural e a substituição de estados-nações por uma federação mundial de bio-regiões autogeridas). A saída catastrófica provocaria uma desordem planetária e a provável dizimação da espécie humana. Nos cenários traçados por Viola, não existe a possibilidade de que o homem encontre saídas para os limites impostos pela crise ambiental e ocorra novas etapas de crescimento através, por exemplo, de tecnologias avançadas (energia solar, explorações espaciais, manipulações genéticas, etc.).

22

Conferir a nota anterior e o texto de Viola (1991).

23

Ver especialmente os livros de Capra (1986 e 1984). Uma tendência do ambientalismo autodenominada "ecologia profunda" rejeita radicalmente não só a visão de mundo modernista, mas também aquela tendência no ambientalismo que chamam de "ecologismo superficial" - a que vê a solução da crise ambiental somente através de soluções de caráter técnico e material. Para a "ecologia profunda", as transformações não devem ser somente de ordem política ou técnica, mas fundamentalmente de ordem filosófica e mesmo religiosa. Os princípios deste pensamento estão expressos na revista *The Ecologist* V 18, N 4/5. Ver especialmente os artigos de Goldsmith (1988), Foley (1988) e Naess (1988).

composto de unidades materiais elementares, divulgou a idéia de que a sociedade é uma luta competitiva pela existência e a crença no progresso material ilimitado. A crise ambiental de que falamos acima teria sido, para Capra (1986:187), uma decorrência desta visão de mundo cartesiana: "com a revolução científica e o iluminismo, o racionalismo crítico, o empirismo e o individualismo passaram a ser os valores dominantes, em conjunto com uma orientação secular e materialista, o que levou à produção de bens supérfluos e de artigos de luxo e à mentalidade manipuladora da era industrial"²⁴.

Outra crítica dura que Capra faz à sociedade ocidental, como vários outros ecologistas, é a dominação do homem sobre a mulher. O machismo e o racionalismo seriam a base pela qual o homem moderno submeteu a natureza e a mulher ao seu poder. Para Capra, o pensamento racional é linear, concentrado, analítico e sua função é discriminar, medir e classificar. O pensamento intuitivo é sintetizador, holístico e não-linear. O pensamento ecológico é mais feminista e oriental e o pensamento racional é mais machista e ocidental²⁵. A sociedade de Capra é holista, feminista e ecológica: uma sociedade emergente da crise ambiental e dos movi-

24 Capra (1986:210) vai mais além em seu argumento "idealista" contra a ciência e a sociedade "materialista": "O crescimento tecnológico é considerado tanto a solução final para os nossos problemas como o fator determinante de nosso estilo de vida, de nossas organizações sociais e de nosso sistema de valores. Tal 'determinismo tecnológico' parece ser uma consequência do elevado status da ciência em nossa vida pública - em comparação com a filosofia, a arte ou a religião - e do fato de os cientistas terem geralmente fracassado no trato com valores humanos de um modo significativo. Isso levou a maioria das pessoas a acreditar que a tecnologia determina a natureza de nosso sistema de valores e de nossas relações sociais, em vez de reconhecer que é justamente o inverso; que nossos valores e relações sociais determinam a natureza de nossa tecnologia".

25 Ver em Capra (1986:35-36).

mentos filosóficos, espirituais e políticos da década de sessenta e setenta²⁶.

4 - A cultura ecológica: a afirmação de uma sociedade utópica.

Veremos agora alguns dos princípios - muitos considerados pelos próprios ambientalistas como utópicos - da sociedade ecológica.

Um deles é a transformação na base material e tecnológica da sociedade industrial e no seu estilo de vida consumista. A industrialização acelerada levou à utilização em larga escala de energia e ao rápido esgotamento dos recursos naturais. Seria preciso não só transformar os hábitos de consumo e produção de alimentos, mas desenvolver e propagar formas alternativas de energia (por exemplo, a energia solar, a eólica, a biomassa), a utilização do controle biológico de pragas, a reciclagem do lixo, o aproveitamento e manejo auto-sustentável dos recursos naturais, o consumo de produtos vegetais, a prática da agricultura orgânica, entre outros. Ao mesmo tempo, o trabalho não seria canalizado para as atividades produtivas, mas voltado para o desenvolvimento intelectual e para as atividades prestadoras de serviços, principalmente o lazer. Os homens não cobiçariam acumular capital e bens materiais e valorizariam o lado "espiritual". Em síntese, as necessidades materiais seriam facilmente satisfeitas, o homem empregaria menos energia e tempo

26

O filósofo Roberto Romano (1989) irá criticar duramente esta visão exageradamente anti-moderna e contra o progresso material e filosófico do pensamento ecologista. No seu artigo escrito para a "Folha de São Paulo" e denominado "Ecologia vira marketing na fala de neo-românticos" ele diz: "[...] aparece o indivíduo tomado pela 'Mensagem', preso ao seu ídolo ou sua doutrina. Esta última, para sua eficácia, resume-se às teses mais simples: um Todo originário, íntegro, 'a' natureza, foi atingida pelo Mal (técnica, indústria, egoísmo humano, ciência) insidioso. [...] é vertiginoso o efeito persuasivo [...] de sons como 'buraco negro', 'anti-matéria', 'relatividade', etc, misturados, por formidável efeito de 'bricolage', à 'esfera crítica'. 'vida que invade o cosmos', e quejandos, seguindo mitos como os da Nova Era". O autor afirma a sua posição mais abaixo: "Se o irracionalismo é grave nos países ricos, ele desgraça os pobres. Nos lugares onde a saúde e a educação públicas são boicotadas pelo governo, como no Brasil, é crime implodir, ingênua ou maliciosamente, as ciências e as técnicas. Aqui, a religião 'ecológica' é conivente com a ordem estabelecida".

de trabalho no setor produtivo e lhe sobraria mais tempo para as atividades culturais e lúdicas.

Outro ponto defendido pelos ambientalistas é a descentralização administrativa e produtiva do Estado e das empresas. Isto evitaria não só o planejamento e o controle burocrático, nos quais os indivíduos não têm acesso às informações e não participam diretamente das decisões, mas também o alto consumo de energia. As pequenas unidades produtivas evitariam os transportes e comunicação em longa distância e possibilitariam que as pessoas vivessem em pequenas comunidades e mesmo em áreas rurais. Em decorrência disto, a autonomia e a autogestão seriam os princípios organizativos desta sociedade. No lugar das grandes empresas, das corporações, do complexo industrial e do vasto sistema de transporte, teríamos indivíduos vivendo tranquilamente em pequenas comunidades, decidindo o que produzir, avaliando os custos sociais e ambientais de suas práticas, distribuindo o seu tempo no trabalho e no lazer e, enfim, vivendo e produzindo uma cultura em harmonia com a natureza.

Em decorrência do que apontava o Clube de Roma - a impossibilidade do crescimento ilimitado -, viu-se a necessidade de criar formas de conter ou limitar o crescimento econômico. Uma das propostas que surgiram foi a denominada "crescimento zero". Entretanto, tal proposta foi bastante criticada pelo fato de que ela congelaria as desigualdades sociais e econômicas entre os povos do mundo. Estes críticos afirmavam que os países ditos desenvolvidos, aqueles que detêm o maior padrão de consumo, deveriam controlar mais suas atividades produtivas, diminuindo o consumo e a utilização de recursos energéticos.

Este é o grande debate e a grande questão política da atualidade: quem vai abrir mão do nível de consumo e padrão de vida adquirido? Os países ricos estariam dispostos a esse "sacrifício"? Haveria recursos energéticos e materiais suficientes para atender toda a população mundial se todos atingissem o padrão de vida do primeiro mundo?

Entre as saídas possíveis ao dilema colocado pela crise ambiental, a proposta mais respaldada entre os ambientalistas é aquela que foi formulada pelo economista Daly: o "estado estacionário". Daly afirma a necessidade de abandonar a idéia de crescimento econômico, principalmente nos países desenvolvidos, em favor de uma "economia do estado-estável": os fluxos de produção e consumo devem ser minimizados e não maximizados, deve-se valorizar a reserva de riqueza e a distribuição e não a produção e os fluxos de renda e consumo²⁷. Daly está preocupado em buscar alternativas ao desenvolvimentismo e, ao mesmo tempo, em não congelar o status quo dos países pobres²⁸. Os críticos à economia de "estado estacionário" afirmam que esta proposta coloca limites às potencialidades de desenvolvimento e crescimento do ser humano. Os defensores, acreditam e argumentam ser possível a conciliação do desenvolvimento com a preservação do meio ambiente²⁹.

Os teóricos do ambientalismo formularam o conceito ou noção de **desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento** a fim de se contrapor à noção tradicional de desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável deveria ser capaz de "fazer um uso bom e ecologicamente seguro dos recursos específicos de um determinado ecossistema, a fim de satisfazer as necessidades básicas da população local. O ecodesenvolvimento insiste na variedade de situações ecológicas e culturais e, portanto, na diversidade de

27 Ver em Daly (1984) e Ferreira (1990:24).

28 Segundo Viola (1991), alguns planejadores e burocratas vêem a solução da crise ambiental através de medidas apenas de cunho técnico e sem pensar na questão da distribuição de renda ou no "sistema de dominação mundial".

29 Um dos teóricos do ecologismo, Tiezzi (1988:173,178), diz que: "colocar limites ao crescimento significa garantir a sobrevivência humana e negar a sociedade consumista [...]. Colocar limites ao crescimento da população, das armas, dos desperdícios energéticos, da poluição, da taxa de radioatividade, e assim por diante, não significa negar o desenvolvimento em termos de uma sociedade moderna e tecnologicamente avançada [...] em termos de qualidade de vida [...] em termos de difusão da cultura e da distribuição não só da riqueza, mas dos conhecimentos [...]. Estado Estacionário significa apenas simbiose entre o homem e a natureza e desenvolvimento de um sistema baseado nos fluxos naturais renováveis de energia e de recursos da natureza, sem acelerar o crescimento e a destruição dos recursos não-renováveis e do ambiente".

soluções propostas e na importância da participação dos cidadãos na identificação de necessidades e recursos, na pesquisa de técnicas adequadas, no projeto e na implementação de planos de desenvolvimento e de alterações estruturais quando necessários. Não se trata de um simples conjunto de ecotécnicas, embora a redefinição de opções tecnológicas, deva representar um papel importante"³⁰. A idéia de desenvolvimento sustentável, portanto, procura compatibilizar a satisfação das necessidades básicas de um grande número de pessoas com a preservação ambiental.

Talvez uma das idéias mais importantes do ecologismo seja a de que o homem não pode pensar em crescimento e desenvolvimento (utilizando o máximo dos recursos disponíveis na natureza) sem levar em conta as **futuras gerações**; a humanidade necessita viver em harmonia com a natureza e solidária com as gerações futuras; nossos filhos e netos precisam herdar um mundo saudável, desfrutar das belezas naturais, respirar um ar puro, ocupar terras onde possam produzir alimentos e ter a companhia dos animais.

Todos os homens, em qualquer parte do mundo, deveriam estar preocupados com o futuro da humanidade: é o que dizem os ecologistas não só por uma questão ética ou humanitária, mas porque um desastre ecológico em grandes proporções ameaçaria toda a espécie humana e não apenas um indivíduo ou indivíduos especiais de um determinado grupo social ou étnico ou classe social ou nacionalidade³¹. O movimento ecológico e o pacifista não estão preocupados com a cena restrita dos interesses de indivíduos ou grupos vinculados a posições no sistema produtivo (interesse de classe) ou com base em características biológicas (movimento feminista) ou culturais (movimentos de minorias étnicas), mas, como diz Clauss Offe (1984:39), "em interesses gerais,

³⁰ Esta definição foi formulada por Sachs (1978:396). Numa proposta semelhante a de Sachs, o antropólogo Stavenhagen (1985) cunhou o termo *etnodesenvolvimento* para designar as alternativas de desenvolvimento para as situações interétnicas em relação ao pensamento desenvolvimentista.

³¹ Tiezzi (1988:55) disse que "da consciência de classe devemos passar à consciência de espécie".

muitas vezes descritos como "interesses da espécie" ou da "vida" (em visível contraste com a cena estritamente limitada do conflito manifesto), como o da vida agradável para todos os cidadãos, em todas partes (não somente neste lugar, mas em nenhum outro devem ser construídas usinas nucleares)". Os ambientalistas acreditam que, devido a este caráter universalista do movimento, seja possível a união de todos: empresários, políticos, trabalhadores, sindicalistas, cientistas. Segundo Viola (1987), o movimento ambientalista ultrapassaria o que concebemos como um movimento social (um grupo de pessoas que se unem em situações especiais para reivindicar direitos sociais, cidadania, liberdade de expressão e comportamento) e se situaria como um "movimento histórico" transformador de um "modo de vida" que atinge a todos³².

A chuva ácida produzida nos EUA cai sobre o Canadá. A emissão em alta escala de gás carbônico pelos automóveis e fábricas dos países industrializados produz o efeito estufa que provoca modificações climáticas e afeta a todos do planeta. Por estes exemplos, verifica-se que a ação local é insuficiente, necessitando de ações integradas entre diversos países. Daí o **internacionalismo** do movimento ecológico³³, o qual os nacionalistas tanto temem. Pelo que diz o sociólogo Viola (1991:38), os ecologistas têm, de fato, uma proposta de criação de uma "nova ordem internacional que, entre outras coisas, implica a interrupção dos fluxos de

32 Como diz Antuniassi (1989:68) e como veremos em nosso estudo de caso na Juréia, o movimento ecológico não é totalmente transclassista como afirma Viola. Se a crise ambiental atinge a todos, ela atinge as pessoas de forma diferenciada: de acordo com sua visão de mundo e condições materiais de vida, cada pessoa ou cada grupo sofre e reage a esta crise de uma forma específica.

33 Na verdade, o internacionalismo não é uma ideologia originária do movimento ecológico. O movimento terceiro mundista e a "unidade dos trabalhadores de todo mundo" do movimento socialista são alguns exemplos da presença desta ideologia em outras situações. Aliás, foi o modernismo quem trouxe à luz uma cultura mundial. Marx diz no Manifesto Comunista: "Em lugar das velhas carências, satisfeitas pela produção interna, enfrentamos agora novas carências que exigem, para sua satisfação, produtos de terras e climas distantes. Em lugar da velha auto-suficiência local [digo eu: que hoje os ecologistas vêem como objetivo] e nacional, deparamos, em todas as direções, com a interdependência universal. Tanto na produção material como na espiritual (geistige). As criações espirituais de nações individualizadas se tornam propriedade comum". Citado por Berman (1988:120).

riqueza do Sul para o Norte e de poluição e 'depleção' de recursos do Norte para o Sul. Por tudo isso, o enfoque ecologista supõe um processo de drástica redistribuição do poder em escala mundial [...]. O autor reconhece que sua proposta enfrenta a soberania dos estados nacionais e a estrutura de poder vigente, mas acredita ser impossível uma nova ordem internacional sem restrições a estas soberanias. Uma nova forma de "contrato social" seria formada, não mais com base nas necessidades de controlar impulsos e interesses de indivíduos egoístas, mas de evitar que todos, querendo crescer material e infinitamente, acabem por provocar a própria destruição da vida na terra. Organismos internacionais como as Nações Unidas seriam criados com o fim de enfrentar os problemas transnacionais e multidisciplinares colocados pela "desordem global da biosfera".

Do que colocamos acima, pode-se observar uma contradição entre a visão planetária necessária numa sociedade ecológica e a sua organização baseada na autonomia e na autogestão. Viola (1991) acredita ser possível criar formas de controle globais, onde haveria coerções ao padrão de consumo e modo de vida considerados prejudiciais ao meio ambiente, ao mesmo tempo em que se formaria a longo prazo uma "consciência ecológica planetária" e se fundamentaria a sociedade "auto-eco-organizada"³⁴. Como podemos ver pelo que disse Viola, e se eu o interpreto bem, a realização da utopia ecologista pressupõe a **unidade do pensamento humano** (uma solidariedade de "espécie"), cabendo diferenças apenas entre padrões biológicos, ecossistêmicos e culturais. Como todos os indivíduos de todos os lugares do mundo e todas as culturas teriam uma "consciência ecológica", teóricos ecologistas como Viola acreditam na compatibilização de uma sociedade que seja ao mesmo tempo holista e autogestionária.

Uma outra contradição importante a ser ressaltada é

34 . Esta é apenas uma das tendências possíveis ao desfecho da crise ambiental. Como já dissemos, Viola vê outras possibilidades, entre elas a catástrofe e as soluções tecnocráticas e centralizadoras. Conferir sobre isso na nota 21 deste capítulo.

entre holismo e individualismo. Os ambientalistas criticam a "natureza" antiecológica da ideologia individualista da sociedade moderna. De fato, como já falamos, o indivíduo na "cultura modernista" é concebido como solto no mundo e livre em seus pensamentos e criatividade. O mundo está para ser criado, destruído, recriado, imaginado, dominado e ocupado pelos homens. A natureza só faz sentido quando transformada e/ou submetida à criação, interpretação e reinterpretação. O indivíduo de uma sociedade ecológica, ao contrário, deve se integrar à natureza e a ela respeitar. O homem só pode construir e desenvolver-se quando não causar danos ao meio ambiente³⁵.

Como demonstrei, a obra de Capra - um representante do ecologismo e de seu ideário - está em oposição frontal ao racionalismo e ao individualismo da sociedade ocidental e faz louvor ao pensamento holista de outras sociedades. Este é um ideário caro ao ecologismo, pois ao negar o racionalismo, não estaria negando o individualismo da sociedade moderna? É possível pensar no individualismo sem pensar na razão que possibilita ao indivíduo fazer escolhas e opções e, portanto, que possibilita a liberdade e a igualdade?

O antropólogo Luis Dumont, que realizou um estudo comparativo entre a sociedade indiana e a ocidental, relata que o cientista social não foi capaz de compreender a sociedade holista e hierárquica indiana porque olhava para

Veremos nos próximos capítulos que os discursos e conflitos entre ambientalistas e moradores da Juréia gira em boa parte em torno da polêmica sobre as possibilidades de desenvolvimento individual ou coletivo numa "cultura ecológica". Os ambientalistas argumentam que a sociedade baseada no crescimento ilimitado produzirá brevemente o esgotamento dos recursos naturais, impedindo o desenvolvimento e a criatividade dos indivíduos. Ao contrário, a sociedade ecológica oferece a longo prazo a possibilidade segura de autodesenvolvimento. Além disso, as alternativas tecnológicas que os homens devem tomar em tal sociedade, impulsionariam a criatividade. Os moradores da Juréia argumentam que não imaginam este desenvolvimento futuro e que no presente eles têm certeza de que sua liberdade e possibilidade de crescimento estão profundamente limitadas pela "cultura ecológica".

ela com os valores da sociedade individualista ocidental³⁶. Dumont aponta os riscos destas distorções no pensamento e na prática quando o homem tenta transpor valores da sua sociedade para uma outra ou quando deseja transformar a sua sociedade negando valores fundamentais que a constituem. Neste sentido, Dumont (1985:27-29,151) vê como um sinal de mentira e opressão quando se quer negar o individualismo (como valor) e retornar ao holismo: "o totalitarismo é uma doença da sociedade moderna que resulta da tentativa, numa sociedade onde o individualismo está profundamente enraizado, e predominante, de o subordinar ao primado da sociedade como totalidade"³⁷. Se concordarmos com Dumont, poderemos dizer que uma ideologia holista e negadora do individualismo, na qual todos os indivíduos ("biologicamente pertencentes à espécie humana") devem se comportar de acordo com o que se convencionou como "compatível e adequado à preservação do meio ambiente", corre o risco de propiciar o surgimento de posições de tendência totalitária como o fascismo, o risco dos mecanismos decisórios concentrarem-se nas mãos de técnicos, cientistas especializados e planejadores encarregados de formular e aplicar programas "ecologicamente sustentáveis"³⁸. Uma sociedade mais democrática pressupõe, para Dumont, liberdade e igualdade; pressupõe o indivíduo

36 Conferir Dumont (1979).

37 Dumont (1985:172) ainda diz no seu estudo sobre o hitlerismo que Hitler projetou nos judeus aquilo que ele sentia em si mesmo: "a luta [...] era para Hitler entre os judeus, de um lado, e ele, só ele, do outro. Quis erguer sistematicamente sua vontade contra a suposta vontade deles. Via nos judeus os agentes da destruição, individualistas portadores de tudo o que ele odiava na modernidade, o dinheiro anônimo e usurário, o igualitarismo democrático, a revolução marxista e bolchevista. Mas vimos que o próprio Hitler estava contaminado por esse veneno que prometia combater. O individualismo da luta de todos contra todos minava em seu espírito aquilo em que desejava poder crer e em que os alemães deviam crer: 'a comunidade do povo'. Portanto, é verossímil que, a favor da simetria que os opunha, Hitler tenha projetado nos judeus o individualismo que o dilacerava".

38 Esta é uma preocupação presente entre os pensadores da denominada "ecologia política". Viola nos mostra o seu receio de que o ecologismo caia em uma visão extremamente tecnocrática e autoritária. Como eu penso, esta possibilidade não é um "desvio" do pensamento ecológico, mas decorrência de uma ideologia avessa ao individualismo.

agindo racionalmente e fazendo escolhas entre diferentes opções que lhe são apresentadas³⁹.

No meu modo de ver, Dumont vai resgatar uma idéia que Herder colocou em 1774 e que os ambientalistas de hoje enfrentam de forma escorregadia: a diversidade cultural, o direito das culturas ou dos povos. Dumont (1985:126-127) diz que esta visão implica numa profunda transformação da concepção de homem: "em vez de um indivíduo abstrato, representante da espécie humana, portador de razão mas desprovido de suas particularidades, de suas idiossincrasias, o homem de Herder é aquilo que é, em todos os seus modos de ser, de pensar e de agir, em virtude de pertencer a uma comunidade cultural determinada". Esta idéia não é negadora do individualismo; ao contrário, as culturas são postuladas como tendo direitos iguais porque são consideradas como "outros tantos indivíduos, iguais apesar de suas diferenças: as culturas são indivíduos coletivos". Então, no universalismo de Herder torna-se possível a solidariedade humana e as relações entre os povos não por supressão das diferenças individuais, mas exatamente pela afirmação do direito que cada cultura e cada pessoa tem de exprimir esse sentimento universal à sua maneira.

A noção de diversidade cultural geralmente aparece no discurso ecologista não como uma valoração da liberdade e das expressões de individualidade, mas como uma dimensão importante para a manutenção da **diversidade biológica**. Existe um certo consenso quanto à necessidade de garantir a diversidade da flora e da fauna, seja para garantir o equilíbrio do ecossistema, seja para garantir que no futuro o homem possa conhecer aquelas espécies ainda desconhecidas e utilizá-las em seu proveito. Esta diversidade pode ser mantida através de bancos de germoplasmas e/ou através do manejo adequado e conservação das espécies em seu

Para Dumont, isto não quer dizer que a sociedade indiana (por ser baseada em valores hierárquicos) seja valorativamente pior do que a ocidental. Entretanto, concretamente ela não é democrática, pois aí não há a expressão da vontade e desejos dos homens enquanto indivíduos.

ecossistema. Neste segundo caso, salienta-se a importância que as chamadas populações "tradicionais" ocupam no conhecimento, manejo e utilização da flora e fauna. A manutenção da diversidade cultural é vista, então, como uma forma de garantir a diversidade biológica, conhecer, classificar e verificar os usos das espécies até então desconhecidas pela "ciência tradicional"⁴⁰.

Como observamos, existe uma profunda crença entre os ecologistas na possibilidade de integração, equilíbrio, adequação, unidade, interligação, harmonia, compreensão (palavras frequentemente pronunciadas e escritas por eles) entre os homens e a natureza, entre a natureza e a cultura, entre as diferentes culturas e grupos sociais e entre os indivíduos. Acredita-se que numa cultura ecológica seja possível o respeito, o diálogo e o consenso entre estas diferentes dimensões e atores. Veremos nos próximos capítulos, quando apresentarmos os dados de nossa pesquisa, que é exatamente por pressupor este tipo de consenso que os ecologistas terão dificuldades em aceitar e lidar muitas vezes com as diferentes opiniões e o **conflito**; embora os próprios movimentos ecológicos sejam pautados pelas diferenças internas, pela multiplicidade e transitoriedade em suas ações, ou seja, pela individualidade e modernidade que tanto negam.

Este conjunto de princípios e valores que procuramos apresentar, sem querer esgotá-los, como formadores de uma "cultura ecológica" podem ser encontrados em diferentes manifestações do pensamento de indivíduos e grupos que vivem (negando ou afirmando) esta cultura: nas artes, na filosofia, nas ciências, nas religiões, nas atividades produtivas,

Há uma teoria entre os biólogos - da qual se apropriam os ecologistas - que aponta para o fato de que existe uma maior variedade de fauna e flora em áreas onde existem ou existiam populações tradicionais, sugerindo que esta diversidade teria se formado devido ao manejo dos recursos por esta população. Ver em Posey (1984). Numa visão oposta, acredita-se que a diversidade cultural surgiu em decorrência da adaptação do homem aos diferentes ecossistemas. Em ambas as visões, a diversidade cultural deveria ser mantida e incentivada pelo fato de que ela guarda uma profunda interligação com a diversidade biológica.

na política, etc. Como ilustração, vamos dar dois exemplos de como se expressa este pensamento. Para esse propósito, escolhi uma experiência do cinema e outra da ciência.

5 - A ciência e "Blade Runner": novos olhares.

a) Um novo paradigma em emergência na comunidade científica.

Parte da comunidade acadêmica está procurando construir um novo paradigma para as ciências. Segundo Viola (1987:10), são intelectuais de diferentes linhas teóricas (marxismo, liberalismo, teoria dos sistemas) e distintas áreas do saber que estão tomados pela tentativa de produzir um conhecimento que seja interdisciplinar. Este novo paradigma, chamado por Viola de **ecologia política**, parte do pressuposto de que a complexidade física, biológica, social e política que envolve a crise ambiental dos nossos dias só pode ser compreendida em uma perspectiva holística. Neste sentido, deve-se ter uma visão sistêmica e totalizadora da realidade e a teoria de sistemas surge como um instrumento extremamente útil a tal compreensão⁴¹. Esta teoria em sua perspectiva sócio-ambiental enfoca os processos - e não os fluxos como na teoria de sistemas clássica - entre os grupos humanos e a sua base bio-física⁴².

A física moderna e a teoria de sistemas são frequentemente vistas como um passo à formação deste novo campo de saber e como importantes instrumentos na construção de novos valores. Para o físico Capra (1986:86), a "nova fí-

⁴¹ Esta perspectiva também está voltada para construir e legitimar "um sistema de valores sócio-políticos pós-materialista". Ver Viola (1987). Este "novo paradigma" faz uma profunda crítica à objetividade, à racionalidade e fragmentação do saber presentes nas "ciências tradicionais" e afirma que a intuição e a subjetividade são fundamentais no processo de conhecimento. Morin (1984) é um dos principais divulgadores deste "novo paradigma".

⁴² Ver em Ferreira (1990:3).

sica" oferece uma visão de mundo que é orgânica e holista, em contraste com a concepção mecanicista cartesiana e newtoniana:

"As duas teorias básicas da física moderna transcendiram, pois, os principais aspectos da visão de mundo cartesiana e da física newtoniana. A teoria quântica mostrou que as partículas subatômicas não são grãos isolados de matéria, mas modelos de probabilidade, interconexões numa inseparável teia cósmica que inclui o observador humano e sua consciência. A teoria da relatividade fez com que a teia cósmica adquirisse vida, por assim dizer, ao revelar seu caráter intrinsecamente dinâmico, ao mostrar que sua atividade é a própria essência de seu ser. Na física moderna, a imagem do universo como uma máquina foi transcendida por uma visão dele como um todo dinâmico e indivisível, cujas partes estão essencialmente inter-relacionadas e só podem ser entendidas como modelos de um processo cósmico".

A termodinâmica contribui, por exemplo, para desmitificar a infinitude energética e as possibilidades de crescimento ilimitado. A sua segunda lei diz que a energia total envolvida em um processo é sempre constante, enquanto a energia útil diminui, dissipando-se em calor, fricção e outras formas. Todos os processos avançam da ordem para a desordem. A entropia é uma medida da desordem, pois ela mede exatamente o grau de evolução de um sistema físico caminhando sempre para a desordem⁴³.

A teoria dos sistemas na biologia também ajuda a construir este novo referencial. Diz Capra (1986:260):

"A concepção sistêmica vê o mundo em termos de relações e de integração. Os sistemas são totalidades integradas, cujas propriedades não podem ser reduzidas às de unidades menores. Em vez de se concentrar nos elementos ou substâncias básicas, a abordagem

43

Capra (1986:67-69). Tiezzi (1988:32-44) fará uma distinção entre o que ele chama de tempo tecnológico, tempo entrópico, tempo biológico e tempo histórico. Na concepção de tempo tecnológico ou econômico, quanto mais a natureza é transformada tanto mais adquire-se progresso e bens materiais e economiza-se tempo. No tempo entrópico quanto mais consome-se os recursos da natureza e a energia disponível, tanto menor é o tempo que permanece à disposição da sobrevivência do homem. O tempo histórico é o tempo em que existe a espécie humana (alguns milhares de anos). O tempo biológico é o tempo de evolução da vida na terra (milhões de anos).

sistêmica enfatiza princípios básicos de organização".

Numa concepção sistêmica, o organismo vivo é um sistema auto-organizador, isto é, a sua ordem em estrutura e função não é imposta pelo meio ambiente, mas estabelecida pelo próprio sistema.

Tiezzi (1988:52-53) diz que os homens precisam criar uma "cultura da termodinâmica" e uma "cultura biológica", estabelecer uma aliança entre os homens em sociedade, os seres vivos e a natureza. A dominação do processo tecnológico e da natureza não significaria um avanço da humanidade. Ao contrário, o papel da entropia obrigaria o homem a relativizar as concepções de progresso, evolução e construção de coisas materiais. A termodinâmica e a biologia mostram ao homem a necessidade de produção mínima de entropia e conservação dos recursos naturais⁴⁴.

Apesar, mais uma vez, da recusa pela "ciência ocidental", podemos observar uma aproximação muito grande entre os pressupostos colocados por estas "novas" ciências de que falamos acima e os valores que constituem as bases do pensamento ecologista, indicando que este pensamento está contaminado pelos termos, explicações e conceitos científicos. O historiador da ciência Acot (1990:91) diz que houve uma mudança de paradigma na ecologia: com a visão ecossistêmica o espaço ecológico é reunificado, "no qual os fatores bióticos e abióticos do meio ambiente não representam mais do que dois aspectos de uma mesma realidade". E conclui que, "como

44

Tiezzi (1988:44) disse: "É preciso explicar ao biólogo, com muita paciência que [...] uma evolução demasiada rápida pode ser contrária à sobrevivência da espécie humana ou à justiça social. É preciso explicar ao físico-químico que ninguém duvida das leis da termodinâmica e que, justamente por sabermos que as atividades humanas criam entropia, às vezes deve-se freá-las. É preciso explicar ao engenheiro que não somos contrários ao desenvolvimento, mas que, muitas vezes, o assim chamado progresso tecnológico tem sentido oposto ao do progresso social e biológico e, portanto, ao do progresso humano. É preciso explicar ao sindicalista ou ao economista que sua visão dos processos produtivos não pode prescindir dos conhecimentos termodinâmicos e biológicos. É preciso explicar ao historiador, ao sociólogo, ao humanista que a história, o relacionamento entre os homens, a sociedade não são alheios à biologia, à ecologia, e que chegou a hora de parar de considerar separadamente estas duas ordens de fenômenos, integrando-as num plano cultural inédito e, para ser mais exato, interdisciplinar".

toda mudança importante na ordem científica é acompanhada por uma modificação de nossa maneira de ver o mundo, o desenvolvimento e as aplicações da teoria dos ecossistemas induzirão ao aparecimento de uma ideologia ecologista sistêmica que transformará as representações sociais das relações natureza-sociedade nas sociedades industriais".

Acot vê as idéias caminhando no sentido da ciência para a formação de uma consciência ecológica. Eu diria que **também** existe a circulação de idéias que vai da "cultura ecológica" para a criação de paradigmas científicos. Neste sentido, é interessante notar que os ecologistas criticam enormemente o darwinismo social e a teoria liberal: elas teriam interpretado a competição e a luta pela sobrevivência como fator de evolução e desenvolvimento das espécies e, como metáfora, elaboraram uma teoria social, econômica e política afirmando a competição, o individualismo e o conflito como propiciadores da transformação e desenvolvimento dos indivíduos, das instituições e da sociedade. Em um raciocínio semelhante, porém invertido, os ecologistas crêem na visão sistêmica e holista da física e da biologia e, como metáfora, propõem formas de conhecimento e organização social, comportamentos e valores que sejam holistas e integrados⁴⁵.

Os homens devem, por exemplo, viver em comunidades autogeridas, assim como os seres vivos são auto-organizados. A economia deve abandonar a lógica do crescimento ilimitado em favor da doutrina da homeostase, onde todos os sistemas naturais possuem mecanismos que auto-regulam todos os níveis de complexidade (o celular, o tecido, o órgão, o organismo, a população, a comunidade, o ecossistema e o conjunto máximo, a ecosfera)⁴⁶. Os homens, numa cultura ecológica, devem observar o sistema de funcionamento da natureza física e orgânica, respeitá-lo, compreendê-lo e aprender a conviver com sua lógica. Assim como a máquina foi uma metáfora domi-

⁴⁵ Em seu livro "Usos e Abusos da Biologia", Sahlins (1976) fará uma dura crítica à sociobiologia e à sua visão da sociedade e da cultura como metáfora da biologia.

⁴⁶ Ver sobre a comparação entre economia e homeostase em Ferreira (1990:23).

nante na modernidade, o universo físico e orgânico é a metáfora da "cultura ecológica".

b) "Blade Runner".

No meio da década de oitenta, na sala do Cine-Clube Humberto Mauro em Belo Horizonte, eu e alguns amigos dividíamos lugares pelo chão com uma ansiosa platéia de cinéfilos que desejava ver pela primeira vez "Blade Runner" de Ridley Scott. Este filme marcou todo um modo de ser de minha geração. Lembro-me como se fosse hoje, os olhares de complacência e compreensão se cruzando entre luzes projetadas na tela. Entre um olhar e outro, como se tivéssemos debaixo de uma chuva e vivendo na paisagem sombria de Los Angeles depois do fim de uma ideologia humanista, algumas lágrimas escorriam a cada morte - e não remoção - de um "replicant". O poder do simulacro era presente de tal forma que não sabíamos se assistíamos um filme ou se vivíamos e compartilhávamos do que sentiam os andróides - a dor, o amor, o desejo e a emoção. Por que "Blade Runner" nos fascinava? Por que nos identificávamos com os andróides? Hoje, passada quase uma década, não o entendo melhor, mas se "Blade Runner" foi tão marcante e continua presente é porque ele tem a ver com estas pessoas que andam pelas ruas à procura de indagações e significados, manipulando identidades, transformando ficção em realidade e realidade em ficção a fim de encontrar um horizonte comunicável com outros humanos e/ou andróides. Acho

valer à pena dizer mais algumas palavras sobre este filme⁴⁷.

Nos anos cinquenta, os filmes de ficção científica celebravam o moderno, a ciência, as invenções tecnológicas e o mundo mecânico. Era um convite à conquista, à exploração de fronteiras e viagens à imensidão infinita. O futuro era imaginado como possibilidade de realização dos sonhos humanos e dominado pelas maravilhas da tecnologia. Trinta anos depois, esta visão seria bem diferente⁴⁸. "A cultura pós-industrial é tão dramática que impede qualquer projeção futura"⁴⁹. O cotidiano está impregnado da desumanidade. "Blade Runner" é um dos filmes de ficção científica representativos destes anos de desencanto.

"Blade Runner" é uma história que se passa no ano 2019 em Los Angeles. O cenário é composto por um ambiente pós-catástrofe (nuclear?) e pelos sinais de destruição por todos os lados. As indústrias e lojas de comércio estão desmoronadas e com vazamentos e goteiras. As moradias estão parcialmente vazias. Los Angeles é habitada por pessoas que não puderam mudar para outros planetas (pessoas que têm doenças e problemas de mutações genéticas e por isso foram

47 Harvey (1989), em seu livro "The Condition of Postmodernity", faz uma brilhante análise dos filmes "Blade Runner" de Ridley Scott e "Asas do Desejo" de Win Wenders. Sou devedor de suas inspirações, embora a minha interpretação seja em parte diferente da que ele propôs. No artigo denominado "Artificialidade e Ilustração: da sociobiologia à bio-sociobildade" de Rabinow (1991), encontramos uma importante discussão sobre a oposição natural-artificial e que não tocamos em profundidade em nosso sumário sobre as idéias do ecologismo. Ao analisar o "Projeto Genoma" - um projeto desenvolvido pelo governo americano que visa mapear todo o genoma humano (genoma é totalidade do material genético no conjunto de cromossomos de um organismo específico) e produzir um conhecimento ao ponto de poder transformá-lo -, Rabinow (1991:85) diz que "se a sociobiologia é cultura construída com base numa metáfora da natureza, então na bio-sociobildade [quando ocorre a manipulação genética] a natureza será modelada na cultura compreendida como prática; ela será conhecida e refeita através da técnica, a natureza finalmente se tornará artificial, exatamente como a cultura se tornou natural. Se este projeto chegasse a ser realizado, ele seria a base para superar a separação entre natureza e cultura".

48 Ver sobre isto em Peixoto (1987). Entre os filmes de ficção científica representativos dos anos cinquenta, Peixoto cita "O Dia em que a Terra Parou" (The Day the Earth Stood Still, Robert Wise, 1951) e "A Guerra dos Mundos" (The War of the Worlds, Byron Haskin, 1953), entre outros, e como representativos dos anos cinquenta, o autor cita "Duna" (Dune, David Lynch, 1984), "Retorno ao Futuro" (Back to the Future, Robert Zemeckis, 1985), "Peggy Sue, o passado a espera" (Peggy Sue got married, Francis Coppola, 1986) e "Blade Runner" (Ridley Scott, 1982), entre outros.

49 Peixoto (1987:88).

reprovadas nos exames de saúde - como o designer geneticista J.F. Sebastian que sofre de "decrepitude acelerada") e pelos migrantes dos países asiáticos e do terceiro mundo. As ruas estão tomadas por estes migrantes, pelos mendigos, punks e anões varredores de rua. Transitam por entre os escombros, as latas e montes de lixo. Ao som de explosões, em meio à fumaça e ao vento, cai constantemente sobre Los Angeles uma chuva de água, poeira e neblina. No meio dessa imagem decadente sobrevive um fervoroso modo de vida semelhante ao que hoje encontramos nos países daqueles migrantes: a organização do trabalho e o mercado informal, o contrabando e as atividades ilegais⁵⁰. Sob encomenda das grandes empresas, os "artesãos geneticistas" especializaram-se na produção de órgãos e espécies: um produz olhos humanos, outro produz cobras. O que predomina na cidade são as réplicas e os seres vivos produzidos geneticamente em laboratórios; tudo é artificial: as cobras, as corujas, os brinquedos falantes que fazem companhia aos homens solitários e a língua falada é uma mistura de japonês, espanhol, alemão e inglês.

Neste cenário se passa a história de um grupo de seres humanos que foram produzidos geneticamente, chamados "replicants", com a função de executar trabalho escravo e tarefas especializadas em um meio ambiente difícil nas fronteiras espaciais. Eles tinham sido produzidos com força, inteligência, agilidade e capacidade de imitar os seres humanos, menos em suas emoções, mas após alguns anos poderiam desenvolver certas capacidades e reações que não os distinguiriam dos humanos. Temendo que isto acontecesse e que fosse uma ameaça à ordem estabelecida, os seus criadores lhes deram um tempo de vida curto, 4 anos. Em virtude de sua condição - de escravo e pouco tempo de vida - seis "replicants" (três machos e três fêmeas) rebelam-se, matam

50 Um cabaré é ambientado nos anos vinte. A arquitetura da cidade está repleta de referências aos estilos das pirâmides egípcias, às colunas grego-romanas, às construções maias, orientais, vitorianas e aos modernos shoppings centers. Ver em Harvey (1989:311).

várias pessoas, retornam à terra e infiltram-se na empresa especializada em engenharia genética - a Tyrrel - a fim de obrigar o seu "criador" a reprogramar seu padrão genético e prolongar suas vidas. Na rebelião, um é eletrocutado e os outros fogem: Leon, Pris, Zhora e Roy⁵¹. Deckard, um ex-policial, é intimado a achá-los e "removê-los" - e não eliminá-los - como diz o filme. Os "replicants" não são mera imitação, mas autênticas reproduções dos seres humanos. Daí a dificuldade em descobri-los.

O que quero colocar em evidência em "Blade Runner" não é a decadência de uma sociedade pós-industrial ou um desastre ecológico como nos sugere a paisagem de Los Angeles no ano 2019. Não é também uma interpretação tão comum às análises ditas pós-modernas: o simulacro, a transitoriedade, a descontinuidade, a ruptura entre fronteiras do tempo e espaço⁵². Creio que o tema central do filme seja, de fato, a hiper-realidade e a repetição. Mas dizer que "o poder do simulacro pode ser visto por todos lugares" não é mais do que constatar o óbvio e não tocar em profundidade na questão filosófica que "Blade Runner" nos convida a refletir: a opo-

51 Assisti o filme várias vezes a fim de observar quantos eram realmente os "replicants" que haviam sobrevivido. Logo no começo, o chefe de polícia diz explicitamente que foram cinco os sobreviventes. Porém, no decorrer do filme são citados apenas os quatro nomes mencionados acima como pertencentes ao grupo rebelde - os próprios membros deste grupo só referem-se aos quatro. Um outro "replicant" (Rachel) está em fase de aperfeiçoamento após a rebelião. Rachel é da mesma série dos rebeldes (Nexus 6), porém mais desenvolvida. Pode ser que ela tenha sido apenas aprimorada após a fuga ou criada posteriormente. Esta passagem não ficou clara para mim.

52 Harvey (1989:311) diz que a estética de "Blade Runner" é o resultado da reciclagem, da fusão de níveis, das descontinuidades (de tempo e espaço) e da explosão de fronteiras e erosão.

sição entre natural e artificial e/ou cultura e natureza⁵³. Não estou sugerindo que este filme seja "ecologizante". Ao contrário, ele está longe de ser um planfeto ecológico: a decadente sociedade pós-industrial sobrevive em meio ao caos e a todas as parafernalias eletrônicas: o comércio, o consumismo, as grandes corporações, a manipulação genética, a ilusão de um futuro melhor⁵⁴.

Os andróides são seres da natureza. Por isso, não deveriam ter ou adquirir cultura. Mas eles foram criados no limite entre uma e outra a ponto que, se ultrapassado, tornariam-se humanos e sentiriam emoção, amor, ódio, dor. Mais do que isso: teriam memória e fariam julgamentos a partir de experiências vividas. Mas por que eles estão tão próximos dos humanos? Os seus criadores achavam que assim teriam maior capacidade e criatividade para adaptarem-se às transformações ambientais. Rachel era um dos "replicants" mais desenvolvidos - nela tinha sido implantada memória de um ser humano - de tal forma que ela própria não sabia se era um "replicant" ou um ser humano. Então, como saber? É exatamente esse o núcleo central do filme. Os suspeitos de serem "replicants" são submetidos a um teste em que são formuladas várias perguntas que presumivelmente só seres humanos teriam capacidade de respondê-las: "fale-me das

53 Inspirado em Donna Haraway e François Dagognet, Rabinow (1991) dirá que os valores contemporâneos (entre eles o ambientalismo) reafirmam o naturalismo: 1) o artificial nunca é tão bom quanto o natural; 2) a superioridade do biológico; 3) a transitoriedade do trabalho humano; 4) a certeza de que o sistema original era incomparavelmente melhor. Rabinow (1991:93) parece fazer - ao contrário dos ecologistas - "louvor do artificialismo": "Dagognet argumenta que durante milênios a natureza não foi natural, no sentido de pura e intocada pelo trabalho humano. De modo mais provocativo, ele (Dagognet) afirma que a maleabilidade da natureza demonstra um 'convite' ao artificial. A natureza é um bricoleur cego, uma lógica elementar de combinações, produzindo uma infinidade de diferenças potenciais. Estas diferenças não estão prefiguradas por causas finais, não há uma perfeição latente buscando a homeostase. Se a palavra 'natureza' deve reter algum sentido, ela deve significar uma polifenomenalidade explícita de apresentação. Uma vez compreendida nestes termos, a única atitude natural do homem seria facilitar, estimular, acelerar sua expansão: variação temática, não rigor mortis. Dagognet nos lança um desafio de feição consumadamente moderna: 'ou caminhamos para uma espécie de veneração ante a imensidão d'aquilo que é' ou aceitamos a possibilidade de manipulação".

54 No filme, propagandas veiculadas nas ruas através de imagens e sons oferecem "uma terra de ouro" em outro planeta, onde o cliente encontrará "clima bom e escravos trabalhando especialmente para ele". Tyrrel - o "cabeça" da corporação especializada em engenharia genética - diz: "comércio: mais humano do que humano, é o nosso negócio".

coisas boas sobre sua mãe"; "você tem um filho, ele lhe mostra uma coleção de borboletas, o que faria"? "você está debaixo de um sol no deserto e vê um cágado deitado de pernas para cima, o que faria"? "você está num banquete, aos convidados são oferecidos um prato de ostras cruas e outro de cachorro cozido, qual sua reação?" "você vê uma fotografia de mulher nua numa revista e a leva para seu marido, ele a coloca em seu quarto, o que sentiria?"⁵⁵. Estas e outras perguntas objetivavam provocar reações que demonstrassem expressões de sentimentos, lembranças do passado, memórias. Acontece que os "replicants", com o decorrer do tempo, adquiriam quase todas as características dos seres humanos (sentimentos e emoções) e manipulavam o seu passado e a realidade ("fabricando" fotografias e lembranças de suas famílias) a tal ponto que o teste deixava de ser seguro. Não faziam isto, é importante dizer, para tentar esconder ou camuflar a sua condição de "replicants", mas porque realmente se sentiam como humanos. A fusão entre humanos e "replicants" - entre cultura e natureza - é tal que o próprio Deckard é levado a questionar a sua própria condição de ser humano e/ou a dos andróides. Em vários momentos do filme esta ambiguidade está presente: 1) quando Rachel pergunta a Deckard: "você já aplicou este teste em você"? "você já matou um humano por engano?" 2) quando Deckard se pergunta e afirma: "replicants não sentem emoções, nem blade runner, o que está acontecendo comigo"? "o relatório dizia que eu havia removido um replicant, eu senti que tinha atirado numa mulher pelas costas"; 3) quando Roy diz em resposta a J.F. Sebastian: "não somos computadores, mas seres vivos" e Pris completa: "Penso, logo existo"; 4) e quando o líder dos andróides (Roy) trava um diálogo com Tyrrel (o seu criador):

Tyrrel: "O que você quer?"

55

As respostas que os "replicants" dão às questões acima são as seguintes: 1); 2) O levaria ao médico; 3) O que é cágado? 3) 4) não aceitaria, eu sou a sua única mulher.

Roy: "O criador conserta o que faz".

Tyrrel: "Você quer ser modificado, ficar aqui?"

Roy: "Quero algo mais radical, viver mais, Pai."

Tyrrel: "Impossível ... fizemos o melhor com você".

Roy: "Mas não para durar".

Tyrrel: "A luz que brilha demais consome-se muito rápido, e você brilhou muito, muito mesmo, olhe ... você é uma obra e tanto!"

Roy: "Fiz coisas duvidosas".

Tyrrel: "E extraordinárias ... aproveite a vida".

Após beijar-lhe, Roy mata o seu criador e em seguida, na perseguição a Deckard, diz: "Vi coisas que vocês humanos não acreditariam ... naves de combates em chama em Orion ... vi raios "c" brilharem na escuridão de Tannhauser ... todos aqueles momentos ficarão perdidos no tempo como lágrimas na chuva ... hora de morrer".

No momento final, Roy salva a vida de Deckard⁵⁶, diz as suas últimas palavras e morre. A mensagem anti-humanista é clara: os seres humanos são limitados e medíocres diante da vastidão do universo, das possibilidades de conhecimento, dos perigos da vida e medo da morte ("que experiência viver com medo, isto é ser um escravo", diz Roy a Deckard). Durante todo o filme Deckard sentiu-se cúmplice dos "replicants", sentiu emoção e os viu sentirem. No fim, quando foge com Rachel - salvando sua vida e vivendo juntos até quando não sabem -, ele diz: "Não sei porque me salvou, talvez, no fim, amasse a vida mais do que nunca ... Não apenas a sua, mas qualquer vida. A minha. Só queria as mesmas respostas que queremos: de onde vim? Para onde vou? Quanto tempo viverei". Talvez, digo eu, o próprio Deckard fosse um "replicant", talvez os próprios "replicants" tornaram-se humanos e o limite entre um e outro fosse quase imperceptível.

"Blade Runner" foi produzido num universo cultural crítico à sociedade moderna, à era pós-industrial, às

descobertas científicas e tecnológicas e suas possibilidades de conhecimento e desenvolvimento humano e, fundamentalmente, como o interpreto, ao antropocentrismo (ao humanismo). "Blade Runner", porém, não transmite nenhuma utopia ou crença em uma nova sociedade ou na convivência pacífica entre cultura e natureza - a não ser o fato de que uma e outra estão separadas por uma fronteira quase indefinida.

6 - Movimentos e organizações ecológicas nos anos oitenta.

Procuramos descrever o mapa por onde circulam as idéias e valores do que chamamos de ecologismo. Vamos agora matizar os atores: os movimentos ecológicos. Cada indivíduo ou organização ambientalista busca na cultura ecológica os símbolos e significantes que dão significados às suas diferentes ações e práticas políticas. Cada indivíduo ou movimento interpreta à sua maneira como deve ser o homem ou a sociedade ecológica; interpretação que é atualizada a cada nova situação política em que se confrontam valores, interesses, práticas e estratégias distintas.

No início do movimento os militantes ecológicos eram vistos pelo conjunto da sociedade como descendentes dos hippies dos anos sessenta: rebeldes, contestadores, cabelos compridos, jovens com mochilas nas costas, sanduiche natural, vidas alternativas, liberdade sexual, amantes dos passarinhos e borboletas⁵⁷. As "comunidades alternativas", embora esquecidas, ainda existem por aí. São formadas por pessoas que rejeitam - pelo menos no discurso - o modo de vida das grandes cidades e a sua interação com a sociedade hegemônica e acreditam nos princípios filosóficos e modos de vida baseados na igualdade, na harmonia com a natureza, na

57

O empresário Ricardo Semler disse: "Até há pouco, ecologia era 'coisa de gay desocupado', diziam os empresários. Eco-históricos eram chamados. Mas tudo mudou. De fato, vários publicitários têm me dito que agora vivem sendo procurados para forjarem para seus clientes uma imagem eco-responsáveis. De modernos ambientalistas empresariais". Fonte: Folha de São Paulo - 24/03/91.

alimentação à base vegetal, nas filosofias orientais (zen-budismo, induísmo, jainismo, budismo, etc.), na homeopatia, na terapia transpessoal, etc.

Contudo, hoje em dia esta imagem não corresponde mais ao militante engajado das organizações ecológicas: especialistas, técnicos e cientistas com pastas contendo dados e gráficos que demonstram a gravidade da "crise ambiental". Na década de oitenta, o ecologismo passou a fazer parte das preocupações de indivíduos pertencentes a diferentes países, diferentes etnias, diferentes classes sociais e setores da sociedade: órgãos governamentais, setores empresariais, sindicatos, partidos políticos, instituições religiosas, multinacionais, entre outros.

As organizações ecológicas foram formadas em diversos países e com ramificações por quase todo o mundo; organizações que contam hoje com um quadro de filiados maior do que muitos partidos políticos⁵⁸. "Partidos Verdes" foram constituídos e começaram a participar com relativa força da vida política de países como a Alemanha. Diversas, pequenas e milhares de entidades ecológicas formaram-se em torno de questões específicas: a defesa do Boto, das Baleias, do Urso Panda e tantos outros animais ameaçados de extinção, a defesa de parques urbanos e áreas verdes, pelo tombamento de patrimônios paisagísticos e criação de unidades de preservação ambiental, contra a instalação de fábricas e usinas (hidrelétricas, termoeletricas, nucleares) poluidoras e degradadoras do meio ambiente, etc.

O final da década de oitenta é marcado pela explosão

O Green Peace, por exemplo, um dos maiores e o mais conhecido movimento ecológico do mundo, foi formado em 1970 por um pequeno grupo de norte-americanos e canadenses que protestavam contra um teste nuclear no Alasca. Em 1989, este movimento tinha em torno de 3,5 milhões de adeptos por todo o mundo - 287 mil, só na Inglaterra. Em 1988, calcula-se que a organização tenha arrecadado em suas campanhas e contribuições em torno de US\$ 68,2 milhões (Fonte: Gazeta Mercantil, 19/08/89). As cinco maiores entidades do "lobby verde" dos EUA, contavam em 1989 com 6 milhões de associados. O Environmental Defense Fund (uma das entidades ambientalistas mais importantes dos EUA) contava em 1988 com mais de 100 mil associados e arrecadou neste mesmo ano US\$ 8,53 milhões (Fonte: Folha de São Paulo 02/04/89).

da questão ambiental em todo mundo⁵⁹. Gabeira disse que "a morte de Chico Mendes não foi um relâmpago em céu azul. Foi uma importante referência planetária numa conjunção de fatores que fizeram o ano de 1989 excepcional para a história do movimento ecológico. [...] a importância que o tema ganhou na opinião pública acabou forçando os grandes estadistas europeus a tomarem iniciativas num campo antes reservado aos movimentos alternativos. [...] Explodem milhares de congressos, conferências, debates e o movimento ecológico é ultrapassado pela demanda"⁶⁰.

Esta pluralidade de movimento e organizações ecológicas e campos de atuação trouxeram dificuldades para o cientista social que deseja criar tipos ideais ou definições acerca desse fenômeno social. Talvez fosse por essa dificuldade que Viola (1991:24) disse que o movimento ecológico não é apenas um movimento social, mas um movimento histórico e criou a expressão "ecologismo" para referir-se a essa multiplicidade:

"o campo denotado pela expressão ecologismo é vasto e complexo, e compreende: 1) associações autodenominadas ambientalistas e o movimento ecologista stricto sensu; 2) setores ecologistas da comunidade científica presentes hoje nas universidades e institutos de pesquisa; 3) indivíduos coletivos, formadores de opinião, que têm uma orientação ecologizante; 4) partidos verdes; 5) pequenos e médios empresários que incorporaram a dimensão ecológica na sua racionalidade microeconômica; 6) grupos e redes orientados para o desenvolvimento do potencial humano; 7) a comunidade dos técnicos das agências estatais voltadas para o meio ambiente; 8) movimentos

59

Citamos dois acontecimentos que são importantes referentes do final desta década: Em setembro de 1988, numa reunião anual do Banco Mundial e do FMI (a 43^a), aconteceu na Alemanha uma grande manifestação dos ecologistas dos países ricos em favor dos países pobres, quando foi então realizado um "contracongresso" com mais de 4 mil ambientalistas de todo o mundo e uma passeata pelas ruas de Berlim com mais de 80 mil pessoas em manifestação contra o Banco Mundial e o FMI (Revista Tempo e Presença n^o 236). No final de 1988 ocorreu o assassinato do ecologista e líder dos seringueiros Chico Mendes, quando espalhou-se um movimento de indignação contra este fato e afirmação solidária em favor de seus ideais. Esse processo de mobilização culminou com a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e seus diversos eventos paralelos realizados, em junho de 1992, no Rio de Janeiro.

60

Fonte: Folha de São Paulo 05/06/89.

sociais que não se identificam como movimentos ecológicos, mas que têm orientações valorativas e práticas ecologizadas; 9) setores minoritários-ecologizados de macroestruturas: agências estatais, corporações multinacionais, partidos políticos, associações profissionais (sindicatos e outros), associações empresariais e organizações religiosas; 10) camponeses cujo modo de produção leva em consideração a dimensão ecológica, seja por uma lógica histórico-tradicional, seja por um processo de aprendizado recente".

Não é nossa intenção apresentar uma definição que dê conta desta quantidade e diversidade de movimentos ecológicos⁶¹. cremos que, para o trabalho proposto e para dar uma maior visibilidade ao campo de atuação do movimento ecológico que irei estudar - o "Pró-Juréia" -, seja necessário apenas dividir o ambientalismo em linhas tênues e superficiais. No conflito político e nos discursos, cada grupo ou organização ecológica procura definir seu campo de atuação, traçando categorias e valores do que representam suas práticas e as de outros grupos. Vamos sublinhar duas

61

Viola (1987) construiu alguns tipos ideais do movimento ecológico mundial, destacando quatro tendências: 1) os ecologistas fundamentalistas: uma posição que não visualiza a possibilidade de transformação global da sociedade - devido à sua perversa lógica predatória -, mas apenas uma sociedade pós-materialista marginal; 2) a ecologia realista: uma visão mais otimista e que acredita num movimento interativo com a sociedade global, transformando os valores e constituindo uma sociedade autogestionária, baseada na pequena propriedade e no estado democrático; 3) o ecossocialismo: que não vê a possibilidade da ecologização tanto nos países capitalistas quanto socialistas, afirmando a necessidade de ruptura com o sistema produtivo guiado através do planejamento centralizado; 4) o ecocapitalismo: que admite as grandes empresas e vê o mercado como alocador de recursos, disciplinado por um estado que garantirá o "equilíbrio" ecológico. Em outro artigo, Viola (1991) propôs outra classificação: 1) ambientalismo-conservacionista: preocupado com a conservação e recuperação do ambiente em compatibilidade com o capitalismo; 2) o ecologismo radical: um movimento que ataca tanto o capitalismo quanto o socialismo através de uma ação direta e atingindo os pontos vulneráveis do sistema (por exemplo, o Green Peace); 3) a política verde: uma constelação de associações ecológicas, redes informais e partidos verdes que apontam para uma atuação no legislativo e no executivo; 4) o ecologismo camponês: que valoriza o modo de vida rural, a utilização de tecnologias de baixo custo ambiental e a vida comunitária (inclui aí desde comunidades indígenas até seringueiros e "comunidades alternativas"). Antuniassi (1989:41-42) irá, por sua vez, dividir o movimento ecológico do estado de São Paulo em duas categorias: 1) ambientalistas: uma linha de movimento voltada para a formação de uma consciência ecológica e preocupada em criar valores éticos da sociedade em relação à natureza (o ambientalismo seria uma filosofia e um modo de vida); 2) conservacionistas: uma linha pautada na ação conjuntural, na crença de que a crise ambiental obriga os homens a pensarem em seus valores e práticas e, consequentemente, na necessidade de promover estudos e pesquisas e utilizar conhecimentos técnicos-científicos que assegurem a sobrevivência do homem no planeta.

linhas demarcatórias dos movimentos, desenhadas pelos próprios ambientalistas, de forma a nos aproximar da problemática que iremos descrever: uma relativa às formas de participação política e a outra em relação ao conteúdo sócio-político-cultural da questão ambiental.

Quanto à **participação política**, podemos observar duas linhas de atuação.

A **primeira** delas corresponde, mais ou menos, ao que Viola chamou de ecologismo radical. Os ecologistas negam a fazer qualquer acordo ou aliança com os setores ou órgãos do estado ou empresas que de alguma forma causam danos ao meio ambiente. A ênfase é dada à criação de um sofisticado sistema de informação e comunicação e à ação direta através de boicotes e manifestações que denunciam atitudes e atividades anti-ecológicas. O exemplo mais significativo é o Green Peace.

A **segunda** linha corresponde, mais ou menos, ao que Viola chamou de política verde. São os partidos verdes e as entidades ambientalistas que acreditam na transformação gradual da sociedade e na criação de uma consciência ecológica e valores pós-materialistas. A ênfase é dada às manifestações de "convencimentos", às alianças com os políticos "sensíveis", os empresários, os órgãos governamentais ligados à questão ambiental, à academia e à criação de um "marketing ecológico". O ambientalismo hegemônico no Brasil tem esta perspectiva: exemplos de entidades são a SOS Mata Atlântica (SP) e a OIKOS (SP).

Quanto ao **conteúdo sócio-político-cultural** da questão ambiental, também podemos encontrar duas linhas de atuação diferentes:

A primeira delas é a que eu chamaria de uma perspectiva **ecocêntrica**. Os movimentos e entidades que se situam neste campo têm sua origem em ações visando defender e proteger patrimônios paisagísticos, áreas naturais, a fauna e a flora. A proteção à natureza sobrepõe-se a uma preocupação com as populações humanas e com as dimensões

políticas e/ou sociais da questão ambiental. Só com o decorrer dos anos de formação e atuação destas entidades é que elas irão incorporar esse lado político e social e procurar uma compatibilização entre as populações humanas (com o atendimento de suas necessidades materiais) e a preservação ambiental. Na verdade, atualmente estas entidades incorporaram quase todas as preocupações da visão que iremos abordar a seguir, embora ainda carreguem consigo esta dimensão que chamo de ecocêntrica. Nesta perspectiva, dá-se muita ênfase aos estudos e pesquisas científicas e à utilização de recursos técnicos-científicos para o "planejamento", o "monitoramento", o "mapeamento" e o "controle" ambiental. São representativas desta linha de atuação entidades como: WWF (World Wildlife Fund) e a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza). No Brasil: A Biodiversitas (MG), a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (RJ), a FUNATURA (DF), a SOS Mata Atlântica (SP) e o movimento que nós estudamos, o Movimento Ecológico Pró-Juréia (SP). Os profissionais que atuam nestas entidades são em sua grande maioria biólogos, ecólogos, geólogos, engenheiros, agrônomos e geógrafos.

A outra perspectiva que chamamos de **antropocêntrica** é aquela que vê a solução dos problemas ambientais em função da solução dos graves problemas sociais e econômicos de boa parte da população mundial. A dimensão política é privilegiada na atuação destas entidades: incentiva-se a organização dos movimentos sociais de defesa da cidadania, os sindicatos, os organismos de defesa de minorias étnicas e a busca de soluções baseadas no desenvolvimento sustentável. Os exemplos são: a Cultural Survival (EUA) e a Survival International (Inglaterra). No Brasil: Instituto de Antropologia e Meio Ambiente (SP) e a Comissão Pró-Índio (SP). Os profissionais destas entidades são, em sua maioria, cientistas sociais - principalmente sociólogos e antropólogos - e pessoas que trabalham na interface entre

estas ciências e a biologia, arquitetura e geografia.

7 - A emergência de uma cultura do ecologismo.

Neste capítulo, esperamos poder ter dado ao leitor uma noção da dimensão e visibilidade que a questão ambiental adquiriu em nossa sociedade nas duas últimas décadas. Existe, de fato, um enorme consenso de que os recursos naturais precisam ser preservados e que deve haver a garantia de uma melhor qualidade de vida - espiritual e material - a todos cidadãos de hoje e às futuras gerações.

Entidades ambientalistas protestam no primeiro mundo contra o Banco Mundial e o FMI e em favor de que a dívida externa dos países subdesenvolvidos seja convertida em programas de preservação ambiental. Caminha-se para a criação de leis e órgãos internacionais com o intuito de acompanhar e controlar os danos à natureza e a ameaça à sobrevivência humana. Todas estas questões afetam de alguma forma a divisão de poder internacional, as alianças e a relação entre os países do norte e do sul. A questão ecológica adquire, sem dúvida, uma dimensão planetária.

Pessoas de vários países mobilizam-se por questões cada vez mais internacionais: "Existe hoje nos EUA uma palavra mágica. Quando pronunciada (e ela vive na boca de todo mundo), tem o efeito encantador de fazer brotar a solidariedade entre os povos [...]. Esta palavra poderosa é 'environment', o meio ambiente. Nos meios publicitários, environment é uma espécie de chave que abre as portas para um mundo feliz e igualitário"⁶².

As indústrias são coagidas a modificar o seu sistema produtivo se não quiserem passar uma imagem de "empresa poluidora" ou de que seus produtos causam danos ao meio ambiente e à qualidade de vida da população. Os consumidores ecológicos - cada vez em maior quantidade - estão dispostos

a pagar um preço maior pelos produtos que não causam estragos ao meio ambiente e que sejam biodegradáveis e/ou não-descartáveis. A sociedade civil exige que o Estado crie mecanismos de controle ambiental: fiscalize, taxe às empresas poluidoras, subsidie aquelas que utilizam técnicas e instrumentos e manejamentos compatíveis com a preservação ambiental. Tudo isso influencia na competição pelo mercado e nos mecanismos formadores de preços. O ecologismo deixou de ser temido pelos empresários e passou a dar lucros. Vejamos:

1 - "Dos fabricantes de chicletes de bola aos grandes bancos internacionais, uma moda mercadológica invade o País. Os resultados são imediatos, refletindo-se tanto na natureza quanto nos balanços financeiros. Não restam dúvidas, a procura pelo verde nasce de duas vertentes: a da natureza e a dos dólares" (Jornal da Tarde, 29/08/90).

2 - "As floriculturas e empresas de paisagismo vêm aumentando lucros e negócios à medida que cresce a preocupação com a ecologia em São Paulo, pois o amor pelo verde se reflete tanto nos jardins dos condomínios como nas floreiras das janelas" (O Estado de São Paulo, 24/01/89).

3 - "A rede de 'fast food' McDonald's já é militante ecologista. Anunciou que vai aderir à luta em defesa do meio ambiente e colorir sua já tradicional bandeira rubro-amarela com pinceladas verdes" (Shopping News, 25/11/90).

4 - "Atitudes e medidas racionais para proteger o meio ambiente tornam-se rapidamente condição 'sine qua non' para bons negócios e quiçá para a própria sobrevivência da empresa no mercado. [...] Cresce um mercado disposto a pagar um sobre-preço por produtos não-contaminados" (Folha de São Paulo, 21/07/90).

6 - "Assim, os mercados para o 'consumidor verde' já não são mais a única salvaguarda da primeira onda de 'capitalistas verdes' - entre os quais Anita Roddick, da Body Shop. Novas organizações varejistas estão brotando por toda parte - a ARK, fundada por dois antigos diretores do Greenpeace, já anunciou sua intenção de começar a fabricação de detergentes 'amigos' do ambiente e de tentar estabelecer uma cadeia de 'franchise' de lanchonetes verdes. [...] Os mercados do consumidor verde agora procuram espalhar-se pela Europa, com a maioria das

companhias inglesas começando a corrida em desvantagem. 'A competição é dura e até agora os principais rivais da Inglaterra parecem haver reconhecido com maior firmeza o significado do fator ambientalista', afirmou recentemente, em nota oficial, a Confederação Britânica da Indústria" (Folha de São Paulo, 05/06/89).

5 - "Lucidez e Rebeldia, sua maior arma ... De uns poucos anos para cá, entretanto, coisas muito curiosas estão acontecendo no Brasil ... A prodigiosa antena de aproveitadores de sempre captou neste simpático movimento, um filão precioso para suas atividades comerciais. Assistimos hoje uma enxurrada de atividades, cursos, terapias, produtos, alimentos, vestuários, empresas as mais diversas, restaurantes, lojas, modismos, seitas, tudo virou ecológico ... É só por um 'bio', 'eco' ou 'natural' ao nome do negócio e sair por aí ..."⁶³.

Por um lado, a crise energética e o escasseamento dos recursos naturais - uma coerção material - obrigam os homens a repensarem seus valores baseados na ideologia do progresso. Por outro lado, a ideologia do ecologismo está presente em diferentes setores da sociedade - mesmo que o desenvolvimentismo ainda seja a ideologia hegemônica - e provoca uma transformação na estrutura produtiva, nas representações e relações de poder entre nações, estados, partidos políticos e grupos sociais.

Sahlins (1979) nos diz que no processo de produção de mercadorias já se encontra o poder simbólico da cultura e que este não é uma resposta adaptativa àquele. Quando a lógica do mercado leva em conta o consumidor ecologista, quer dizer que aí já está presente a ordem simbólica do pensamento ecológico. Em outras palavras, o sistema produtivo, levando em conta o tipo de consumidor moderno, procura se adequar aos valores do ecologismo⁶⁴.

Sahlins chama atenção para o processo dialético

⁶³ Esta fala, inconformada, foi pronunciada por um militante ecológico do movimento de São Paulo. Citada por Antuniassi (1989:48).

⁶⁴ Basta olharmos a lista de produtos "naturais" presentes no mercado e a associação de campanhas publicitárias com a defesa de florestas e animais. Como, por exemplo: "tome tal sorvete" ou "use tal produto de beleza e ajude a salvar a Amazônia".

entre ordem material e ordem simbólica e procura resgatar o papel da cultura:

"Toma-se por qualidade decisiva da cultura - enquanto definidora para todo modo de vida das propriedades que o caracterizam - não o fato de essa cultura poder conformar-se a pressões materiais, mas o fato de fazê-lo de acordo com um esquema simbólico definido, que nunca é o único possível. Por isso, é a cultura que constitui utilidade" (1979:8). "Nenhuma forma cultural pode ser interpretada a partir de um grupo de 'forças materiais', como se o cultural fosse a variável dependente de uma inevitável lógica prática. [...] Não é que as forças e limitações materiais sejam deixadas de lado ou que elas não produzam efeitos reais na ordem cultural. É que a natureza dos efeitos não pode ser interpretada a partir da natureza das forças porque os efeitos materiais dependem de sua localização cultural. A própria forma de existência social da força material é determinada por sua integração no sistema cultural. A força pode então ser significativa - mas a significação é, precisamente, uma qualidade simbólica" (1979:227).

Podemos dizer que ainda vivemos numa cultura modernista, mas com muitos valores de uma cultura ecológica. Às vezes, como veremos nos próximos capítulos, um ou outro destes universos culturais são irreconciliáveis com a lógica prática e política de certos atores sociais. Porém, há aqueles que acreditam ser possível o desenvolvimento e a preservação ambiental, o crescimento material e espiritual, o diálogo e a harmonia entre cultura e natureza.

Veremos, então, como esta cultura ecológica é vivida por diferentes grupos sociais, como ela adquire significado na ação política, como diferentes grupos colocam-se diante da necessidade de sobreviver material e culturalmente e da necessidade de preservar a natureza. É na ação política, no confronto e nas alianças que as noções e valores do homem em relação à natureza adquirem conteúdo e uma dinâmica própria. Como diz Sahlins (1990:7), em seu livro *Ilhas de Histórias*, "a história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significados das coisas. O contrário também é verdadeiro: os

esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática". O autor conclui mais abaixo: "É nesses termos que a cultura é alterada historicamente na ação".

CAPÍTULO II.

O movimento ecológico.

"A natureza deixou de ser aquilo que sempre fora - a natureza contra a qual o homem sempre buscou proteção. A natureza de agora - dominada, ameaçada, reduzida à condição de mortal - necessita ser protegida contra o homem" (Susan Sontag).

*

1 - Na cidade de São Paulo e a caminho do litoral.

Manhã de segunda feira. Metrô e ônibus aborrotados de trabalhadores, operários e executivos. Nas ruas, os carros disputam espaço e velocidade em direção aos escritórios, escolas, fábricas, bancos ... Milhares de trabalhadores, estudantes, comerciantes, pequenos e grandes empresários, excitados pelo trabalho incansável, pela transformação e produção.

Avenida Paulista. Promessa e imagem da cultura, do progresso, grandiosidade e sucesso do capitalismo: luzes, espelhos, museus, cinemas, bancos, espaço aberto e conquistado pelo homem. Imagens de uma cidade que promete a realização do desejo humano: felicidade, criatividade, diversão. O resplendor noturno, sob luas elétricas, movimenta e fascina os amantes dos eventos e acontecimentos da vida paulistana.

O cotidiano e a periferia. A pobreza e a poluição lançam uma sombra ameaçadora sobre a cidade iluminada. A energia que coloca em movimento os carros e fábricas transforma-se em ruídos e nuvens de fumaça que acinzentam o céu da metrópole. Os esgotos caem diretamente nos rios e transformam o Tietê e o Pinheiros num caldo escuro coberto por espumas: exala o mau cheiro. O asfalto e o cimento da cidade elevam a temperatura, impedem a filtração das águas da chuva e provocam enchentes e o caos urbano. Miseráveis habitações nas favelas e cortiços abrigam a precariedade da

vida material e social e os sonhos não-realizados. Esgotos a céu aberto, falta de luz e água denunciavam esta precariedade. No centro, camelôs e pedintes disputam espaço e o mercado informal. Formulam estratégias de sobrevivência. A polícia, os cacetetes e capacetes reluzentes procuram manter a ordem do caos.

Tarde e noite de segunda feira. Os pobres (grande parte de migrantes nordestinos) disputam filas e lugares nos ônibus e metrô em direção aos cortiços do centro e à periferia. Vão em busca do repouso após um longo dia de trabalho e viagens pelas ruas e viadutos da cidade. Repouso diante de uma TV: futebol, novelas, Cid Moreira, "Aqui Agora" e "Jornal Nacional". Notícias de aumento da inflação, desemprego, violência, sequestro. Alguns outros pobres e mendigos não voltam para casa. Não têm o dinheiro para o ônibus, ou não têm a casa. Ficam pelos bares, ruas e sarjetas. Mendigando. Em meio a outros esfarrapados e "pivetes" de rua. Os ricos passam incomodados pelas ruas, alguns com sentimento de culpa, outros com medo: fecham os vidros de seus carros, precavendo-se contra os assaltantes, sequestradores e pedintes. A noite é longa para aqueles que detêm um certo padrão de consumo. Fervilham acontecimentos e encontros: restaurantes, teatros, exposições, cinemas, shoppings. Alguns vão em busca da diversão, dos prazeres e do consumo que a sociedade capitalista de fato lhes proporciona. Outros preferem voltar para casa no fim de tarde: buscam segurança em seus lares fechados por grades e cadeados, protegidos por guaritas, guardas e cães.

Sexta feira, feriado. Os carros escorregam de um lado para outro como se cada pessoa tivesse uma urgência incontrolável e desesperada para deixar a cidade tão velozmente quanto as rodas permitem¹. Nos finais de semana e feriados, milhares de pessoas saem de São Paulo em busca de "ar puro" e do "contato com a natureza" no litoral. São pessoas que procuram descanso após uma semana de trabalho e fogem do cotidiano e do caos. Indivíduos que recusam, na sua

1

Esta imagem foi construída por Berman (1988:275) em sua análise sobre o bairro Bronx em Nova York.

maioria, nem que por alguns dias, o modo de vida e o espaço social e ecológico de uma grande metrópole.

O movimento ecológico que iremos descrever foi criado nesta cidade. Um movimento em defesa da Juréia: uma das poucas áreas naturais do estado de São Paulo que ainda conserva a sua composição vegetal e paisagística sem profundas modificações.

Duzentos quilômetros é a distância que separa São Paulo da Juréia. Chegamos lá por dois caminhos: pelo primeiro, tomando a BR-116 e indo até as cidades de Itariri e Iguape; pelo segundo, tomando o sistema rodoviário Imigrantes-Anchieta em direção a Santos e daí a BR-101 até a cidade de Peruíbe. Por esse último caminho, passamos pelas cidades para onde dirige-se a passeio a classe média-baixa de São Paulo: Santos, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe. No final de semana, os caminhos da praia dividem-se de acordo com a condição social das pessoas: os mais pobres vão para litoral sul e os mais ricos para o norte.

As cidades de Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe cresceram e expandiram-se enormemente nos últimos 10 anos. Quase todas habitações estão ainda em construção ou são recém-construídas. As casas são bastante semelhantes entre si e a impressão que temos é a de que os seus donos não preocuparam-se com o seu acabamento, a decoração ou a jardinagem. São construções fincadas entre quarteirões igualmente divididos e recortados por ruas de areia. A preocupação maior é construir uma casa que fique de frente para o mar e, conseqüentemente, de costas para a Serra do Mar. Entre as cidades e a praia tudo está sendo aterrado e as antigas dunas de areia que cobriam a orla marítima foram transformadas num imenso terreno plano.

O caminho que nos conduz a Peruíbe não nos oferece uma diversidade paisagística: do lado direito avistamos a comprida Serra do Mar se estendendo por todo o litoral; à esquerda, acompanhando a praia, encontram-se as cidades em processo de fusão física (conurbação). Onde outrora só havia

um imenso manguezal, do lado de uma antiga estrada de ferro, foi construída recentemente uma moderna rodovia entre buracos, aterros e areias.

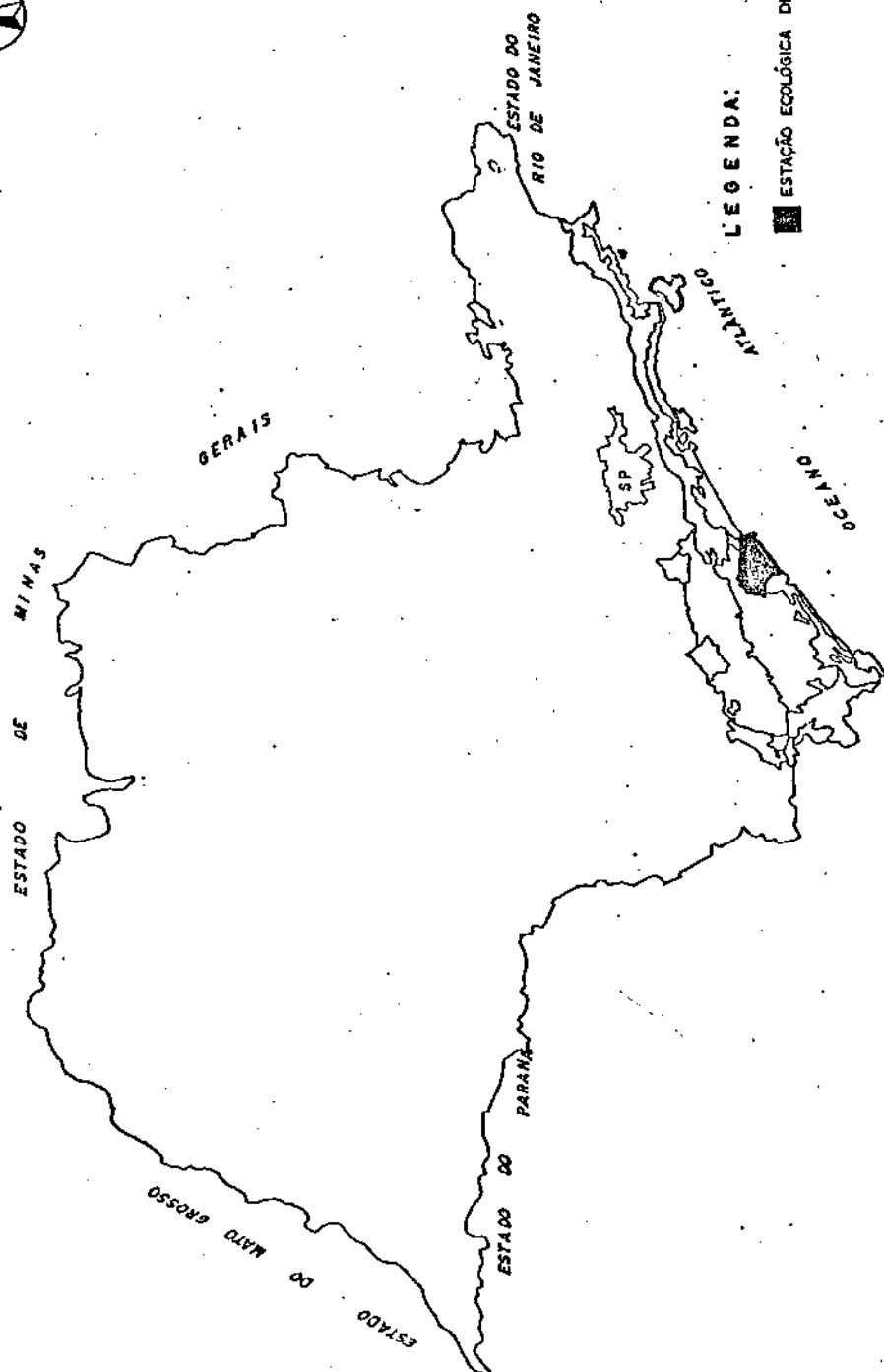
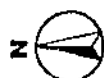
A última cidade antes de chegarmos à Juréia é Peruíbe. Com uma população fixa de 40.000 habitantes, Peruíbe chega a ter mais de 400.000 pessoas em época de temporada. Ao lado de casas mais simples, encontramos uma infraestrutura precária para atender tantos turistas: pequenos hotéis, restaurantes e bares. Ultimamente, o maior apelo publicitário da indústria do turismo da cidade é em relação à ecologia: empreendimentos imobiliários, restaurantes, farmácias, padarias, agências de turismo, prefeitura e tudo mais fazem propagandas utilizando-se de símbolos que se referem à Juréia. Peruíbe está ao lado da mais famosa área natural do estado.

A Juréia é composta por diferentes ecossistemas: o litoral, as planícies, as montanhas de altitude e os manguezais. Das serras de Itatins e Juréia, entre enormes pedras arredondadas e entre elas as árvores fincadas, nascem vários riachinhos que irão formar os rios. Rios de águas claras e escuras, semelhantes aos da Amazônia, descem lentamente a serra, contornam os morros, tomam fôlego diante de uma barreira rochosa, lambem as encostas dos morros e seguem em direção ao mar. A vegetação é uma combinação de florestas de planície, restingas e mangues. Aí forma-se o habitat de animais terrestres, peixes de água doce e salgada e toda a riqueza da vegetação aquática. Existem na Juréia mais de 160 espécies de animais, entre elas, aquelas ameaçadas de extinção: o macaco mono-carvoeiro, o macuco, a onça pintada e a lontra². Em contraste com a mata nativa, algumas faixas de terra estão cobertas pelas bananeiras. A banana é o principal produto que a população local cultiva e que lhe possibilita a sobrevivência econômica.

Na Juréia encontra-se a porção mais conservada do

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

S/ESCALA



LEGENDA:

 ESTÇÃO ECOLÓGICA DE JURÉIA-ITATINS

que ainda resta da Mata Atlântica em todo país³. A estação ecológica é formada por uma área em torno de 80.000 hectares e abrange os municípios de Iguape, Peruíbe, Miracatu e Itariri. Está localizada no Vale do Ribeira, uma das regiões mais pobres do estado de São Paulo⁴.

Antes de descrever como esta região litorânea foi preservada até hoje e quais os atores presentes no processo de criação da estação ecológica, iremos contar como surgiu um movimento na cidade de São Paulo contra a especulação imobiliária e expulsão dos caiçaras (comunidades de pescadores) do litoral brasileiro. A relação ambígua que elementos do ideário ecológico estabelecem com a questão social ao longo dos anos setenta aparece nesse movimento.

2 - A década de setenta em São Paulo: desenvolvimentismo e ambientalismo.

O início da articulação do movimento ecológico em São Paulo acontece no começo dos anos setenta⁵. Algumas entidades surgem em torno de mobilizações mais gerais e outras contra projetos específicos, considerados nocivos ao meio ambiente⁶. Uma referência importante da consolidação deste movimento é a luta em 1977/1978 contra a construção do aeroporto metropolitano nas matas de Morro Grande, em Caucaia Alto, município de Cotia. Nesta ocasião destaca-se a criação e atuação da CDPC (Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade).

-
- 3 A Mata Atlântica, que recobria toda a costa leste do Brasil, foi reduzida a 3% de sua área original, sendo o ecossistema brasileiro mais ameaçado de extinção. Fonte: Consórcio Mata Atlântica/UNICAMP (1991).
 - 4 No terceiro capítulo iremos descrever como se deu historicamente a ocupação da região do Vale do Ribeira e a situação atual dos moradores da Juréia.
 - 5 Com destaque nacional, surge em 1971 no Rio Grande do Sul a AGAPAM (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural). Liderado por Lutzemberger, este movimento ecológico tinha uma postura combativa ao regime autoritário. Já a FBCN (Fundação Brasileira para Conservação da Natureza) foi criada em 1958 no Rio de Janeiro, por uma elite de naturalistas e filantropos que tinham a preocupação quase que unicamente conservacionista. Conferir Zhouiri (1992:54).
 - 6 As principais entidades em São Paulo, no começo da década de 70, são: Sociedade de Ecologia e Turismo de Itanhaém, MAPE (Movimento Arte e Pensamento Ecológico), APPN (Associação Paulista de Proteção à Natureza) e a Comissão de Defesa da Billings. Fonte: Antuniassi (1989).

Um outro acontecimento importante nesta década foi o confronto entre caiçaras (pescadores do litoral) no sul do estado do Rio de Janeiro (município de Parati), apoiado por algumas pessoas da classe média paulistana, e uma multinacional. Este acontecimento foi descrito em duas teses de mestrado em antropologia⁷. Irei relatá-lo, não só pela sua importância para a estruturação do movimento ambientalista de São Paulo, mas porque de certa forma ele é o início do fio condutor que nos leva a diversos outros eventos e personagens do ambientalismo, especialmente no caso da Juréia que iremos estudar.

No final da década de sessenta e início da de setenta o governo militar brasileiro elaborava e colocava em prática grandes planos desenvolvimentistas. O Programa Nuclear, a Hidrelétrica de Itaipu e as rodovias Transamazônica, Belém-Brasília e Rio-Santos são alguns destes projetos. Alguns elementos fundamentais das críticas dirigidas a esses empreendimentos, são: o seu caráter burocrático e centralizador, as grandes somas de recursos financeiros despendidas, as transformações nos estilos de vida da população tradicional - índios, comunidades rurais e litorâneas - e os danos ambientais. Como nos lembra o herói de Goethe, quem está na frente deve ceder lugar a essas grandes "idéias" e obras.

A) O caso Trindade.

A construção da rodovia Rio-Santos, como a Transamazônica e a Belém-Brasília, fazia parte do "Programa de Integração Nacional", onde o objetivo a ser alcançado seria a ocupação dos "espaços vazios" e o desenvolvimento acelerado⁸. A abertura da Rio-Santos em 1972 marcou o início da ocupação mais ativa do litoral ao longo desta estrada. O governo federal - através da EMBRATUR - considerava esta

⁷ Lhotte (1982) e Andrada e Silva (1979).

⁸ Conferir Lhotte (1982:19).

região como prioritária para o desenvolvimento turístico. Uma empresa francesa (a SCET Internacional) foi contratada com o objetivo de elaborar o projeto denominado TURIS e recensear as possibilidades de exploração do turismo no litoral. As praias foram divididas em três categorias: a) áreas privatizáveis em lotes; b) área reservada à construção de hotéis e casas particulares; c) praias destinadas ao camping. Segundo Lhotte (1982:19), as praias mais bonitas tinham sido reservadas aos turistas de "maior poder aquisitivo". A autora diz que este projeto não chegou a ser executado, embora sua influência tenha guiado as opções de desenvolvimento turístico no litoral.

Em 1973, com o incentivo dado pelo governo, a multinacional ADELA (Atlantic Community Development Group for Latin America) compra uma área litorânea no sul do estado do Rio de Janeiro, município de Parati, com o objetivo de desenvolver o turismo na região⁹. Como na área havia um vilarejo chamado Trindade, ocupado há mais de 300 anos por gerações de caiçaras, a multinacional necessitava "desocupar" o lugar a fim de concretizar seu projeto.

Lhotte (1982) diz que a princípio a empresa propôs comprar amigavelmente os direitos de posse dos caiçaras. Como estes se recusavam a vendê-los, a multinacional passou a utilizar de outros expedientes: a violência, a intimidação, as ações judiciais, as alianças com os políticos e com os governos municipal e estadual.

A partir de 1974, alguns jovens turistas da cidade de São Paulo, que visitavam Trindade com frequência, ficam sabendo da situação e solidarizam-se com os trindadeiros. A disputa pela terra e o conflito decorrente iriam prolongar-se por mais de 7 anos. Os caiçaras, aliados com os turistas, buscam num primeiro momento apoio das autoridades políticas do local e dos militares. Ao mesmo tempo, a multinacional coloca mais de 40 jagunços na área como recurso para

⁹ Segundo o cientista político Dreifuss, a ADELA foi formada em 1962. Em fins de 1972, os acionistas da empresa incluíam cerca de 240 companhias industriais, bancos e interesses de 23 países, entre os quais grandes empresas dos EUA como: FORD, Standford Oil, Bank of America, First Nacional Bank, IBM, Xerox. Conferir Lhotte (1982).

intimidar os moradores e obrigá-los a vender suas posses. Muitos deles não resistem a essa pressão e ao dinheiro oferecido, acabam cedendo e deixando Trindade. Entretanto, com o decorrer do tempo alguns caiçaras percebem que a promessa de vida melhor em outro lugar não se concretiza e retornam à Vila.

O momento crítico deste conflito acontece em 1978. As famílias restantes e as que retornaram recebem ordem judicial de despejo e a multinacional coloca tratores para derrubar suas casas e começar as obras. Nesta ocasião, o caso de Trindade já circulava na grande imprensa do país e aumentava o número de pessoas na cidade de São Paulo que se preocupava com o destino dos trindadeiros. Lhotte (1982:12) relata o sentimento de revolta que tomava conta dela e dos turistas que visitavam Trindade:

"Frente a esta contradição, cada um sentia ódio e raiva por ver desaparecerem tais lugares. Raiva aumentada pelo fato de que o monstro destruidor era uma multinacional: a desigualdade era demais flagrante. Ódio, enquanto classe média, de ver se fecharem aos poucos o acesso aos diversos lugares da costa. Cada um de nós enxergava na comunidade, sobretudo, o que faltava na cidade, mistificando os habitantes, a sua história, querendo protegê-los e preservá-los. Cada um se jogou de cabeça nessa luta para preservar a aldeia, para preservar um ilhote paradisíaco, fazendo da multinacional o monstro, do trindadeiro o santo e de nós mesmos os salvadores - o que era um papel agradável. Esse papel obrigava a todos irem frequentemente para aldeia onde éramos recebidos de braços abertos pela população que abria as suas casas, a sua intimidade, onde às conversas sobre a situação somavam-se as caminhadas, os banhos de mar e de cachoeira, as festas na praia à noite com os jovens da aldeia".

O final da década de setenta é um período marcado pela abertura política, pelo início das mobilizações populares e pelo surgimento de diversos movimentos isolados em todo país. Os movimentos ecológicos também aparecem com maior força nesta época, com destaque para a atuação de José Lutzemberger da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural e a campanha anti-nuclear. Lhotte (1982:162-163) lembra-nos que alguns militantes da esquerda encontraram no

ecologismo uma forma de colocar questões políticas mais gerais e questionar os projetos e metas governamentais¹⁰. Neste contexto é que surge em 1978 a SDLB (Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro)¹¹.

A SDLB organizou junto com os trindadeiros um movimento de resistência à ocupação da área pela multinacional: são realizados shows na cidade de São Paulo, caravanas, denúncias na imprensa, assessoria jurídica e confrontos diretos com a empresa e seus funcionários (como o caso de um líder da sociedade que se colocou em frente de um trator que removia terras para fazer uma barragem). Apesar da importante atuação de um reconhecido advogado em favor dos moradores, quase todas as ações judiciais são favoráveis à multinacional. Parecia que não só os políticos locais e estaduais haviam sido "comprados" pela empresa, mas também o próprio poder judiciário¹². Depois de sucessivas derrotas, apareceram conflitos entre os caiçaras e entre estes e a SDLB¹³. A multinacional propôs três acordos a fim de solucionar a disputa pela área. No geral, estes acordos estabeleciam que a empresa cederia uma faixa de terra para o trabalho e a moradia dos trindadeiros em troca de que estes não movessem mais ações na justiça e de que não houvesse mais resistência e confronto com os projetos da empresa. Como demonstra Lhotte (1982), a maioria dos moradores de Trindade estava a favor dos acordos, mas a maioria dos

10 Isto teria sido possível, em um período de ditadura militar, por dois motivos: primeiro porque o ambientalismo aparecia como uma questão acima dos interesses de classe - ao contrário do sindicalismo e de outros movimentos -; segundo porque as próprias organizações ecológicas declaravam-se apatidárias ou apolíticas.

11 Esta sociedade foi formada por fotógrafos, arquitetos, engenheiros, matemáticos, músicos, estudantes e autoridades políticas e seus objetivos eram a defesa do patrimônio ecológico, cultural e histórico do litoral brasileiro, bem como a defesa da melhoria das condições de vida de seus habitantes. Ver em Lhotte (1982:159).

12 Para se ter uma idéia do absurdo das decisões judiciais, podemos citar um exemplo da "lógica" que as acompanharam. Por um lado, a multinacional ganhou quase todas as ações com alegação de que ela era a proprietária das terras e de que havia comprado os direitos de posse dos caiçaras. Por outro lado, a empresa havia ocupado um terreno público que a prefeitura havia doado aos caiçaras e, numa ação movida por estes (os proprietários neste caso) contra a multinacional (a posseira no caso), a justiça deu ganho de causa também a esta, com a alegação, inversa, de que numa situação de conflito entre o proprietário e o posseiro prevalece o interesse do último. Fonte: Lhotte (1982).

13 Estes conflitos eram basicamente em relação à forma de encaminhar as soluções e os acordos com empresa.

militantes da SDLB estava contra¹⁴. Como a posição da SDLB parecia insustentável diante da evidência de que os caiçaras aceitariam o acordo, os seus militantes não viam mais sentido na sua atuação, e a entidade acabou dissolvendo-se informalmente em 1979¹⁵.

Com o fim da SDLB, entraram em cena as Igrejas Reformadas da Holanda. O Fundo Samoel, ligado a estas igrejas, havia financiado um projeto de atendimento e apoio à comunidade de Trindade em 1978. Através dele ficaram sabendo do que estava ocorrendo e da contradição entre a sua ação e aquela praticada pela ADELA. Estas igrejas denunciaram a nível internacional as práticas da multinacional, que foi obrigada finalmente a abandonar seus planos, vendendo a área a uma empresa nacional (a Cobrasinco). Um acordo entre os trindadeiros e a nova proprietária foi assinado em maio de 1982, dando aos caiçaras o direito de posse de uma área para moradia e trabalho, onde estão até hoje.

O projeto turístico nunca foi realizado e parece encontrar mais dificuldades diante das pressões dos ecologistas e das várias restrições ambientais (definidas em lei) à ocupação da área onde Trindade está localizada¹⁶.

Assim, o caso Trindade marca o aparecimento de um importante movimento ecológico na cidade de São Paulo preocupado em preservar áreas naturais e "comunidades tradicionais" no litoral da região sudeste do país. Possibilitou, podemos dizer assim, a formação de um quadro

¹⁴ Lhotte (1982) diz que o acordo satisfazia o interesse dos moradores de Trindade, mas não ao dos militantes do movimento ecológico. Os primeiros, pelo acordo, teriam garantido sua moradia e local de trabalho, os segundos teriam perdido uma parte da praia que mais admiravam e consideravam como importante do ponto de vista da preservação.

¹⁵ Embora dissolvida informalmente e não realizando mais reuniões e decisões coletivas, a SDLB continuou existindo formalmente e seus militantes continuaram atuando e assessorando a comunidade de Trindade e outros posseiros em conflitos de terra, ou mesmo participando de outros movimentos e entidades. Alguns anos mais tarde, em julho de 1982, os militantes da Sociedade no caso de Trindade conquistaram importantes vitórias em termos de direito à terra para as comunidades de Taquariba, Barra Grande e Praia do Sono.

¹⁶ Mais ou menos metade da área da ex-propriedade da ADELA pertence desde 1971 ao Parque Nacional da Serra da Bocaina, outra parte foi recentemente transformada em Área de Proteção Ambiental e reforçada pelo tombamento da Serra do Mar pelo governo do estado do Rio de Janeiro.

de ecologistas que participariam mais tarde de diversas entidades e movimentos e comporiam órgãos do Estado ligados ao meio ambiente. Como veremos no item 3 deste capítulo, o movimento ambientalista institucionalizou-se nos anos oitenta e perdeu muito desta combatividade que vimos em Trindade. Assim diz Paulo, um ex-militante da SDLD e hoje técnico da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo:

"Aprendemos bastante com questões de briga de terra. Não adianta você ter o melhor advogado do país sem trabalho técnico. Você dança em juízo se você não tiver uma boa perícia. No caso de Trindade, a justiça deu ganho de causa com despejo à multinacional. Aí nós gastamos uma energia maluca com movimento, com organização dos pescadores, com passeata e com a mídia para reverter uma situação. A gente conseguiu o acordo no grito, mas judicialmente perdemos. Aprendemos que em toda briga de terra o que conta é o trabalho técnico".

É interessante notar que a SDLB formou-se em torno de uma questão social (o direito à posse e uso da terra) e a ela vinculou um problema ambiental¹⁷. No momento em que os caiçaras consideraram que o problema da terra estava resolvido, o movimento ecológico não se sustentou. Por um lado, isso revela que a questão ambiental no país ainda é tímida neste período: ela só alcança legitimidade política quando acionada junto com os problemas sociais de uma dada população. Por outro lado, revela que o ecologismo da década de setenta no Brasil foi, em geral, um canal aberto à contestação ao regime autoritário e seus projetos.

Com a restauração da ordem democrática, os grupos ecológicos passam a atuar mais no campo jurídico e institucional. Ao lado disso, como o movimento ambientalista adquiriu força e legitimidade política, sua ação canalizou-se para a esfera da preservação e conservação da natureza. Veremos, então, que neste momento os moradores e posseiros

17

As organizações ecológicas mais tradicionais no Brasil e no mundo (este é o caso de entidades como: FBCN, WWF e UICN) tiveram uma formação inversa da SDLB: nasceram preocupadas exclusivamente com a conservação e preservação do ambiente natural e só posteriormente incorporaram, timidamente, a dimensão sócio-política.

mobilizados em torno da questão agrária deixam de ter os ecologistas como aliados.

Deixemos o litoral sul do Rio de Janeiro e vamos para o litoral sul de São Paulo. Neste lugar os projetos desenvolvimentistas do governo militar e suas consequências também faziam-se presentes. Alguns dos mesmos atores de Trindade figuram neste outro cenário.

B) O caso Juréia.

Final da década de sessenta e início da de setenta: é o auge da repressão militar no Brasil. Alguns guerrilheiros estão em plena atividade. Este é o caso do grupo de Lamarca. O vale do Ribeira: uma região pobre e ocupada por uma população que seria sensível ao discurso revolucionário. Um lugar de difícil acesso, montanhoso, coberto de matas e cheio de grutas que permitiriam o esconderijo e a fuga da repressão. Ao mesmo tempo, próximo da maior cidade do país e de sua massa urbana. A região da Juréia foi o lugar que Lamarca escolheu para se esconder e preparar a revolução.

O maciço da Juréia e suas planícies costeiras permaneciam praticamente inexplorados até o início dos anos 70. Ofereciam uma paisagem expressiva e representativa das composições geológicas do litoral brasileiro. Segundo o geógrafo Aziz Ab'Saber, o maciço da Juréia pertence a um agrupamento de altos maciços costeiros, desligados da Serra do Mar e transformados em "ilhas continentais", guardando todas as características básicas de uma páleo-ilha continental: uma paisagem muito semelhante à famosa Serra Carioca e ao Pão de Açúcar no Rio de Janeiro¹⁸. O Maciço da Juréia está de frente para o mar, coberto pela densa Mata Atlântica, rodeado pelo límpido e verde rio Verde. De seu

18

Encontramos esta descrição no processo de tombamento do Maciço da Juréia. Ver em Condephaat: processo número 0306/73.

alto descem lindas cachoeiras do tipo "véu da noiva" em direção ao mar.

É este lugar belo, exótico e quase isolado que a Sociedade de Ecologia e Turismo de Itanhaém, sob a liderança de Ernesto Zwarg, desejava preservar e transformar numa unidade de conservação ambiental¹⁹. O processo de tombamento dessa área pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo) inicia-se em 1973. Entretanto, as empresas Gomes de Almeida Fernandes e Companhia Grajaúna de Empreendimentos Turísticos tinham planos de construir nesta mesma área um condomínio para mais de 70 mil pessoas - uma verdadeira cidade. O projeto previa um conjunto de instalações (pista de pouso, clubes, marinas, campos de golfe, edifícios de apartamentos, pousadas, hotéis²⁰ e outros) dirigido, como diz um conselheiro do Condephaat na época, a "uma clientela exigente e preparada psicologicamente para estar mais próxima de uma natureza verdadeira, pouco ou quase nada mexida"²¹. O caráter elitista do empreendimento é claro, embora o conselheiro do Condephaat esteja preocupado em assegurar que o mesmo não privatize as praias e não provoque danos mais sérios ao meio ambiente: "O Condephaat julga ser da ordem da economia interna da empresa urbanizadora a proibição tácita de 'campings' e estacionamentos de conduções de veranistas de 'fim de semana', no interior do espaço urbanizado por sua iniciativa e planejamento"²².

Ao contrário da multinacional em Trindade que agia de forma violenta e sem diálogo com os caiçaras e com o movimento ecológico, a empresa Gomes de Almeida procurou apoio e respaldo junto aos órgãos estatais de preservação e à figuras reconhecidas pela sua atuação na área ambiental. O

19 Segundo Antuniassi (1989:25), a Sociedade de Ecologia e Turismo de Itanhaém ganhou uma grande admiração do grande público quando conseguiu a primeira sentença judicial contra a poluição no país, impedindo a construção de edifícios de apartamentos na Praia do Sono, em Itanhaém, antes da instalação da rede de esgotos.

20 Um hotel estava projetado para ser construído na ponta da Serra da Juréia, hotel que teria um mirante e que só poderia ser alcançado por um teleférico semelhante ao do Corcovado.

21 Condephaat: processo número 0306/73 (fls. 41-44).

22 Condephaat: processo número 0306/73 (fl. 60).

projeto foi elaborado pelo escritório de Jorge Wilhem, o mesmo que mais tarde seria o Secretário do Meio Ambiente no Governo Quéricia, e contou com a participação de especialistas, consultores e planejadores renomados²³.

Neste sentido, os empresários ofereceram à Secretaria Especial do Meio Ambiente, em regime de comodato, uma área de 1100 hectares para que fosse criada uma estação ecológica, sob a condição de que ela garantisse, como órgão do Ministério do Interior, a aprovação do projeto imobiliário²⁴. A Sociedade de Ecologia e Turismo de Itanhaém e a Sociedade em Defesa do Meio Ambiente de Iguape denunciam que a urbanização da Praia do Rio Verde iria degradar a região e acusam os dirigentes dos órgãos públicos de contribuírem para que tal acontecesse. Estes respondem que o projeto em questão era um dos raros exemplos de urbanização em harmonia com a natureza e não havia porquê impedi-lo. O Secretário da SEMA federal dizia, por exemplo, que aceitava de bom grado "esta oferta de terra tão generosa pela iniciativa privada"²⁵. Na verdade, os empresários procuravam respaldo dos ambientalistas do governo, ao mesmo tempo em que garantiam a construção de um condomínio de luxo cercado e isolado por uma das mais belas áreas naturais do Estado de São Paulo, protegidas e tombadas pelo patrimônio público.

Apesar das críticas que estas sociedades faziam em relação à forma com que o processo de tombamento vinha correndo desde 1973, o Maciço da Juréia (incluindo as cabeceiras e o percurso do Rio Verde até sua foz) finalmente foi tombado como bem cultural de interesse paisagístico e científico pelo Condephaat (resolução nº 11, de 25/07/79), ficando uma área reservada para a execução global do projeto

²³ Ver sobre isso na Folha de São Paulo (29/09/79).

²⁴ Devemos lembrar: não confundir a Secretaria Especial do Meio Ambiente federal (SEMA) com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA). A primeira foi criada em 1973 e era, nesta ocasião, ligada ao Ministério do Interior - hoje ela é ligada diretamente à Presidência da República. A segunda foi criada em 1986 pelo governador Montoro. Ver sobre os outros órgãos federais ligados ao meio ambiente no anexo 1.

²⁵ Carta do Secretário dirigida ao diretor do jornal "O estado de São Paulo" (31/07/79).

urbanístico encaminhado (e aprovado) a este conselho e à Prefeitura do Município de Iguape.

Para alegria dos ecologistas, o projeto imobiliário na Praia da Juréia fora interrompido um ano depois, exatamente por intervenção do governo militar que desejava construir duas usinas nucleares no Morro do Grajaúna, ao lado do Maciço da Juréia, para tristeza dos mesmos ecologistas.

4 de junho de 1980: "Presente do governo aos ambientalistas no dia mundial do meio ambiente: usinas nucleares em São Paulo". Esta foi a manchete impressa ao lado de uma caveira no "Jornal da Tarde", quando o governo anunciou o seu plano de construir usinas no Estado em decorrência do acordo Brasil-Alemanha. A manchete deste jornal revela a reação da sociedade paulistana contra tais planos: "Era o Dia Mundial do Meio Ambiente, pôxa. A gente estava dividido, mas o Estado deu tudo para que a gente se organizasse e formasse uma resistência", diz um ecologista. Neste dia o Presidente Figueiredo assinava um decreto (nº 84771, de 04/06/80) pelo qual evidenciava a intenção de construir 2 usinas nucleares na Juréia. Os motivos da escolha deste local pelos militares para implantar as usinas eram semelhantes aos que levaram Lamarca escolhê-lo para organizar a sua guerrilha revolucionária e os arquitetos para construir uma cidade de refúgio em meio à natureza: a baixa concentração populacional, a dificuldade de acesso, o relevo acidentado e a pobreza do solo para a agricultura. Estes elementos foram também os que propiciaram a preservação da área e, por isso, a luta dos ecologistas para transformá-la numa unidade de conservação.

Logo em seguida, o governo tentava evitar as críticas ao seu programa nuclear por parte de militantes da causa ecológica, criando outro decreto (nº 84.973, de 29/07/80) no qual ficava estabelecido que as usinas nucleares deveriam ser localizadas em áreas contornadas por

estação ecológica²⁶. Por isso, uma área na Juréia de 23.000 hectares foi destinada à estação.

Logo no início a NUCLEBRÁS (empresa do Ministério das Minas e Energia responsável pelo programa nuclear) entrou na área, interditou-a para visitas de estranhos (avisados por placas colocadas ao longo das vias de acesso) e empregou alguns caiçaras em serviços de vigilância e nas obras iniciais de infra-estrutura. Entretanto, este projeto nuclear não vingou. Em 1985, já no período da "nova república", as desapropriações não tinham sido realizadas e, como prevê a lei, os antigos proprietários poderiam reassumir novamente a posse das áreas que ocupavam.

Por paradoxal que seja, a NUCLEBRÁS havia contribuído para preservar até então a Juréia, já que ela impedia e controlava rigorosamente a entrada de pessoas na região. Assim disse na época um representante do Conselho Estadual do Meio Ambiente: "Tivemos duas más notícias nos últimos anos em relação à Juréia: a primeira, que a NUCLEBRÁS viria para a região e, a segunda, que ela pretende ir embora devolvendo as terras à especulação imobiliária"²⁷.

3 - Anos oitenta em São Paulo: a institucionalização do movimento ecológico.

Montoro assume o governo de São Paulo em 1982 e promove a abertura dos órgãos públicos à participação dos movimentos sociais e populares, entre eles o ambientalismo; fato que, segundo Antuniassi (1989:56), conduziu ao arrefecimento das reivindicações destes movimentos.

Muitos militantes que atuaram no movimento de Trindade e outras organizações e manifestações relacionadas à defesa das comunidades caiçaras e contra o desenvolvimentismo são absorvidos pela SUDELPA, autarquia ligada à Secretaria do Interior.

²⁶ Provavelmente, este decreto foi motivado não somente por uma prevenção às críticas dos ecologistas, mas também por questão de segurança das usinas.

²⁷ Fonte: Revista Isto é (08/01/86)

Para os ambientalistas, este órgão deveria ser reformulado, pois havia sido criado durante o governo Laudo Natel, no auge do período militar, com o objetivo de combater as práticas revolucionárias no Vale do Ribeira. Eduardo, ambientalista e ex-técnico da SUDELPA no governo Montoro assim disse:

"o Estado precisava ocupar a região a fim de evitar a guerrilha. No documento de criação da SUDELPA está explícito que o principal objetivo do órgão é integrar a região para impedir os subversivos. O governo manda abrir estradas, construir postos de saúde, escolas e transforma os professores em verdadeiros espiões"²⁸.

No governo Montoro, várias equipes foram formadas dentro da SUDELPA com o objetivo de transformá-la numa instituição voltada para a resolução dos conflitos de terra e atuação na área sócio-ambiental. Neste sentido, destaca-se a atuação do chamado "grupo da terra". Com a experiência de participação em movimentos como o de Trindade, os ambientalistas abriram espaço no "grupo da terra" para encaminhar institucionalmente a solução demandada pelos posseiros: a aquisição de um título jurídico da posse da terra que ocupavam. O ex-militante da SDLB e atual técnico da SMA, Paulo, considera que o Estado ofereceu respaldo e instrumentos técnicos para a resolução de questões colocadas pelos movimentos sociais:

"Nós realmente fomos cooptados pelo Estado, mas estou convicto de que não teríamos resolvido uma série de questões se não tivéssemos entrado para o governo: demarcamos todas as aldeias guaranis em São Paulo, atendemos mais de 125 conflitos de terra e resolvemos outros conflitos graves como o dos posseiros de Vista Grande e de Itinguçu na Juréia".

Em 26 de abril de 1983 foi criado um importante instrumento de participação e atuação das entidades ambientalistas: o CONSEMA (Conselho Estadual do Meio

Segundo este mesmo ambientalista, os professores deveriam elaborar mensalmente um relatório descrevendo todas as reuniões e acontecimentos que presenciassem na sua localidade e entregá-lo à Secretaria da Educação.

Ambiente), ligado diretamente ao gabinete do governador²⁹. Neste conselho e na SUDELPA foi planejada a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins.

É importante dizer que alguns dos que entraram para os órgãos governamentais tinham sido e continuavam sendo militantes de organizações ecológicas. Como veremos mais à frente, essa duplicidade de atuação provocou algumas situações constrangedoras para estes técnicos-militantes, mas foi ela em boa parte a responsável pelo que os ecologistas consideram um avanço da questão ambiental. A criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins não seria, como sugerem alguns militantes e panfletos do movimento, fruto apenas de uma organização da sociedade civil e de sua pressão junto ao Estado. Tanto essa mobilização, quanto a iniciativa de pessoas e órgãos do governo, que desejavam "mostrar" para a sociedade resultados "visíveis" de sua atuação e administração, tiveram um papel fundamental no processo que levou a tal acontecimento.

No governo Montoro os problemas ambientais e fundiários vinham sendo tratados em conjunto dentro da SUDELPA. Aí foram formadas equipes e desenvolvidos programas como: o grupo da terra, o zoneamento costeiro, o zoneamento ambiental, os planejamentos sócio-ambientais, entre outros. Entretanto, em 1986 Montoro extingue aquela autarquia e divide estas questões entre duas novas secretarias: A Secretaria de Assuntos Fundiários e a Secretaria de Meio Ambiente. Os ambientalistas da SUDELPA tiveram então que fazer opção para qual secretaria deveriam levar suas

29

Segundo Ferreira (1990:42-44), a principal característica do CONSEMA é ser um órgão misto (nele há representantes dos diversos órgãos do governo, das entidades ambientalistas e de outras entidades da sociedade civil). "As principais atribuições do órgão são: a proposição e o acompanhamento da política do estado na área de preservação e melhoria do meio ambiente; a proposição de normas e padrões estaduais de controle e manutenção da qualidade do meio ambiente; o estabelecimento de diretrizes para defesa dos recursos e ecossistemas do estado de São Paulo; a proposição e a coordenação de implantação de áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e de unidades ecológicas multissetoriais; o apoio à pesquisa científica na área de conservação e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais e a promoção de atividades educativas, de documentação e de divulgação no campo de conservação e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais".

equipes. Assim diz Paulo, um ex-integrante do "Grupo da Terra":

"os dois lados queriam a gente, mas a equipe achou que politicamente era melhor ficar no meio ambiente. A gente achava que a Secretaria de Assuntos Fundiários não iria ter força política. De fato, logo depois ela implodiu e foi extinta"³⁰.

Várias daquelas equipes ligadas à SUDELPA e o Grupo de Parques e Reservas do CONSEMA, entre outros diversos órgãos espalhados por outras instituições, vão formar em 1986 uma das primeiras secretarias de estado do meio ambiente no país³¹. A questão ambiental ganha uma maior visibilidade e importância institucional.

A partir de 1986 o movimento ecológico em São Paulo adquire nova feição: entidades mais voltadas para a ação política direta no final dos anos setenta - como a SDLB e a CDPC - ou aquelas que ocupam o lugar de "catalizador" e porta-voz do movimento no início dos anos oitenta - como a APEDEMA (Assembléia Permanente de Defesa do Meio Ambiente) -, cedem espaço aos grupos mais atuantes nos canais legais e institucionais do ambientalismo.

Neste contexto é que surgem organizações como a Associação em Defesa da Juréia (1986) e a S.O.S Mata Atlântica (1987). Sem dúvida, a linha de atuação destas entidades assumiu a hegemonia no movimento ecológico no estado de São Paulo: acesso amplo à mídia, trabalho em conjunto com as agências estatais, profissionalização do movimento e apoio empresarial. É interessante notar que personagens importantes deste ecologismo participaram

30 No período 1985/1988 ocorre no estado de São Paulo o fortalecimento da questão ambiental e o enfraquecimento da questão agrária. O trabalho de Paoliello (1992) mostra-nos que os posseiros e pequenos agricultores percebem muito bem essa mudança de interesse do Estado e da sociedade: os ambientalistas que até então eram os seus aliados, passam a ser considerados como traidores. Eles teriam deixado a luta pela realização da reforma agrária em favor do meio ambiente. Paoliello (1992:363) diz que a "traição à regularização fundiária e à reforma agrária" constitui-se num dos fatores que "unificam proprietários e posseiros contra o Estado".

31 Além da SMA, outros órgãos de meio ambiente criados no governo Montoro foram: CONSEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente), Sistema Estadual do Meio Ambiente, Grupo Executivo do Meio Ambiente e Fundação Florestal do Estado de São Paulo. Fonte: A Batalha do Meio Ambiente no Governo Montoro, Governo do Estado de São Paulo, 1987.

ativamente dos órgãos governamentais e não-governamentais que foram responsáveis pela criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins. Personagens que se reuniram mais tarde na diretoria e conselho da SOS Mata Atlântica: empresários, jornalistas que ocupam cargos importantes nos maiores jornais do estado ("Folha de São Paulo" e "O Estado de São Paulo"), ex-diretores de órgãos públicos federais (como Paulo Nogueira Neto da SEMA e José Pedro de Oliveira Costa do CONSEMA e SMA-SP) e destacados ambientalistas como Fábio Feldman e João Paulo Capobianco.

1986 é, portanto, um importante referencial na mudança dos rumos do ambientalismo. Em seu criativo trabalho sobre a participação dos ecologistas paulistas nas eleições para o Congresso Constituinte de 86, Zhouri (1992) mostra muito bem esta ruptura que aconteceu entre o que ela chama de "ecologistas históricos" e o "novo ambientalismo". Os "ecologistas históricos" seriam aqueles representantes de uma tendência mais preocupada com a transformação de um modo de vida e com a construção de uma "cidadania ambiental". Já o "novo ambientalismo" estaria mais preocupado com os aspectos jurídicos e institucionais. Zhouri (1992:123) comenta sobre isso:

"É partir desse momento que a corrente 'nova ambientalista' emerge e se estabelece como tendência dominante no cenário ecológico do país, constituindo-se como os interlocutores privilegiados das agências estatais na resolução das questões e políticas públicas ligadas ao meio ambiente. Ela traz para o universo ecologista um discurso fundamentado por considerações de ordem técnico-científica e jurídica o que implica numa profissionalização maior de suas práticas sociais".

A imaturidade do movimento "verde" teria chegado ao fim com o "novo ambientalismo".

4 - Um movimento em Defesa da Juréia.

Montoro havia assumido o compromisso público de não aceitar a construção de usinas nucleares em seu Estado e o

ambientalismo nessa questão teve o governo como importante aliado. Como já dissemos, a NUCLEBRÁS havia desistido das usinas nucleares na Juréia e os proprietários e especuladores imobiliários ameaçavam voltar à região. Neste momento formou-se um movimento na cidade de São Paulo com forte mobilização da opinião pública e apoio da imprensa para que a Juréia fosse transformada em uma unidade de conservação ambiental. Como vimos, eram cientistas, estudantes, juristas, jornalistas, arquitetos, engenheiros, biólogos (e outros profissionais liberais) e políticos à esquerda do governo militar que desde a década de setenta vinham participando de diversos movimentos sociais, contra a especulação imobiliária no litoral e contra as usinas nucleares. Dessa mobilização formaram-se dois grupos: o "Movimento Pró-Juréia" e o "Grupo de Defesa da Juréia"³². Com o apoio dos técnicos dos órgãos públicos e com a vontade política do governo, a Estação Ecológica Juréia-Itatins seria criada numa área em torno de 80.000 hectares, no dia 20 de janeiro de 1986, através do decreto estadual 24.646.

Entretanto, este decreto não dava o caso por encerrado. O movimento seguiu mobilizado através de palestras, debates públicos, passeatas, projeção de audiovisuais e exposição de fotografias a fim cobrar várias outras medidas para viabilizar a existência de fato da estação. No início de 1987, dois passos a mais são dados para sua implementação: 1) no final de seu período de governo, Montoro assina, no dia 6 de fevereiro, 4 decretos (26.714, 26.715, 26.716 e 26.717) que declaram a região da Juréia como de utilidade pública para fins de desapropriação; 2) no dia 28 de abril a lei dando maiores garantias à estação, número 5.649, elaborada pelo deputado Rubens Lara, é sancionada pelo novo governador, Orestes Quércia.

32

No início do movimento havia dois grupos, cada um com um nome diferente. Como a causa pela qual lutavam era a mesma e como não havia diferenças formais e tão poucas ideológicas, os dois uniram-se e realizaram formalmente em 18 de dezembro de 1986 a assembleia de fundação da Associação em Defesa da Juréia. Quando usamos as denominações "Pró-Juréia" ou "Movimento" ou "Associação em Defesa da Juréia" estamos nos referindo ao mesmo grupo.

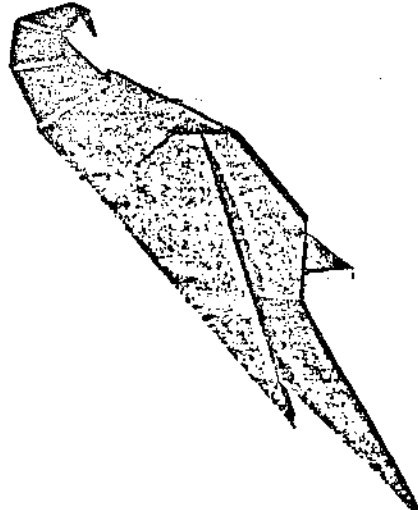
O movimento ecológico continuou em atividade durante todo o ano de 87 e 88, através de campanhas de divulgação, esclarecimentos à população, exposições, passeatas e denúncias à imprensa sobre a ameaça de realização de loteamentos e obras irregulares na Juréia.

Em junho de 1988 é lançada uma das maiores e mais bem sucedidas campanhas publicitárias do movimento ecológico brasileiro: **"Ajude a transformar um parque de papel numa estação ecológica de verdade"**. Vários bichos da Juréia feitos em Origami procuravam passar a mensagem de que a estação ecológica existia apenas no "papel", ou seja, na lei. Várias outras medidas (como a desapropriação e a fiscalização) precisavam ser tomadas para que a preservação fosse garantida e se cumprisse os objetivos de conservação do ecossistema e laboratório de pesquisa. Realizada gratuitamente pela empresa de publicidade DENISON Propaganda, "os bichos de papel" ocuparam espaço nos principais veículos de comunicação do país: televisão, emissoras de rádio, jornais, revistas e outdoors (Ver Quadro I)³³. A campanha culminou com uma manifestação em frente ao palácio do governador em setembro de 1988, ocasião em que lhe foi entregue um abaixo-assinado com mais de 150.000 assinaturas exigindo uma maior fiscalização e agilização na implementação da estação ecológica.

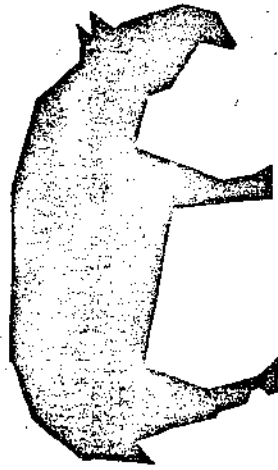
Veja na próxima página a propaganda "Ajude a Transformar um Parque de Papel numa estação ecológica de Verdade", veiculada na revista "Isto é"³⁴.

33 A empresa patrocinadora da publicidade contou com o apoio gratuito de várias outras empresas para a produção e divulgação da propaganda.

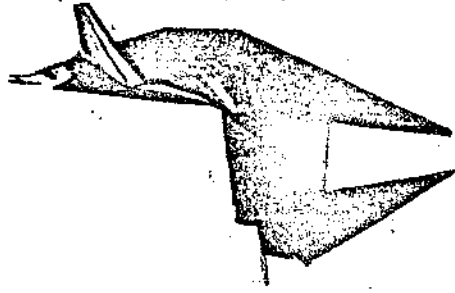
34 É importante citar o que o diretor de criação da DENISON, Raul Cruz Lima, pensa sobre o marketing ecológico: "A ecologia vende. É só ligar a TV ou abrir uma revista para ver a quantidade de produtos que aparecem identificados com a natureza. [...] Para quem como eu, tem acompanhado esses movimentos mais de perto, o que está faltando agora é a profissionalização dos movimentos ecológicos. Quer dizer, que esses movimentos possam manter pessoas batalhando ecologia 24 hs, para segurar a consistência dessas lutas entre uma passeata e outra. Entre uma matéria de jornal e outra. Para isso é preciso dinheiro. [...] Existe interesse? Acredito que sim. Deve ter muita empresa interessada em plantar umas arvorezinhas na imagem que passa para o público (e não estou nem pensando naquelas que precisam lavar a consciência)". Fonte: Jornal da Juréia, Ano III, número V, s/d.



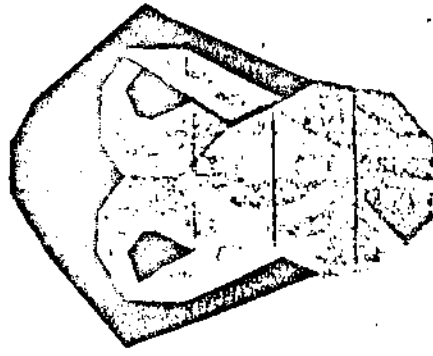
PAPAGAIO-CHAUÁ DA JUREIA
Ameaçado de extinção.



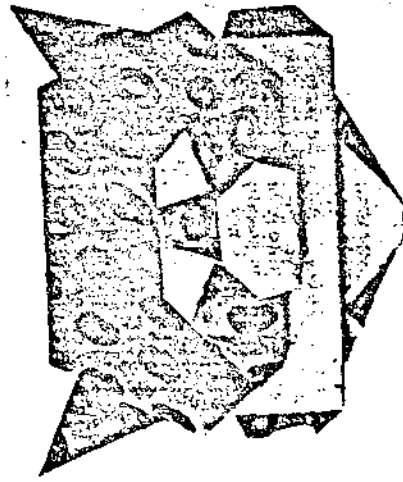
ANTA DA JUREIA
Ameaçado de extinção.



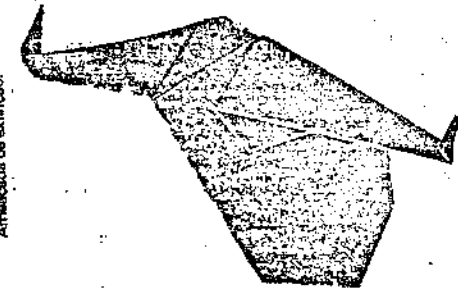
VEADO-CAMPEIRO DA JUREIA
Ameaçado de extinção.



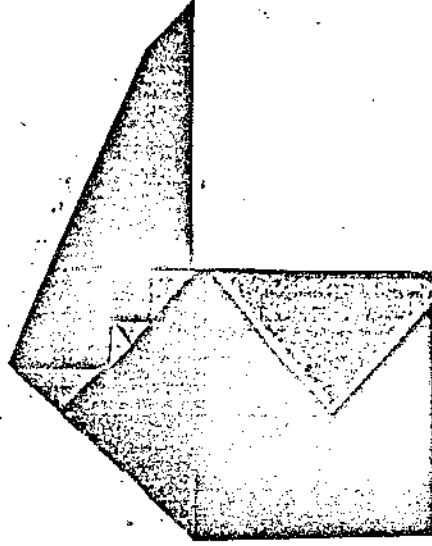
MONO-CARVOEIRO DA JUREIA
Ameaçado de extinção.



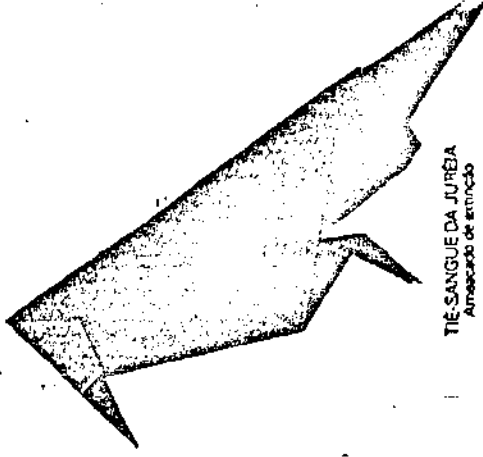
ONÇA-PINTADA DA JUREIA
Ameaçado de extinção.



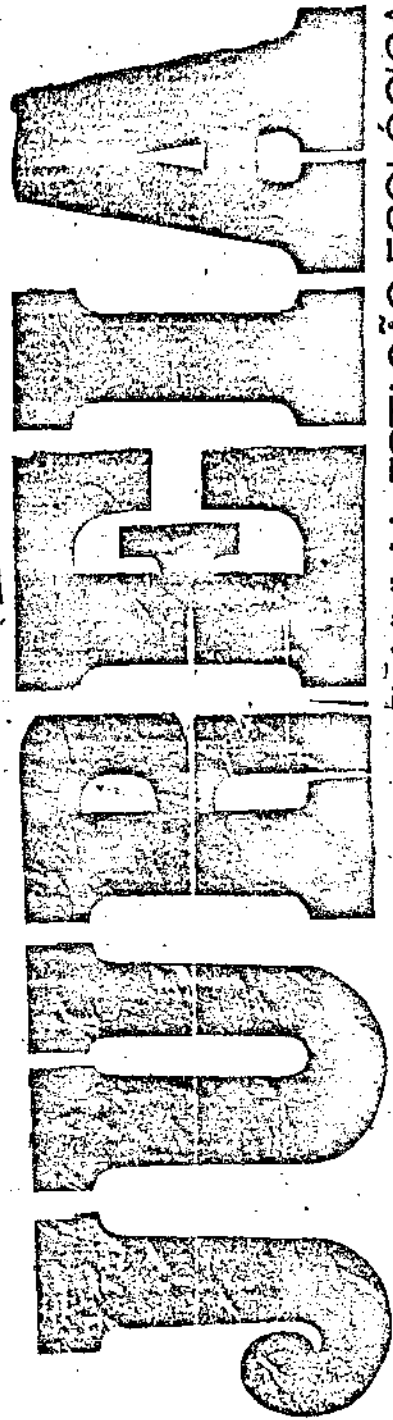
MACUCO DA JUREIA
Ameaçado de extinção.



TUCANO-DE-BICO-PRETO DA JUREIA
Ameaçado de extinção.



TIÊ-SANGRIA DA JUREIA
Ameaçado de extinção.



ESTA É A JUREIA, 82 000 HECTARES DE NATURALIDADE, 1200 ANOS DE HISTÓRIA, MILHARES DE ANIMAIS E VEGETAIS QUE NEM SE QUER CONHECEMOS. UMA DAS RESERVAS ECOLÓGICAS MAIS IMPORTANTES DO PAÍS, MAS QUE SO EXISTE NO PAPEL. ESSA É A HISTÓRIA. EM 1980, MOVIMENTO POPULAR CONSEGUEU QUE O GOVERNO DO ESTADO CRIASSE A ESTACIÓN ECOLÓGICA JUREIA-ITATINS. EM 1987, A ÁREA DE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA E SUA PRESERVAÇÃO PASSA A SER GARANTIDA POR LEI ESTADUAL. APE- MAS NO PAPEL. SE O GOVERNO DO ESTADO

NÃO COMEÇAR LOGO A DESAPROPRIAR, TODOS ESSES PAPEIS PERDEM SEU VALOR. JUREIA É O NOSSO GRUPO DE PRESSÃO PARA O MOVIMENTO EM DEFESA DA JUREIA. TRANSFORMAR INTENÇÃO EM REALIDADE. BICHOS DE PAPEL EM BICHOS DE VERDADE.

ASSOCIAÇÃO EM DEFESA DA JUREIA
ADESÕES:
ALAMEDA DOS NHAMBICULARES, 1987
FONES (011) 240-6182 E 240-6883 - CEP 04090
MOEMA - SÃO PAULO

AJUDE A TRANSFORMAR UM PARQUE DE PAPEL NUMA ESTACIÓN ECOLÓGICA DE VERDADE.

Quadro I.

OS BICHOS DE PAPEL GANHAM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Inserções na televisão 30 segundos (junho/julho de 88).

	Emissora	Nº de inserções
C		
A		
P	Record	13
I	Bandeirantes	38
T	Globo	3
A	Manchete	332
L	SBT	21

I		
N		
T	Metrópole (Campinas)	491
E	Bandeirantes (Pres. Prudente)	19
R	Record (São José do Rio Preto)	7
I	Record (Franca)	7
O	TVS (Ribeirão Preto)	23
R	TVS (Jaú)	20

Em outros meios de comunicação.

Rádios	Jornais	Revistas
Globo/Excelcior	O Estado de São Paulo	Veja
Capital	Jornal da Tarde	Isto é
89 FM	Folha de São Paulo	Afinal
Manchete	Folha da Tarde	Visão
Eldorado	Diário Popular	GAS
Cidade		Área
Record		The Best People
Bandeirantes		Senhor
Joven Pan I e II		

FONTE: Boletim da Juréia, nº 2, setembro de 1988.

Pressionado pelas críticas e visando melhorar sua imagem junto aos ambientalistas, o governador Quéricia tomará, a partir de 1989, algumas medidas consideradas mínimas para garantir uma infraestrutura operacional adequada à preservação da Juréia: a construção de um quartel para a polícia florestal; a instalação de três portais indicadores de limites e a imissão de posse (instrumento legal que permite ao Estado o controle efetivo sobre uma área a ser desapropriada) em seis pontos estratégicos para a fiscalização. Durante o ano de 1990 são anunciados um plano de desenvolvimento para a estação e a liberação de verbas para a desapropriação das terras na Juréia.

A população nativa e local, que até então tinha sido espectadora dos acontecimentos - embora envolvida neles -, passa a ser um ator político importante a partir de 1990. No momento em que acontece um maior controle da área por parte da Secretaria do Meio Ambiente e da polícia florestal, os moradores começam a se mobilizar para enfrentar o que consideram como limites postos à sua liberdade e sobrevivência.

Como vimos anteriormente, os ecologistas e técnicos da SMA não apenas sabiam da existência dessa população, como haviam atuado em seu favor na época dos conflitos pela posse da terra e na regularização fundiária³⁵. Talvez os ecologistas não imaginassem que um dia os moradores da Juréia fossem organizar um movimento contra aqueles que no passado estavam do seu lado. Desde o começo da estação os ambientalistas da SMA e da Associação em Defesa da Juréia estavam preocupados em assegurar a presença dos caiçaras na juréia, como diz claramente um jornal do Movimento:

"A existência no interior da Juréia de populações humanas mexe diretamente com o pensamento de determinadas correntes preservacionistas, que negam a viabilidade de convivência harmoniosa entre o

35

Apesar disso, o decreto que cria a estação ecológica (número 24.646, de 20/01/86) diz apenas que ela terá a finalidade de "assegurar a integridade dos ecossistemas existentes e de proteger sua flora e fauna, bem como sua utilização com objetivos educacionais e científicos", não constando nada sobre a população local.

Homem e a Natureza. Por acreditar que o Homem é parte integrante de seu meio ambiente, e na possibilidade dessa convivência harmoniosa, a Pró-Juréia tem se posicionado a favor da permanência de determinadas comunidades na área da estação ecológica. Para que isso se torne possível, é essencial que se definam com urgência o perfil dessas comunidades, levando-se em conta suas características culturais específicas e a problemática social de sua eventual realocação. As populações caiçaras e ribeirinhas, as comunidades indígenas, pequenos proprietários e posseiros que mantiverem atividades compatíveis com a preservação ambiental, certamente devem permanecer nas terras que ocupam [...] "³⁶.

Porém, o problema é exatamente o "que é compatível com a preservação ambiental". Quem define o que é e o que não é compatível? Certamente os ecologistas imaginavam a princípio que os moradores da Juréia mantinham uma relação "harmoniosa" com a natureza. Quando eles reagiram, dizendo que suas vidas estavam sendo dificultadas e mesmo impossibilitadas na estação, surgiu uma situação de conflito latente entre esses dois atores.

Pela lei federal número 6.902, 27 de abril de 1981, estação ecológica é uma extensão de área natural preservada, de valor ecológico, destinada à pesquisa e experimentação, sendo 90% reserva integral e 10% reserva parcial que poderá ser utilizada para a realização de experimentos que impliquem em alterações ambientais. Apesar desta lei, como mostraremos a seguir, tanto o Estado quanto o movimento ecológico são a favor de que se procure uma saída legal e política para que se mantenha a população no local sem causar danos ao meio ambiente. Para isso, **seria necessário** modificar a lei que criou a estação e propor uma outra

categoria de unidade de conservação menos rígida em relação à presença humana³⁷.

Depois de muitos encontros para tratar desta questão, para reivindicar assistência à saúde, melhoria e construção de estradas e escolas, surgiu em julho de 1990 um movimento organizado de moradores da Juréia. A partir daí foram realizadas várias reuniões entre estes moradores e representantes do Estado e do movimento ecológico. No capítulo 4, iremos relatar detalhadamente estes acontecimentos.

5 - As alianças políticas, o pragmatismo e a mídia.

A Associação em Defesa da Juréia tem em torno de 1.200 sócios, compostos em sua maioria por estudantes e profissionais liberais. Entre estes há uma grande quantidade de jornalistas, biólogos, geógrafos e arquitetos (Veja Quadro III). A relação dos membros do Conselho do "Pró-Juréia" por profissão e idade era a seguinte em 1990:

37

A princípio, os moradores propunham a pura e simples exclusão das áreas que ocupavam de qualquer categoria de unidade de conservação, mas no decorrer das discussões admitiam que as mesmas fossem definidas em outra categoria. No anexo 1 desta dissertação descrevemos várias outras unidades de conservação definidas por lei e que seriam menos rígidas do que a estação ecológica, como: as APAs (Áreas de Proteção Ambiental), a Reserva Biológica, os Parques Nacionais, as Reservas Extrativistas, entre outras.

Quadro II.

Profissão	Idade
Administrador de Empresas	29 anos
Advogado	26 "
Artista Plástico	51 "
Assistente Técnico	41 "
Bibliotecário	59 "
Empresário	29 "
Engenheiro Florestal	34 "
Geógrafo	35 "
"	33 "
"	37 "
Geólogo	29 "
Jornalista	25 "
"	40 "
Médico	27 "
Operador de VT	38 "

Quadro III.

SÓCIOS DO PRÓ-JURÉIA/ 1990.

Relação por idade (%)	Relação por profissão (%)
- de 20 anos = 12%	Profissional liberal = 36%
de 20 a 30 anos = 51%	Estudante = 31%
de 30 a 50 anos = 32%	Comerciante = 6%
+ de 50 anos = 5%	Bancário = 6%
	Operário = 1%
	Empresário = 2%
	Outros = 18%

Total (absoluto) = 1.235

A estrutura logística da entidade é garantida com a contribuição financeira dos sócios, a venda de material de divulgação (camisetas, bottons, adesivos, cartazes, etc), o apoio de uma organização norte-americana (Fundação MacArthur) e a adesão empresarial a importantes campanhas promocionais³⁸. Dentre estas campanhas, poder-se-ia citar um acordo firmado com o banco Crefisul (associado do Citybank), pelo qual se destina à Associação 0,25% ao mês sobre todos os depósitos que forem realizados em uma caderneta de poupança especial aberta pelo "cliente ecológico", em troca o "Pró-Juréia" ajuda o banco a construir um "marketing verde". Tal acordo parece ter dado resultado para os dois lados: segundo o jornal Gazeta Mercantil do dia 18/10/90, o Crefisul teve um aumento de 1,3 mil poupadores para 3 mil e o saldo de depósitos passou de US\$ 1,5 milhões para US\$ 5,5 milhões.

Veja na próxima página o panfleto da propaganda "Poupança Ecológica".

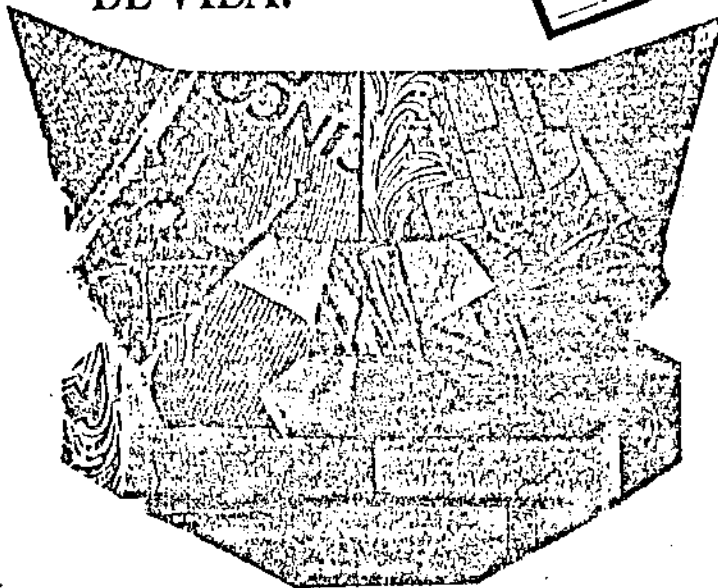
O sucesso da mobilização e formação de uma opinião pública em defesa da Juréia pode ser visto como decorrente do forte apoio que o movimento teve na mídia. Vimos, ao mesmo tempo que o apoio de técnicos-ambientalistas do Estado foi fundamental para a criação da estação. O ecologista profissional do governo acha que deve haver uma maior aproximação entre o movimento e o Estado. O ambientalista que está fora acha que o papel do movimento é mais de cobrança e vigilância. Às vezes, esta ambiguidade leva a posições conflitantes e situações embaraçosas para quem necessita estar presente no governo e ao mesmo tempo lhe fazer oposição, para quem usa as regras do mercado para vender um "produto verde" e convive com a "poluição"

38

Entre as empresas financiadoras do "Pró-Juréia" temos: CCE - Indústria e Comércio de Componentes Eletrônicos S/A, CETEST S/A Ar Condicionado, Imobiliária May Zaidan, Real Agropecuária, Companhia Brasileira Metalurgia e Mineração, Gradiente Eletrônica S/A e Denison Propaganda. Fonte: Boletim da Juréia, número 2, setembro de 1988.

POUPANÇA AQUI
RENDE MUITO MAIS.
RENDE QUALIDADE
DE VIDA.

ENTRE TANTAS
VANTAGENS DA
ATÉ SEGURO
DE VIDA.



POUPANÇA ECOLÓGICA CREFISUL

PRÓ-JURÉIA

Prezado amigo

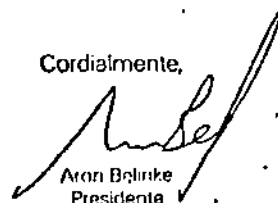
A marca registrada da Pró-Juréia, os bichinhos de papel, está aparecendo associada a uma campanha publicitária diferente: a da Caderneta de Poupança Ecológica Crefisul.

Nós estamos muito contentes com isso; afinal, depois dos impactos do Plano Collor, vamos poder contar com uma nova e importante fonte de recursos para o nosso trabalho.

De fato, nos próximos seis meses, o Crefisul doará à Pró-Juréia 0,25% ao mês sobre todos os depósitos nas cadernetas de poupança realizados a partir de 1º de julho. O valor será pago trimestralmente e, o que é melhor, sem nenhum ônus para o poupador.

Acreditamos que esta seja uma ótima oportunidade para você colaborar com a Pró-Juréia sem nenhum custo pessoal. Se houver interesse da sua parte, estamos à disposição para ajudá-lo a participar, facilitando a abertura da sua conta. Entre em contato com a Pró-Juréia pelo telefone (011)846-2787 ou procure diretamente o Crefisul: (011)800-1222. Esta é uma oportunidade única. Temos certeza de que não vai perdê-la. Aguardamos você.

Cordialmente,



Aron Belinke
Presidente

PS.: Não se esqueça de avisar também seus parentes e amigos.

Aqui

CREFISUL BANCO

São Paulo: (011)874-1212; Rio: (021)297-2177; outras localidades (DDD grátis): (011)800-1222.

produzida pelo "marketing ecológico"³⁹. Apesar destas divergências, existe uma unidade de pensamento muito grande entre os militantes do "Pró-Juréia" e técnicos da SMA. A estratégia de ação destes ambientalistas está em consonância com a ideologia de um movimento preocupado com o "marketing", o "profissionalismo" e o "pragmatismo". Vamos ver agora um conjunto de falas que nos mostra claramente estes valores, para depois procedermos uma descrição mais minuciosa da região e seus moradores, que é o tema do terceiro capítulo⁴⁰.

Cláudia: "Como você vai falar em conscientização ecológica no Brasil? Eu acho que ela é muito fraca, pertence a uma elite que domina e tem acesso aos meios de comunicação. Existe uma meia dúzia que faz a notícia. Como nós fazemos, estamos cansados de fazer notícia todo dia. A gente comanda junto com os donos de jornais, a gente manipula a informação. O jornal quase ninguém lê. O rádio está na mão de gente reacionária. Então, é muito difícil. Como você implanta uma democracia? Quando você tem consciência dos seus direitos. As pessoas do povo nem sabem que elas têm direito à justiça, ao trabalho, ao salário justo. Elas nem sabem que estão vivas. Muita gente nem sabe porque vive. Quem é o Brasil? As riquezas que temos nas florestas e que podem gerar remédios para o país? Tudo é muito difícil no Brasil. Eu acho difícil a consciência ecológica no sentido como eu enxergo, do ponto de vista europeu. Eu acho que os moradores da Juréia estão lutando é por um pedaço de terra e não por ter uma consciência

39

É interessante notar que os ambientalistas do "Pró-Juréia" são a favor do uso da propaganda para vender as idéias "verdes", embora condenem aqueles que exploram o "marketing ecológico" sem um retorno "real" para o meio ambiente. Nas campanhas eleitoriais de 3 de outubro de 1990, a maioria dos candidatos fizeram propaganda vinculando a sua imagem ou a de seu partido a projetos conservacionistas. Fato este que fez o presidente da Associação "Pró-Juréia" dizer que existia uma especulação ecológica em torno da Juréia - em analogia à especulação imobiliária -, já que os dividendos políticos não eram proporcionais em relação aos investimentos (monetários) na estação ecológica. Ver em Folha de São Paulo (20/01/90) e folha da Tarde (22/08/90).

40

Todas as citações que seguem abaixo são feitas a partir de entrevistas realizadas com ecologistas que participaram da criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins. Alguns são técnicos da Secretaria do Meio Ambiente, outros são militantes do "Pró-Juréia". Ver uma breve biografia de cada um destes entrevistados no anexo 2.

ecológica. A questão com eles é de terra e não porque são apegados ao meio ambiente. Se derem uma outra terra para eles, em outro local ... eles acham bom ...".

Débora: "Aliança e oposição depende muito da situação política ... Nós somos separados do governo e dependendo a gente faz alianças ... Nós fizemos uma manifestação contra o governo: levamos um monte de papel para embrulhá-lo, já que ele embrulhava a gente. Fomos pintados de bichos, cheio de crianças, assim meio infantil, simbólico, era uma tentativa de ser global, de sair na imprensa. Então, a gente era contra o governo. Uma vez o pessoal da Secretaria de Saneamento e Energia propôs uma fusão com a Secretaria do Meio Ambiente. Era colocar execução e controle ao mesmo tempo. Nós do movimento ecológico fomos contra e a SMA também. Então, ficamos do lado de um segmento do Estado contra outro. A posição é de oposição, dependendo da situação".

Alexandre: "O movimento ecológico no Brasil tem duas linhas: uma mais radical, xiita, mais conservadora e uma que vem trabalhando com o sistema capitalista, com a iniciativa privada. Esta tem uma forma mais profissional e empresarial ... O movimento tem que ter respostas. Você não pode, por exemplo, ficar só falando que não pode derrubar a mata e tocar fogo porque vai fazer isso ... É preciso dar alternativas, pois você não consegue quebrar o desenvolvimento social e econômico. O mais xiita e romântico é aquele que [diz que] você não pode usar o MARKETING para divulgar as questões ambientais. É uma coisa mais purista. Essas pessoas acham que tudo é uma droga e é preciso parar tudo. Isto culminou naquele adesivo que eu acho horroroso: "seja ecologista, mas não seja chato". Esse slogan foi feito para esse grupo que acha tudo chato, que tudo é uma droga. O ecologista tem que ser chato, intransigente, mas tem que buscar soluções e não pensar que vai acabar tudo, fechar todas as fábricas. As mudanças serão a longo prazo e dinâmicas. Os xiitas são esses leigos que não têm a noção da

complexidade da questão ambiental. No início existia muito, mas hoje é diferente".

Paulo: "É difícil dividir as coisas. Eu sou técnico do governo e era militante do "Pró-Juréia" ... Eu acho que uma coisa não exclui a outra ... Desde que eu não esteja fazendo jogo ... Desde que eu saiba conversar abertamente dentro da Secretaria e lá. Eu procurei me conduzir desta maneira dentro do conselho (do "Pró-Juréia") e na SMA. Nós tivemos dificuldade de diálogo. Dentro da SMA a gente não era bem visto ... A Associação queria discutir só com o Secretário ou com o governo e não com os seus técnicos. Eu acho essa linha burra. Só que lá dentro (do "Pró-Juréia") eu não podia falar isso, porque era do governo. Agora, os caras não conheciam a Juréia - só iam lá no final de semana -, quem conhecia era a minha equipe que estava no governo. No começo éramos todos militantes do "Pró-Juréia", mas depois acabamos nos desligando porque cansamos do pessoal que não tem o conhecimento de campo e que fica falando as verdades dentro das paredes dele. Então, no conselho apareciam questões que era eu quem entendia - eles não entendiam nada da questão fundiária. Eu estava sujeito a dar uma informação que o Secretário não queria que fosse divulgada, porque os caras não dialogavam com ele. Eu acho que o "Pró-Juréia" tinha que trabalhar em cooperação para ter resultado. Ficou nessa de confronto e não tem a área desapropriada. A Juréia foi muito usada na eleição, mas temos só 10% da área desapropriada. Se houvesse um trabalho de proximidade - crítico, mas junto -, estaríamos cooperando. Num certo tempo eu fiquei dividido, depois cansei-me do jogo do "Pró-Juréia" e desliguei-me. É um jogo para mídia, um jogo burro. Uma entidade que está voltada para uma atuação geográfica, obrigatoriamente vai ter que trabalhar com o governo. Depois de 4 anos, não tem um projeto vingado lá, só tem trabalho com a mídia. Na Secretaria, eu fui acusado de atravessador e inimigo do Secretário. É difícil você ser crítico e demonstrar lealdade ao órgão que você trabalha. Para gente

ficou muito claro: alguns trabalhos só são possíveis de realizá-los dentro da Secretaria".

Eduardo: "Quem briga pela diversidade tem que respeitar a diversidade. Eu acho que cabe tudo dentro do movimento ambientalista. Necessariamente ele deve ter tudo: gente que briga para proteger uma espécie de animal, deve ter os amigos das baleias, amigos do mico-leão ... Acho importante isso porque tem um papel simbólico e político mais geral. Eu acho fundamental as entidades que lutam por áreas protegidas, que já não têm uma visão tão reducionista do ponto de vista ecológico, como têm estas das espécies. Eu acho que é mais consequente trabalhar para criar parques, APAs (Áreas de Proteção Ambiental) e outros tipos de unidades de conservação no qual o homem esteja dentro. Eu acho que o patrimônio natural, cultural e étnico não deviam ser dissociados ... É fundamental ter entidades que sejam apenas provocadoras, que fazem pressão e denúncias e que têm uma ação essencialmente política. Entidades de pesquisas científicas também têm sua contribuição. E tem entidades que às vezes misturam estas coisas. E por que estas e outras variantes acontecem? Porque a questão ecológica é uma questão que permeia tudo. O que se quer em última instância é mudar o modelo de desenvolvimento. E para mudar o modelo de desenvolvimento - seja a questão urbana ou a questão da natureza e parques, ambiente verde ou ambiente cinza - você quer rediscutir formas de ocupação do território, você quer rediscutir formas de exploração dos recursos naturais, você quer rediscutir formas de distribuição de oportunidades, dos direitos difusos, direitos à paisagem, direito à beleza, direito a uma qualidade de ar respirável ... O movimento ambientalista necessariamente não deve ter um modelinho, ele deve estar em todos os lugares: é coisa de rico, é coisa de pobre, é coisa de menininha de sociedade, é coisa do pesquisador profundo. Tem que ter uma parceria - desorganizada, num certo sentido -, senão não vamos conseguir esta mudança que é a meta mais geral do movimento, que é uma mudança de MENTALIDADE. E aí temos que ter as

pessoas distribuídas em vários cargos, funções, ocupações, profissões, locais diferentes. Então, o movimento ambientalista deve garantir um espaço para todo mundo. Eu acho que o meio ambiente, como está hoje, vai operar uma revolução, mas numa estratégia que é muito mais reformista ... Eu acho o processo reformista mais eficaz: um processo que parte do que nós temos, da nossa realidade, que usa mecanismos que estão disponíveis e vai criando mecanismos diferentes. Por exemplo, a legislação é bem isso: se você pegar as leis ambientais do Brasil há 20 anos atrás - pouquíssimas que existiam -, tinham uma linha completamente diferente. Houve uma revolução na legislação brasileira, mas reformista ... Às vezes, num caso a ação é essencialmente política: é pressão, é denúncia, ... Noutro caso é ajudar tecnicamente, noutro é atuar socialmente de maneira diferenciada. Então, têm as estratégias e as táticas localizadas ... Eu vejo é esse conjunto".

Ruben: Em síntese, pulverizar a ação do movimento nos diversos níveis, nos diversos lugares?

Eduardo: "Existe a associação dos amigos da praia não sei o quê - têm várias -, você vai falar muitas vezes: são os burguesinhos que foram lá, compraram essa casa, ou grilaram - o avô grilou - ou compraram a prêço de banana do caixara. Tem toda a história. Mas está lá, hoje, uma associação brigando para que o resto da praia não seja deteriorada. Estão lá defendendo o seu próprio lugar, querendo ter a sua casa num lugar que seja aprazível ... Então, você precisa desse cara também. Você pode partir do pressuposto: oh! aquele burguesinho lá tá defendendo o dele! É verdade, mas pode ser que defendendo o dele, ele esteja defendendo o mais coletivo e vice-versa. O problema no Brasil é a discrepância, a distribuição de oportunidades, a distribuição de terra. Se você não resolve este problema você não resolve a questão ambiental, pois ela não é isolada. As pessoas necessitam ter uma condição estável, um lugar para viver. Isso vale para a cidade e o campo. Então,

isso é tudo: o desemprego, falta de casa, falta de saneamento, estas coisas estão todas ligadas".

Sérgio Luiz: "A mudança da matriz energética da nossa sociedade sempre foi uma reivindicação do movimento ambientalista. Uma matriz energética alternativa pressupõe uma sociedade solidária. Como a mola propulsora da sociedade é o seu perfil energético, se eu o redefino, estou mudando toda a sociedade - o estilo de vida consumista, as injustiças -, estou mexendo com todos os oligopólios, todos os jogos de interesses que sustentam o status quo. Eu, como ecologista, não preciso me apegar em Marx ou Keynes porque com isso eu estou perdendo pontos. Eu preciso apenas utilizar argumentos que mostram o desperdício e a insustentabilidade desse modo de produção e consumo. Caso contrário, eu entro na guerra de ideologias e essa guerra é justamente aquilo que o movimento sempre procurou se manter à parte. O que diferencia o movimento ecologista de outros movimentos, o estudantil por exemplo, é que os ecologistas, no Brasil, por exemplo, começaram a sair às ruas em plena época ditatorial contra a energia nuclear. Nenhum outro grupo entrou nesse negócio. O movimento ecologista procurou unir a direita e a esquerda. É claro que também estava lutando por uma nova ordem econômica e social, só que sem utilizar os chavões e nomenclaturas que inviabilizaria todo o movimento. Simplesmente eliminou-se o sotaque, os chavões, eliminou-se o dialeto ideológico com todos os seus ranços, esteriótipos, mas na prática as ações mais subversivas - como estas de sair nas ruas contra a ditadura, contra o acordo Brasil-Alemanha - foram desencadeadas pelo movimento ecológico. Enquanto os grupos avançados estavam impedidos de realizar esses eventos, o movimento ecológico os conseguiu. Mesmo assim os ambientalistas foram acusados de comunistas e enquadrados na lista de segurança nacional do Ministério das Minas e Energia. Este processo culminou com um documento da Escola Superior de Guerra em que compara as entidades não-governamentais aos piores tipos de câncer que podem ser encontrados em uma sociedade. Na Amazônia, os ecologistas

são comparados aos narcotraficantes e coisas que os valem. Então, embora a ação ambientalista não tenha uma rotulação, ela é profundamente revolucionária.

Ruben: Como é possível essa prática revolucionária com uma política de acordos e alianças?

Sérgio Luiz: "Você não pode deixar as coisas entre maus e bons - esquerda e direita. Você tem que interagir dentro do tecido social e buscar novas alternativas".

Ruben: Mas hoje todo mundo se diz ecologista, até mesmo as empresas mineradoras, o Macdonald's, a Petrobrás!

Sérgio Luiz: "Isso deve-se ao êxito do movimento, quando você uniu todos os extremos em torno da questão ambiental. Durante bom espaço de tempo ela passou despercebida. Você era perseguido pelo general, mas era amado pela mãe dele ... Coisas bem comum neste movimento. Isso foi fazendo com que o ambientalismo fosse adquirindo uma base e formando um consenso. Então, há um consenso de que não se deve destruir o meio ambiente, não se deve degradar a qualidade de vida, não se deve tolerar uma sociedade de consumo tão deletéria. Esse consenso que existe não era esperado. Quando os institutos de pesquisa mostraram que a grande preocupação popular era a questão ecológica, os empresários contra-atacaram. Durante anos e anos eles disseram que isso era uma ideologia profundamente perniciosa, procuraram ridicularizar dizendo que todo mundo queria voltar para as cavernas, que era todo mundo amante das borboletas e que as crianças estavam morrendo de fome, que isso era coisa de veado, que era preciso o desenvolvimento a qualquer preço e coisas deste tipo. Viram que não deu certo, porque a população continuou fiel a esse consenso. Já que não puderam destruí-lo, aderiram a ele. Então, hoje todo mundo se diz ecologista. Em Cubatão, por exemplo, você tem entidades ecologistas financiadas pelas empresas que mais poluem. Isso é normal, mas você não pode considerar o ambientalismo por essa torre de babel. Para isso, eu acredito, existe a universidade, para separar o joio do trigo. A população está sabendo: a Petrobrás que faz

propaganda no horário nobre dizendo que preserva o meio ambiente, continua poluindo através de suas petroquímicas, de suas refinarias e de seus petroleiros. Resta saber quem é que vai ser enganado".

Ruben: Você não acha que o próprio movimento ecológico deva fazer uma autocrítica sobre a suas alianças, seus valores e consequências de suas práticas?

Sérgio Luiz: "Acho que ainda não houve tempo para pensar. A reflexão cabe aos grupos ideológicos que estão aí no ócio. O movimento ambientalista está lutando contra as multinacionais, na prática, levando-as aos tribunais. É uma tarefa que não exige uma reflexão ideológica, exige ação e coragem para enfrentar toda a máquina esmagadora que encontra pela frente. O movimento ambientalista mais avançado não pode perder tempo com estas "bizantinices". Ele age e se alguém quiser conceituar as suas práticas como ecofascistas - porque ele está indo contra o pólo de Cubatão e as multinacionais e estatais lá estabelecidas - é um direito que lhe assiste, mas sem qualquer parâmetro na realidade. O ambientalismo é um movimento simplesmente na medida em que ele está atuando em níveis bem mais visíveis. Não é necessário nomear estes inimigos: dizer este aqui é fascista classe A, este aqui é burguês número 1. Não. São inimigos bem respeitáveis contra os quais a esquerda sempre esgrimiou suas lanças apenas na retórica, agora vamos atacá-los usando a parafernália de dados a que você se referiu no começo (da entrevista). Se eles são movidos por estes parâmetros, nós os contra-atacamos por estes parâmetros, com suas próprias armas. Eles são todos baseados na econometria? Então, vamos atacá-los nesta mesma linha. Esta ação é um ativismo que não necessita de grandes reflexões ideológicas a respeito da humanidade".

Vimos que os valores dos militantes do "Pró-Juréia" apontam para um certo consenso em relação à problemática ambiental. No capítulo 4 iremos ver como que o consenso é um ideal extremamente difícil de ser alcançado no cotidiano da relação entre ecologistas e moradores da Juréia.

Capítulo III.

Os moradores da Juréia.

"A floresta está repleta de milhões de pipilados chorosos provenientes de minúsculas rãs. Todo o universo está piando, trocando mensagens chorosas. [...] Não terá se movido algo ali, não haverá sons humanos entre eles, pessoas que trocam mensagens chorosas para anunciar um ataque súbito?" (Werner Herzog).

*

1 - A região: um breve histórico.

A colonização do Vale do Ribeira é antiga. Os portugueses chegaram no século XVII em Iguape, cidade que foi por muito tempo o principal escoadouro da produção aurífera do Vale¹. Na Juréia está localizada a trilha que Martim Afonso de Souza mandou abrir para ligar São Vicente, sede da capitania hereditária, a Iguape e Cananéia. Nesta trilha, em época de plena guerra com o Paraguai, por volta de 1865, foi implantada a linha de telégrafo para ligar o Rio de Janeiro ao sul do país². Já no final do século XVIII, com o declínio do ciclo do ouro, a mão-de-obra escrava passou a ser utilizada em lavouras de arroz. Este produto era levado para o porto de Iguape e daí exportado para a cidade do Rio de Janeiro. Com a abolição da escravatura e a desativação do porto, essas fazendas foram abandonadas e ainda hoje restam suas ruínas cobertas pela mata.

Até o final do século XIX, Iguape foi o mais importante pólo econômico da região³, mas a partir da desativação do seu porto, da centralização dos serviços portuários em Santos em 1890 e da construção da ferrovia

¹ Conferir Paoliello (1992:114-129), sobre o processo de ocupação da região e seus aspectos sócio-econômicos.

² Conferir Revista Geográfica Universal, nov. 1985.

³ Segundo um levantamento histórico realizado pelo ecologista João Paulo Capobianco, Iguape tinha nessa época seis jornais, uma escola agrícola (até 1858), um consulado francês (até 1905) e a população recebia constantemente espetáculos artísticos vindos da Europa.

Santos-Juquiá em 1914, esta cidade entrou em decadência⁴. Com a abertura da rodovia BR-116 nos anos 60, ligando São Paulo a Curitiba, Registro passa a ser a cidade-pólo do Vale⁵.

Como se nota, o Vale do Ribeira ficou fora do ciclo do café e até por volta de 1970 esta região pautou-se pela agricultura de subsistência, pela permanência de enormes quantidades de terras devolutas, pela baixa concentração populacional e, ainda hoje, ela é considerada uma área de fronteira agrícola. A partir dos anos 70 ocorre a chegada de grandes empresas mineradoras e agropastoris, madeireiras e imobiliárias. Acirra-se a luta pela posse da terra e grileiros atuam através de mecanismos ilegais e da violência. Posseiros são expulsos das áreas que ocupam. Grandes conflitos são criados. Nesse contexto, também aparecem as atividades de guerrilha e, concomitantemente, os planos de desenvolvimento do Estado para impedir a ação revolucionária.

Nos anos oitenta o poder público direciona sua atuação em duas frentes: 1) as agências estatais são encarregadas de solucionar o problema fundiário e

⁴ É importante dizer que o Porto de Iguape foi desativado em decorrência de um desastre ecológico. Mourão (1971:88-90 [anexo]) relata este fato: "Em 1825 foram iniciados os trabalhos para a abertura de um canal ligando Porto Ribeira ao porto de mar da cidade [de Iguape]. O [rio] Ribeira de Iguape, antes dessa obra desaguava no oceano a Norte da cidade, contornando o morro dos Engenhos, em cujo sopé Sul a cidade se ergue. Para facilitar o acesso das mercadorias vindas por mar, ou escoamento da produção agrícola, foi deliberado romper um canal entre o porto de mar e o Porto do Ribeira. Em 1837 a obra estava pronta. [...] Aos poucos o canal foi-se alargando e aprofundando em virtude da sua posição do desnível em relação à antiga foz do Ribeira de Iguape. De 5 metros de largura, iniciais, o canal passou a ter uma largura de 200 metros. As margens arenosas e os barrancos mal defendidos começaram a ser tragados. Dia a dia a largura do Valo vai aumentando, causando o pânico entre as populações ribeirinhas. A par do assoreamento da velha foz do Ribeira, a do Icapara também começou a ficar assoreada. As águas do Ribeira passaram a irromper pelo mar Pequeno abaixo, ao mesmo tempo em que a barra do Icapara se ia assoreando, impedindo o acesso da navegação. Este fato e a construção da estrada de ferro Santos-Juquiá, determinou o encerramento de muitas casas comerciais e abandono em massa da cidade de Iguape, em boa parte em favor do Rio de Janeiro. Só os pequenos sitiantes é que não se mudaram por falta de posses. Iguape aos poucos ia morrendo. As águas do Ribeira de Iguape provocaram a destruição da fauna marinha que habitava as águas da barra do Iguape e do mar Pequeno, ricas em plancton, principal alimento dos peixes". Ao longo dos anos o Estado tentou várias vezes solucionar esse problema (investindo no aterro do Valo Grande e na remoção do assoreamento), sem sucesso. Atualmente as entidades ambientalistas, lideradas pela SOS Mata Atlântica, estão captando recursos financeiros para "consertar" este dano sócio-econômico-ambiental.

⁵ Conferir Mourão (1971:116-119 [anexo]).

implementar a Reforma Agrária⁶; 2) entram em cena as práticas, políticas e legislação de proteção ao meio ambiente.

A situação fundiária na Juréia não foi regularizada até hoje; o que tem sido um dos obstáculos para o processo de desapropriação que se encontra em andamento, necessário para a implementação da Estação Ecológica⁷.

O Vale do Ribeira geralmente é visto como uma região inviável para a agricultura, em decorrência do clima excessivamente úmido, da má qualidade da terra e do relevo acidentado⁸. Estas características propiciaram a manutenção da cobertura vegetal e a baixa densidade demográfica da região; fatores que fizeram lançar sobre ela os olhares das autoridades do meio ambiente e dos movimentos ecológicos. Silva (1991:66-67) diz que "dos 2,9 milhões de hectares das áreas que estão hoje sob proteção da legislação ambiental no estado, 910 mil - praticamente um terço do total - estão no Vale do Ribeira. São duas estações ecológicas, quatro parques estaduais e três áreas de preservação ambiental. E há mais 8,3 mil km² de vegetação remanescente da Mata Atlântica, também de utilização controlada. Com tudo isso, da área total do Vale - 17 mil km², 6,5% do território paulista - 68% ficam sujeitos à legislação ambiental, submetidos portanto às restrições para ocupação do solo, utilização dos recursos naturais e, conseqüentemente, para expansão das atividades agropecuárias".

6 Paoliello (1992:116-117) diz que no ano de 1987 se constata o fracasso dessa tentativa de regularização fundiária e reforma agrária.

7 Os técnicos do extinto "Grupo da Terra" da SUDELPA apontam o grilo "Roncatti" como uma extensa malha de falcatruas que dificulta o plano de desapropriação da estação. Assim diz um documento elaborado por Teleginski (1986): "Luiz Roncatti foi o maior grileiro de terras do estado de São Paulo. Titulou, criminosamente, mais de 217.800 hectares. Qualquer morador de Iguape já ouviu falar no 'grilo Roncatti'. O famoso falsário, além de se apoderar de enormes extensões de terras devolutas do Estado, sobrepôs novos títulos de domínio, sobre terras particulares já tituladas. [...] Decretada a nulidade dos títulos de domínio originários do 'grilo Roncatti', ver-se-á que são pequenas as áreas a serem desapropriadas, uma vez que, a maior porção da estação ecológica pertence ao estado".

8 Segundo Silva (1991:66) o "Vale do Ribeira destaca-se, entre as regiões do estado, apenas por índices negativos: a mais elevada taxa de mortalidade infantil, o maior índice de analfabetismo e a menor renda per capita. Na agricultura, por exemplo, a região fornece somente 1% da produção do estado, porque os solos são fracos e, com exceção das tradicionais monoculturas do chá e da banana, do que se planta, geralmente sem ajuda de máquina e de fertilizantes, colhe-se muito pouco".

Portanto, a maior parte da área do Vale do Ribeira está sob a proteção ambiental e sua população convive com aquelas várias leis restritivas à ocupação e uso da terra, e não apenas os moradores da Juréia. Entretanto, as coerções e regras de manejo dos recursos naturais são maiores e mais amplas sobre estes últimos, já que eles estão ocupando uma área que dentre as várias categorias de conservação é a mais rígida: a estação ecológica⁹.

2 - A diversidade dos moradores.

Os 20 sambaquis que formaram-se no solo da Juréia há mais de 7.000 anos, demonstram-nos que muitos povos pré-históricos já passaram por ali. Diversas tribos indígenas habitaram esta região durante centenas de anos. Depois vieram os portugueses à procura de ouro, depois os escravos que trabalhavam nas lavouras de arroz. Mais tarde, vieram aqueles que cortaram a selva para fincar os postes de ferro e implantar os telégrafos. Talvez os homens desse tempo nunca imaginassem que um dia o homem moderno ao invés de derrubar a mata e levar a "cultura" e o "progresso", fosse exatamente brigar para que a selva fosse preservada e que o homem tivesse de se adequar a ela.

Descendentes de europeus (portugueses, holandeses, espanhóis e alemães), negros e índios ficaram pelas terras da Juréia¹⁰. Há mais de 200 anos chegaram pessoas nessa região e formaram comunidades que aí estão presentes até hoje. Criaram laços de parentesco, relacionaram-se com a natureza, fizeram cultura. Depois vieram outros em busca de terra para trabalhar: posseiros expulsos de outras regiões, desempregados das grandes cidades, construtores de estradas. Depois vieram pedreiros construir casas de praia e depois os caseiros para tomar conta destas casas. Vieram operários, vigias e engenheiros para implantar as usinas nucleares.

⁹ Ver no anexo 1 sobre as outras unidades de conservação (parques, reservas biológicas, áreas de proteção ambiental, etc.) e suas definições.

¹⁰ Ver sobre a formação do caboclo do litoral brasileiro em Siqueira (1984) e Mussolini (1980).

Depois vieram turistas e curiosos. E, por fim, vieram os técnicos, pesquisadores, policiais e ecologistas para a criação e a implantação da estação ecológica. Alguns ficaram, outros foram embora e nunca mais voltaram. Outros vão e voltam.

Atualmente, os moradores da Juréia constituem-se em uma unidade de ação política, embora dificilmente poderíamos considerá-los como um grupo com homogeneidade cultural¹¹. Somente numa situação de conflito político é que eles se colocam como "iguais" diante do movimento ecológico e do Estado. Fora disso, o que encontramos são muito mais diferenças do que similitudes dentro dessa categoria genérica "moradores da Juréia".

Utilizo aqui a palavra "morador" por achar que não existe um termo mais apropriado e por ser aquele pelo qual os próprios nativos da Juréia se autodenominam. Poderíamos chamá-los de caíçaras, porém esta denominação justifica-se apenas para os pescadores do litoral de São Paulo, já que ela indica um modo de vida baseado na atividade da pesca que não é exercida pela maior parte dos moradores da Juréia¹². As denominações "caipira" e "camponês" também não são muito apropriadas, pois, da mesma forma, elas sugerem um modo de vida ligado basicamente ao trabalho agrícola, atividade que alguns moradores da juréia também não praticam. Esta população autodenomina-se ora como caipira, ora como caíçara, ora como roçeira, ora como cabocla e ora simplesmente como "moradora do lugar"¹³. Isto reflete em boa parte as diferenças culturais que aí existem. Em termos gerais, a população da Juréia tem um estilo de vida que

11 Talvez não mais seja possível definir um grupo social ou uma "cultura" dentro de nossa sociedade moderna. A tentativa de buscar uma homogeneidade cultural pode deixar o pesquisador desolado ao constatar que o que existe não são mais do que fragmentos de identidades. Seria a diversidade tão grande que somente é possível falar de individualidades e subjetividades? Acredito que não. No caso da Juréia podemos encontrar uma unidade política na diversidade cultural.

12 Queiroz (1983:38) usa o termo caíçara para designar os moradores da Baixada do Ribeira: "o mestiço de branco e índio que vive num nível econômico de subsistência".

13 Encontra-se em Queiroz (1983:38) a seguinte classificação da população da baixada do Ribeira: "a) caíçaras: são os caboclos do litoral; b) ribeirinhos: os caboclos que vivem às margens dos rios; c) capuavas: caboclos habitantes das serras.

congrega tanto o rural (o camponês) como o litorâneo (o caíçara).

Hoje existem na juréia 13 principais núcleos de população e várias unidades familiares dispersas. Ao todo são 365 famílias (em torno de 1.530 pessoas) que se diferem umas das outras em relação à origem cultural e regional, quanto ao tempo de permanência na região, quanto à situação jurídica da posse da terra que ocupam e quanto à atividade econômica, político-social e cultural.

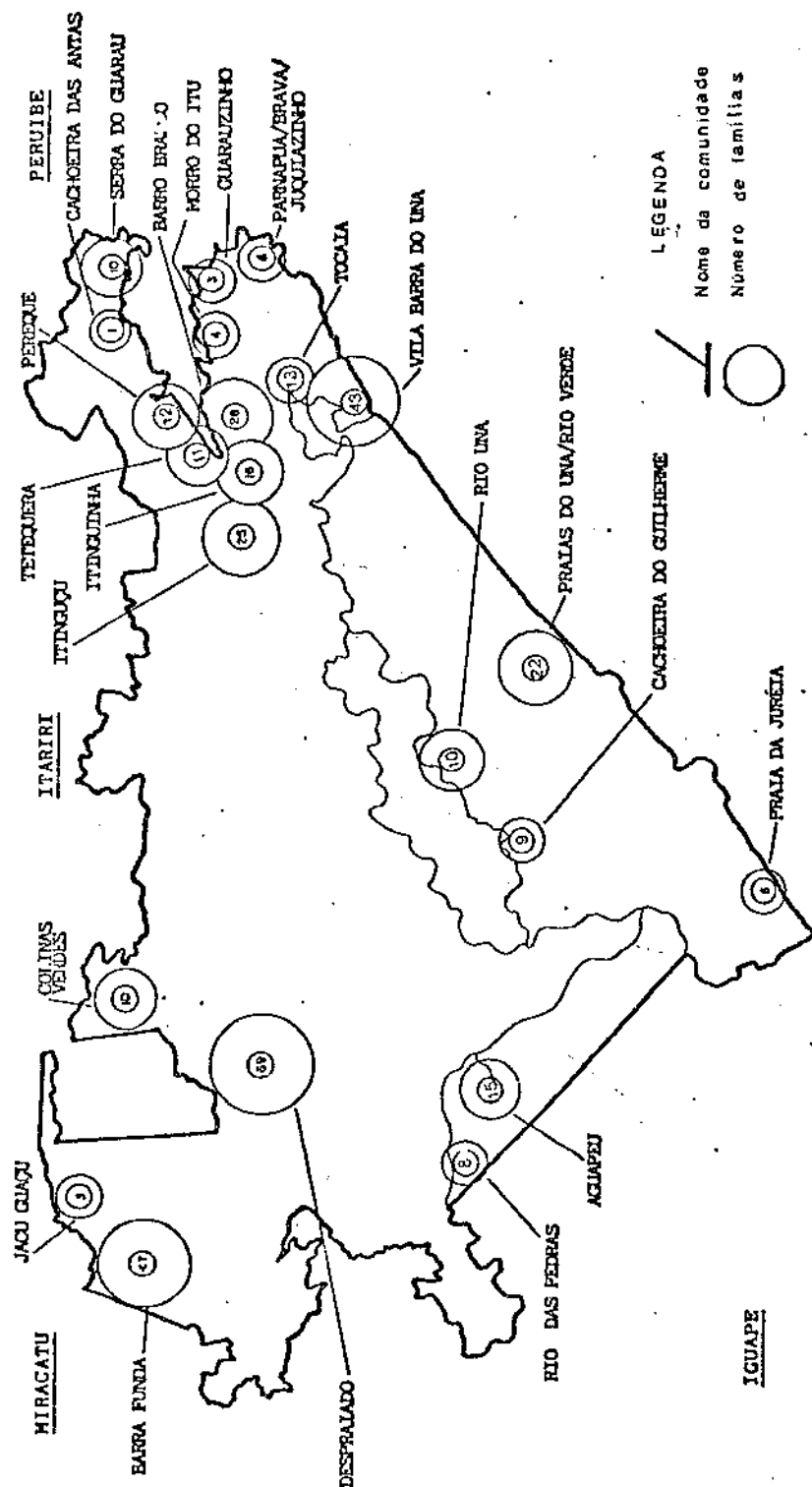
A equipe do litoral sul¹⁴ da SMA realizou em novembro e dezembro de 1990 um cadastro sobre a ocupação humana em toda a estação ecológica, de acordo com: o uso da terra; a situação jurídica, histórica e geográfica. O estudo aponta os seguintes dados sobre o tempo de permanência na área¹⁵:

Posseiros com mais de 4 anos	=	160	43,83%
Posseiros com menos de 4 anos	=	29	7,94%
Caseiros/empregados/meeiros com mais de 4 anos	=	60	16,43%
Caseiros/empregados/meeiros com menos de 4 anos	=	115	31,50%
Proprietários com mais de 4 anos	=	1	0,27%

14 Esta equipe é a responsável pela administração das unidades de conservação do litoral sul do estado, onde se localiza a EEJI. Ela está institucionalmente vinculada ao Instituto Florestal que, por sua vez, está ligado à CPRN e, por fim, à Secretaria do Meio Ambiente.

15 A equipe litoral sul conclui este estudo com os seguintes dados e orientação política: "Existem hoje na EEJI, 118 famílias de moradores comprovadamente com laços sociais-históricos com a região, vivendo de atividades agrícolas e/ou pesqueiras, compatíveis com o manejo e preservação dos ecossistemas nos quais estão inseridas. Outras 81 famílias antigas de pequenos agricultores, oriundas de outras partes do estado e até mesmo do país, embora não tendo um conhecimento tão específico do meio, desenvolvem atividades agrícolas, geralmente com predominância de uma monocultura (banana). Esta ocupação, recebendo orientação teórica adequada, pode ser plenamente compatível com os objetivos conservacionistas da unidade. Os demais moradores, 166 famílias, estão na área predominantemente na condição de prestadores de serviços ou de posseiros, com um tempo de ocupação muito reduzido. Estas ocupações são heterogêneas, com direitos diferenciados. [...] consideramos que as famílias tradicionais e as adventícias antigas, num total de 199, devem permanecer na área por terem direitos adquiridos e desenvolverem atividades compatíveis com o meio. Os caseiros que são moradores adventícios antigos devem ter definida sua situação após a regularização fundiária, estudos sócio-econômicos e o Microzoneamento da área. As demais famílias, por serem parte de uma população flutuante, sem nenhum vínculo com a região, não devem ser contempladas na reordenação das áreas. As ocupações tradicionais e as adventícias antigas correspondem a menos de 3% do total da unidade". Conferir São Paulo (Estado). Secretaria do Meio Ambiente - CPRN/Instituto Florestal/Equipe litoral sul (1991).

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL - EEJI
FAMÍLIAS/LOCALIDADES Nov/Dez.91



Quanto à forma com que se inserem no mercado de trabalho e à atividade econômica, podemos observar as seguintes distinções entre os moradores¹⁶: a) aqueles que têm a pequena agricultura como principal fonte de subsistência, sendo atividades complementares a caça, a pesca e o extrativismo - nesta situação encontra-se a maioria dos moradores; b) os que vivem basicamente da pesca; c) os que são caseiros e que vivem de um salário pago por proprietários de casas e/ou sítios; d) aqueles que são funcionários públicos do estado ou municípios - professores de escolas municipais ou empregados da Secretaria de Estado do Meio Ambiente; e) os que dependem dos serviços de turismo, como bares e campings; f) alguns poucos que vivem de práticas ilegais da caça e extração para o comércio de palmito e caxeta¹⁷; g) os aposentados que recebem contribuições da Previdência Social; h) algumas pessoas que ainda trabalham fora da estação, prestando serviços para os municípios (como calçamento de ruas), ou trabalhando na construção civil ou ainda como empregados em fazendas limítrofes.

Uma segunda diversificação que podemos encontrar é quanto à origem: a) aqueles que nasceram na Juréia; b) os que vieram de fora. Dentre estes, temos aqueles que chegaram há pouco tempo (menos de 5 anos) e aqueles que vivem na região há muito tempo (mais de 10 anos). Temos os que vieram da zona rural e os que vieram da zona urbana. E, por fim, os que vieram da mesma região e aqueles que vieram de outros estados e de outras regiões do país.

Uma terceira diferença se estabelece pelos critérios e motivos que levaram estas pessoas a migrarem para a Juréia: a) algumas, a maioria proveniente da zona rural,

¹⁶ Não proponho fazer uma análise estatística, mas apenas fornecer uma descrição qualitativa das condições sociais e materiais dos moradores da Juréia. Este levantamento, embora importante, é extremamente difícil de ser realizado, seja por causa das condições físicas da região, seja porque sempre há famílias chegando e saindo da Juréia.

¹⁷ Caxeta é uma árvore que fornece madeira branca, quase rosada, leve, macia e durável, utilizada em marcenaria fina.

foram incentivadas pelo Estado para ocupar a "zona de fronteira agrícola" do Vale do Ribeira; b) algumas foram trabalhar na construção de casas de praia ou casas de sítio; c) outras foram "tomar conta" destas casas - "os caseiros"; d) outras foram trabalhar em alguma obra do governo - uma escola, uma estrada, colocação de postes elétricos, etc. - ou nos preparativos para a construção da usina nuclear na década de 80; e) outras ainda que, cansadas da vida de trabalhador urbano, aí encontraram "a natureza e o paraíso"; f) por fim, aquelas que moravam na cidade e iam caçar em fins de semana e com o tempo fixaram-se na região. Em geral, os migrantes não foram para a Juréia com o propósito de ficarem para sempre, mas com o tempo assimilaram o modo de vida local e hoje consideram-se "pessoas do lugar". Elas nos disseram que quando chegaram nessa terra ficaram encantadas com a sua beleza, sua riqueza e com a disponibilidade de caça. Relataram-nos também que aí encontraram a paz e a liberdade que não tinham na cidade: não tinham a presença do Estado, nem da polícia e, principalmente, do patrão.

Também podemos ver diferenças entre os moradores quanto à posse e à propriedade da terra¹⁸: a) aqueles que nasceram e são filhos do "lugar" e os mais antigos que aí chegaram e instalaram-se sem a preocupação com o título legal de posse, situação em que se encontram ainda hoje; b) os posseiros que vieram de outras áreas de conflitos e aí se fixaram, plantaram e construíram suas casas na esperança de um dia adquirirem o título legal da posse da terra, de poderem viver com liberdade e sem a ameaça de expulsão; c) os pequenos proprietários que têm um título de propriedade que receberam de herança ou que compraram de outras pessoas.

Uma quinta diferenciação mostra-se ao nível da cultura: a) os grupos que têm uma certa solidez cultural, onde podemos ver regras de conduta e normas de comportamento muito definidas, assim como a presença de um líder político

18 . Aqui estou me referindo apenas aos pequenos proprietários que participam do movimento dos moradores da Juréia. Aparentemente, os grandes proprietários têm-se limitado a impetrar ações judiciais a fim de garantir e resguardar os seus direitos de propriedade.

ou religioso; b) as comunidades visivelmente desestruturadas com grandes conflitos internos, onde as normas de conduta e comportamento são frequentemente transgredidas e o grupo familiar vive em constantes fissões; c) as comunidades que se situam num nível intermediário destas duas.

E por fim, podemos observar que existe uma diferença quanto ao lugar físico, geográfico e espacial que os habitantes da Juréia ocupam: a) os moradores que vivem em pequenas comunidades, com uma identidade de grupo local muito definida; b) as famílias quase "isoladas" que vivem dispersamente, principalmente ao longo das praias. Encontramos os moradores ribeirinhos, aqueles que habitam encostas de morros, os que estão colocados ao longo das estradas e os praianos. Em cada um destes espaços existe um "grupo local" com práticas econômicas específicas e formas distintas de se relacionar com o meio físico. Os principais grupos locais são: Cachoeira do Guilherme, Despraiado, Aguapeú, Barro Branco, Barra do Una, Tocaia, Tetequera, Itinguçu, Praia do Una/Rio Verde, Rio das Pedras, Colinas Verdes, Itinguinha e Perequê. Há membros de algumas destas comunidades que não conhecem e nem nunca visitaram outras comunidades¹⁹.

A partir de 1986, quando foi criada a estação ecológica, todos os moradores passaram a sofrer os efeitos coercitivos da legislação ambiental e da ação preservacionista desencadeada pelo Estado e pelos ambientalistas. Por isso, um descontentamento passou a tomar conta de todos, embora somente em 1990 vá aparecer um movimento organizado e expressivo de tal descontentamento. Portanto, é a situação de carência material e um "acontecimento" - a criação da estação - que tornou possível uma unidade política entre os moradores da Juréia em oposição ao Estado e ao movimento ecológico.

Embora exista uma estratégia comum de ação política

19

As classificações apontadas acima se cruzam. Podemos ter, por exemplo, um agricultor que nasceu na região e outro que acabou de chegar; podemos ter um pequeno agricultor que tem o título de sua propriedade e outro que é posseiro; podemos ter um caseiro que, além disso, é um pequeno agricultor ou mesmo funcionário do Estado, etc.

entre todos os moradores da Juréia, frequentemente podemos observar especificidades e diferenças nos tipos de reivindicação. Estas especificidades decorrem das diferenças que apontamos anteriormente. Citamos, como exemplo, dois casos:

O primeiro diz respeito à propriedade da terra. Por um lado, os moradores antigos, que sempre viveram no local e quase nunca se preocuparam com o título legal da terra que ocupam, querem hoje somente que o Estado lhes deixe ficar na estação ecológica ou lhes dê outro lugar onde possam plantar, tirar os recursos da mata e viver em liberdade. Por outro lado, temos os posseiros que não têm hoje o título de posse, mas há anos brigam por ele, inclusive em lutas armadas contra os grileiros ou fazendeiros. Estas pessoas sempre tiveram uma situação de incerteza em relação à sua permanência no local e sempre foram ameaçados de expulsão. Os posseiros reivindicam o título da posse de terra e querem que as áreas que ocupam hoje sejam excluídas da categoria estação ecológica, pois legalmente não poderiam ter este título dentro dessa unidade de conservação. Um exemplo deste caso é a comunidade do Barro Branco, que pede a exclusão pura e simples da área que ocupa de qualquer categoria de preservação ambiental, enquanto a maioria das outras comunidades reivindica a criação de uma outra unidade de preservação menos rígida e que não seja incompatível com as suas atividades de sobrevivência. Temos ainda o caso daqueles que têm a propriedade legal da terra. Estes querem simplesmente que o Estado faça uma desapropriação que eles consideram justa. Os posseiros negam esta proposta, pois sabem que a indenização pela desapropriação das terras que ocupam seria calculada somente sobre as benfeitorias (as casas construídas, determinados tipos de lavouras e árvores frutíferas, etc) e o que receberiam não seria suficiente para que pudessem viver em outro lugar.

Um segundo caso se relaciona às atividades de

subsistência²⁰. Alguns moradores da Barra do Una têm o turismo como forma de sobrevivência e reivindicam, também, a exclusão pura e simples da área que ocupam de qualquer unidade de preservação ambiental, pois consideram que seu modo de vida é incompatível com esses critérios conservacionistas. Os pequenos agricultores são os mais prejudicados, pois pela lei eles não poderiam desmatar para o plantio, cortar árvores para construir casas ou canoas, extrair palmitos, criar animais domésticos, etc. Já a presença dos pescadores de subsistência é vista como menos predatória e por isso mais tolerada pelo Estado. Os "caseiros" e "sitiantes" - ao contrário dos posseiros que tradicionalmente lutam contra os grileiros e pretensos donos das terras que ocupam - defendem e vêem os proprietários de sítios como aliados. Isto é compreensível, uma vez que os caseiros vivem relativamente em boas casas e recebem muitas vezes um salário ou têm as condições de existência de sua família asseguradas justamente por estes proprietários²¹.

As alianças são feitas em situações diferentes e, como vimos, não existe uma situação de classe ou cultural que unifique uma ação política, mas uma situação de "iguais" diante de um acontecimento que coloca restrições a todos - pequenos proprietários, posseiros, pequenos agricultores, pescadores, sitiantes, pequenos comerciantes ligados ao turismo, etc. A maioria vê o movimento ecológico e o Estado e seus funcionários - alguns dos quais são moradores das próprias comunidades da Juréia e trabalham como fiscais da estação - como adversários e inimigos.

Vamos agora descrever dois casos que são quase opostos e que poderá aproximar mais o leitor da vida cotidiana dos moradores.

20 Voltaremos a estes dois casos no capítulo 4, onde apresentaremos os discursos dos moradores que justificam suas propostas e reivindicações.

21 É interessante notar que muitos dos pescadores ou pequenos agricultores têm como sonho trabalhar em uma casa de praia, ter um bom patrão e fugir de uma atividade incerta de subsistência. Os ecologistas, por sua vez, procuram defender a "cultura local", "a cultura caiçara" que, segundo eles, estão sendo destruídas pela especulação imobiliária e pelo avanço do "progresso".

3 - O caso Despraiado.

Encontramos na Juréia pequenos grupos locais que se aliam a um grupo maior em uma determinada ação política e dissolvem-se em uma outra situação. As famílias reunidas no "Costão do Despraiado", por exemplo, constituem um grupo local que, quando aliada com os moradores da "Forquilha", do "Magalhães", do "Divisor" e do "Cerrado", forma um grupo mais abrangente autodenominado "Despraiado". Este, aliado aos moradores do Aguapeú, da Cachoeira do Guilherme, do Barro Branco, da Barra do Una e outras comunidades, forma o maior grupo de ação política, "os moradores da Juréia".

Portanto, quando falamos "comunidade do Despraiado" estamos nos referindo a um grupo intermediário, composto por moradores que se encontram, em sua grande maioria, ao longo do rio Despraiado e da estrada que liga o bairro Três Barras da cidade de Pedro de Toledo à rodovia Biguá-Iguape.

Saindo de Pedro de Toledo e indo para o Despraiado, passamos por diversas pequenas vilas em estado de semi-abandono. Outrora existia ali uma quantidade maior de moradores, que hoje migraram para as cidades mais próximas (como Peruíbe, Miracatu, Itariri) à procura de melhores oportunidades de trabalho. Os que ainda ficaram nas vilas são na sua grande maioria trabalhadores rurais empregados temporariamente em lavouras da região, onde a principal cultura é a banana. Ao lado da rodovia, uma antiga igreja católica sobrevive em meio da presença cada vez mais marcante das igrejas protestantes evangélicas. As pequenas "vendas" servem de ponto de encontro e sociabilidade para a população local: mesas de jogos, cerveja e cachaça, são praticamente os únicos atrativos. Na busca de outras sociabilidades ou quando necessitam de assistência médica, os moradores desses arredores procuram as cidades mais próximas.

Depois que passamos pelas vilas, entramos numa verdadeira "mata" de bananas. É a propriedade conhecida como "do Sr. Jamil", prefeito atual da cidade de Pedro de Toledo,

dono de uma empresa voltada para comercialização e exportação de bananas e um dos maiores produtores rurais da região. As bananeiras estão constantemente verdes e produzindo em qualquer época do ano, graças à ação de um óleo espalhado mensalmente por avião e ao controle de pragas através do uso de um forte agrotóxico, denominado "Furadan".

A paisagem da região é dominada pelas bananeiras. Fincadas entre pedras, descem desde o topo dos morros, atravessam os sulcos por onde escorrem as águas da chuva e vão até as margens dos rios e córregos. Todos os moradores do Despraiado olham para esta plantação como um exemplo de sucesso, eficiência, riqueza e poder de seu proprietário. Procuram copiar o seu modelo de cultivo, mas acabam reconhecendo, com lamentações, que eles próprios não têm condições de comprar os agrotóxicos e os instrumentos de pulverização, nem condições de comercializar a produção. O resultado dessa discrepância é visível: de um lado, o contínuo, homogêneo, produtivo e sempre verde "bananeiral" do "Sr. Jamil"; de outro lado, as falhadas, pequenas e amarelas "bananeiras" dos pequenos produtores do Despraiado.

No meio do bananeiral, já dentro da estação ecológica, vivem cerca de 14 famílias que trabalham para o Sr. Jamil. A maior parte da mão-de-obra é recrutada no norte de Minas Gerais e sul da Bahia. Estes trabalhadores, trazidos em ôniubus especiais, quando chegam na região devem trabalhar cerca de 5 meses para pagar as despesas do transporte. Neste tempo, adquirem o necessário para a manutenção de suas famílias em um armazém do próprio empregador. Após este período, retornam à sua origem, ou vão trabalhar em outras áreas rurais ou acabam indo parar na periferia das cidades.

À esquerda de quem vai em direção ao Despraiado está localizada uma sub-sede da estação ecológica. A Secretaria do Meio Ambiente montou ali um projeto "piloto" de agricultura alternativa, cuja idéia básica é incentivar a produção sem uso de agrotóxicos, a diversificação das culturas e o plantio de espécies nativas que podem vir a ser

comercializadas, como o palmito, orquídeas, plantas medicinais, etc. Pretende-se que este modelo de agricultura possa ser assimilado e utilizado pela população local.

Mais abaixo, ao longo do rio, está a comunidade do Despraiado, formada por moradores que, na sua grande maioria, vieram de outras regiões. Porém, chegando aí assimilaram o modo de vida daqueles que nasceram e sempre viveram no local. Os moradores exaltam a boa qualidade da terra (para eles aí "plantando-se tudo dá"), a grandiosidade da mata e, antigamente, a abundância da caça. As montanhas que os cercam recebem nomes que são sacralizadores da natureza - como "Dedo de Deus" - ou que guardam alguma semelhança com o que é humano - como "Peito de Moça".

A maioria dos habitantes do Despraiado não possui o título legal da terra que ocupam, sendo constantes os conflitos pela sua posse. Segundo um levantamento feito pela Secretaria do Meio Ambiente (SMA)²², podemos dividir estes moradores nas seguintes categorias por áreas ocupadas: 1) Posseiros: pessoas que têm posse da área, mas não o título de propriedade (considera-se tanto aqueles que aí chegaram e abriram uma posse, como aqueles que compraram uma posse - sem o título - de uma outra pessoa); 2) Proprietários: indivíduos que têm algum tipo de título de propriedade da terra, independente da legalidade deste. 3) Empregados/Caseiros: indivíduos que estão trabalhando na área e/ou tomando conta de uma posse ou propriedade e não se consideram como "posseiros" (a maioria não possui vínculo empregatício); 4) Comodatário: categoria utilizada para descrever aquelas pessoas que há muito tempo moram na área, plantam e comercializam a produção, não se reconhecem como empregados e nem reivindicam a terra que ocupam como sua posse.

De acordo com o estudo da SMA, em maio de 1989 havia 57 áreas ocupadas por 85 famílias e 360 indivíduos, excetuando aquelas 14 famílias empregadas no "bananeiral do

Sr. Jamil²³. Considerando-se a classificação proposta, chegou-se à seguinte divisão:

Posseiros = 24	42,1%
Proprietários = 12	21,0%
Empregados/Caseiros = 11	19,3%
Comodatários = 9	15,8%
S/ Informação = 1	1,7%
Total = 57	100%

De acordo com o tempo de moradia o estudo citado revela uma variação de menos de um ano e mais de 30 anos:

menos de 1 ano = 15	26,3%
de 1 a 5 anos = 14	24,5%
de 5 a 10 anos = 7	12,3%
de 10 a 15 anos = 1	1,7%
de 15 a 20 anos = 4	7,0%
de 20 a 30 anos = 2	3,5%
mais de 30 anos = 13	22,8%
s/ informação = 1	1,7%
total = 57	100%

E de acordo com a origem:

Da própria localidade = 18	31,5%
Iguape = 4	7,0%
Peruíbe = 4	7,0%
Outras cidades do estado de S.P. = 9	15,7%
Outros estados = 19	33,3%
Exterior = 1	1,7%
S/Informação = 2	3,5%
Total = 57	100%

²³ Em dados levantados quase 2 anos depois (nov/dez de 1990), a SMA constatou apenas 69 famílias no Despraiado. Portanto, se o critério utilizado pelos dois censos foi o mesmo, pelo menos 16 famílias abandonaram a comunidade nesse período.

A atividade básica destinada à sobrevivência realizada no Despraiado é a agricultura de "coivara", um tipo de agricultura idêntica àquela que é ou foi realizada por muitos grupos indígenas do país. Esta prática consiste na derrubada da mata com machado de ferro, e posterior ateamento de fogo na vegetação seca. Com isso o terreno fica limpo e as cinzas servem de adubo orgânico para o plantio que é feito entre os troncos que resistiram ao fogo. No decorrer de 3 anos a produtividade começa a decair, devido ao esgotamento do solo e à invasão da área cultivada pela vegetação "inimiga". Quando isso acontece, o agricultor faz uma nova derrubada e abandona a roça antiga. Depois de alguns anos esta terá a sua vegetação reconstituída e poderá se fazer uma nova roça neste lugar. Assim, mantém-se um rodízio que permite a recuperação do solo.

A banana (família musácea) que se colhe na roça é quase toda destinada à comercialização, sendo este o principal atrativo econômico que permite às famílias obter uma renda necessária para comprar artigos de consumo que não são produzidos no local, como o açúcar, o café, vestuário, medicamentos, etc. Dentro da própria comunidade existem pessoas que servem de intermediárias para a comercialização da banana nas cidades. O preço que o pequeno produtor recebe é mínimo, chegando a ser 15 vezes menor do que aquele que encontramos nos supermercados e feiras da cidade²⁴. Além da banana, que é cultivada basicamente para ser vendida, planta-se para a subsistência o arroz, a mandioca (da qual se faz a farinha), o feijão e o milho. Há muitas árvores frutíferas, como o abacate, a laranja, a goiaba, o mamão, a pitanga e a carambola. Algumas famílias ainda criam animais como a galinha, o porco, o pato, o peru e algumas poucas cabeças de gado. A subsistência completa-se com a caça e a extração de produtos da mata, sendo o palmito o principal deles. A caça já foi uma importante fonte de alimentação,

24

Muitas vezes o preço é tão baixo que o pequeno agricultor prefere deixar os cachos de banana amadurecerem e apodrecerem no pé, pois o que ele receberia não pagaria o trabalho de colheita.

mas hoje quase ninguém a pratica, seja pela proibição legal, seja pelo seu escasseamento. Apesar disso, ainda há algumas pessoas que vivem ilegalmente dessa atividade e da extração de palmito e caxeta²⁵.

Ainda quanto às formas de sobrevivência da população local, há alguns moradores que vivem de aposentadorias. Cinco chefes de família trabalham para a Secretaria do Meio Ambiente, recebendo cada um em torno de 2 salários mínimos para executar atividades de fiscalização. Como veremos no próximo capítulo, isto tem contribuído para o surgimento de vários conflitos internos à comunidade.

As atividades descritas acima estão voltadas para a subsistência familiar, sendo que toda a família participa de alguma forma da produção. Quase todos seus membros - homens, mulheres, adultos, jovens - trabalham na agricultura. Desconhece-se também serviços do tipo meeiro ou parceiro. Há anos atrás fazia-se o "mutirão" para realizar algum serviço que exigia uma maior quantidade de pessoas, como a limpa de uma roça, a colheita ou a construção de uma casa. Este tipo de cooperação visa suprir as limitações do trabalho individual e familiar e consiste na prestação "gratuita" de serviços por todos os membros da comunidade a um dos moradores. Aquele que recebe o serviço fica encarregado de promover uma festa na noite do dia em que o trabalho é realizado²⁶. O mutirão não é mais praticado no Despraiado.

A maioria dos moradores contou-nos de um passado em que havia muito mais pessoas na comunidade, em que aconteciam muitas festas e que todos eram mais felizes. Contou-nos das "Festas de Reis" que se realizavam no mês de

25 Estas pessoas estão sendo constantemente perseguidas pela Polícia Florestal.

26 Antônio Candido diz que o mutirão é um dos pontos importantes na vida cultural do caipira. Para este autor o mutirão "consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. Geralmente os vizinhos são convocados, e o beneficiário lhes oferece alimentos e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. Este chamado não falta, porque é praticamente impossível a um lavrador, que só dispõe de mão-de-obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal" (Cândido de Mello e Souza:1964:48).

janeiro: uma festa onde os "foliões" passam de casa em casa, numa caminhada que dura vários dias, cantando e levando a imagem dos "Três Reis Santos"²⁷. Contou-nos dos pagodes e festas que eram realizados após os mutirões e que nada disso existe mais.

Hoje as pessoas limitam-se a participar dos cultos realizados em duas igrejas Presbiterianas da comunidade, onde acontecem em cada uma até 3 cultos por semana. Os "crentes" são proibidos de beber, dançar e mesmo de frequentar encontros festivos que não sejam de sua igreja. O adultério é considerado um grande pecado. Apesar disso, existem três "vendas" na comunidade onde os "não-crentes" ou os "crentes" não-convictos encontram-se no final de um dia de trabalho para esquecer o cansaço atrás de um copo de cachaça. Nas tardes dos dias de semana e no domingo é comum vermos os homens embriagados pelo álcool e pela monotonia da vida local, sentados em um balcão sujo ou em volta de uma mesa de "sinuca", esperando a noite chegar. Enquanto isso, fazem fofocas sobre os vizinhos e quase sempre falam mal do "meio ambiente", como costumam chamar tanto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e seus técnicos quanto os ecologistas: os símbolos da desesperança, da supressão da liberdade e da desgraça material. Ainda, apesar dos evangélicos, é de conhecimento de todos as relações extra-conjugais e os casos amorosos que colocam muitas vezes famílias em conflito.

A maioria dos filhos mais novos já foi embora da comunidade por falta de trabalho e escola. No Despraiado, existem apenas duas escolas que oferecem cursos da 1ª e 3ª séries do 1º grau e supletivo noturno. A precariedade das estradas tem dificultado o escoamento da produção local e o acesso às cidades. Há duas linhas de ônibus,

Brandão (1981:36) diz que a "Folia de Reis é um grupo precatório de cantores e de instrumentistas, seguidos de acompanhantes e de viajores rituais que transita entre casas de moradores rurais, durante um período anual de festejos dos Três Reis Santos, entre 25 ou 31 de dezembro e 6 de janeiro". E Acrescenta mais à frente: "A Folia de Reis é u. espaço camponês simbolicamente estabelecido durante um período de tempo igualmente ritualizado, para efeitos de circulação de dádivas - bens e serviços - entre um grupo precatório e moradores do território por onde ele circula".

Despraiado/Pedro de Toledo e Despraiado/Iguape, que funcionam uma vez por semana, mas frequentemente os ônibus não circulam devido às condições da estrada de terra. Duas pontes de concreto abandonadas sobre o rio Despraiado lembram-nos que o "governo Maluf" tinha a intenção de construir aí uma rodovia asfaltada para veículos de alta velocidade²⁸. Os moradores queixam-se de que os ecologistas não querem que o "progresso" chegue até eles e, por isso, impediram que as pontes fossem construídas e que a estrada fosse asfaltada. O isolamento completa-se com a falta de um telefone público. Apesar dessa precariedade, há energia elétrica e luz na maior parte das casas. Estas são em geral construções de alvenaria, chão batido e cobertas com telhas de amianto.

Aos olhos do pesquisador, o Despraiado apresenta os sintomas de uma comunidade desestruturada. A decadência do modo de vida tradicional, os conflitos familiares, as dificuldades materiais e a falta de perspectivas quanto ao futuro ameaçam a sobrevivência desta comunidade. No entanto, como nos disse um morador do lugar, foi preciso aparecer o "meio ambiente" para que algo de novo acontecesse e tirasse a vida local da monotonia.

Se não fosse o aparecimento do Estado através da criação da estação ecológica, provavelmente o Despraiado não existiria mais enquanto uma comunidade. Os seus moradores teriam migrado em sua maioria para as cidades ou tornariam-se empregados das fazendas de banana. A criação da estação forçou-os a constituir uma unidade de ação política. De repente, toda a situação de carência, toda a falta de perspectivas em relação ao futuro e a perda da liberdade foram causadas, na visão destes moradores, pelos ambientalistas e pelo Estado.

Veremos no próximo capítulo como, a partir destes acontecimentos, criou-se um movimento social na Juréia. Por ora, cabe dizer que o Despraiado constitui-se numa das comunidades mais ativas dentro da "União dos Moradores da

Juréia". Pode-se dizer que essa gente reergueu-se de uma situação cultural e política fragmentada e, aliando-se a outras comunidades, construiu um movimento social para reivindicar "liberdade para se trabalhar e viver" e cobrar do Estado e da sociedade civil uma atenção às suas vidas "pelo menos tanto quanto àquela que é dada hoje em dia à natureza".

4 - O caso Cachoeira do Guilherme.

Cachoeira do Guilherme é, ao contrário do Despraiado, uma das comunidades mais integradas e que mantém um maior vínculo com o passado, com a história e a cultura local.

No caminho de viagem até a Cachoeira do Guilherme podemos ver as montanhas, as florestas, os mangues e toda a diversidade vegetal que compõe a Juréia. Abandonadas em meio à vegetação, também podemos ver placas espalhadas por todos os lados com os dizeres: "Cuidado - Perigo - Não Entre - Área Nuclear". São sinais de que um dia não muito distante os militares quiseram transformar este lugar num refúgio de urânios, átomos, fissões, explosões, idéias secretas e projetos nucleares. Sob as águas escuras do Rio Comprido, como se fosse um espelho, avistamos as imagens das cadeias montanhosas, bordadas pelas cores variadas das bromélias, orquídeas, filodendros, aráceas, cactos, algas, líquens, musgos, cipós, samambaias e outras plantas que crescem sobre as árvores nas margens do rio. Imagens que, na imaginação popular, criam asas e dotam a natureza de elementos sagrados e animados. A cabeça de Cristo, o Dedo de Deus, a Cara de Gato, o Pogoçá: são os nomes atribuídos aos picos das montanhas que estão em volta à comunidade do Guilherme.

Localizada no centro da estação, próximo às margens do Rio Comprido, o acesso à Cachoeira do Guilherme é um tanto difícil e só realizado por barco ou por trilhas. Para se chegar até lá, saímos da cidade de Peruíbe pela rodovia que serve de acesso à estação e vamos até o posto da Polícia

Florestal e da Secretaria do Meio Ambiente. A partir daí tomamos uma estrada de terra e antes de chegarmos à comunidade do Barro Branco contornamos à direita. Mais à frente, antes de chegarmos na Cachoeira Paraíso, viramos novamente à esquerda e vamos em linha reta até as margens do rio Comprido. Daí pegamos um barco de motor de popa e dentro de 45 minutos deixamos este rio e entramos no seu afluente da margem esquerda, chamado Cachoeira do Guilherme. Mais uns 500 metros e estamos na comunidade do mesmo nome.

Cachoeira do Guilherme é formada em sua totalidade por famílias que nasceram no mesmo lugar em que vivem hoje ou em comunidades próximas. A maioria da população - de um total de 9 famílias com 36 indivíduos - é analfabeta. Recentemente foram criados um curso de alfabetização e uma escola de 1^a a 4^a séries. As casas são feitas com madeira do local, amarradas por cipós, cobertas com capim (algumas com telhas de barro) e chão batido. Não há luz elétrica e os moradores usam luz a querosene e/ou lampião a gás. São todos parentes consanguíneos ou por afinidade, descendentes de colonos europeus, índios e negros.

A atividade de subsistência mais importante na Cachoeira do Guilherme era a agricultura do tipo "coivara". Plantava-se o arroz, a mandioca (da qual se faz a farinha), o feijão e o milho. Como atividade complementar, que permitia aos moradores comprarem produtos que eles não produziam, praticavam o extrativismo da caxeta e do palmito. Criavam poucos animais domésticos, sendo a caça a maior fonte de proteínas. Hoje essas atividades estão praticamente paralisadas. Algumas pessoas têm sobrevivido com aposentadorias, uma outra família trabalha em um sítio que cria peixes de aquário, um chefe de família é "guarda-parque" da estação e outro é funcionário da prefeitura de Iguape, trabalhando na escola local. O resto da população não tem rendimentos. A Secretaria do Meio Ambiente tem procurado garantir que os moradores cortem a capoeira (uma mata que já foi derrubada e está em fase inicial de recuperação) para fazer suas roças, mas eles reclamam que

neste lugar a terra é fraca e improdutiva.

Sob a liderança política e religiosa de uma personagem carismática de 78 anos, o Sr. Sátiro, a comunidade tem conseguido sobreviver diante das modificações que estão ocorrendo no modo de vida da população da Juréia e de todo litoral paulista. Sr. Sátiro herdou de seu pai e de seu avô - originários de Portugal - a religião espírita, conhecimentos de homeopatia e de fitoterapia (tratamento das doenças com plantas). Ele é o responsável pela realização de cultos espíritas e pela medicação de todos os enfermos da comunidade²⁹. O ritmo do tempo local, os acontecimentos, a vida material e espiritual passa pelas observações e conselhos deste líder. Ele possui um profundo conhecimento das plantas, dos animais, dos fenômenos físicos e das pessoas do lugar; coisas e pessoas que no seu modo de pensar estão relacionadas.

No seu estudo etnofarmacológico e etnobotânico, Gemina Born (1989) realiza um resgate do acervo de conhecimentos sobre o manejo e aproveitamento de plantas medicinais utilizadas pelos moradores de Cachoeira do Guilherme. A autora levanta mais de 150 tipos de plantas diferentes que são nativas ou cultivadas pela população local e que servem para o tratamento de mais de 57 tipos de enfermidades. Embora muitos moradores saibam como utilizar essas plantas, Sr. Sátiro é o maior responsável por esse conhecimento. Pessoas de diferentes lugares da Juréia e até de outras regiões o têm procurado para receber conselhos. Além do uso de plantas medicinais e até de medicamentos sintéticos que o Sr. Sátiro consegue em postos de saúde e de médicos de Iguape, a cura da doença passa por rezas, benzeduras, simpatias e rituais religiosos³⁰. Na verdade, a doença não é vista somente como um problema físico. Ao contrário, na visão destes moradores, ela assume uma dimensão quase que exclusivamente simbólica. A doença é

29 Seu Sátiro me contou que certa vez ele conseguiu curar uma paraplégica. A doente havia chegado em sua casa numa cadeira de rodas e depois de um mês ela saiu andando com as "suas próprias pernas".

30 Os moradores de Cachoeira do Guilherme praticamente não vão aos postos de saúde ou hospitais, assim como raramente usam medicamentos alopáticos.

causada pela invasão de um espírito mau - o encosto - e quando o espírito do ser humano recebe tarefas de Deus e não as cumpre.

Em abril de 1991 pude acompanhar um culto que é celebrado pelo Sr. Sátiro uma vez a cada mês em sua casa. Numa sala ampla, uma grande mesa está sempre posta para o culto e os rituais de cura. Sobre esta mesa há uma infinidade de objetos: Vasos com flores de plástico, livros antigos de espiritismo (Alam Kardec e outros), bíblia, fotos do Papa João Paulo II, fotos de uma sessão de cura, imagens de diversos santos católicos, etc. Fazendo referências às divindades cristãs como Jesus Cristo, Santíssima Trindade e Virgem Maria, Sr. Sátiro começa o culto pedindo a Deus que ajude a todas as pessoas do mundo. Em seguida, duas mulheres (uma sua filha e outra parente mais distante) começam a cantar e o acompanham na celebração do culto. Novamente o Sr. Sátiro realiza pedidos a Deus para curar os doentes. Logo após, as ajudantes cantam novamente a mesma música. O Sr. Sátiro pede para que Deus ajude aos homens para que eles não façam guerras como aquela do Golfo Pérsico e tantas outras que ocorrem no mundo inteiro. Outra vez, recomeça a mesma cantoria e assim se repete por várias vezes. Esse ritual causou ao pesquisador, o que acredito também ter acontecido com os outros participantes, uma sensação de muita paz, harmonia e tranquilidade. Sentimos que existe um enorme esforço e vocação nesta gente para compreender o outro, perdoar aqueles que fizeram algum mal e promover a justiça e o entendimento entre os homens. Neste sentido, as palavras utilizadas pelo Sr. Sátiro na condução de suas orações, como observou muito bem Born (1989:22), são sempre palavras amorosas, simples e doces que denotam serenidade, caridade, amparo, respeito familiar, fraternidade, amizade e afeto.

Neste mesmo culto assisti ainda a um ritual de cura realizado pelo Sr. Sátiro. Havia uma menina doente, aparentando ser mongolóide, de mais ou menos 14 anos. Sr. Sátiro chamou-a para perto de si, colocou a mão na sua

cabeça e disse palavras carinhosas, perguntando a ela se queria ser curada. Aí, ele pediu para que o espírito mau se afastasse do corpo de sua vítima. Em seguida o Sr. Sátiro "transformou-se" mimeticamente e, como se ele fosse o espírito mau que estava no corpo da menina, começou a dizer: "Vocês querem que eu saia de minha casa? Vocês não gostam de mim. Ai meu Deus do céu! Para onde é que eu vou agora? Antes eu morava com a Raimunda. Aí eles me expulsaram de lá. Depois eu fui morar com o Leopoldo. Aí eles me expulsaram de lá também. Agora para onde é que eu vou? Vocês não podem fazer isso comigo! Então construam um rancho pra mim lá na beira da praia, bem longe. Aí eu vou embora. Vocês não querem que eu fique aqui, então eu vou embora, mas só depois que arrumarem uma outra casa para mim". Novamente ele retorna ao seu "guia espiritual" e diz para a paciente que o espírito mau concordou em sair de seu corpo, mas ela teria que tomar um preparado de ervas e retornar ao ritual outras vezes.

Além dos cultos e ensinamentos do Sr. Sátiro que acabamos de descrever, os moradores de outras comunidades da Juréia vão à Cachoeira do Guilherme para participar de festas e danças que ocorrem durante todo ano. No mês de janeiro acontece a "festa de reis", quando os "foliões" passam de casa em casa em cantorias e rezas³¹. No mês de setembro há a festa do padroeiro da localidade, São Miguel Arcanjo. Com menos frequência hoje em dia, ainda são realizados os "mutirões" e os bailes que os acompanham. Em todas estas festas, os participantes dançam e cantam o **FANDANGO**, uma dança e música originária de Portugal e típica do sul do país. Ao som da viola, da sanfona, da rabeca e da percussão, formam-se rodas alternadas de homens e mulheres ou os homens se colocam em fileiras opostas às das mulheres. A dança consiste num cruzamento dos pares em passadas

31

A "Festa de Reis" já foi uma festa muito popular na Juréia e se realizava em quase todas as comunidades. Atualmente ela acontece somente na Cachoeira do Guilherme e comunidades vizinhas. Uma outra festa de catolicismo popular da região é a de Bom Jesus do Iguape, em que também não há mais uma participação efetiva dos moradores da Juréia.

rápidas e curtas e com os pés deslizando-se rente ao chão³².

Pelo que vimos, podemos dizer que Cachoeira do Guilherme representa na Juréia um pólo atrativo de cultura. E isso se deve principalmente à presença de um líder religioso e político muito forte. O próprio Sr. Sátiro acredita que a comunidade não sobreviverá em caso de sua ausência. Ele nos contou com tristeza que não havia ninguém interessado em continuar os ensinamentos e a "obra" de seus antepassados e que os mais jovens estavam mudando para as cidades à procura de oportunidades de escola e trabalho³³. Além disso, Seu Sátiro nos relatou, com pesar e ressentimento, a invasão da comunidade pelos pastores "crentes"³⁴, muitos dos quais nasceram no lugar e são seus parentes.

Acompanhei uma das sessões realizadas na casa da filha do Sr. Sátiro em que esses pastores tentavam converter sua família ao pentecostalismo. Os pastores diziam que a única religião legítima seria a deles (o protestantismo evangélico), o resto seria profanações, "coisas do diabo" e de falsos profetas. Para eles, a religião espírita seria a responsável pelos conflitos e desgraças que atingiam a comunidade. Ofereciam "o caminho de Cristo", a "salvação" e o "encontro com Deus" para aqueles que deixassem o espiritismo e se convertessem à nova religião. Para tal, era preciso abandonar as festas, as bebidas, as danças, os "rituais de cura", ou seja, praticamente todas as manifestações populares presentes hoje na Cachoeira do Guilherme. O presente seria "o reino dos céus".

Até que ponto esta comunidade resistirá aos avanços

32 Em todas estas festas o Sr. Sátiro é o responsável pelo seu "bom andamento". É ele quem anima as pessoas chamando-as para entrar na roda da dança. É ele, ao mesmo tempo, o responsável pela manutenção das normas de conduta, como, por exemplo, não beber bebida alcoólica e não brigar.

33 Um dos filhos de Seu Sátiro, considerado por ele como seu possível sucessor, já havia mudado para a cidade de Parariquera-Açú.

34 Brandão (1980:264) diz que "Crente é o nome do pentecostal, é a palavra de toda a hora em sua boca e temos visto que equivale aos melhores adjetivos da religião: 'entregue para Cristo', 'salvo', 'eleito', 'santo'. Crente corrige as identidades anteriores e estabelece, ao final da sequência de opostos por onde faz o mapa do sagrado, a esfera de um nós tribal. Crente recorta a amplitude difusa de cristão, onde estão também os católicos; e de evangélico, onde estão também os protestantes".

desta nova religião? Até que ponto ela manterá uma unidade cultural e política? Podemos dizer que o catolicismo popular-rural e suas práticas culturais têm encontrado na penetração das religiões protestantes evangélicas e na mecanização do campo, com a consequente expulsão do trabalhador rural para a periferia das cidades, um empecilho à sua sobrevivência. Neste sentido, a situação dos moradores de Cachoeira do Guilherme e da Juréia como um todo é comum a uma grande parte da população rural do país. No entanto, a intervenção estatal com a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins e a ação dos ambientalistas trouxe limitações e questões específicas para a população local.

Vamos agora detalhar mais os conflitos entre os diversos atores. Nesta situação, aparecem com mais clareza as concepções e valores do que seja realmente relacionar-se com o meio ambiente ou do que seja a relação homem-natureza.

Capítulo IV.

AMIGOS DA ONÇA E INIMIGOS DO HOMEM: conflitos, alianças, versões, interpretações.

*

"Estamos como um boi no pasto que está com a boca amarrada e não pode comer". "Estão dando mais valor à papagaiada do que ao ser humano" (caiçaras da Juréia).

1 - O movimento dos moradores da Juréia e suas alianças.

Uma breve biografia do presidente da União dos Moradores da Juréia-Itatins poderá ser importante para entendermos o contexto de criação e ação política desta entidade. Gustavo morava na cidade de São Paulo. Seu pai o levava desde pequeno para passear e caçar nas duas fazendas (total de 1.400 hectares) que a família possuía no município de Iguape. Portanto, o conhecimento de Gustavo sobre a Juréia e seus moradores remonta-se à sua infância. Na década de setenta em São Paulo, durante sua adolescência e juventude, ele engajou-se no estilo de vida da "geração de 68" e no meio dela aprendeu a fazer esculturas e a sobreviver de seu trabalho. Em 1980 seu pai faleceu e lhe deixou suas terras na Juréia.

Gustavo resolveu abandonar seu modo de vida da grande cidade e mudou-se com seus sonhos para Iguape na esperança de ali refazer sua vida e cuidar das fazendas. Inicialmente tentou o cultivo de cacau, mas não foi bem sucedido. Em seguida, realizou o plantio de palmito no meio do mata e, segundo ele, promoveu uma experiência pioneira de manejo auto-sustentado de uma planta nativa da Mata Atlântica. Nesta época ainda não estava em moda o chamado

desenvolvimento auto-sustentado e Gustavo já apresentava seu trabalho em algumas reuniões¹.

Com a criação da estação ecológica em 1986, a exploração do palmito que Gustavo vinha fazendo não poderia mais, legalmente, continuar e suas duas fazendas (Sítio Cerrado e Sítio Engenho no bairro Rio das Pedras) deveriam ser desapropriadas. Diante disso, o proprietário providenciou resguardar seus direitos e realizar algum acordo que lhe possibilitasse continuar suas atividades. Em 1987, ele procura a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA) e propõe algumas alternativas: 1) **retirar sua área** da estação ecológica e substituí-la por áreas que seriam de maior importância como a do sistema lagunar; 2) incluir sua terra nos 10% da área total destinados à pesquisa científica dentro da estação; 3) averbar 50% da área em cartório, para reserva permanente, deixando à disposição do Estado para posterior desapropriação, desde que o restante da área fosse excluída dos limites da estação e que ele pudesse explorá-la legalmente².

Os técnicos da CPRN (Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais) e o procurador assistente da SMA dão pareceres favoráveis às atividades desenvolvidas por Gustavo, com os argumentos de que sua fazenda ainda não fazia parte da estação ecológica pelo fato de que ainda não estava desapropriada (embora fizesse parte da área considerada de utilidade pública para desapropriação) e de que o proprietário vinha desenvolvendo uma valiosa pesquisa sobre o manejo sustentado de palmitos³. Com esse respaldo, Gustavo assina um termo de compromisso (em 09/02/88) com a SMA que lhe permite continuar explorando palmito em suas fazendas desde que a reserva florestal e as áreas de preservação permanente (definidas em lei) continuassem intocadas.

¹ Ao contrário da exploração tradicional de palmito (em que uma árvore nativa inteira de no mínimo 10 anos é cortada para obter-se apenas um vidro de palmito), Gustavo fazia experiências de aproveitamento de toda a árvore: a madeira, a semente (para fazer suco) e o próprio palmito.

² Conferir SMA: processo número 80.942/87 (fls. 36-37).

³ Conferir SMA: Processo número 80.942/87 (fls. 46-51).

Porém, o relatório de vistoria feito por técnicos da CPRN em 08/11/89 diz que o proprietário desrespeita o termo de compromisso e a legislação ambiental ao explorar palmitos da mata primitiva abrangida pela reserva florestal e ao construir abrigos para caça dentro de sua fazenda. Mais tarde, técnicos da SMA constatariam que as terras herdadas por Gustavo estavam juridicamente irregulares por fazerem parte de uma área grilada há muitos anos pelo famoso Roncatti⁴.

Várias situações conflituosas entre este proprietário e técnicos da SMA (e, consequentemente, ambientalistas do "Pró-Juréia") seguiram-se após estes acontecimentos. A indisposição dos ecologistas em relação à União dos Moradores da Juréia-Itatins tem a ver em boa parte com o fato de Gustavo ser o seu Presidente e o líder mais importante do movimento. Na visão dos ambientalistas, ele é um oportunista que manipula a população para defender seus interesses particulares. Como veremos mais à frente, Gustavo goza de um prestígio muito grande entre os moradores da Juréia.

Tendo adversários tão fortes e declarados como os técnicos da SMA e o "Pró-Juréia", o líder da UMJI necessitava buscar apoio e respaldo de outros setores da sociedade. Neste contexto é que entra em cena o IAMA - Instituto de Antropologia e Meio Ambiente. Tal Instituto, sediado na cidade de São Paulo, foi formado a partir de um grupo de antropólogos, biólogos e geógrafos da USP e da PUC-SP. Alguns dos sócios do IAMA eram pesquisadores que desde o início da década de oitenta vinham participando de pesquisa e/ou avaliação de projetos de impacto ambiental na Amazônia, como o POLONOROESTE (programa de colonização do governo brasileiro financiado em parte pelo Banco Mundial). Marcelo, um dos sócios do IAMA, diz que ao participarem destes projetos e pesquisas, as pessoas perceberam pelo menos duas coisas: 1) que a questão ambiental está diretamente vinculada ao problema social; 2) que a Universidade não

oferece a possibilidade de realização de um trabalho que seja autônomo e ao mesmo tempo voltado para a pesquisa e intervenção social. Com essa reflexão crítica e a vontade de ocupar novos espaços, foi fundado em 1987 o IAMA.

O IAMA sobrevive atualmente por meio de financiamentos concedidos pela Fundação Ford e pelo governo norueguês. Segundo Marcelo, o seu Instituto não é uma organização não-governamental voltada para a captação de recursos de empresas ou sócios. No item 3 deste capítulo iremos ver que o IAMA procura mostrar-se como uma ONG mais preocupada com as questões sociais ligadas ao meio ambiente, em oposição a um movimento ecológico como o "Pró-Juréia" ou a SOS Mata Atlântica que estariam mais voltados para a questão ambiental sem uma valorização do social⁵. Veremos, então, que existe uma disputa entre estas duas correntes pela conquista de espaço e respaldo na sociedade. Mesmo que os sócios do IAMA e os ecologistas do "Pró-Juréia" definam suas entidades como apartidárias, é visível que a primeira tem uma maioria de simpatizantes e/ou militantes do PT (Partido dos Trabalhadores) e a segunda do PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileiro).

Assessorados politicamente pelo IAMA, veremos que os argumentos e discursos dos líderes do movimento dos moradores (principalmente do seu presidente) são filtrados pelas informações e estratégias políticas desencadeadas por este Instituto.

A partir de 1989, quando aumenta a fiscalização na área, os moradores da Juréia começam a se organizar e expressar o seu descontentamento em relação à criação da estação ecológica, sentimento que até então vinha sendo demonstrado de forma dispersa e isolada. Por volta de maio de 1990, o então deputado estadual Rubens Lara marca uma reunião com os moradores a fim de tomar conhecimento de suas reivindicações, porém não comparece. A partir desse fato

5 Se remetermos esta discussão para o capítulo primeiro desta dissertação, veremos que o IAMA colocaria-se em uma perspectiva mais antropocêntrica e o "Pró-Juréia" e a SOS Mata Atlântica numa perspectiva mais biocêntrica.

decidiu-se criar uma entidade representativa dos interesses de todos os moradores da Juréia. No dia 08/07/90 é formada a UMJI (União dos Moradores da Juréia-Itatins) por várias associações de bairros (Despraiado, Itinguçu, Barra do Una, Barro Branco, Rio das Pedras, Cachoeira do Guilherme e Praia do Una⁶). Entre outros, os objetivos do movimento na época de sua fundação, são: levantar e encaminhar as reivindicações comuns a todos bairros (a primeira delas seria a exclusão das posses da estação ecológica - ficando apenas sob o efeito do tombamento); proteger o meio ambiente e valorizar o modo de vida da população local, garantindo suas culturas de subsistência; assumir um compromisso com a classe trabalhadora e com as "comunidades tradicionais" (índios, ribeirinhos, extrativistas, etc.); incentivar técnicas de manejo adequado dos recursos naturais; divulgar e incentivar formas de melhoria das condições de vida das comunidades tradicionais; não apoiar atividades de especulação imobiliária; não permitir a subdivisão da propriedade a não ser por motivos de herança⁷.

Entre os meses de julho e setembro de 1990 foram realizadas várias reuniões, onde participaram os moradores da Juréia, os representantes do movimento ecológico e do Estado e políticos em geral (deputados, vereadores, prefeitos de Iguape e Peruíbe). Um conflito central estabeleceu-se nestas reuniões: os moradores reivindicavam a exclusão de suas áreas de ocupação da estação, enquanto os técnicos da SMA e o movimento ecológico se colocavam em contrário. Estes argumentavam que a proposta dos moradores era inviável do ponto de vista prático, tendo em vista que os aglomerados populacionais eram dispersos por toda Juréia, e se tais áreas fossem excluídas criariam enclaves ("buracos como um queijo") que ameaçariam os objetivos de conservação da estação. Outro argumento utilizado pelos ambientalistas foi o de que os moradores da Juréia estariam em segurança

6 Algumas destas associações já existiam antes da UMJI, outras constituíram-se a partir deste movimento.

7 Fonte: reunião de fundação da UMJI, dia 08/07/90.

maior do que aqueles que estavam fora da unidade de conservação, pois estes também estavam sujeitos à nova rigidez da legislação ambiental e não tinham - ao contrário dos habitantes da Juréia - a "ajuda" do Estado. Os posseiros seriam vítimas dos empreendimentos imobiliários e dos grileiros, seriam manipulados e explorados pelas grandes empresas agropecuárias e imobiliárias. Os moradores, por sua vez, argumentavam que até então os ecologistas só tinham dificultado suas vidas: não podiam mais caçar, plantar, extrair palmito, pescar e que os bichos da Juréia eram melhor tratados do que eram eles próprios. O conflito esteve tenso nessas reuniões e as acusações mútuas foram muitas.

No dia 11 de setembro de 1990 foi realizado um fórum de debates com todos os agentes envolvidos na Assembléia Legislativa do Estado de S.P. Nesta ocasião os ecologistas do "Pró-Juréia" apresentaram uma lista de propostas: 1) a desapropriação imediata das terras; 2) a formação de um grupo de trabalho - composto pela SMA, UMJI e "Pró-Juréia" - com a atribuição de elaborar um plano de zoneamento e desenvolvimento da estação; 3) a garantia de que nenhum morador seria retirado das terras que ocupam enquanto não fosse elaborado o plano de compatibilização da população com o meio ambiente; 4) os moradores se comprometeriam a manter práticas compatíveis com a preservação ambiental; 5) o governo providenciaria a solução dos problemas de infraestrutura, como vias de acesso às localidades; 6) a sobrevivência dos moradores estaria garantida por um plano emergencial de agricultura e pesca. Os moradores ficaram de estudar tais propostas e numa nova reunião no dia 21/09/90 acabaram aceitando-as.

No primeiro dia de outubro de 1990 o Governador do Estado foi à comunidade do Barra do Una inaugurar a instalação de luz elétrica na vila e assinar um decreto (número 32.412, de 01/10/90) por meio do qual atendia quase todas as reivindicações apresentadas pelos ecologistas do "Pró-Juréia" no fórum do dia 11/09/90 e com as quais os

moradores haviam concordado. O ato, às vésperas da eleição do dia 03/10/90 (eleições para os governos dos estados e cargos legislativos federais e estaduais), transformou-se numa festa política com banda de música, fogos, bebidas e churrasco de graça para a população. Nos discursos, os representantes do estado afirmaram seu compromisso com a população local e com a questão ambiental. O representante dos ecologistas fez um pequeno elogio sobre as medidas que o governador tomara naquele dia, ressaltou que aquilo era uma conquista da sociedade civil, pediu que o Estado desse mais assistência aos moradores, traçou duras críticas ao "descaso" com que o mesmo vinha tratando o problema ambiental e, por fim, fez uma nova série de pedidos e exigências. O Governador disse que havia feito muito pelo meio ambiente, mas que numa sociedade democrática caberia aos ecologistas e à sociedade civil a fiscalização dos atos do governo e, por isso, aceitava as críticas dos ambientalistas. Já o representante dos moradores, após o período de julho a setembro de 1990 em que passou atacando duramente o Estado e o movimento ecológico, surpreendeu a todos ao dizer que os moradores da Juréia estavam muito satisfeitos com as medidas do governador e que não tinham nada a reclamar, ao contrário dos ecologistas⁸.

Acompanhei este processo até maio de 1991, quando os primeiros conflitos começam a surgir no interior do movimento dos moradores. Voltaremos a isso no último item deste capítulo. Vamos agora descrever mais detalhadamente os motivos e as ordens de conflitos e alianças entre diversos grupos sociais, a disputa entre diferentes noções de relação homem-natureza e diferentes estratégias de conservação, uso e apropriação dos recursos naturais.

8

É evidente que tal posição dos moradores corresponde a uma estratégia para isolar politicamente o movimento ecológico, já que as promessas do governador não atendiam minimamente a pauta de reivindicação do movimento. Numa reunião anterior (dia 08/07/90) o presidente dos moradores da Juréia havia dito que o governador deveria saber apenas do que é publicado nos jornais, dando conta de que as comunidades caiçaras estão sendo protegidas, quando na verdade ocorre o inverso: "tiram a escola, o posto de saúde, as estradas ficam intransitáveis, mandam os posseiros irem embora por desistência, o que é bem pior". Fonte: A Tribuna do Ribeira (11/07/90).

2 - Delimitação e Desapropriação.

Quais os critérios para definir os limites de uma unidade de conservação ambiental? Pareciam ser aqueles que fossem importantes do ponto de vista ecológico e que incluíssem porções representativas de um determinado ecossistema. Entretanto, no caso da Juréia, não foi assim que aconteceu. Os limites geográficos da estação foram estabelecidos por outros critérios, além do ambiental.

As duas questões que mais geraram e ainda geram conflitos entre moradores e ambientalistas são a delimitação da estação e a desapropriação de sua área. Pela lei, conforme já vimos, não poderia haver população humana dentro dos limites da estação ecológica. Alguns críticos do processo de criação desta unidade de conservação, inclusive ecologistas, argumentam que o recomendável seria ter realizado um estudo de campo prévio (para conhecer os aspectos sócio-ambientais e topográficos da região), em seguida criar instrumentos jurídicos necessários para que a área fosse considerada como de utilidade pública, em seguida delimitá-la e só depois então desapropriá-la para criar a estação. No caso da Juréia, todos estes procedimentos teriam sido invertidos, ou seja, primeiro delimitou-se e criou-se a estação, em seguida a área foi declarada como de utilidade pública e só depois foram feitos os estudos para desapropriação⁹. Tal procedimento foi bastante criticado pelos assessores do movimento dos moradores da Juréia e mesmo por alguns técnicos-ecologistas do governo, principalmente pelo fato de que os limites da estação e o destino de uma população teriam sido traçados em um gabinete. Os ambientalistas responsáveis por isso argumentam que qualquer unidade de conservação é traçada em cima de um mapa e numa sala e que o conhecimento de campo que eles

⁹ Segundo os técnicos da SMA, depois de 5 anos de vigência do decreto que permite a desapropriação, apenas 10% da área tinha sido desapropriada. Dois fatores contribuem para tal situação: 1) a indisponibilidade de verbas do governo para tal finalidade; 2) a dificuldade técnica para resolver a confusa situação fundiária da área.

tinham era o suficiente para garantir um mínimo de credibilidade ao seu trabalho, embora reconheçam que houve algumas falhas. De qualquer forma, fica uma indagação: como os ambientalistas tinham conhecimento de campo, eles sabiam da presença dos moradores da Juréia, e como a legislação ambiental incidente sobre a categoria estação ecológica não contempla tal presença, ou eles estavam assumindo que criariam uma distorção do ponto de vista jurídico ou que a população devesse ser reassentada. Parece-me que os atores deste processo estavam cientes desta situação e optaram por criar um fato político importante (a criação da estação) que iria sobrepor e superar a questão jurídica, o que permitiria a presença da população com a unidade de conservação em questão. Os discursos dos ambientalistas que iremos apresentar em seguida apontam para essa solução política.

O critério para excluir ou incluir áreas na estação variou de caso para caso e isso contribuiu para que os moradores suspeitassem dos motivos que levaram os ambientalistas a escolherem a área que ocupam para criar a unidade de conservação. O líder da Associação de Barro Branco, por exemplo, uma vila densamente povoada, pergunta: Por que a nossa área não foi excluída? E por que outras áreas mais importantes do ponto de vista ecológico, e menos povoadas, ficaram de fora? As respostas que os próprios moradores dão a estas perguntas apontam na direção de que, por um lado, a estação foi criada onde moram somente porque eles estavam desorganizados para reagir ou porque são fracos e pobres. De outro lado, acreditam que não se criou o "parque ecológico"¹⁰ em outro lugar porque presumivelmente haveria "gente rica e poderosa". O mesmo raciocínio os leva a dizer que o Estado jamais irá desapropriá-los ou indenizá-los por um preço justo, porque, além de ser também o lugar dos poderosos, o Estado é burocratizado, mal pagador ("não paga nem a sua dívida") e nunca se esforçará para atender o lado mais fraco, os humildes. Apesar dessa descrença, eles sabem que a única forma de pressionar o Estado e conseguir

algo que ele possa oferecer é se organizando e estabelecendo pautas de reivindicações através de suas associações e representantes.

Ao percorrermos a área da Juréia observamos uma situação curiosa: qualquer que fosse o lugar em que estávamos, ao perguntarmos se as pessoas eram a favor da estação ecológica, elas nos respondiam que sim: "ninguém é contra o parque ecológico". Entretanto, achavam que ele deveria ser criada em outro lugar e nos indicavam uma serra ou um rio onde haveria muita área verde para ser preservada. Acontece que nesse lugar havia outros moradores e chegando lá, fazíamos a mesma pergunta e tínhamos a mesma resposta, ou seja, de que eram a favor do "parque ecológico", desde que fosse feito em outro lugar: "olha, por que não faz dali para lá?" Perguntava o morador, nos indicando o local onde moravam pessoas de uma outra comunidade. Depois de ouvir várias vezes tal argumento, cheguei à conclusão de que todos são a favor da estação ecológica, desde que feita na terra dos outros. Caso ouvíssemos todos, não sobraria qualquer área a ser preservada.

É muito interessante constatar que os próprios moradores da Juréia, apesar de se considerarem preservacionistas - e talvez por isso mesmo -, não vêem como necessário criar uma unidade de conservação ambiental na área em que ocupam. Aham importante ter parques e reservas ecológicas, desde que criados em lugares onde não tem gente. Não deixa de ser instigante o fato de que ao analisarmos o discurso que os moradores fazem de sua relação com a natureza, constatamos que ele está em sintonia com uma linha de ecologistas que acha que a diversidade cultural é um fator implementador e construtor da diversidade biológica e, por isso, deve-se criar um tipo de unidade de conservação que preveja a permanência da população local e sua convivência com o meio físico e biológico¹¹. Na visão dos moradores, a preservação da natureza depende de uma intervenção humana capaz de preservar alguns elementos

11

Ver sobre essa discussão no item 4 do primeiro capítulo.

naturais e destruir outros que ameaçam o equilíbrio ecológico. Caso suas atividades sejam consideradas preservacionistas "por natureza" (como se vê numa linha do ecologismo cujo discurso é apropriado pela população local), cabe a pergunta feita pelos próprios moradores da Juréia: Então, "por que parque ecológico aqui"? Vale à pena ouvir o que dizem sobre desapropriação e a área destinada à estação:

Sr. Juliano: "Eu acho o parque ecológico importante. Atrás daquela serra ali, onde é o Itinguçu, tem um rio que passa e sai em Peruíbe. Atrás desse rio e até a Praia é só serra, é só mato. Por que não fica aquilo como parque? É grande, vai sair em Peruíbe. Isso é importante ficar como uma reserva. Ninguém pode pescar, é proibido, ninguém pode entrar no mato e caçar. É proibido. Tudo bem, eu concordo, mas aqui deveriam deixar o povo sobreviver. Você não acha que a gente tem toda a razão? Eu sou contra essa ecologia aí mesmo, sou contra número um. Na cidade não tem jeito, está todo mundo trombando, não tem emprego. Antigamente era uma briga pela reforma agrária, hoje é a ecologia tomando terra do trabalhador".

"Todo mundo está dentro desse plano ecológico deles ... antigamente era reserva, agora é estação. Cada vez mais vai ficando difícil. Antigamente a reserva era só lá em cima, só dali para lá (apontando para uma serra). Agora do Divisor para lá já é tudo ecológico. E como vai ficar esses fazendeiros grandes aí, como o Jamil? Este eles vão indenizar porque ele é rico. Para o pobre é só castigo".

Sr. Oliveira: "Eu sou a favor do meio ambiente, sou de pleno acordo. Mas nós temos um setor aqui que pode criar jacaré, é uma área melhor que essa, tem pantanal. Propusemos à Secretaria (do Meio Ambiente) para trocar essa área por aquela e ela não quis. Não aceitou porque iria atingir os grandes latifundiários. Eles fogem disso. O pobre é fácil. Nós não temos condição, aqui é tudo para o meio ambiente".

"Eu acho que desapropriação do governo é assim: quando ele paga é uma miséria, e provavelmente quando ele for pagar nem meu bisneto vai receber. É processo de

engavetamento político. Um fica para o outro, outro fica para o outro e ..."

"Anteriormente, pela lei, aqui fazia parte da reforma agrária. Nós vivemos da lavoura, então aqui é reforma agrária. Por que não pagaram nós primeiro para implantar o parque ecológico? Fizeram tudo ao contrário".

Ruben: O pessoal da Secretaria e os ecologistas dizem que não conversaram com vocês antes porque vocês não estavam organizados, não tinham representantes e, por isso, não sabiam de suas reivindicações.

Sr. Oliveira: "É certo. Se naquela época a gente tivesse uma associação, eles não fariam isso. A gente reagiria no ato. Agora, passaram aí em cima e não viram a gente? Nenhuma fumacinha"?

Ruben: Sr. Oliveira, os ambientalistas dizem que a Juréia faz parte de um patrimônio da humanidade e que vocês não têm o direito de explorá-la de qualquer forma. Por isso, eles sentem-se responsáveis pela sua preservação.

Sr. Oliveira: "Eu acho que a pessoa que fala isso não tem noção. Porque não decretar parque ecológico em São Paulo, na cidade? Tirem o prédio do Estado e façam parque ecológico. Por que eles vêm procurar aqui? É porque está tudo perfeito, ainda intacto, né? Não é isso? É lógico. Concorde. Mas olha debaixo da árvore para ver se tem um ser humano. Eles não olharam. Agora, lá, eles vão encontrar humano. Não vão por o parque ecológico lá porque a humanidade está lá, em cima deles. Agora aqui não, ela é diminuta, são fracos. Abaixamos a cabeça, eles chegaram e tomaram conta. O homem é capaz de fazer tudo, por que não pode destruir um prédio daqueles e fazer um parque ecológico lá? Pode. Eles vão pegar é gente pela frente, eles não vão pegar nós, vão pegar gente. Derrubam o "Martinelli", derrubam o "Banco do Estado", derrubam "O Correio", derrubam o Vale do Anhangabaú e planta arvoredo ali. Agora, por que põem reserva aqui? É porque está tudo intacto e tudo quanto é humilde está aqui. Agora, vai lá mexer com os tubarões. Eles (os ecologistas) têm cobertura da imprensa e nós não

temos. Se a imprensa chegasse aqui, nos fotografasse: Olha, o Sr. Oliveira está carregando três cachos de banana, olha o pessoal lá ..."

Algumas áreas que estavam incluídas inicialmente dentro dos limites da estação foram excluídas logo em seguida em decorrência de argumentos em contrário de alguns dos próprios técnicos da SMA, são elas: Divisor, Reserva dos índios guarani em Itariri, Vista Grande e uma área na parte sul da estação que foi cortada por uma "linha seca". Além destas, o projeto inicial não havia contemplado a área de Grajaúna, destinada anteriormente por decreto federal à implantação das usinas nucleares. Algumas outras áreas foram incluídas, apesar de haverem densos núcleos populacionais e o meio ambiente tivesse sido bastante modificado em função das atividades agrícolas e extrativistas, são elas: Barro Branco, Barra do Una, Itinguçu e Despraiado.

Por que as áreas importantes do ponto de vista ecológico citadas pelos moradores teriam ficado de fora? Para eles, tais áreas são de grandes empresas e, por isso, seus donos haviam impedido que fossem transformadas em parte da unidade de conservação. Por que suas áreas haviam sido incluídas, embora densamente ocupadas? Porque "somos fracos", argumentam. Os ecologistas explicam de outra forma: as áreas incorporadas à unidade de conservação seriam relevantes do ponto de vista ambiental, evitariam a especulação imobiliária e os conflitos pela posse da terra. O que fazer com os moradores que estariam nestas áreas? Reassentá-los, desapropriá-los e/ou indenizá-los ou buscar uma forma alternativa de compatibilizar sua presença com a preservação do meio ambiente? Vamos ver que estas polêmicas e divergências afetam os próprios ecologistas, consternados com o problema social dos moradores, mas convictos de que a Juréia é um patrimônio da humanidade e de que nenhuma solução para estas questões deve ser uma ameaça à sua conservação.

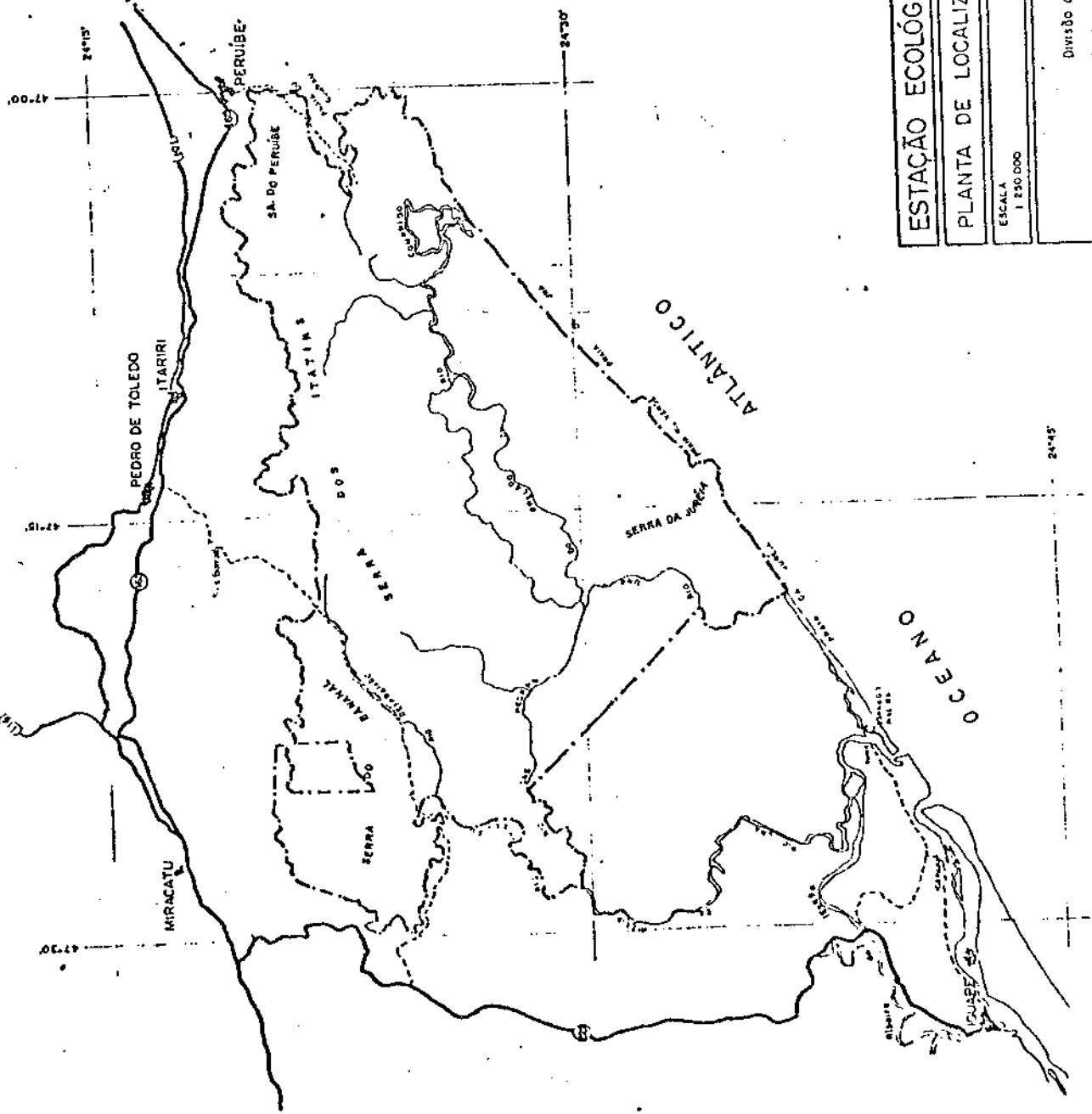
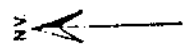
Eduardo (técnico da SMA e um dos que planejaram a criação da EEJI), ao ser perguntado se é verdade que os

limites da estação foram definidos em um escritório por algumas poucas pessoas, considera:

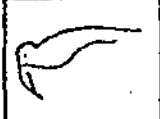
"Todas as unidades de conservação no Brasil e no mundo são definidas numa sala e em cima de um mapa, é assim que se delimita. O que precisamos saber é qual o conhecimento que se tem em campo daqueles mapas e daquelas áreas. Os limites da estação chegaram até à reserva guarani de Itariri. Foi necessário chegar até ali para não ficar num vazio e não ter sobreposição como em muitas outras unidades de conservação. Sobre a **área de Itinguçu**: discutiu-se dias seguidos e sabíamos que até aquele momento já tinham sido assassinadas 11 pessoas entre grileiros e posseiros. Então, a gente adotou esse critério de colocar o Itinguçu dentro da estação: como princípio para parar esse conflito. Se um dia tivesse que tirar essa área, que tirasse, mas a gente iria dizer que aquilo lá não adiantava mais brigar porque a terra era do Estado. Isso foi fundamental, faríamos hoje a mesma coisa, sabendo que do ponto de vista legal não podia ter moradores. O pessoal que mora lá hoje sabe que houve um corte na história deles. Agora está dentro da estação ecológica e parou a violência ... Além disso, havia um projeto de continuação da BR-101 que passaria por Itinguçu. Então, nós colocamos o limite da estação até ali para servir de rolha e impedir a tal estrada".

"No caso **Grajaúna** o problema era diretamente com a NUCLEBRÁS. Ela tomava conta da área e tinha seus militares lá, tinha fechado, tirado gente e ocupado lá mesmo, processo de ocupação militar. Então, tinha limites que a política recomendava para não perder tudo ... tinha que seguir o possível. Naquele momento não incluímos a área da NUCLEBRÁS na estação".

"Outra coisa, a **linha seca** na parte sul da estação. Aquilo teve um problema que não se poderia, naquele momento, incluir uma área que tinha acabado de dar o maior rolo dentro do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo) dois anos antes. Foi uma área que o dono da



- LEGENDA
- LIMITE DA EEJL
 - RODOVIA PAVIMENTADA
 - - - ESTRADA DE TERRA



ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE JURÉIA-ITATINS

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO E SITUAÇÃO

ESCALA	DATA	DESIGNO
1:250.000	SET./80	NACALI/SIDNEI

Divisão de Reservas e Parques Estaduais - DRPE
Instituto Florestal - IF / CINP

fazenda e um banco lotearam, depois os próprios proprietários foram ao Condephaat pressionar para que a área fosse tombada. Entrou-se o processo de tombamento e aí eles recuperaram barato de quem tinham vendido ... Era uma região rica em Turfa e Caxeta ... Aí o Condephaat não tombou. No tombamento da Serra do Mar em 1985, todas as áreas de conservação e APAs (Áreas de Proteção Ambiental) já estavam no processo de tombamento e ali (na área das empresas) havia um vazio - entre a Estação Ecológica da Juréia-Itatins e o resto da APA de Cananéia e Iguape. Este vazio é por causa deste tombamento, porque o Condephaat já tinha negado o tombamento por causa desta falcatrua".

"A questão do **Despraiado**: já tinha uma ocupação humana razoável, mas tinha uma área protegida e tinha uma estradinha no meio e, não sendo por Itinguçu, é por ali que a BR-101 poderia passar. Então, colocamos a estação ali para que fosse uma rolha também. Haviam um conjunto de componentes muito grande ...".

"Então, hoje, pensando naqueles limites, certamente tem coisas a incluir e coisas a excluir. Tem um limite artificial, como todos os limites são artificiais, como todas as unidades de conservação são artificiais. Deve ser feito um balanço depois de um certo tempo. Eu acho que é preciso até incluir coisas importantes que estão de fora e levar em conta o ponto de vista social. Tem conservacionistas, tipo IBDF, que dizem: conforme a lei, o que eles estão corretos, não pode haver ninguém numa estação. Existe uma outra linha que diz o contrário: os caras estão lá e são populações carentes e elas não têm que sair, a estação que é uma invasora. E existe um campo intermediário, não indefinido em relação a que princípios ou medidas tomar, no qual eu me incluo, que diz: a questão social e a questão ambiental são igualmente importantes a nível de ação do governo. A importância da Juréia não se restringe a ela em si, a importância da Juréia é mundial. Nós estamos preservando um patrimônio que não é só dos moradores de lá, é do estado de São Paulo inteiro, é do

Brasil inteiro, é da humanidade. Então, este contexto dá o grau de importância. Qualquer atividade que for feita lá, que coloque em perigo a continuidade de degradação da área, para mim não pode continuar lá dentro. Por outro lado, existem comunidades lá dentro muito diferenciadas. Não existe uma regra geral para dizer sai tudo ou deixa tudo. Eu acho que o que se fizer para Juréia vai servir de exemplo para o sistema de conservação do Brasil, pelo caráter simbólico que ela representa. Nós temos gente na maioria dos parques nacionais, estações ecológicas e assim por diante. Em algumas áreas, a Cachoeira do Guilherme, por exemplo, temos comunidades que convivem em graus de relação harmoniosa com a natureza e a região, reconhecida por todo mundo em geral, que não prejudica os atributos da área. Ao contrário, enriquece do ponto de vista cultural, do ponto de vista da possibilidade de relacionamento, estilo de vida e assim por diante. Eles têm um vínculo real com a área, há tempo que estão lá e assim por diante. No Despraiado é uma situação completamente diferente. Você acha que as pessoas vivem da natureza? Eles têm plantações gigantescas de bananas lá, isso não é uma convivência harmônica. Você ter alguns pés de banana na estação não há problema nenhum, agora você ter gigantescas plantações, seja por um único proprietário, seja por uma série de pequenos proprietários, isso é incompatível com a estação ecológica. No Itinguçu a situação que se coloca lá é claramente o turismo. Então temos que ter soluções diferentes. Nós discutimos se a figura jurídica da unidade de conservação deveria ser estação ou parque. Optou-se por estação e eu acho que houve um erro técnico, mas esta decisão foi política. Já existia uma estação ecológica (federal) e queria-se dar continuidade. Não sei se politicamente estava correto ou errado, mas desaguou em todos os problemas que estão aí: só podem ser utilizados 10% da área para pesquisa; o turismo não pode; presença da população lá dentro não pode. Não adianta deturpar a coisa e dizer: Ah ... é pesquisa antropológica. Pelo amor de Deus, não vamos transformar aquilo lá num zoológico de gente! Então, temos que ter

soluções gerais: 1) qualquer pessoa que entrou ali depois que foi criada a estação é uma invasora e tem que sair, pois ela sabia disso; 2) com as comunidades que estavam lá dentro, antes da estação, temos que discutir propostas coerentes, temos que ter diálogo; 3) tem que estancar imediatamente a entrada de novas pessoas; 4) é fundamental que o governo desaproprie logo. Em fevereiro de 1992 teremos o fim do prazo legal para a desapropriação e se isso não for feito até lá os antigos proprietários poderão entrar em ação judicial contra o Estado, o que colocará em risco a viabilidade da estação"¹².

Ruben: Os moradores dizem que algumas áreas foram excluídas da estação tendo em vista a presença de núcleos populacionais, porém este é o caso da vila Barro Branco e ela foi incluída. Por que?

Eduardo: "A hora que falou que os limites foram traçados em cima de um mapa, foi mesmo. A hora que tinha o divisor de água de Itatins e uma faixa de água, não se perguntou de quem era a propriedade. Fomos ver do ponto de vista ecológico e de ter um compartimento correto, não só ecologicamente, mas de fiscalização, de acesso, etc. Agora, uma falha houve: foi essa área do sul (a linha seca) e que precisava ser corrigida".

"O problema não é a exclusão do Guaraú e o problema não é o número de pessoas: nessa área há bastante gente e vamos por dentro da estação ou vamos tirar. Não é isso. O único caso que falou-se vamos por dentro, considerando-se que tinha pessoas - isso era até um choque - foi Itinguçu¹³. Em relação ao resto, tentou-se fazer uma delimitação o mais correta possível do ponto de vista ecológico. Então, como eu disse, houve uma falha no sul da estação e uma falha na área

¹² Paulo, coordenador da equipe do litoral sul da SMA - a responsável pela administração da EEJI -, me disse que só às vésperas de expirar o prazo para a desapropriação - fevereiro de 1992 - é que se conseguiram recursos e empenho para regularizar a questão fundiária da área. A situação até julho de 1992 era a seguinte: 12,3% da área da estação estava sob domínio do Estado; 71,45% da área estava ajuizada (isto é, havia sido dado entrada em juízo em tempo legal para a desapropriação); 16,5% estava pendente de outros processos administrativos e jurídicos.

¹³ Um dos técnicos da SMA entrevistados disse que na época era contra a inclusão da área de Itinguçu.

da NUCLEBRÁS. Fora disso, ninguém fez a conta: olha, aqui tem tantos moradores então exclui ... ou aqui tem tanto então entra ... ¹⁴. O Grajaúna é importante, era o lugar onde os militares pretendiam colocar a usina nuclear, era o quartel general dos homens. Era lá, naquele morrinho, iam cortar a tampinha do morro e colocar a usina nuclear lá. Então, esta briga estava acontecendo, a NUCLEBRÁS continuava lá, queriam colocar ... foi bem para frente que se conseguiu a desistência da NUCLEBRÁS".

Ruben: Depois que foi criada a estação a nível estadual?

Eduardo: "Depois, porque tinha um decreto federal que impedia que se colocasse um decreto estadual em cima: "olha, onde está ali para colocar usina nuclear leia-se estação ecológica". Juridicamente não dava, não só politicamente. Politicamente o Montoro já havia dito: não vou deixar construir a usina nuclear. Já havia resolvido ao nível do Estado, mas juridicamente não havia. Esta coisa da NUCLEBRÁS foi barra do ponto de vista de como resolver. Tanto é que foram assinados, no mesmo dia, 4 decretos diferentes de desapropriação, porque eram situações diferentes".

Ruben: Quais os critérios para excluir as áreas que a princípio estavam dentro dos limites da estação?

Eduardo: "A reserva dos índios Guarani em Itariri foi excluída porque já havia aí um decreto destinando-a à área indígena, Vista Grande foi excluída porque já havia sido destinada à reforma agrária ... e o Divisor está dentro da estação ecológica no decreto (número 24.646, de 20/01/86) e fora da lei (número 5.649 de 28/04/87). Então, a que vale é essa lei. Por que essa área foi excluída? Havia um nível

14

Como a legislação ambiental referente à estação ecológica não permite a presença de população, os técnicos ou estavam assumindo que criariam uma distorção do ponto de vista jurídico (ao criar a estação em áreas onde havia população) ou pretendiam remover a população da área. É provável que tivessem optado pela primeira situação.

de ocupação muito grande, a área estava toda degradada¹⁵. Perto do Despraiado tem uma faixinha muito importante que ainda está fora (entre o Divisor e o Despraiado), onde há serraria e desmatamento. Se não fosse por causa dessa área em cima e da BR-101, o Despraiado possivelmente estaria fora. Quando a BR-101 chega em Peruíbe, ou ela passa por Itinguçu (lá, estrategicamente, já tinha sido indicada para desapropriação; hoje para passar estrada ali tem que passar pela estação) ou passa por Itariri e desce pelo Despraiado. Foi considerado os dois casos ...¹⁶.

"Eu acho que algumas pessoas estão lá por falta de opção e outros estão por opção. Então, temos que considerar isso no diálogo com eles e na busca de alternativas. Dentro da estação ecológica, você tem que ter uma projeção: daqui a 50 anos o que queremos? Que a área esteja toda ocupada ou nós não queremos ninguém, queremos que ela esteja toda preservada? Então, devemos ter uma meta, que seja essa: daqui a 50 anos teremos a área preservada com algumas comunidades lá dentro, desde que elas queiram conviver com regras pré-estabelecidas. Eu acho que a terra tem de ser do Estado e pode-se fazer concessão de uso. Como a área é de estação ecológica, nunca vai poder ter propriedade. Então, não pode haver título de posse dentro da estação. Agora, o que tem que discutir é: as pessoas querem permanecer na área ou elas querem o título? Ter um título e vender quando quiserem, que é um direito, dar quando eles quiserem, isso não pode numa estação ecológica. E tirar uma área da estação só por lei, ao meu ver por lei federal. Para incluir o Estado pode, mas para tirar coisas da unidade de conservação tem que ser federal. Porque se a questão é uso, existem

15 Neste ponto o argumento do ecologista é contraditório, uma vez que anteriormente tinha dito que a vila Barro Branco, Despraiado e outras foram incluídas, mesmo sabendo que nestes lugares havia núcleos populacionais razoavelmente grandes.

16 É interessante observar que no diálogo com os moradores os ambientalistas relevam o fato de ter incluído Despraiado e Itinguçu na estação como estratégia para impedir a especulação imobiliária e a expulsão dos caiçaras. Porém, pela fala que acabamos de ver ficou claro que havia uma preocupação muito grande em incluir tais áreas para que evitasse a construção de estradas ou rodovias que fossem danosas ao meio ambiente. Fica a pergunta: a preocupação maior dos ambientalistas era com as populações ou com a degradação ambiental? Provavelmente eles nos responderão que são as duas coisas.

formas: a **permissão de uso** e a **concessão de uso**, por exemplo. A permissão de uso é muito frágil e o cara não tem nenhuma segurança. A concessão de uso é um tipo de contrato que você dá a concessão para a pessoa permanecer na terra dentro de regras específicas. Se respeitar estas regras, ela fica quanto tempo quiser¹⁷. Se é para ficar lá, ele precisa conhecer as regras e precisa concordar com estas regras, regras que são obviamente restritivas, pois estariam dentro de uma unidade de conservação. Existe o problema jurídico, mas você pode resolver a questão concreta e trabalhar a lei ... A longo prazo modificar a lei, se necessário. O que precisa é achar qual a solução mais próxima do ideal e mudar a lei até mais geral das unidades de conservação. Por que? Porque a Juréia é o exemplo, porque está lá o problema concreto, real, não é um problema jurídico só. É um problema social mesmo, fundiário, ecológico ... Quem está ali não concordaria com certas regras que necessariamente tem que ser colocadas¹⁸. O cara não pode fazer queimada, não pode usar trator, não pode usar agrotóxico. Então, é viável com essas regras todas a permanência daquelas pessoas com a alternativa de viver minimamente decente? As regras precisam ser muito bem trabalhadas, não em gabinetes. Esclarecer quais são elas e o lado de cá e de lá concordam e criam um contrato, feito através desta concessão de uso ... Em alguns lugares isso é possível com a comunidade que tem hoje, não sabemos o que os filhos e netos destas pessoas vão querer. Não se pode obrigar aquelas comunidades a serem caixas se elas não quiserem continuar ter um status social assim, fazer mutirão. E se os caras não quiserem? É um direito deles: mudarem, terem outras visões de mundo. Quer dizer: hoje tem um nível de comunicação lá que é grande e cria outras expectativas. É preciso considerar que aquilo lá não é estanque. O que é importante agora é pensar o que nós

17 Esta é exatamente a questão que dificulta o diálogo, pois, como veremos no item 5 deste capítulo, a maioria dos moradores não concorda com a submissão às regras preservacionistas; ela deseja o título de posse da terra e/ou o seu uso de acordo com sua vontade e tradição.

18 Este é exatamente o problema: quem vai definir tais regras? o que é compatível com a preservação? Os critérios serão técnicos ou políticos?

queremos num horizonte a longo prazo: nós temos uma estratégia e uma questão emergencial. Se perdermos de vista esta meta, como é que a gente resolve? Através de um contrato feito por meio do diálogo que permite a permanência destas comunidades que são tradicionais de lá, dentro de certas regras que elas aceitam. Agora, a partir daí, se o filho ou próprio cara, depois de 5 anos, não concorda com estas regras, então ele vai ter que planejar em sair ou ... Ou em casos que as pessoas estão lá por falta de opção seria melhor, às vezes, buscar um reassentamento. Eu acredito que se tivesse uma área onde tenha condições de agricultura, uma mata para usar, fazer a sua casa, etc., que pusesse escola, posto de saúde, estrada, tenho certeza que as pessoas que estão na estação ecológica ... preferiam sair. Porque tem essa coisa do peso que fica na cabeça deles: tem um medo, encheção de saco, a polícia florestal que sempre vem e vem pesquisador e turista. Então, o cara quer ter um pouco de paz. Se ele tiver um lugar para plantar, condições mínimas, em certos casos é muito melhor do que o que ele está vivendo hoje ou que ele tem potencialidade de viver. Os caras sabem disso. Mas isso aí exige uma vontade política do governo. Este tipo de alternativa, que não é para todos os casos, tem que basear-se na opção do cara. Você não pode ir lá e pressionar o cara para sair: "vem para cá" ... São coisas muito complexas, mas a realidade é complexa. Então, eu vejo três tipos de coisas: 1) em alguns casos você vai rediscutir limites, seja para incorporar mais coisas ou para retirar; 2) você vai definir áreas especiais e dar tratamento correto com suas características e expectativas de seus moradores, em conversa direta com eles e ouvindo tanto o Estado quanto entidades ambientalistas - no mínimo estas 3 instâncias (Estado eu estou colocando também o legislativo); 3) se você tiver condições de abrir uma área de assentamento, opcional, com condições melhores, seria a melhor coisa para você resolver estas questões para os moradores - obviamente, estou falando que esse reassentamento deve ser na própria região. Então, para isso tudo tem que tocar a questão da desapropriação e não deixar entrar mais ninguém".

Algumas perguntas parecem inevitáveis: Onde estão os grandes proprietários que teriam as suas terras desapropriadas? Não seria normal que eles estivessem organizando-se para defender os seus direitos? Qual o seu papel político neste processo? Eles estariam aliados com os moradores? Alguns ecologistas dizem que o movimento dos moradores estaria sendo manipulado por eles. Não observei isso em minha pesquisa de campo¹⁹. Parece-me que tais proprietários têm preferido atuar a nível do judiciário do que de um movimento político.

Paulo, ambientalista da SMA, diz: "No começo do governo Quérucia, os proprietários de terra em Iguape organizaram-se e propuseram tirar suas terras da estação. Hoje eles estão confiantes noutra coisa: no processo de desapropriação eles podem ganhar uma fortuna e estão conformados com ela. Tem gente recorrendo e ganhando o valor do mato, do carvão. Há erros no judiciário: os juízes estão aceitando, o Estado está sendo lesado, mal defendido. Está sendo bom negócio ter uma área numa estação para ser desapropriada".

Ruben: Do ponto de vista jurídico, é possível conceder um título de terra a estes posseiros (o que eles reivindicam é que sejam desapropriados pelo direito de posse e não indenizados pelas benfeitorias) para depois desapropriá-los?

Eduardo: "Já que dentro da estação ninguém vai ter a posse reconhecida, você pode, juridicamente, demonstrar que antes da criação da estação certas pessoas tinham direitos adquiridos. Estes são negociáveis, podem ser vendidos, indenizados. Agora, ele não vai receber o título para depois ser desapropriado ... Você não pode chegar lá e dizer sai daí ... Depois de um ano e um dia a pessoa tem certos direitos, depois de 5 anos a pessoa tem outros direitos, depois de 20 anos, outros direitos. Às vezes ela não tem o

19

À exceção seria o líder do movimento que tem uma propriedade de 1400 hectares - uma área muitas vezes maior do que qualquer outra daqueles pequenos agricultores que participam do movimento dos moradores, mas bem menor do que de alguns outros proprietários que estão fora deste movimento.

título de posse, mas isso não quer dizer que ela não tenha o direito que possa ser reconhecido juridicamente e que estes direitos possam e devam ser indenizados. O problema da indenização é que ela é, muitas vezes, injusta do ponto de vista financeiro mesmo. Você tem 2 casos. Você tem os casos de algumas propriedades que os caras entram com a desapropriação indireta e os caras levam uma puta grana do governo. Quer dizer, a área sai muito mais caro do que ela vale. Conseguem incluir o preço da madeira, do palmito, do passarinho, da cachoeira, sendo que eles não podem cortar a madeira, o palmito, ou seja, não existe aquele preço. Mas muita coisa já foi feita assim. E tem o inverso: o morador de lá tem uma casa de pau-a-pique, sapé, arrumadinha, ele vive bem. Agora, qual o valor financeiro, econômico, daquela casa? É extremamente baixo. Ele tem lá o seu pezinho de limão, a sua plantação de bananeira e a hora que você soma isso o cara consegue viver de maneira bastante razoável ... Quer dizer, não resolve para nós que temos outras exigências, vivemos num outro pedaço de mundo, mas o cara não necessariamente é miserável porque está numa casinha de pau-a-pique e sapé. Ele pode estar em ótimas condições, estar vivendo numa boa. Agora, o valor econômico é dado pela nossa sociedade. Pela nossa sociedade uma casinha de pau-a-pique e sapé não vale nada. Então, vai indenizá-lo por isso e com esse dinheiro, ele saindo de lá, ele vai fazer o quê? Ser favelado, se conseguir, porque está cada vez mais caro o aluguel em favela ... Tem que ter algum mecanismo de indenização justa para o cara ... Deve ser indenizado um território com outras benfeitorias, de forma que ele possa em outro lugar ter condições, digamos, semelhantes de

continuar a vida dele e não piorar²⁰. Você precisa fazer um trabalho que é simultaneamente técnico (com muita precisão de dados, levantamentos ...) e político. Você não pode perder a perspectiva maior da coisa: a Juréia vale mais, é mais importante do que simplesmente os moradores de lá, ou simplesmente do que a Associação em Defesa da Juréia, ou simplesmente da Secretaria do Meio Ambiente. Estamos falando de uma das partes mais conservadas de um ecossistema que 90% já foram perdidos em termos de Mata Atlântica. Então, precisa ter essa visão de contexto, certo? Agora, o contexto geralmente massacra o pobre do coitado que está lá".

O discurso acima é de um ecologista da SMA. Ele aponta para a possibilidade de conciliação entre os interesses dos moradores da Juréia e os atributos da unidade de conservação em questão. Este é o ponto crucial enfrentado pelos ambientalistas. Vejamos a fala de um militante do movimento "Pró-Juréia":

Ivo Pedro: "A situação é a seguinte: ou você propicia a estas pessoas as condições mínimas que elas entendam como boas hoje - e isto são condições materiais de consumo - ou estas pessoas vão sair de onde estão e vão para a periferia. Agora, o problema é como dar o que estas pessoas desejam, que são coisas materiais de consumo, mantendo um mínimo de destruição do meio ambiente. Se você deixar para o pessoal que está lá, eles iam melhorando a sua situação, iam explorando, destruindo as encostas, fazendo campings e se apropriando do ambiente natural para obter recursos para si. O que queremos é ver como estas pessoas possam ter um mínimo de progresso material, com um mínimo de degradação do recurso natural: agricultura orgânica,

20

Como vimos, é fundamental ressaltar isso, os moradores entendem muito bem o que fala o ecologista acima e não acreditam nesta indenização justa. Usando de artifícios jurídicos, os grandes proprietários recebem um valor pela desapropriação de suas terras até maior do que o real, enquanto os posseiros recebem quase nada quando se trata de indenizar suas benfeitorias. Este fato só confirma aos olhos dos posseiros que "a justiça está do lado dos poderosos". Como veremos no item 5 deste capítulo, quase todos posseiros são contra a estação ecológica, pois eles serão apenas indenizados (enquanto o proprietário do título será desapropriado) nos termos relatado pelo ecologista. Os posseiros tinham esperança de adquirir o título jurídico da posse da terra, mas a partir do momento em que foi criada a estação eles não puderam mais receber tal título.

pequenos animais, criação de cogumelos, plantas ornamentais, ervas medicinais, serviço de apoio ao turismo ecológico alternativo".

Não há um consenso entre os ambientalistas sobre que atitudes e princípios tomar em relação ao conflito entre a presença dos moradores da Juréia e os atributos da unidade de conservação. Há os ecologistas mais radicais, como essa militante do "Pró-Juréia":

Cláudia: "A juréia é um puta reservatório de riquezas naturais, mas os caras que estão lá não têm consciência disso. Eles não têm consciência ecológica. Eu não os vejo como coitadinhos, pescadores tão ecologistas. Se não fosse a polícia, eles pegariam com redes de malha fina. Há alguns que têm consciência, mas não são todos ... Se eu fosse o Governo do Estado e decidisse implantar a estação ecológica na porra daquele lugar, eu tiraria os moradores de lá. Eu não ia ficar discutindo direitos ... Eu iria escolher um lugar parecido e dizer: senhores, retirem-se, isso agora é uma estação ecológica. Bom, é uma estação ecológica, então vamos montar 3 postos avançados, colocar professores para estudar, pesquisar e usar aquilo. Agora fica nesse chove não molha: e vai e discute com os moradores, eles ficam perdidos e começa a vir radicalismos de um lado e de outro. Eles não entendem o que o governo quer: um promete que eles vão ficar, alguns ficam, outros não podem ... quem pode? Quem está lá há mais tempo, quem não é predador. Como vai saber isso? Eu sou a favor de medidas meio radicais para preservar. Vamos preservar, aqui é parque, então coloca guarda, é turismo controlado".

Os ambientalistas da SMA apontam várias e distintas razões que condicionaram a elaboração dos limites da estação: não haver sobreposição com a legislação federal; acabar com os conflitos de terra; impedir a construção de estradas; obedecer os limites impostos pela topografia ou pelas estradas já construídas; não atender a interesses econômicos poderosos; atender "limites que a política recomenda"; etc. Esse conjunto de razões tornam os limites

da estação sempre renegociáveis: "se algum dia tiver que tirar (a área) que tirasse"; "deve ser feito um balanço depois de um certo ponto"; "tem que considerar o desejo da população, o nível de ocupação e de degradação no diálogo com os moradores e na busca de alternativas". A necessidade de negociações infundáveis fortalece o papel do Estado enquanto instância capaz de atender a demanda de distintos grupos da sociedade e, sobretudo, a posição dos ambientalistas no interior do Estado, capaz de fazer a mediação entre moradores e diferentes grupos de ecologistas.

Para alguns militantes mais "radicais" (como o caso da Cláudia, que citamos acima), a preservação da área é pré-condição para qualquer outra medida. Já para a maioria dos ambientalistas da SMA, o conhecimento técnico é imprescindível e ele deve vir acompanhado da abertura para os anseios legítimos da população local. Propõem-se assim a mostrar que o Estado pode atender às reivindicações do movimento ecológico e ao mesmo tempo satisfazer as reivindicações dos moradores. Não se trata apenas de identificar os desejos da comunidade do presente, mas identificar os anseios das gerações futuras. A cada medida - delimitação e desapropriação - é preciso saber se beneficiará os pobres ou os ricos, se beneficiará uma minoria ou a coletividade, se atenderá os critérios de preservação ou inviabilizará os objetivos da estação. É preciso avaliar a legitimidade de cada proposta e "achar a solução mais próxima do ideal", pois a "Juréia é mais do que um problema concreto, é um símbolo para o mundo". A criação da estação ecológica seria não só uma medida visando preservar e conservar o meio ambiente e garantir este patrimônio da humanidade para os pesquisadores e gerações vindouras, mas também um meio de coibir a violência dos grandes contra os pequenos e assegurar a manutenção da cultura local contra os projetos de transformação sócio-ambiental da sociedade envolvente.

Os moradores olham essa atitude exatamente no caminho inverso: a estação ecológica foi criada na Juréia

porque lá só estavam os fracos e pequenos de nossa sociedade, enquanto os grandes (exatamente aqueles que mais destroem a natureza) tiveram suas terras desapropriadas por um preço justo ou ficaram de fora da unidade de conservação. Sabem, portanto, que para ganhar força política precisam se organizar. Nesse sentido, o movimento dos moradores colocou em ação uma estratégia política de aliança com uma organização não-governamental (o IAMA) que presumivelmente estaria mais preocupada com a garantia de direitos sociais (no caso a posse da terra) do que com a preservação ambiental.

3 - O conflito entre IAMA e "Pró-Juréia".

Neste item iremos confrontar as idéias e valores do Instituto de Antropologia e Meio Ambiente e da Associação em Defesa da Juréia. Observaremos nos discursos destes atores uma disputa por espaço e afirmação dentro do movimento ambientalista. De acordo com o que vimos no capítulo 1, são posições conflituosas em relação a qual prioridade conferir na ação política: a natureza ou o homem? O que é precedente? Os interesses da população mais pobre e das sociedades minoritárias (índios pescadores artesanais, posseiros, ribeirinhos e outros) ou os interesses mais amplos e planetários da sociedade brasileira e da humanidade? Com quem fazer alianças políticas? Com os setores mais pobres e marginalizados ou com a classe média urbana e a mídia?

Veremos que estas oposições e polaridades não são aceitas pelos dois atores, embora um e outro acabem por assumir uma prioridade. De acordo com seus sócios, o IAMA estaria preocupado tanto com questões sociais quanto com as ambientais e que o "Pró-Juréia" seria um tipo de movimento que privilegia o lado ambiental e deixa o social em segundo plano. Por seu lado, os militantes do "Pró-Juréia" dizem que o movimento ecológico do qual fazem parte está voltado para a preservação do ecossistema brasileiro mais ameaçado de extinção e, ao mesmo tempo, procura uma solução que permita

a presença da população local (atentando para o problema social) com os critérios de conservação. Consideram ainda que o IAMA coloca em risco este "patrimônio da humanidade" ao pretender demagogicamente promover reforma agrária em área de proteção ambiental.

Este campo de disputa entre entidades ambientalistas reproduz em escala local um debate mundial sobre a possibilidade de compatibilização entre a **preservação ambiental** e o **desenvolvimento** como forma de solucionar as desigualdades sociais entre pessoas, regiões e países. Vamos ver o confronto entre estas duas ONGs através de suas próprias falas.

a) O IAMA.

Marcelo: "A origem desse pessoal (do "Pró-Juréia") é de classe média urbana. Eles vêem a preservação como se guarda uma área, uma árvore, como se guarda um bicho num zoológico. É o ambientalismo de vitrine".

"A SOS Mata Atlântica - o "Pró-Juréia" é uma extensão da SOS - mantém acordos com a imprensa e inclusive monopólio das fontes financiadoras. É uma estratégia política dentro das ONGs, que é ganhar espaço mesmo. As grandes ONGs do Brasil estão com medo das grandes ONGs internacionais, do Green Peace e outras que estão instalando-se no Brasil. No fundo, a gente está reproduzindo os mecanismos de competição das empresas capitalistas: tomando o mercado, tomando as fontes financiadoras".

"Quem está por trás da SOS Mata Atlântica e do "Pró-Juréia" são grupos empresariais que têm uma perspectiva ecológica limitada. Eles têm padrões internacionais e querem implantar aqui ... Eles partem de uma premissa: a manutenção da biodiversidade no planeta é vital e ela afetará todo o planeta. Se partem deste princípio, todo o resto é secundário. Eles acabam não defendendo a população porque é complexo: Será que a população vai crescer? Será que agora eles não vão derrubar tudo? Será que agora que a situação

está boa os parentes e amigos não vêm para cá? A questão de fiscalização aumenta, fica mais complicada. Então, o importante é manter a biodiversidade. Como é importante para a humanidade, é melhor sacrificar alguém. A gente (do IAMA) acha que isso é um vício de pensamento. A diversidade biológica é dependente da diversidade cultural, ela é dependente dos respeitos às minorias. A manutenção da diversidade cultural é importante, você não mantém nada pela via autoritária".

Vera : "O movimento ambientalista via a natureza separada do homem. À exceção foi o Aziz Ab'Saber, ele sempre pensou a questão ambiental na interface sociedade-natureza. O pessoal do "Pró-Juréia" era um pessoal fortemente voltado para essa tendência de separar, fortemente influenciado pelo colonialismo ambientalista. Nós somos colonizados até pelos movimentos sociais. São grupos bastante fortes na questão ambiental, vieram da classe média alta, burguesa, um certo romantismo, que têm uma visão bucólica da natureza. Uma grande parcela é bastante desinformada e que se permitiu ser colonizada pelos EUA. Quer dizer, você preserva nichos, você luta para isolar as áreas que têm valor - enquanto valor genético -, como o que sobrou de um ambiente extremamente utilizado. Algumas pessoas têm a visão radicalmente do outro lado, do homem, você tem que olhar para suas necessidades, a necessidade é transformar os espaços, transformar toda a natureza, intervir nos processos naturais, o homem intervindo sempre, porque o homem precisa, a sociedade precisa. Um certo grupo de pessoas do IAMA se encaminhou para uma visão diferente dessas. A gente acha que a situação ambiental num país como o nosso, um país extremamente degradado, à mercê dos processos de utilização dos recursos, atividades econômicas, exploração mesmo, exige alguma medida de controle para que você garanta a reprodução da natureza. Mas você não pode penalizar a sociedade, acentuar a desigualdade em função disso, você não pode favorecer segmentos. Você tem que considerar que a riqueza cultural faz parte disso tudo. O que restou no estado de São Paulo,

em termos de unidade de preservação, está onde a população ficou à margem dos processos econômicos. Você tem os caboclos, os camponeses, os índios, os cangaceiros, ribeirinhos, quilombos, todos os segmentos que não fazem parte da sociedade majoritária e que estão utilizando e reproduzindo áreas que hoje são importantes do ponto de vista ecológico. No movimento ambientalista é uma coisa que está começando a ser incorporada, no discurso, e isso já é um avanço. Você veja, o pessoal da Fundação SOS já fala em sócio-ambiental, mas por enquanto fala muito e intervém pouco. Toda a linha de atuação da Fundação, os projetos que ela privilegia, nenhum é nessa área".

"As pessoas do "Pró-Juréia" não têm uma reflexão sobre as questões sociais. São pessoas conservadoras, temem qualquer mudança. Quando o IAMA lançou a proposta de fazer mudança no traçado da estação, eles diziam: vocês são loucos, já pensamos em tudo, mas não conseguimos resolver o problema dos moradores. Nunca tentaram nada, nunca arriscaram nada. Isto também tem a ver com o fato de que as pessoas do "Pró-Juréia" também participam do governo. Existe uma certa confusão entre o que é minha ação política governamental e o que é minha ação na militância. Muitas pessoas que fazem parte do "Pró-Juréia" estão lá e cá. Elas não têm uma independência total ... Eu acho que às vezes a pessoa entra em um conflito de identidade. Como ela vai atuar? Ela é muito ligada ao governo, tem um emprego lá, ela quer pressionar o governo e ao mesmo tempo não pode ser tão arrojada".

"Tem muita entidade não-governamental que não sabe o que é não-governamental. Elas atuam como governo. A Fundação SOS atua como governo, ela se articula só com o governo, ela compactua com o governo. O IAMA é totalmente independente, é por isso que a gente não consegue também muita coisa, porque a gente não tem nenhuma ligação religiosa, não é protestante nem católico. IAMA não é ligado a nenhum partido, alguns têm filiação partidária individual, mas o resto nem é filiado ao PT. São pessoas que vêm de lutas sociais, sempre atuaram em

movimento. Nunca trabalhamos com governo. A diferença maior não está nisso, porque se um dia uma tendência que a gente simpatiza vai para o governo, a gente também vai atuar com o governo. Eles [o "Pró-Juréia"] provavelmente simpatizam com o governo que está aí. A maior diferença é outra, é a diferença de visão. Existe uma parcela destes movimentos de classe média urbana que está agora se sensibilizando com essa questão social, mas não são pessoas que acreditam na cidadania, igualdade, na democracia, porque senão seriam diferentes. Uma entidade como o "Pró-Juréia" que se preocupa muito com a mídia televisiva, a publicidade e estar no tititi, tendo recursos para fazer um trabalho de educação urbana - mostrando a Juréia - e não investe nesta linha é porque está comprometida com outra coisa. É o pessoal que defende o status quo. É ótimo você defender a Juréia quando você tem a sua cama legal, come bem, vai no fim de semana para lá, com seu carro. Agora, é difícil você dizer para as pessoas lá esperarem um pouco mais até bolar um plano diretor. Eu acho que estes movimentos pensam em preservar com a cabeça da cidade: eu quero preservar lá para eu ir lá, eu não quero preservar aquela realidade porque ela é necessária, preservar aquela realidade para conhecer outras formas de se relacionar com a natureza. Como eu faço para frear aquilo que realmente está degradando? Por que a força deste movimento não se levanta contra os loteamentos? Se eles são tão fortes, por que não lutam contra os loteamentos, não se articulam, não usam as suas influências políticas, suas influências no jornal? Porque são partes do mesmo corpo, porque é muito difícil você lutar contra parte de sua realidade ... Imagina se o Rodrigo Mesquita da Fundação SOS vai lutar com a bandeira da reforma agrária. Porque é isso o que está faltando no Vale do Ribeira. A juréia é uma consequência da não realização da reforma agrária: pessoas que ficaram em áreas que não são boas. Eu duvido que a Fundação SOS lute pela reforma agrária. Vão discutir sobre a floresta, o lago, o macaco ... A gente também é por esse lado, mas sabemos que o problema é outro. Eu acho que cada vez mais é preciso preservar o que é

possível dessa natureza que a sociedade industrial andou usando e abusando. Temos que ter mecanismos de conhecer o seu funcionamento, a sua importância, temos que discutir mecanismos para reproduzi-la, temos que ter santuários, mas a gente não pode fechar os olhos para a reforma agrária, para as desigualdades sociais que existem, para a falta de assistência ...".

Ruben: A Associação "Pró-Juréia" acusa o IAMA de oportunismo, principalmente a sua pessoa pelo fato de ser na época conselheira daquela associação e não tê-la procurado para apresentar a reivindicação dos moradores, por ter ido organizá-los contra o movimento ambientalista, enfim, não tê-la procurado para expor o seu ponto de vista.

Vera: "É porque é território, aquilo lá é deles. Já pensou se o "Pró-Juréia" não pudesse mais entrar lá, se os moradores não quiserem que eles entrem lá, como já disseram? Por que, então, existir um movimento aqui em São Paulo que não pode entrar na própria área que eles criaram? Eles estão preocupados que a gente roube a cena deles".

Ruben: "E o líder do movimento dos moradores? Ele é visto pelos ambientalistas também como oportunista.

Vera: "O Gustavo realmente é proprietário, o pai dele deixou aquelas terras para ele. Ele era hippie, viveu a vida inteira no meio urbano em São Paulo, resolveu abandonar tudo e ir morar no sítio que eles tinham lá na Juréia. Ele é escultor, artista plástico. A primeira vez que veio o tombamento e a criação da estação, a primeira reação de Gustavo foi violenta e contra, porque ele tem um sítio bem cuidado lá ... Tem pessoas que fazem tudo na vida para sair de São Paulo. Se você fizesse opção de ir para um lugar e de repente este lugar é tirado de você, você teria uma reação histérica, porque toda sua vida desmoronou. Em 1986 o Gustavo defendia a propriedade dele mesmo, e eu acho que estava certo. ... Realmente havia um conflito: a preservação deveria se sobrepor a uma propriedade, os interesses coletivos se sobrepõem aos interesses individuais? De lá para cá, ele teve uma mudança fantástica. O que o "Pró-

Juréia" não vê é que o Gustavo tem legitimidade: você não convoca uma reunião e leva 300 pessoas se você não tem legitimidade, se as pessoas não te respeitam, não te conhecem, principalmente populações que são ultratímidas, reservadas, que não abrem para qualquer um ... O Gustavo tem uma educação para a cidadania e democracia ... Ele não faz nada sem discutir com os moradores, tudo é discutido entre eles. É lógico, é uma pessoa que tem ambiguidades, que tem uma propriedade. Ele assinou um documento em que abre mão das terras dele, ele não vai lutar apenas pelas terras dele ... Quando numa reunião o Gustavo se levanta para falar alguma coisa, todo mundo levanta para ouvir. Já o movimento ambientalista, ninguém ouve, porque eles perderam a legitimidade".

"O IAMA comprou a briga fraquinho, acusado como um bando de petistas basistas. A gente conseguiu muita pouca repercursão exatamente porque esse grupo que é hegemônico, essa visão ambientalista classe média urbana, nos sufocou. Eles são muito articulados com toda a imprensa, com os jornais, controlam tudo".

"O governo não tem decisão para nada no que se refere às minorias, porque não dá voto ... A maior parte é analfabeta, não vota, não tem título e economicamente não dá retorno. Ainda não tem decisão por causa das disputas políticas. O objetivo não é resolver o problema da população, mas criar uma estação para poder dar nome e ... não sei o quê. É aquilo que dá voto e IBOPE. O que vai acontecer é o governo chamar os ambientalistas e dizer: olha o que eu fiz, resolvi o problema dos ambientalistas, etc.".

b) O "Pró-Juréia".

Paulo: "A minha avaliação é que o IAMA foi oportunista. Por que não foram para a Ilha do Cardoso? Porque a Juréia foi para a mídia. O IAMA foi oportunista em cima disso: ao defender a UMJI (União dos Moradores da

Juréia-Itatins) estão faturando em cima de um trabalho do "Pró-Juréia".

Sérgio Luiz : "Eu espero que a ala do PT repare os prejuízos que provocou ao mobilizar a população local neste sentido: considerar os ecologistas como mais perigosos do que as imobiliárias. O IAMA chegou numa época pré-eleitoral e fez todo um ativismo político-partidário. O grupo de antropólogos (do IAMA), contratado lá pelos moradores, tentou esse intento, criou todo esse arrazoado, mas não é assim".

"Os moradores da Juréia são como os índios: têm um fascínio pelo progresso técnico de nossa sociedade, acham que esse progresso vai melhorar a vida deles e que os ecologistas são uns frescos que estão atrapalhando a vida deles. ... Da mesma forma em que se acena para essa comunidade indígena com um arsenal de bens, parafernália, maravilhas, engenhocas sofisticadas e coisas deste tipo ..., acontece na Juréia. O caiçara ... era perseguido, caçado pelos grileiros e por todo mundo. Quem ele tinha como apoio e aliado natural era o ecologista. Mas de repente, a população foi crescendo artificialmente e induzida por grandes proprietários de terras e companhias detentoras de lá. É o mesmo processo que ocorre lá na Amazônia: quando a mineradora quer se apossar de uma área, joga garimpeiros lá. Eles vão pegar o alívio e deixam o cristalino para você. Essa é a técnica. Já que eles não podiam entrar, começaram a incentivar pessoas e a trazer gente até que a população da Juréia cresceu exponencialmente ... Na Amazônia o processo também se repete. Num determinado momento tanto o antropólogo quanto o ambientalista conseguiram barrar o grileiro, o cara que vinha com jagunço para tirar o índio da área dele. Quando houve um pouquinho de moralização nesses processos todos, o inimigo comum percebeu que a tática não era aquele enfrentamento, percebeu que era necessário mudar o jogo e passou a atuar como um aliado dele (do índio ou do caiçara), mostrando-lhe os benefícios da civilização, mostrando-lhe que seria ótimo que a Gomes de Almeida

Fernandes construísse ali um espigão no Rio Verde, que todo mundo viraria caseiro. Seriam 60.000 edificações! Daria trabalho para todo mundo! Para que ficar vivendo de pesca ou de extração de palmito ou de extração da caxeta? Isso aí vai acabar! Moramos aqui e está ali o paraíso! Gente cheia da grana! 70.000 pessoas! Maravilha, este é o progresso! A partir daí a coisa se torna um tanto incompatível, porque ou é parque ou é aldeia ou outra coisa. Se você está lutando pela aldeia, você não pode permitir que ela seja violada, destribalizada e que morra toda a etnia em prol dos interesses que você bem conhece. Você não tem alternativas senão lutar contra todo esse mecanismo de coisa. É óbvio que num processo acelerado, você, antropólogo, vai ter que entrar em entendimento com o Tutu Pombo (índio Kaiapó que explora garimpo em suas terras) e toda a facção de entreguistas e de caras que estão nessa linha de acabar com tudo, vender tudo, arrebentar com tudo e tudo mais. Você vai ter que ter uma negociação com ele, assim como na Juréia vão ter que ter essa negociação. Mas como deve se proceder esta negociação entre você, antropólogo, com o Tutu Pombo que advoga que o parque Yanomami, além da reserva dele que ele abre inteiramente, deve ser entregue às empresas mineradoras? E os índios, os Yanomami? Ah! Vão viver muito bem ali, os garimpeiros trazem tudo! Da mesma maneira, o caiçara lá está esperando que o tal progresso chegue até ele e ele é manipulado no sentido de dizer que ele não pode mais tirar uma caxeta, não pode mais tirar um palmito, porque simplesmente os ecologistas não deixam. Muitas vezes até têm razão, porque ... tem uma polícia de meio ambiente, polícia que pertence à polícia militar. Você já viu uma polícia militar indo contra o poderoso nesse país? Não. Ela vai em cima do pequenininho. O grande está matando milhares e milhares de peixes, mas ela vai naquele que está de caniço, no pequenininho, multa, tira tudo dele, tira tudo, arrebenta o que está pescando artesanalmente para subsistência, porque ela não pode ir no grande. Ali, como em toda área, se repete essas deformações, mas são outros quinhentos, é outra discussão. Mas, a partir destes exemplos, se joga então a

população contra o pessoal que lutou para que aquilo ali fosse preservado, fosse mantido para todas as gerações o tempo todo e eles numa única geração querem acabar com tudo. A mando de quem? A quem interessa isso daí? Interessa aos grandes especuladores e estes caiçaras estão sendo titeres nas mãos destes aí, assim como nossos índios. É um jogo que se repete em todas as fronteiras, a Juréia do Vale do Ribeira ainda é uma fronteira tanto quanto a Amazônia. É uma estrutura perversa ... Realmente, se você ouve o caiçara parece que ele está sendo espancado e submetido a garrote vil pelo ecologista".

Ruben: Você acha mesmo que os operários, índios, caiçaras e camponeses são manipulados pelas grandes empresas, mineradoras e especuladores imobiliários? No caso do operário, por exemplo, numa situação de desemprego ele pode, como estratégia, aceitar e até apoiar o argumento do patrão de que se a empresa tiver que arcar com custos para o controle da poluição (e, por conseguinte, das condições de saúde e trabalho) ela poderá demitir seus empregados ou mesmo reduzir seus salários em termos reais. Você não acha que os ambientalistas têm dificuldade em obter apoio dos segmentos mais pobres (a maioria) de nossa sociedade?

Sérgio Luiz : "O que você advoga é que a gente faça alianças com quem está instrumentalizando os trabalhadores. Seria muito mais objetivo, você não concorda comigo? É justo fazer reforma agrária em terra pública, em parque, em reserva ecológica, em área de proteção aos mananciais? É justo fazer reforma agrária nestes espaços? As esquerdas estão fazendo reforma agrária em São Paulo: para cacifar os seus votos, simplesmente autorizam a invasão das áreas de proteção aos mananciais que são por lei definidas de preservação. Você tem critérios bem rígidos de ocupação ali, e boa parte dessa área que não deveria ser ocupada está cheia de loteamentos e de pessoas que foram atraídas por promessas da esquerda. Da mesma maneira, gente muito boa tenta fazer reforma agrária em vários parques aí. Nós tivemos uns grandes caras aí que em determinada altura, dada

a insensibilidade dos donos dos latifúndios, optaram por fazer reforma agrária nos parques e reservas e em áreas verdes do estado de São Paulo. Primeiro, o ecologista não compactua com o discurso do dono da fábrica que diz que se ele despoluir o operário vai ficar desempregado, que é melhor que o empregado lute por seu adicional de insalubridade para continuar com o emprego. Esse é um tipo de discurso inaceitável ... Eu não sei se a gente, ao se aliar com o operário manipulado pelo patrão, vai vencer o patrão. Ele, é óbvio, vai estar ali juntamente com o patrão por uma questão cultural, por uma questão de dependência econômica e tudo mais. Mas eu acho o seguinte: até hoje o meio ambiente não provocou o desemprego de sequer um operário no país. Uma opinião contrária é totalmente injustificável. O que está acontecendo é o seguinte: o empresário anacrônico, que vive às custas de exploração da mais-valia, às custas da morte precoce do seu operariado, joga com esse argumento. O operário sai, então, falando mal dos ecologistas. O ecologista deve aquiescer aos rogos do intermediário, do patrão, do inimigo? Deve contemporizar e fazer uma média com o operário instrumentalizado pelo patrão, ou o ecologista deve continuar a pensar na sociedade como um todo? E é pensar o seguinte: se essa fábrica tem 140 operários, ela por sua vez influencia diretamente uma população mil vezes maior. Essa população mil vezes maior é que tem interesse prevaiente, é a saúde dela que está sendo gasta. Então, o que vai negociar? Do mesmo modo, um parque ou uma reserva não são feitos apenas para meia dúzia de ecologistas, mas sim para todas as gerações vindouras, para todas as universidades, para todo mundo, para toda a população. Você vai negociar com 400 pessoas que se dizem detentoras de uma reserva que na época de sua criação tinha 6 dúzias de família?²¹. Esse patrimônio muito importante, que é um dos últimos que remanesce no país, pertence pela

21

O ambientalista fala que a população da Juréia tem aumentado depois que foi criada a estação ecológica. Porém, dados da própria Secretaria do Meio Ambiente apontam para uma diminuição. Segundo Paulo, técnico da SMA, esse esvaziamento não seria uma consequência da implantação da estação, mas uma tendência no meio rural brasileiro de migração da população do campo para a cidade.

legislação às gerações futuras, pertence aos 50 milhões de paulistas ou 150 milhões de brasileiros. Você em nome de 400 pessoas vai permitir que ele seja totalmente destruído pela especulação imobiliária? ... Então, o interesse social é que está em jogo. De repente, quando eu vejo a universidade e setores progressistas - como antropólogos do IAMA, no caso - defendendo reforma agrária em terra pública - porque é terra pública - eu fico pensando: mudei eu ou mudou o tempo? Quando você diz assim: não vai haver espaço para construir unidades de conservação onde não exista população, você está excluindo aí os grandes latifúndios, né? Porque se você incluísse os grandes latifúndios, teria terra para reserva a dar com pau. Nós temos uma área de proteção aqui no Brasil da ordem de 1,5 a 3% do território nacional protegida, teoricamente, por parques e reservas. Quando todos os pesquisadores, todas as bibliografias científicas indicam que o mínimo de 30% tem que ser preservado, sob pena da população como um todo pagar as consequências do ponto de vista climático, do ponto de vista da biodiversidade, matriz energética e tudo mais. Percebe? A rede de parques e reservas pega de 1,5 a 3%, sendo que desse todo apenas 0,05% está regulamentado. Então, o próprio INCRA concordou paralelamente com a criação de parques na Amazônia e, ao mesmo tempo, para aliviar os latifúndios aqui da região sudeste, canalizou o êxodo rural para a Amazônia: "olha, é parque nacional, mas não tem problema, pode ir entrando". Por que? Então, quando é que vai haver essa visão de conjunto? Eu não posso raciocinar em termos de 400 pessoas. Posso até raciocinar, me dou pelos seus problemas, fico chateado, revoltado, mas ao mesmo tempo eu tenho que pensar no conjunto da população. O movimento lutou para que a Juréia se transformasse numa estação e como estação ela pertence ao conjunto da população. Uma fração diminuta dessa população bancou e está bancando aquilo como estação e acreditou que esse era o desejo da sociedade - se fizer uma enquete a Juréia tem que ser preservada. Eu pergunto: é justo que você sacrifique a maioria em nome dessa minoria, ou você vai resolver o problema dessa minoria? Se a

população da Juréia pode acabar com a reserva, pelo mesmo raciocínio o "PC", amigo do Collor, pode acabar com as ciências no país ... É justo que a população daqui a pouco tempo vá pagar 2 dólares por copo de água torneiral? A tendência de ocupação da área de mananciais é essa daí. Uns falam: "por que não os deixam ficar, onde é que eles vão viver?" "Deixem eles ocuparem os mananciais, deixem ocuparem essas áreas aí". Mas a consequência política é a seguinte: esse adensamento populacional ao redor dos mananciais vai acarretar um encarecimento tal no preço da água que na virada do século o custo do tratamento vai ser tamanho que o copo vai chegar de 1 dólar a 2 dólares, segundo as estatísticas de hoje - conservadoras - da SABESP. E aí, quem vai ser o responsável? A esquerda que fez a reforma agrária em terra pública ou o ecologista que resolveu negociar? "Afim de contas, os moradores eram sem-teto, sem nada, então naquela época a gente optou por preservar as pessoas" (sic). Quantas pessoas você preservou naquela época? "Foi mais ou menos umas setecentas mil que entraram nas áreas de proteção aos mananciais". E hoje, você sabe o que isso está acarretando? A morte por falta d'água de milhares de crianças por ano".

"Nós (os ecologistas) temos um respeito para com as populações antigas da Juréia ditado não pelas relações do momento, mas que vem de uma época de enfrentamento, onde ficaram muito claro as posições, quem queria o bem deles e quem não queria, quem era filho da puta e quem não era, quem ficou do lado deles impedindo que eles fossem expulsos e quem não ficou. Hoje eles estão se aliando e sendo manipulados, da mesma forma em que nas grandes fábricas se joga o operário contra o ecologista, da mesma maneira que na Amazônia tem as grandes corporações que fazem todo aquele trabalho de seduzir o índio com miçangas e etc, etc ... Ele está sendo seduzido pelos inimigos de sempre, só que o nosso povo é o que é: quando passa o tiroteio, ele acha que está em paz, ele não sabe quem disparou os tiros. Ele não

consegue correlacionar os mandantes, os assassinos de ontem aos mandantes e orientadores políticos de hoje".

"O ecologista na Juréia sempre visa o benefício global da sociedade. Aí entra o político e vem defender os interesses de algumas corporações, amigos dele, e começa a trabalhar a população contra os ecologistas. Entra um grupo de antropólogos e vê uma situação infernal. Ou seja, tem gente que diz: "olha, assim não dá, eu vou pegar uma caxeta e o cara vem, de que vou viver?" Ele se penaliza com isso, fica contristado com essa situação, mas quem é que vai se responsabilizar pela destruição daquilo ali? ...".

"Eu sou pela regulamentação da Juréia, pelo seu uso pela universidade. ... Não sabemos a potencialidade biotecnológica, quais os princípios, que remédios sairão dali. Não sabemos de nada, aquilo ali é um laboratório de biodiversidade. O fato de estarmos atrasados neste campo não significa que ele seja desprezível, é ele que movimenta fortunas, bilhões e trilhões de dólares no mercado internacional. ..."

"Eu vejo como uma questão de responsabilidade das atuais gerações decidirem o que fazer. O que é melhor para a nação como um todo? Destruir, manter, manter de uma forma que em uma questão de anos não vale mais à pena e seja entregue à especulação imobiliária? O que é melhor fazer? ... Gostaria de ver a discussão fluir para ver, enfim, a questão colocada em termos maiores, mais responsáveis. Caso contrário, amanhã a gente vai ser responsável por ter colocado a perder um patrimônio de valor inestimável, sob o pretexto de fazer reforma agrária em terra pública", finaliza o ecologista.

IAMA e "Pró-Juréia" travam um debate ferrenho: ambientalismo de "classe média" e de "vitrine" **versus** ativismo político-partidário; monopólio das fontes financiadoras **versus** oportunismo; desrespeitar os direitos das comunidades "tradicionais" **versus** sacrificar uma maioria em nome de uma minoria; unidades de conservação que inviabilizam a sobrevivência das "populações tradicionais"

versus reforma agrária em terra pública"; diversidade biológica sem diversidade cultural **versus** diversidade cultural sem diversidade biológica; pensar nos problemas sociais de hoje **versus** pensar nas futuras gerações, etc.

Ver as diferenças entre essas ONGs apenas como uma luta para ganhar visibilidade política e monopólio da questão ecológica é talvez simplificar um pouco o debate que estas questões provocam. Entretanto, é correto dizer que a ressonância que o ecologismo ganhou nas últimas décadas, a criação de organizações internacionais bastante fortes do ponto de vista financeiro e político e de governos interessados em financiar projetos nessa área, resultou numa proliferação de entidades ambientalistas, que passam a competir entre si por esses financiamentos e a depender deles para sua própria sobrevivência e atuação. Neste sentido, acentuar as diferenças de perspectivas e de posturas frente à questão ambiental é condição para que cada ONG crie uma identidade específica, em contraste com outras ONGs, garanta seu espaço e legitime sua atuação.

Ao ressaltar que uma diferença fundamental entre os diversos movimentos ecológicos está na ênfase dada à questão social e à ambiental, estou considerando que estas duas questões ocupam espaços distintos nos discursos e práticas destes movimentos, mas não estão ausentes em quase nenhum deles. Estar na Juréia ou mesmo em regiões mais afastadas e em contato com as chamadas "populações tradicionais", é encontrar ecos da luta acirrada em que IAMA e "Pró-Juréia" estabeleceram ao longo dos acontecimentos que nós estamos analisando.

4 - Amigos da Juréia e amigos da onça: o cotidiano dos moradores.

Sabia que encontraria na comunidade do Despraiado uma grande resistência à minha pesquisa. Deveria apresentar-me como alguém interessado nos problemas dos moradores e convencê-los de que não era um ecologista ou técnico da

Secretaria do Meio Ambiente. Tarefa difícil, já que a população local vê os pesquisadores como pessoas do "meio ambiente" interessadas nos bichos e plantas e desinteressadas delas. Em alguns casos, como passo a descrever, fui bem sucedido e adquiri confiança dos moradores a tal ponto de me considerarem um "porta-voz" de seus problemas perante o mundo "lá fora". Esperavam que eu pudesse mostrar uma versão sobre a situação da Juréia e de seus moradores que fosse diferente daquela que os ecologistas divulgavam na grande imprensa. Em outros casos, fui mesmo visto como mais um ecologista e, por isso, muito mal recebido.

Na comunidade do Despraiado fiquei hospedado inicialmente no alojamento da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA) em companhia dos seus funcionários. Eram 4 guardas-parques responsáveis pela fiscalização e manutenção do posto do Despraiado e mais 2 técnicos-agrônomos que eventualmente trabalham naquela área da estação²². Além da fiscalização, estes funcionários cuidam da conservação e manutenção da casa e de uma pequena área de experimentos em agricultura orgânica²³. Deste pessoal, 4 eram moradores da própria localidade. Por uma semana chovia durante o dia todo e ficávamos em casa conversando sobre a Juréia e seus moradores. Na maior parte do tempo os funcionários jogavam xadrez, viam revistas pornográficas e ouviam rádio (este ligado ininterruptamente durante o dia e a noite - não havia televisão). Esta convivência, apesar de profundamente entediante, me foi bastante útil para entrar em contato com o mundo das relações entre guardas-parques, técnicos de campo do Estado e a população local.

Os moradores da Juréia dizem-se preservacionistas, mas os guardas-parques, em geral, não pensam assim e acham que se não fosse a fiscalização eles caçariam e destruiriam

22 A fiscalização da EEJI é feita pelos guardas-parques (funcionários da SMA) e pela polícia florestal. Entretanto, só a segunda tem o poder para autuar e prender os infratores à legislação ambiental.

23 Para os técnicos da SMA, estes experimentos podem (e devem) servir de exemplo para a população local.

a mata. É importante dizer que muitos destes guardas-parques viviam e praticavam aquilo que hoje são encarregados de coibir: a caça, o desmatamento, a extração de palmito e caxeta, etc²⁴. O diálogo abaixo (entre duas pessoas) foi uma das muitas conversas reveladoras do preconceito dos guardas-parques em relação aos moradores (o primeiro nativo da região e o segundo da Juréia):

- Essa estação aqui é mal vigiada, não tem funcionário suficiente, continuam caçando e tirando palmito.

- É, mas diminuiu muito.

- Diminuiu nada, diminuiu a gente de fora, mas e aqui dentro? O pior caçador é o nativo daqui. É ele quem caça e tira palmito. Esses nativos são todos preguiçosos, não trabalham mesmo, só vivem da caça e de tirar palmito.

- Eu acho que o nativo não caça muito não, sabe por que? Ele tem preguiça até mesmo de pescar e caçar.

- Pois é, ele não trabalha não, tem preguiça de plantar uma mandioca, o que ele sabe fazer é só caçar. Eu não gosto de nativo mesmo não.

Um dos guardas-parques me contou através de uma longa conversa que a maioria das doenças pode ser curada utilizando-se de plantas medicinais nativas da Juréia. Citou remédios para cicatrizar ferimentos, curar gripe, dor de barriga, eliminar vermes, etc. Disse que em qualquer época do ano a mata oferece frutos para os bichos e que se acabar com as florestas os animais também acabam. Para ele, os bichos da floresta conhecem os remédios para curar suas próprias doenças e, como exemplo, cita o caso das "árvores medicinais" que sempre estão com as cascas comidas e/ou roídas pelos animais selvagens. Por fim, falou-me longamente que os moradores reclamam demais, que antes a situação era bem pior e que agora eles podem plantar e até caçar. Já para as pessoas que estão fora da estação, as coisas seriam bem piores: quando querem desmatar ou plantar têm que pedir uma determinada autorização que demora muito tempo, enquanto na

Juréia é só conversar com os técnicos da SMA e a decisão sai logo (contradizendo as informações dos moradores). Contou-me que os nativos não têm nada de preservacionistas e que certa vez uma pessoa matou 30 porcos do mato de uma vez só: "Matou porca grávida, filhotes, machos e tudo que viu pela frente; e ele não matou só para comer não. Como era muita coisa, não conseguiu levar para casa dele e quase toda a caça foi abandonada no mato".

Eu precisava visitar algumas famílias que moravam muito distantes do alojamento. Sr. Juquinha, um morador do Despraiado e fiscal contratado pelo Associação em Defesa da Juréia, se propôs a conduzir-me a esses lugares num automóvel (um Gurgel) usado para a fiscalização. No caminho, ele ia relatando e revelando sua indisposição para com os moradores:

"Antes aqui a maior parte era plantação de arroz. Eles escoavam a produção através de canoa e burros e levavam para Iguape. Depois vieram os caxeteiros e os palmiteiros, essa foi a desgraça. Os caiçaras são preguiçosos, são os maiores responsáveis pela caça, pela tirada de palmito. Acabando com eles a caça volta (sic). O mono-carvoeiro é muito perseguido porque os nativos comem sua carne, porque acham que ela é mais forte, coisa de misticismo, isso aí, essa crendice".

Sr. Juquinha manifesta uma antipatia total para com todos os nativos da Juréia, os considera preguiçosos e devastadores da natureza. Na única entrevista que realizei em sua presença, ele ficava falando o tempo todo e dando conselhos ao entrevistado, prevenindo-o contra o perigo de práticas ilegais (caça, corte de palmito, desmatamento, etc): "Eu não caço mais, porque não quero trazer problemas com a polícia para mim". Falava da beleza dos animais, da onça e que os moradores haviam acabado com a caça. Ao mesmo tempo, fazia questão de demonstrar conhecimentos sobre os ciclos reprodutivos dos animais e sobre a cadeia alimentar, mostrando que todos devem ser preservados como condição para o equilíbrio ecológico. Anoto em meu caderno de campo duas

perguntas: Como Sr. Juquinha sabia daquilo tudo? Era conhecimento de quando ele era caçador ou formação adquirida nos manifestos dos ecologistas?

Sr. Juquinha foi um antigo caçador da Juréia que tornou-se defensor do meio ambiente. Ele é odiado por todos moradores, considerado traidor, um verdadeiro "amigo da onça". Suas palavras soam-lhes como falsas, mentirosas, cínicas e oportunistas. Dizem eles: "quem um dia já foi na Juréia o maior caçador e perseguidor de animais, hoje é o maior perseguidor dos homens". A presença do Sr. Juquinha, no início, foi importante para que eu compreendesse como se dá a relação entre fiscais e a população local, mas não conseguiria a confiança de ninguém e fui obrigado a falar-lhe para não me acompanhar mais nas entrevistas que iria realizar.

No mesmo dia ainda visitei mais uma casa, da qual Sr. Juquinha ficou distante de forma que seus moradores não o vissem. Na volta, ele me disse que havia sido agredido por dois indivíduos bêbados que pertenceriam à "gang dos palmiteiros" (pessoas que roubam palmitos). Para se defender, ele permaneceu o tempo todo com um revólver ao seu alcance para ser usado em qualquer eventualidade. Esta foi a última vez que apareci na Juréia ao seu lado. Mais tarde, fiquei sabendo que estes acontecimentos eram correntes: Sr. Juquinha não podia sair à noite de casa, não podia deixar o carro parado em qualquer lugar, pois seria apedrejado, e sua casa já havia sido incendiada. Fiscais da SMA e mesmo ambientalistas correm o risco de vida no Despraiado, tal é o descontentamento desta população. Neste clima, é praticamente impossível falar em diálogo e a relação entre moradores e ambientalistas tornou-se caso de polícia.

Agora estou, sem a companhia de qualquer guarda-parque, numa pequena venda de cigarros, bolachinhas, pinga e cerveja. No fundo, um cartaz amarelado com fotos dos membros fundadores da Igreja Evangélica Brasil Para Cristo. Não há mesa ou cadeira e estou sentado numa cerca de madeira ao lado de D. Marta, minha entrevistada. Em pouco tempo forma-

se uma roda e a conversa torna-se uma reunião de desabafo coletivo. As conversas giram em torno dos assuntos ligados ao meio ambiente e passam pelas acusações contra caloteiros de dívidas e casos de relações extraconjugais. Os principais alvos de críticas são os guardas-parques (seus "próprios parentes ou conhecidos do lugar"), os agentes do Estado e ecologistas. Numa profunda confusão e desordem, todos falando ao mesmo tempo num sotaque entre o caipira paulista e o litoral paranaense, fui anotando o que conseguia entender das palavras rancorosas e agressivas pronunciadas no desabafo e na esperança de que elas fossem fazer eco "lá fora".

Sr. Antonino: "O que o governo está fazendo aqui é matar as pessoas de fome. Proíbe tudo: não pode plantar, não pode fazer estrada. Disse que vai mandar o povo ir embora, não sei para onde. Deviam deixar a reserva só para lá e aqui para as pessoas trabalharem. O quê o povo vai fazer? Tem muita terra para lá, tem palmito e caxeta para eles preservarem. Antigamente aqui tinha muito bicho, mas as pessoas como o Sr. Juquinha acabaram com eles. Hoje esse Sr. Juquinha é amigo da onça, se ele ver as pessoas caçando ele mete o pé e vai denunciar na polícia, é um homem que não presta aqui nesse lugar. O sr. sabe quem acabou com a caça aqui? Foram as pessoas de fora, da cidade, eles matavam caça para levar. O pessoal daqui respeita, não mata de qualquer jeito. Tinha um homem que entrava com 12 burros de carga de comida. Vinha caçar e só depois de 15 dias voltava para casa. Aqui tinha até anta, via elas entrando no mato aí".

D. Marta: "Não temos melhora, a gente trabalha muito e estamos passando fome. Não temos lenha, caça, palmito ... A gente tinha liberdade para caçar, para viver tranquilo. Hoje, se você for matar um passarinho para a criança, os nossos próprios parentes vão denunciar²⁵. Não temos estrada, não temos nada. O carro do Sr. Juquinha é do governo e ele carrega quem ele quer, não ajuda a gente. Por que não

colocar esse carro para nos ajudar? Sr. Juquinha era o maior caçador, ele abria caminho para trazer pessoas para caçar, trazia gente de Santos. Havia um restaurante nesta cidade especializado em carne do mato, onde só entrava gente granfino. Uma vez ele matou de uma vez 5 pacas, é o maior caçador daqui".

Sr. Juliano: Para quem foi trabalhar na Secretaria melhorou muito porque tem o Pedro, o Gérson, o Gomes, o Sr. Juquinha ... Eles estão ganhando, entra o mês e eles têm o deles. E para o coitado que não tem, que precisa fazer a roça? Para eles melhorou, é lógico. O Gérson era um verdadeiro ladrão de palmito. Conhece ele? Casado com minha sobrinha. Olha, derrubava palmito e era profissional. Aí, de derrubador de palmito entrou nesse meio ambiente. Uma vez a gente estava fazendo uma roça e chegou o Gérson gritando e mandando todo mundo parar, sendo que ele é um fiscal e tem que buscar a polícia e não dar ordem. Ele chega como um grandão. Tudo isso estraga. Já te falei que a própria família é a primeira a oprimir a gente ... O Sr. Juquinha é um instrumento maligno: se ele souber que a gente está derrubando uma árvore, ele já vai buscar a polícia. Então, como ter um vizinho assim?"

Nos últimos anos muitos estudos, levantamentos, controle de doenças, monitoramentos, etc., foram realizados por pesquisadores e técnicos na comunidade do Despraiado. Seus moradores não viram nenhum resultado palpável de tais estudos e desconfiam que são usados como cobaias, confirmando-lhes a idéia de que os ecologistas não estão preocupados com o ser humano²⁶.

Sr. Oliveira: "Isso aqui tornou-se campo de concentração de experiência do meio ambiente. Cercou e nós não podemos sair daqui, não podemos fazer nada. Eles vêm, tiram o sangue da gente e nunca voltam com o exame de suas

O discursos de alguns militantes ecologistas oferecem subsídios para a construção deste imaginário dos moradores. Assim disse um deles: "a Juréia é interessante porque isso aqui é um laboratório. A gente vai poder ver como a população local vai se comportar. Acho que a gente tem que preservar essa diversidade cultural e resgatar os valores que já foram alterados pela cultura dominante. Temos de preservar os caiçaras e a Juréia é um laboratório para isso".

pesquisas. Vem um e diz que é da Holanda, outro é da França, querem saber onde é o sanitário, querem saber onde eu bebo água, querem saber onde eu faço isso, onde eu faço aquilo ... Dá licença agora, São Paulo está lá, enterrada, podre, fedendo. Esses homens saem de lá para nos salvar aqui? E lá onde eles moram, fica como está? O Tietê carregando aquele montão de sujeira e também os riachos que têm lá. Compare um rio nosso com um rio daquele. Agora, vão deixar de purificar onde eles estão para purificar o mais limpo aqui? Eles saem de lá, querem saber onde está o meu banheiro, onde eu durmo, vem outro quer saber onde faço isso, vem outro quer saber onde faço aquilo. É tudo estrangeiro, é tudo técnico. Aham que todos nós somos burros ... Em qualquer rio aqui você bebe água, agora vai lá em São Paulo para ver se você bebe água! Nem da torneira você consegue beber. Agora, saem eles de lá para vir tratar de nós aqui"?

"Quando a Secretaria implantou isso aqui, por que ela mesmo não arrumou um ônibus para nós? Na cidade, você veja: um homem mata outro e vai preso? Não. Aqui diz que se a gente matar um tucano a gente vai preso. Veja bem o ponto de ignorância dos estudados: dão mais valor a um pássaro do que a uma vida humana. Na cidade matam 20 ou 30 e não vão presos. Aqui, se pegar diz que vai prender. Tem mais valor um pássaro, uma árvore do que uma vida. Quer dizer: a vida humana é o que para a Secretaria? Um objeto. Nós nos tornamos um objeto para fazer grandeza, para internacional ver, demonstrar a demagogia deles".

Filha de D. Marta: "Vieram uns holandeses aqui e ficaram olhando nossas casas e nossos banheiros. Depois foram falar que a gente era caipira, ignorante, chamando a gente de índio. Não somos índios não. Uma médica veio aqui tirar sangue, dizendo que estávamos contaminados, falando que tinha um mosquito aí e que ia mandar o governo acabar com ele. Mas o dia que vier o mundo acaba".

Como já apontamos no capítulo 3, a maior parte das pessoas que migraram para a Juréia o fez imaginando que o solo e os recursos naturais da região eram abundantes e

ricos. Enquanto os ecologistas concebem a natureza como um patrimônio a ser preservado para as futuras gerações, enquanto os desenvolvimentistas e modernistas "faustianos" a concebem como um potencial a ser transformado e submetido à criação e reinterpretação, podemos dizer que os moradores da Juréia a vêem como uma fonte inesgotável de riquezas que estão presentes no solo e que se pode apanhá-las sem muito esforço. Nesta última representação, os projetos de construção das usinas nucleares e a criação da estação ecológica têm os mesmos objetivos: não deixar que os mais pobres e fracos se apropriem dessa riqueza e reservá-la para que no futuro os poderosos o façam. O uso intensivo da força policial e da fiscalização visariam controlar o acesso e uso desta riqueza. É interessante notar que os moradores sempre suspeitam dos objetivos das pesquisas de botânicos, antropólogos, médicos-sanitaristas, ecológicos, engenheiros florestais ou agrônomos.

Sr. Oliveira: "Eu pensava que eles viessem aqui e fizessem exame do solo para saber o que a gente planta e não especular para ver se tem minério, o que aconteceu".

Sr. Egídio Kawano: "aqui têm muitas pérolas nestas montanhas de ostras (Sambaquis), tem ouro. Uma vez estava caçando e de repente começou cair mamãozinhos (frutos silvestres que os animais apreciam) e tudo ficou escuro. Eu não sei explicar o porquê. Existe urânio nessa serra, por isso é que queriam construir usina nuclear aí".

D. Marta: "Eles falam que no alto daquele morro tem uma lagoa cheia de diamantes e minério. Foi por isso que queriam fazer usina nuclear aí, estava perto"²⁷.

Há também uma desconfiança generalizada em relação aos projetos de agricultura alternativa da SMA:

Sr. Oliveira: "Eles têm 7 homens que trabalham aqui no Despraiado. Eles dizem que tem um pomar, uma horta para servir de exemplo para nós, lá no acampamento. Veja se isso

lá serve de exemplo! Agora, para fazer aquilo eles já têm um ordenado. Nós temos um ordenado da própria terra. Vem um engenheiro lá da Secretaria que fica: a curto prazo, a prazo emergencial e eu estou há 6 anos a curto prazo e a prazo emergencial, esperando a emergência para plantar. Eu não posso trabalhar, eles dizem que eu só posso desmatar árvores que têm até 10 cm de largura. Agora, nessa terra o mato cresce rápido. Eu vou ter que trabalhar 20 vezes mais só para não cortar 10 árvores"²⁸.

Sr. Gonçalo: "O que dá dinheiro é a banana. O técnico falou para derrubar as bananeiras e plantar não sei o quê, plantar samambaia para viver de quê? Comer samambaia?"

As conversas dos moradores estão entrecortadas por referências ao debate entre ambientalistas presente na grande imprensa. Assumem o ponto de vista daqueles que acham que os países ricos têm que ajudar os pobres. Assim como os moradores da Juréia não devem se sacrificar para preservar o meio ambiente, o Brasil não deve se sacrificar para cuidar de sua natureza. Assim como os ecologistas não devem sair da cidade de São Paulo poluída e degradada para "salvar" aquilo que está mais conservado ("deveriam cuidar primeiro do que eles sujaram"), os países ricos devem cuidar primeiro do seu meio ambiente para depois vir cobrar do Brasil para que faça o mesmo.

Sr. Oliveira: "Eu acho bonito que os EUA e todos esses países aí fazem. Agora, eu gostaria de saber: quando eles vão fazer experiência de uma bomba atômica, um nitrogênio em alto mar, quando eles contaminam o ar, quantas toneladas de peixe eles matam? Já falaram alguma vez? Não.

Sr. Oliveira está se referindo a uma das várias normas estabelecidas pela legislação ambiental e por acordos entre moradores e a SMA. O sistema tradicional de cultivo dos nativos da Juréia é por rodízio: coloca-se fogo numa pequena área, derruba a mata e planta-se; após um período de 3 a 5 anos o solo já esgotou-se e é abandonado; inicia-se o mesmo processo em outro lugar enquanto a antiga roça recupera sua vegetação nativa. Com as novas regras e normas de preservação ambiental, os moradores só podem cortar árvores de no máximo 10 cm de largura. Isso implica que eles não podem mais abandonar a roça, pois se o fazem, como a região é úmida e chove bastante, a vegetação cresce rápido e ultrapassa os 10 cm. Na prática, os moradores passam a usar o mesmo solo, empobrecendo-o, diminuindo drasticamente a produção e aumentando o trabalho despendido na limpeza das roças, já que não podem o usar o fogo para fazer tal tarefa.

Eles sujam, agora nós aqui que vamos sacrificar para limpar para eles. O brasileiro se vende à toa. O Brasil devia preservar a natureza nossa, não é porque o exterior chega aqui ... O próprio Brasil tinha obrigação de fazer isso independente do exterior. Quando eles fazem experiências deles lá, contaminam o ar, matam toneladas de peixe, ninguém fala nada não ... Se eles chegarem e falar, você vai receber isso aqui para preservar isso aí, concordo. Agora no peito e na raça não vai dar. Eles estão se prevalecendo da lei, da autoridade e se desfazendo dos mais humildes, eles estão se prevalecendo da lei ...²⁹.

Sr. Egídio Kawano: Eu vi esse Lutzemberger aí falando para a ONU que o Brasil só vai conservar a Mata Atlântica e a Amazônia se eles perdoarem nossa dívida. Eu acho isso certo, porque a gente não vai passar fome para conservar isso aí. Mas é o que está acontecendo aqui na Juréia. E esse dinheiro que o meio ambiente está recebendo? Está ganhando da ONU, ganhando em dólar, eu acho que o Secretário está asphaltando a fazenda dele para as vacas andarem. Os moradores daqui têm que receber, somos nós que estamos preservando e devíamos ganhar por isso. E as estradas que eles não consertam? O dia em que eu ganhar na loto, vou comprar uma bomba e jogar ali, vou interditar. Não é isso que o governo quer, não é? Vou proteger o meio ambiente: ninguém entra mais".

Depois de todas estas polêmicas e discussões, Sr. Egídio Kawano acha que nem tudo está pior do que antes no Despraiado. Diz ele sobre as reuniões que os moradores fizeram na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo:

"Esse negócio de meio ambiente até é bom: o povo estava muito pacato. Gente que não conhecia nada ficou conhecendo até o Ibirapuera".

Agora estamos na Cachoeira do Paraíso. Um ponto turístico que atrai visitantes e turistas em fins de

²⁹ Neste contexto da fala, o uso da lei não é vista como um instrumento de exercício da cidadania, mas representa o domínio e a imposição da vontade dos mais ricos sobre os mais pobres; representa o contrário da justiça.

semana³⁰. Ao lado da cachoeira aglomeram-se construções à base de restos de tijolos, tábuas, plásticos e telhas de amianto. Alguns dos moradores da Juréia disputam estas precárias instalações que lhes servem de moradia e ponto de vendas aos turistas. A Secretaria do Meio Ambiente os havia autorizado a vender produtos típicos da região, mas aí encontramos basicamente refrigerantes, cervejas, "salgadinhos" e cigarros.

Acompanhado por um guarda-parque, atravessei a cachoeira e cheguei ao Itinguçu: o lugar onde no começo da década de oitenta foram mortas mais de 11 pessoas entre posseiros e jagunços em conflitos pela posse da terra. A maioria dos habitantes do Itinguçu veio de outras regiões do país, principalmente do norte de Minas Gerais. Eles nos contaram que vieram para esse lugar porque o governo os havia incentivado a ocupar essa terra (considerada como região de fronteira agrícola). Ao Chegarem lá, derrubaram a mata, plantaram e lutaram contra os grileiros. Nesta época, dizem, "os técnicos do governo estavam do nosso lado, mas hoje estão a favor da preservação do meio ambiente". O guarda-parque contou-me que sua vida havia melhorado, afinal era empregado do Estado e recebia um salário, mas a vida das outras pessoas estava na mesma situação de antes. Disse-me que é a favor da estação, pois ela tinha estancado o conflito de terra e que quem se preocupa com o futuro estaria satisfeito, pois os seus filhos "um dia poderiam ver uma anta de verdade e não somente nos livros da escola". Ao mesmo tempo, lamenta que o projeto de construção de uma estrada passando por Itinguçu havia sido abandonado³¹, que hoje em dia ninguém vive sem estrada, sem luz, sem conforto, sem progresso e que se não for assim a vida não tem sentido. Fomos até ao encontro de Sr. Tião em sua roça, morador de 80 anos, migrante do norte de Minas:

Sr. Tião: "Eu não tenho nada contra o meio ambiente,

³⁰ Pela lei, tal visitação não   permitida.

³¹ Conforme vimos na fala de um ecologista, Itinguçu foi incluída nos limites da estac o exatamente para impedir a constru o de tal estrada.

ele não tem sido o motivo de minha opressão. A única coisa é que o Estado deixou a gente na balança, não decide o que fazer conosco. Vai pagar nossas benfeitorias? Vai arrumar um outro lugar para gente morar? Eu acho bom que ele tenha acabado com os palmiteiros e caçadores de fora. Não são os moradores do lugar que têm serrarias e caçam aqui, são os políticos. Morador é conservacionista. Eu não mato bicho nenhum, não caço. Quer dizer, eu mato só a cobra. Ah! Essa o meio ambiente vai me desculpar, mas eu mato. Eles falam para gente não matar porque elas comem outras cobras, outros bichos, não sei o quê, mas eu mato, porque ou eu mato ela ou ela me mata. Agora, eu também não gosto de gavião, nem de onça. Eu vou discordar do meio ambiente: gavião pega galinha e onça pega porco. Eu não gosto não. A onça eu só não mato porque tenho medo. A anta também é danada, ela anda na roça da gente e come tudo. Numa reunião com o meio ambiente,³² eu falei que eles estão tratando a gente pior do que os animais. Disse que se eles quiserem prender aquele que mata um bichinho, então a primeira que eles têm que prender é a onça, pois essa é a maior assassina e a maior carnívora que eu conheço. Tem que ter o meio ambiente, mas tem que ter o humano também".

Sr. Tião disse que o "meio ambiente" deveria deixar os moradores derrubarem a mata e só uma parte ficar para a reserva:

Sr. Tião: "Quando a gente veio para cá o Estado falou: pode derrubar tudo, daqui até Iguape. Mas nós não derrubamos, a mata está aí, não derrubamos mais do que 2 alqueires. Você pode andar reto aí mais de 4 horas e vai ver só mata virgem. Agora, tem fazendeiro que tem 1.000 alqueires e já derrubou, destruiu tudo. A gente aqui só plantou 2 hectares. Muitas das árvores que tem aí fomos nós que plantamos, não foi do mato não. O próprio nome já disse: plantação. O ar aqui é puro. Se você fica doente, você sara logo só com o perfume da mata".

32

Como já disse, os moradores denominam indistintamente os ecologistas do "Pró-Juréia" e os técnicos da SMA como pessoas do "meio ambiente".

Sr. Tião disse essas palavras e foi no mato pegar alguns lírios para que nós sentíssemos o seu perfume. Nos ofereceu uma lima e falou:

"Aqui não se come coisa do outro dia, é tudo da hora. Na cidade você come tudo congelado, é tudo agrotóxico".

Estamos no Barro Branco, uma vila ocupada também por posseiros e que tem tradição de luta pela terra. Vou falar com Divino, pastor evangélico e líder dos posseiros desta localidade:

Divino: "Se não tivesse os moradores, sem salário, a Juréia teria sido destruída pelos grileiros. Nós protegemos isso aqui sem salário. O governo abriu a Secretaria do Meio Ambiente para dar emprego, porque aqui não precisa de gente para preservar. Eu acho que o governo deveria indenizar os moradores daqui porque eles preservaram a mata, deviam pagar por isso. Eu tenho 10 alqueires, 7 de mata virgem cuidada pelo Divino, derrubei só 3 alqueires. Eu comi banana verde para cuidar de meu lote e agora chegam eles aqui agredindo a gente, fiscalizando? Se existe mata foi porque o caíçara cuidou. Deviam indenizar ele e não ficar invadindo nossa terra, nossas casas, proibir a gente de caçar, proibir de carpir a roça. A pessoa planta e não tem estrada para escoar sua produção, aí ele larga tudo e vai para cidade virar mendigo, peixe fora d'água. O que era melhor fazer é um estudo do que cada um devastou e preservou e quem merece ficar dono da terra".

"Os destruidores estão em São Paulo, onde têm os estudantes que têm mansão. Os ecologistas precisam de uma aula de ecologia ... Muitos são ecologistas por causa de dinheiro, porque ele ganha o dele, é um empregado. Agora, ecologista mesmo não ganha nada não. Deixa o zé mané aqui porque ele cuida do parque, sem ganhar por isso. Eu sou defensor dessa natureza, seria melhor que eles conhecessem como são esses moradores. Será que a Secretaria está protegendo a natureza ou contra o homem daqui? Eu sou ecologista, aprendi de mim mesmo, da natureza, como todo

mundo aqui: o pessoal zelou pelo lugar, amou a natureza, preservou a mata, sem agredir ninguém. Agora, a gente do meio ambiente nem sabe do que está falando, entra aqui, não pode ver uma flor que sai arrancando, pegando tudo, agredindo o ser humano daqui".

Estou na Cachoeira do Guilherme ouvindo o líder da comunidade. Como vimos no capítulo 3, Sr. Sátiro tem 78 anos, é espírita, curandeiro, conhecedor profundo das ervas medicinais e respeitado por todos pelos seus "ensinamentos".

Sr. Sátiro procura a explicação dos motivos que fizeram os animais sumirem da Juréia. Ora a responsável foi a onça, ora foi uma ordem divina, nunca os moradores do lugar:

Sr. Sátiro: "Onde tem onça a caça acaba porque ela pega até gente. A onça pega o homem de traição e a mulher pela frente, porque ela é a parte medrosa. Eu acho que a caça diminuiu depois que a SMA proibiu de caçar ela. Antes havia muita coisa aqui, muito bicho. Eu acho que quem acaba com os bichos é o próprio Deus: Ele deve ter ficado ofendido com essa proibição".

Seu Sátiro lamenta não poder viver na Vila em paz, pois o lugar é rico, bonito e de sossego. Teme que todos sejam obrigados a sair dali e não se acostumem com outro modo de vida:

"Aqui seria muito bom se a gente tivesse liberdade. Agora, só ficamos olhando para a preservação. Não temos médico e vivemos só de ervas. Quando alguém fica doente, vamos buscar remédio no mato. Somos um tipo de índio, né, a gente vive da natureza. É até perigoso sairmos daqui, pois não somos acostumados. Na cidade nós ficamos tristes, somos desacostumados e vamos morrer. A caça foi a natureza quem fez, foi Deus quem criou, a gente faz parte da natureza, eles têm que cuidar da caça como têm que cuidar da gente também. As pessoas que vêm da cidade não precisam vir aqui devastar, pois têm as coisas deles lá, esses têm que ser proibidos, mas a gente tem que viver da natureza. Nós vivemos pior do que na cadeia, o preso tem televisão, nós

não temos nada. Aqui deveria ser guardado pelo próprio povo do lugar que conhece as ervas, os lugares. Outro dia eu fiz um mutirão e eles vieram e me multaram. Agora, como é que eu vou pagar isso? Fomos em Iguape e falamos com um homem que a gente compra as coisas dele e ele nos compra arroz. Este homem foi na polícia conosco e falou para eles rasgarem aquela multa, nós não íamos dar conta de pagar o que devíamos se tivesse a multa".

Estou conversando com o guarda-parque de Cachoeira do Guilherme, genro de Seu Sátiro. Ele me conta que do jeito que as pessoas ali estão não dá, pois elas não têm direito a nada e não têm um meio de sobrevivência, como ele que é empregado do Estado. Em sua opinião, o goveno deveria dar uma posse em outro lugar para que as pessoas pudessem trabalhar. Disse-me que ninguém caça ou corta palmito mais, que as pessoas são compreensivas e que a única reclamação delas é quanto à proibição de trabalhar na terra. Depois, faz uma ressalva em relação a uma família vizinha: "gente ruim que não obedece, corta madeira, faz fofoca e se o governo tirasse eles daqui seria bem melhor".

Um dos vizinhos de quem fala o genro do Sr. Sátiro me confunde com um ecologista e pede que eu interfira em favor dos moradores: "O senhor já veio muito na Juréia e sei que entende nossa situação. Eu gosto de falar é direto com o senhor e não com esse guarda aí que é um ignorante, que é contra a população do lugar, denuncia todo mundo. Gosto de falar com os grandes que vão me entender".

Deixamos a Cachoeira do Guilherme e seguimos em direção à "Praia do Una". Um morador da vila nos acompanha por uma trilha no meio da floresta até uma certa altura. Vamos por um caminho lindo, andando só por debaixo das árvores. Passamos por duas casas abandonadas e tomadas pelo mato. Subimos morros e cruzamos diversos pequenos riachinhos. Observamos muitas bromélias, plantas diversas e grandes árvores como o Araribá e o Pau Brasil. Encontramos muitos pássaros, muitos mosquitos e pernilongos e praticamente nenhum animal selvagem. Chegamos no morro do

Grajaúna, o lugar onde planejou-se construir duas usinas nucleares. Converso longamente com Sr. Américo, um dos guardas-parques que trabalha nesta área, e logo percebo que a situação, os problemas, as angústias e o descontentamento da população local são semelhantes aos que encontrei nas demais localidades: querem liberdade para trabalhar na terra, pescar, caçar, vender palmito e caxeta para comprar açúcar, sal, roupas, etc.

Conforme vimos, os posseiros das comunidades do tipo Barra Branco, Itinguçu e Despraiado lutavam - antes da estação - contra os grileiros e proprietários da área que ocupam. Já os moradores da "Praia do Una" e "Rio Verde", que são caseiros ou vivem nas casas de praia ou sítios, defendem os proprietários e acham que eles fazem mais pela comunidade do que o Estado e os ecologistas. Assim diz um caseiro e professor da escola primária da comunidade:

Vicente: "Tem gente que vem aqui, ouve uma coisa e escreve outra. Eles disseram que o Sr. Vitalino (um morador) é a favor da ecologia e da desapropriação, mas ele não falou isso. Quando a gente tem necessidade, quem está ajudando ainda são os proprietários. A situação piorou a partir da ecologia porque os proprietários não podem fazer nada mais. Antes, davam um salário para nós tomarmos conta do sítio deles, ainda deixavam a gente plantar arroz, feijão ... Foram eles quem construíram essa estradinha, fizeram esta escolinha há 20 anos atrás"³³.

Como os moradores da Praia do Una e do Rio Verde estão praticamente do lado da área onde no final da década de setenta e início da de oitenta haviam projetos de construção de um condomínio para 70 mil pessoas e de duas usinas nucleares, lhes fiz várias perguntas sobre qual a expectativa que tinham em relação a tais projetos. Muitos

Alguns moradores de outras comunidades também vêem os proprietários como aliados. Assim dizem sobre o presidente da UMJI: Sr. Gonçalves: "Ele está ajudando a gente porque ele é proprietário, é mais forte nessa luta ... Ele também está sendo prejudicado". Sr. Oliveira: "Ele é atingido como nós. Os caxeteiros (pessoas que exploram comercialmente a madeira caxeta) também são atingidos, então nós temos que nos aliar. Se ele está defendendo o interesse dele, se ele tem uma terra, eu também tenho o meu pedacinho".

respondiam com indiferença e, em geral, apontando para o fato de que não seria pior do que é hoje:

Sr. Anastácio: "Nós achamos bom porque estava anunciado, mas quando acabou achamos bom também porque não tinha mais perigo. O pessoal achou ruim porque perdeu o emprego (algumas pessoas haviam sido contratadas pelas empresas encarregadas daqueles projetos), mas bom também porque isso é como uma bomba, mata a gente. Nos tempos da Gomes de Almeida tinha movimento, tinha carro para gente ir para Peruíbe. Olha, se a gente tivesse que sair daqui no tempo da NUCLEBRÁS, eles iriam pagar tudo para gente".

A luta entre grileiros e posseiros - que os agentes da SMA consideram que a estação resolveu - quase não aparece no discurso dos moradores. É um momento apagado da memória ou uma luta que continua de outra forma: agora o grande "grileiro" é o Estado, contra o qual não têm mais canais jurídicos para lutar, nem condições de resistirem à força política, burocrática e policial colocada em prática. O discurso dos ambientalistas de que o presente é melhor do que o passado por não haver mais conflitos entre posseiros e grileiros, não é um argumento capaz de legitimar a presença do Estado perante os moradores.

Nós observamos neste item que os moradores da Juréia consideram-se como conservacionistas e que, por isso, não havia necessidade de criar um parque ecológico onde eles moram. Por que não fazer noutro lugar? É a pergunta que fazem. Dizem que moram há vários anos na área e que não a devastaram, ao contrário dos grandes fazendeiros. Dizem que foram incentivados pelo governo a irem para a Juréia, para onde foram com promessas de poder ocupar a terra e nela trabalhar. Foram inclusive incentivados a derrubar a mata, mas não o fizeram³⁴. De repente, apareceram os ambientalistas, a fiscalização, as normas e restrições ao uso e à posse da terra. Com eles, perderam a liberdade de trabalho e moradia e a possibilidade de conquista jurídica

do título de posse. Citam o caso de outros lugares e épocas onde as pessoas tinham e têm liberdade para plantar e trabalhar ("no tempo do Getúlio Vargas a gente derrubava, plantava e fazia tudo que queria"; "se fosse naquele tempo a gente estava feliz"; "lá na Vista Grande - comunidade fora da estação - todo mundo tira palmito, caça e eles têm força para não deixar o meio ambiente entrar"). Quando perguntávamos aos moradores que fim tinha levado os animais da Juréia, eles nos respondiam: "se eles desapareceram, não foi por nossa causa". E nos apontava três possíveis responsáveis: a) os caçadores de fora; b) os animais predadores (principalmente a onça), que aumentaram a partir do momento em que não puderam mais ser caçados; c) ou ainda em virtude de um castigo de Deus (quem tem o poder de colocar e tirar os seres da terra).

Muitos guardas-parques negam o "bom selvagem" e acusam os moradores de práticas ilegais e criminosas. O emprego por salário dos caixas - que se tornaram guardas-parques - redefiniu as hierarquias e relações sociais locais e deu a estas pessoas um maior prestígio e status perante os demais moradores. Tal situação provocou uma certa inveja e ciúme entre aqueles que também aspiram a tornar-se funcionários do governo. Ao mesmo tempo, os guardas-parques são odiados por perseguirem os "próprios amigos e parentes". Como podemos ver, a relação entre guardas-parques (fiscais da SMA e fiscal da Associação em Defesa da Juréia) e os moradores é bastante conflituosa. A maioria dos guardas-parques assumiram o discurso ecologista de que é preciso salvar os animais em extinção, respeitar as épocas de reprodução dos peixes e dos animais, educar e mostrar para as pessoas a importância da preservação do meio ambiente para as futuras gerações. Neste discurso, é o que fazem para as pessoas de fora, ainda tratam de estabelecer diferenças entre eles e os demais moradores que seriam preguiçosos, ignorantes, anti-ecológicos, etc. Politicamente, muitos guardas-parques apoiam e votam em candidatos considerados "verdes", como Fábio Feldman. O líder do movimento dos

moradores e assessores do Instituto de Antropologia e Meio Ambiente dizem que esta situação teria provocado uma competição e divisão entre a população local e uma profunda transformação na sua cultura. Ao serem empregados pelo Estado como guardas, os moradores estariam deixando suas práticas tradicionais: festas, sistema de cultivo, atividades extrativistas e formas específicas de se relacionar com a natureza. Como vimos no capítulo 3, a população da Juréia já vinha sofrendo um processo de assimilação de valores e práticas da sociedade mais abrangente e seu ritmo de vida vinha sendo alterado em função do acesso à vida urbana, às novas religiões (evangélicas), aos bens tecnológicos e, mais recente, às pessoas e idéias ambientalistas. Os próprios caiçaras procuram se adequar às transformações do mundo lá fora e buscam outras fontes e estratégias de sobrevivência; procuram legitimar os direitos reivindicados, fazendo um discurso em que a preservação ambiental é um dos elementos fundamentais de sua prática. Os mais velhos se lembram com saudade de um passado onde havia uma maior união e alegria no trabalho e nas festas, mas todos desejam que seus filhos frequentem as escolas, tenham ascensão social e acesso aos bens e tecnologias de nossa sociedade. Nenhum dos moradores que entrevistei lamentaria o fato de ter que abandonar o seu estilo de vida tradicional para ser empregado do governo. Ao contrário, a reivindicação mais comum entre eles é que fossem indenizados por um preço justo e que pudessem receber um salário como os demais guardas-parques para fazer aquilo que já consideram fazer, porém, sem nada receber por isso: preservar a Juréia, suas matas, rios cachoeiras, peixes e animais.

Falar do conjunto de leis e regras que acompanham a criação da estação é recriar um passado de felicidade, bem-estar, solidariedade e ajuda mútua, por um lado e, por outro, mostrar que são radicalmente diferentes dos homens da cidade posto que sempre preservaram a natureza, as plantas e os animais. Entretanto, falar do que gostariam que o Estado

fizesse é estabelecer uma identidade fundamental entre eles e os habitantes de outros lugares: reivindicam luz, transportes, escolas e serviço médico. Nesse caso, mais do que preservar uma sociabilidade passada, trata-se de ter acesso a uma infra-estrutura que é um direito do cidadão.

Os moradores desconfiam da capacidade do governo de solucionar o problema fundiário (desapropriá-los ou indenizá-los) e não acreditam na viabilidade econômica dos seus projetos alternativos de adequação da população aos objetivos da preservação ambiental³⁵. Por isso, organizam-se para tentar excluir da estação as áreas que ocupam ou criar uma unidade de conservação menos rígida. Para isso, aliaram-se a um médio proprietário e a uma entidade não-governamental (o IAMA) que estaria contra as práticas dos ambientalistas do "Pró-Juréia". Estes argumentam que os moradores estão sendo manipulados por tal proprietário e oportunisticamente assessorados pelo IAMA. Lembram-lhes, que na disputa pela ocupação da terra, os especuladores imobiliários sempre acabam vencendo e expulsando os moradores tradicionais, e, convoca-os a uma aliança na tentativa de solucionar os problemas advindos da criação da estação ecológica. Porém, até o momento, as diferentes estratégias políticas e o conflito tem superado de longe o consenso e a aliança.

5 - A liberdade e o cativo: a posse da terra como direito e o direito de nela trabalhar e morar.

Nós observamos um conjunto de reivindicações dos moradores da Juréia que apontam para uma melhoria em suas condições de vida e a solução dos impasses diante da proibição dos usos dos recursos naturais de acordo com suas práticas tradicionais. No entanto, o mais salientado em suas

35

A ambiguidade de seu discurso - lamentar um passado feliz que poderia ser recriado e ao mesmo tempo exigir os "benefícios sociais" - e a demonstração da descrença na capacidade do governo em dar soluções para seus problemas, são elementos estratégicos na pressão que fazem ao estado para solucionar seus problemas e atender suas reivindicações.

falas é a perda da possibilidade de aquisição do título jurídico da posse, a perda da liberdade de uso da terra e de seus recursos naturais e a instabilidade em decorrência da intervenção estatal. Embora já tenha tocado nesta questão, irei agora apresentar algumas falas que lhe dão uma dimensão muito importante.

Quase todos os moradores da Juréia consideram que o Estado e os ambientalistas (é importante dizer mais uma vez que eles não estabelecem uma diferença entre técnicos das agências estatais, ecologistas e pesquisadores - todos são do "meio ambiente") lhes trouxeram ameaça à sobrevivência e à sua liberdade. As normas e regras de proteção ao meio ambiente são vistas como impeditivas da continuação de suas práticas econômicas e sociais. Além disso, os chamados projetos alternativos de desenvolvimento (cultivo sem o uso do fogo, diversificação da produção, agricultura orgânica, cultivo de plantas medicinais e ornamentais, etc.) não lhes são confiáveis.

O que a **maioria** argumenta é que quer continuar suas práticas tradicionais, não obedecer regras e normas de controle ambiental vindas de fora (eles seriam preservacionistas ao seu jeito), não estar sujeitos às fiscalizações e ao policiamento e sair da situação que chamam de cativeiro. Entretanto, é necessário estabelecer uma diferenciação, **a grosso modo**, entre os atores que apresentam tais reivindicações: 1) os posseiros que moram em localidades como o Despraiado, Barro Branco, Itinguçu e Barra do Una; 2) os moradores das comunidades que chamamos de mais tradicionais, pelo fato de viverem há muitos anos no mesmo lugar ou nele terem nascido e constituído um vínculo social muito grande (Cachoeira do Guilherme, Aguapeú, Praia do Una e do Rio Verde)³⁶. Os primeiros lutam pelo direito de posse da terra que ocupam e desejam obter juridicamente o título (individual) de propriedade. Os segundos reivindicam liberdade de utilização dos recursos naturais e garantias de

estabilidade para morar. Evidente que as soluções encontradas e propostas pelos moradores, frente ao acontecimento de criação da estação, são bem mais diversificadas do que estas duas que apresentamos. Antes de descrevê-las, vamos comentar um trabalho que pode trazer uma luz para nossa reflexão.

A tese de mestrado em antropologia de Renata Medeiros Paoliello (1992), **Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira: A Posse como Direito e Estratégia de Apropriação**, é um excelente estudo das práticas e representações dos posseiros do Vale do Ribeira sobre os direitos de posse da terra. Privilegiando os aspectos jurídicos dos conflitos em torno da apropriação da terra, Paoliello (1992:336) considera que a terra representa para os atores envolvidos no processo conflitivo um valor capitalista e um objeto de apropriação individual. Nesta lógica, as normas de preservação ambiental são percebidas como inviabilizadoras das condições produtivas e da apropriação da posse em si³⁷.

Assim diz a autora:

"A terra é percebida como valorizável, como instrumento potencializador do trabalho, e como objeto que tem preço. Portanto, é vista como reserva de valor e fonte de valorização, meio de acumulação que envolve cálculos quanto ao seu tamanho e ao seu preço; cálculos estes que indicam que a acumulação por meio da terra não passa por uma representação de seu valor como sinônimo de benfeitoria, ou seja, trabalho incorporado, e sim como um valor que se realiza na base da propriedade e da posse".

"a preservação ambiental parece contrariar fundamentalmente as representações de direitos referidas a uma expectativa de domínio irrestrito, e uma visão "produtivista" que inclui o aspecto tradicional do desbravamento e da ocupação por meio de morada e cultivo, a fundarem o direito de propriedade, e as expectativas, mais recentemente gestadas, de acumulação, em terra e em renda monetária"³⁸.

37 Ver sobre isso em Paoliello (1992:336).

38 Ver em Paoliello (1992:361 e 365).

Esta interpretação de Paoliello para os conflitos de terra no Vale do Ribeira é bastante pertinente para muitos casos dos moradores da Juréia. Entretanto, a criação da estação traz não apenas novas estratégias de luta, mas reformula expectativas anteriores e fundamenta novas possibilidades de ação. Podemos dizer que, além da luta pelo **título de posse**, pelo menos três outros tipos de reivindicação estão em jogo: 1) a delimitação de uma área da estação onde os moradores tenham liberdade de uso; 2) a indenização por um preço justo capaz de permitir o estabelecimento das pessoas em outro lugar que escolherem; 3) a indenização e permanência no local somado ao emprego por salário para garantir a preservação da área.

É possível dizer que a primeira das opções é evidente entre os moradores das comunidades que chamei de mais tradicionais. A segunda e a terceira estão mais presentes entre os posseiros. Entretanto, na maioria das vezes estas opções estão misturadas em um mesmo discurso. Vejamos as falas dos moradores do Despraiado:

Ruben: O que vocês precisariam para viver bem aqui?

Sr. Oliveira: Uma estrada razoável, não precisa ser asfaltada. Um meio de condução, pelo menos 2 ou 3 vezes por semana, para não abusar deles (dos ambientalistas). Um meio de comunicação, um orelhão. Liberdade para trabalhar, mesmo que demarcassem a terra, mas no lugar liberado deixassem a gente trabalhar, fazer o que quer".

Ruben: os ecologistas dizem que antes vocês eram constantemente ameaçados pelos grileiros e que depois da criação da estação isto não aconteceu mais ...

Sr. Oliveira: "Falam isso para desvirtuar as coisas. Qual o consolo que eles trouxeram? Dos grileiros não invadirem? Se eles não deixam eu fazer nada, plantar ... Agora, eles falam: quando desapropriarem vão deixar a gente ficar aqui. Eu lhe pergunto: Se você compra uma coisa, uma casa por exemplo, você vai deixar o inquilino morando lá sem aluguel nem nada? Alguma coisa vem pior".

Ruben: O senhor acha que depois da indenização eles

não vão deixar vocês morando aqui?

Sr. Oliveira: "Não, eles vão deixar nós aqui porque nós vamos trabalhar de graça para eles. Iremos tomar conta de graça das terras deles. Porque eles chegam e dão a fonte: olha Sr. Oliveira, você não deixa ninguém entrar. Quer dizer que nós vamos trabalhar para eles, nós vamos ser bonecos deles, nós vamos ser guardas deles. Já estou vendo: chegam aqui perguntando se aqui tem palmitreiro (quem retira palmito para vender). Eu sei lá! Eu não sou guarda-mato. Ele que coloque os guardas-matos dele para rodar. Quem manda são eles. Se eu vou plantar arroz ali, eles chegam e dizem: Não, você não vai plantar arroz, vai plantar é batata, você vai plantar mandioca. Eu quero plantar 50 metros e eles dizem: você vai plantar só 10 metros porque está devastando o mato. Trabalhar contrariado não dá! Você acha que fica bem a gente ficar aqui e trabalhar contrariado? A não ser que eles paguem um salário, aí mudam as condições. Agora você é empregado, você faz isso, aquilo. Aí eu estou à mercê deles. Se você chegar aqui eu vou falar: não, isso aqui não é meu, isso é da Secretaria, eu só tomo conta".

A luta por indenização pode ser observada em considerações do tipo:

José Severo: "Nós não devemos ser tutelados por ninguém. Se eu tenho meu terreno aqui o governo me paga e eu vou comprar noutro lugar que me interessa. Se eu não quiser comprar eu vou fazer outro negócio. Agora, tirar o meu terreno daqui que eu preparei, que eu fiz do meu jeito, depois vai me dar um terreno lá no fim do mundo? Ninguém está aqui porque o ar é bom. Essas pessoas estão aqui porque nasceram aqui, vivem aqui, lutam por aqui e têm o prazer de viverem no paraíso, quando têm tranquilidade. Para quem vive com a polícia florestal fustigando o sujeito, com fiscalização em cima, multando, não há sossego. Antes do governo fazer isso lá no escritório, pegar um mapa e colocar em cima da mesa, ele deveria vir aqui, por a bota e ver o que tem. Não é soltar mocinhas aí, andando para baixo e para cima. Isso aí não adianta nada".

Sr. Juliano: "Senão fosse esse negócio de ecologia a gente já tinha ganho a questão. A gente brigava na justiça e tinha a escritura ... Agora, essa história deles indenizarem a pessoa dentro do sítio, aí vai ficar subordinado a eles. Não pode mais plantar. Eu nem converso mais com eles porque eu não quero nem papo com essa gente. Eu sou uma pessoa que não interessa ficar mais na terra. Não pode mais fazer uma rocinha para plantar, fica só plantando num lugar, só num lugar, não dá mais nada".

D. Marta: "Muitos grileiros queriam nos tirar daqui, mas nós expulsamos eles. Aí a gente já estava tranquilo quando veio essa reserva. Eles vieram para cá e querem tomar conta de tudo, querem que o povo fique em cativeiro".

Assim como no caso do Despraiado, os moradores de Cachoeira do Guilherme julgam insatisfatória a indenização pelas benfeitorias (um pagamento pelo trabalho acumulado), mas a principal reivindicação não é a posse de um título de terra (como no primeiro caso), e sim a garantia de estabilidade e liberdade para morar e trabalhar. Vejamos os depoimentos do Sr. Sátiro, líder político e religioso da Cachoeira do Guilherme:

Sr. Sátiro: "Nunca faltou farinha em nossa casa. Quando estava acabando a gente ia lá fazer mais farinha. Nós queremos que o Estado libere uma área para o plantio, para tirar lenha, cortar madeira, fazer o que precisa com liberdade".

"Eu soube lá em Iguape que aqui era muito bonito. Eu e meu pai subimos no morro do Pogoçá, procuramos um lugar e viemos para cá. Quando viemos era tudo bruto, não tinha cultivo, era tudo mato virgem. A gente tinha medo porque a onça vinha aí, rodeava a casa, o galo cantava e ela arremedava. Tinha muita onça aqui. Depois foi chegando mais gente, nossos conhecidos, dávamos notícias de que aqui a terra era boa. Vim para cá com 12 anos e estou com 78. A gente plantava de tudo e tinha liberdade. Nós tínhamos um patrão em Iguape e ele nos supria de mercadoria durante o ano e nós vendíamos arroz para ele. Neste tempo não tinha

corte de palmito e caxeta, depois começaram entrar pelo Rio Comprido. Eles arrendavam o palmital e nós íamos cortar, vendíamos para eles e íamos fazer compra em Iguape. Agora acabou tudo, tem palmito e a gente não pode vender. Criávamos porco e galinha, plantávamos banana ... tudo ... Naquela época a gente tinha liberdade. Fazíamos armadilha para caçar³⁹, agora acabou e você não pode fazer nada. Se chegar um tatu na porta de sua casa você não pode matar. A gente tinha liberdade e era bom. Os bichos nunca se acabaram, agora estão se acabando, não sei porquê ... não sei se aumentaram as onças, estão acabando com os outros animais, devorando os bichos ... Sei que o povo não é porque parou tudo. Naquele tempo ninguém incomodava a gente, havia liberdade, fazíamos o que queríamos: plantava, colhia, tornava plantar, um plantava num lugar, depois mudava. Não tinha briga, nada ... A gente fazia mutirão ... Agora tem encrenca porque um fofoca o outro. Se você vai cortar um pauzinho lá o outro vai direto contar: eu também vou cortar. Mas ele também tem necessidade ... O mutirão está acabando, a gente está pensando em ir embora. Naquele tempo o povo tinha mais alegria, tinha dança, festa de reis. Só aqui na província (no aglomerado maior de pessoas) havia 14 famílias e lá para dentro mais 5. Tinha gente em volta da Mariana [empresa que existia no local e que fazia beneficiamento de palmito, mineração de sambaquis e extração de caxeta], tinha luz, armazém e a gente trabalhava lá. Agora não tem nada disso".

Nos grupos que eu identifico como mais tradicionais, podemos encontrar ressonâncias da idéia de que é possível dar soluções aos problemas dos moradores semelhantes àquelas dadas pelo Estado a outros grupos e minorias étnicas:

Sr. Sátiro: "Quando eu tinha mais ou menos 30 anos (por volta de 1944) os índios (guaranis) estavam aqui perto. Eu falei: vou conhecê-los. Peguei uma canoa e fui com um

39

Um hábito comum entre os moradores da Juréia é fazer uma armadilha denominada mundéu: o caçador observa a trilha por onde passa o animal, faz um cercado de modo que ele fica obrigado a passar pelo seu interior, quando então uma armadilha de paus pesados lhe cai sobre a cabeça e o mata.

camarada que conhecia eles. Chegamos lá ... eles estavam muito alegres: tinha um grupo e tudo, agruparam-se, ofereceram café e tudo, queriam que eu comesse um pedaço de carne e como estava cru eu não quis (rindo). Era índio do mato e tudo, todos os meninos nas costas, igual macacos, dependurados, moravam tudo no mato, junto com a anta, o cateto. Depois veio um homem aí (Gambira) e queria ocupar o lugar dos índios, dizia ter comprado a terra. Dizia: "isso aqui é meu, vocês saiam daqui e vão embora". Aí foi o maior desespero para eles, pois estavam colocados ali. Pegaram o barco deles, atravessaram e foram para a praia. Chegaram lá, ficaram consultando o que fazer, para onde iam. Aí o cacique resolveu entrar no mar. Fizeram uma fila: "olhe, vamos fazer uma fila, peguem na mão, todo mundo, não é para largar, vamos atravessar o mar"⁴⁰. Combinaram. Aí ficaram arvoaçados, iam morrer todos, a água já estava cobrindo as crianças. Quando os moradores [os regionais], que estavam apreciando os índios, viram aquilo, eles falaram: "não façam isso, aí não tem terra nem Deus, vocês vão morrer". Os índios responderam: "Nós não temos lugar para onde ir". "Vamos arrumar um lugar para vocês, tá bom?" "Mas é logo?" "É logo, podem ficar aí acampados, fiquem aí". Aí eles ficaram e os moradores foram para Peruíbe comunicar à polícia. Telefonaram para São Paulo e arrumaram um lugar para eles. Os índios ficaram muito alegres, fizeram suas roças, festas e dançaram muito. Eles vivem lá até hoje, familiada toda deles está lá. Trabalham, vendem coisas para esses brasileiros, né, quer dizer, para esses portugueses, porque eles é que são brasileiros, nós somos mestiçados ... Eles são divertidos, eu é que não sei a língua deles. Acho que essa gente tem outro tipo de crença. Eles acreditam é no sol, na lua, na natureza. Isso tudo é prova de que o povo não pode sair do seu lugar, senão eles ficam tristes, ficam sem destino e morrem".

40

A tradição cultural dos índios guarani diz que a "terra sem males" está localizada além-mar. Os estudos etno-históricos mostram que estes índios migraram do interior do continente para o litoral com base nesta tradição. Atualmente vários grupos guaranis estão localizados ao longo do litoral paulista.

"Às vezes eu fico 2 horas na noite pensando: eu vou sair daqui, mas ir para onde? Sou aposentado e ganho metade do salário ... Na cidade tem que pagar remédio, luz, água. Quero que o governo tenha paciência e nos ajude ... Antes a gente sofria porque tinha o grileiro, hoje tem o meio ambiente. A onça tem a casa dela. Você pensa que ela está no mato assim, largada? Não. Então, o governo que pagasse para gente uma coisa que desse para viver em outro lugar. Agora, ficar subordinado a eles? Vamos construir nossa casa e lá vem eles mandando, fiscalizando: corta só 5 paus, só não sei o quê. Não, não, a casa é da gente e somos nós quem mandamos⁴¹. Se a casa já está quase pronta e faltam 10 paus, temos que esperar vir o florestal (engenheiro) novamente. Eu quero que eles liberem um pedaço para gente fazer o que quiser. Quando a gente quer fazer uma rocinha tem que consultar eles. O mundo é grande, tem lugar para todo mundo, também a gente tem que ter liberdade, não podemos viver preocupados. Tendo liberdade a gente está contente, a gente trabalha. Como eu já tive liberdade aqui nesse lugar! Eu matava caça, eu matava 2 ou 3 tatus no dia, não para vender, mas colocava aí no fogo e ia assando, comendo, matava peixe bastante, a rede ficava povoada de peixe. Agora nem peixe mais tem, as coisas sumiram. A gente precisa das pessoas, fazendo camaradagem com o povo, a gente precisa ter união. Você está aqui? Amanhã vamos fazer um mutirão. Você não sabe fazer? Então vai fazer outra coisa. Eu sou uma pessoa muito amorosa. Às vezes o vizinho fala: eu vou embora, vou sair daqui. Eu digo: não faça isso, então vamos sair todos juntos, se for para sair então vamos todos embora"⁴².

41 Toda vez que se vai cortar madeira para fazer uma casa ou uma canoa ou outra finalidade, os moradores precisam esperar a vinda de algum técnico da SMA (de São Paulo) para que ele os autorize.

42 Sr. Oliveira, morador da Juréia há apenas 8 anos - embora a visite com frequência há 20 anos -, compreende bem o modo de vida dos nativos da Juréia. Assim ele disse: "o caiçara confia muito na pescaria. Roça é coisa secundária. Faz aquilo é obrigado. Tendo um arrozinho, uma galinha, pegou um peixe, uma banana verde e o almoço e a janta estão feitos. Ficou nesse círculo vicioso, o convívio do local é esse. A vida deles é essa, se tirar isso deles eles morrem. É o padrão do lugar. Índio é a mesma coisa: eles só se adiantaram naquilo [no seu modo de vida]. Não adianta chegar no índio e dizer para ele fazer isso ou aquilo, porque ele já se acostumou no jeito dele. Caiçara é a mesma coisa, ele tem o ritmo de vida dele, ele não pode mudar, não há quem distorça aquilo de maneira nenhuma".

Na fala de Seu Sático observamos um verdadeiro sentimento de solidariedade não só em relação às pessoas que moram na sua comunidade, mas também em relação aos índios. A liberdade e a estabilidade (representada pela moradia e pela posse da terra) são direitos dos homens e dos próprios animais. Conta-nos o caso dos índios para nos mostrar que sem a terra eles ficam tristes, mas com ela estão alegres, trabalhando e festejando⁴³. Nos chama atenção para o fato de que a própria onça tem a sua casa no mato. A terra para estas pessoas não representa uma reserva de valor ou mercadoria, mas um lugar de moradia e usufruto dos recursos que ela oferece. Nesta representação, o título jurídico da posse é menos importante do que a garantia do lugar para morar e a liberdade para trabalhar.

Pelo que pudemos perceber, os moradores da Juréia sentem-se inseguros em relação ao seu futuro, em relação ao que o Estado deseja fazer com eles e enxergam uma exagerada interferência deste em suas vidas. Eles consideram que vivem numa "balança" e que mesmo uma onça tem a "casa onde mora". Se os índios e os animais têm casa e vivem em liberdade, por que os moradores da Juréia não podem tê-las? Expressões como "nós também somos gente", "a vida de um bicho tem mais valor para os ecologistas do que a humana", "os índios são os verdadeiros donos da terra", indicam que na representação dos moradores, os índios e os próprios seres vegetais e animais são mais respeitados pelo Estado e têm direitos que eles não têm: terra, casa e liberdade para viver⁴⁴.

A maioria dos moradores reivindica que o Estado lhe ofereça uma solução definitiva em relação à propriedade e à

⁴³ Essa solidariedade em relação aos índios vem acompanhada da demonstração de que é possível resolver o problema de minorias "desprivilegiadas" sem destruir seu modo de vida.

⁴⁴ Esta diferença de tratamento dos índios não é vista pelos moradores como discriminatória, ao contrário, consideram legítimo que eles tenham seus direitos por serem os "verdadeiros brasileiros". Seria importante lembrar que os índios têm direitos assegurados pela Constituição brasileira e pelo Estatuto do Índio que lhes permitem usufruir dos recursos naturais de suas terras. Os índios guarani de Itariri, que estão ao lado da Estação Ecológica Juréia-Itatins, podem cortar palmito (e vendê-lo), caçar, derrubar a mata, vender madeira, ou seja, fazer tudo aquilo que os moradores da Juréia são proibidos de fazer; quando estes o fazem, são policiados e penalizados. Assim me disse um morador: "os índios podem cortar palmito. Eu vejo eles sentados aí na beira da estrada, ninguém pode fazer nada com eles porque eles são os legítimos donos da terra".

posse da terra. Em muitos casos, a terra é concebida como mercadoria, como reserva de valor e acima de tudo como propriedade individual. Em outros, é imaginada como lugar de trabalho e moradia. Nos dois casos, porém, os moradores não aceitam a situação de "cativeiro" e aspiram a liberdade conquistando o título de propriedade ou dominando um certo território para que possam utilizá-lo de acordo com suas tradições, que são diferentes daquelas traçadas pelas "normas e regras de preservação ambiental". Há ainda aqueles que querem uma indenização para abdicarem de qualquer atividade na Juréia e ir para outra área ou uma indenização para depois se transformarem em assalariados do governo. Estas reivindicações enfatizam a necessidade de uma maior segurança e estabilidade, uma maior garantia jurídica e das condições de sobrevivência. A preservação começa a fazer parte do discurso dos moradores assim como surgem novas propostas de convivência com o "ecologismo" da preservação.

6 - A proposta de reserva extrativista: a saída do movimento dos moradores.

Paoliello (1992:363) considera que as representações dos posseiros e pequenos agricultores sobre a posse e o uso da terra - pautadas numa legislação agrária - seriam irreconciliáveis com os valores culturais formados a partir das normas ambientais:

"No eixo do direito à posse concebido como fundado no desbravamento, pode-se entender a forte oposição aos critérios de preservação ambiental impostos pelo Estado. A proteção ecológica surge como irreconciliável com os valores culturais que enfatizam o pôr a terra em cultivo".

Seria irreconciliável se a cultura não fosse dinâmica e se os acontecimentos históricos não fossem operativos em sua transformação. Como veremos neste item, a cultura ecológica com seus valores, normas, regras e imposições obrigam os moradores a mudarem de estratégia política: da posse como direito ao título jurídico

(individual) de propriedade da terra passa-se ao direito de moradia e uso coletivo dos recursos naturais. A proposta defendida hoje pela União dos Moradores da Juréia-Itatins é a criação de uma **reserva extrativista**.

Acompanhei as reuniões do movimento dos moradores e fiz entrevistas com eles até maio de 1991, época em que encerro a minha pesquisa de campo⁴⁵. De junho de 1990 até essa época, foram poucos os conflitos internos na União dos Moradores da Juréia-Itatins, ao contrário das relações entre moradores, guardas-parques, ecologistas e agentes do Estado.

Provavelmente, as fissões internas na UMJI irão surgir com o decorrer do tempo. Até o final de minha pesquisa, entretanto, havia apenas o início de uma disputa entre as lideranças de duas associações e o presidente da UMJI. A Associação do Barro Branco e a Associação do Barra do Una reivindicam a exclusão da área que ocupam da unidade de conservação vigente (ficando apenas sob efeito do tombamento). Seus moradores preferem correr o risco da volta dos conflitos entre posseiros, grileiros e antigos proprietários do que não ter os seus direitos possessórios reconhecidos juridicamente. O raciocínio deles é o seguinte: 1) há anos eles vinham lutando contra os grileiros e antigos proprietários e apelando para que a justiça lhes reconhecesse o direito de posse da terra; 2) a partir do momento em que foi criada a estação ecológica por intermédio do decreto e da lei, não mais poderiam ser julgados e concedidos títulos de propriedade individual aos posseiros (já que legalmente as terras localizadas na estação ecológica devem estar sob o domínio do Estado); 3) o máximo que poderiam receber seriam indenizações por benfeitorias porventura realizadas. Os posseiros ainda consideram que: 1) o valor de tais indenizações seria muito pequeno; 2) que eles almejam o título de propriedade para fazerem dela o que bem entenderem (vender, arrendar, explorar); 3) que não desejam ficar na estação como se fosse um favor concedido pelo Estado, já que esta concessão lhes deixaria em um

"cativeiro". Assim, os moradores do Barro Branco preferem continuar lutando para que suas áreas sejam excluídas da estação ecológica.

As lideranças da Associação do Barra do Una também reivindicam a exclusão da sua área pelos motivos apresentados pela Associação do Barro Branco e ainda pelo fato de que boa parte dos seus moradores extraem os recursos de sua sobrevivência em pequenas atividades ligadas ao turismo, atividades que seriam incompatíveis com os objetivos da unidade de conservação estação ecológica.

Apesar de muitos outros moradores da Juréia apresentarem os mesmos argumentos daqueles posseiros do Barro Branco, as demais associações que compõem a União dos Moradores da Juréia-Itatins mudaram de estratégia em relação àquela que vinha sendo empregada no início do movimento (e que as Associações do Barra do Una e Barro Branco preferem continuar usando) e passaram a reivindicar, a partir de 1991, a substituição da categoria de unidade de conservação estação ecológica das áreas que ocupam por uma outra nos moldes das reservas extrativistas⁴⁶.

Os líderes da comunidade Barro Branco não concordam com tal proposta e acusam o presidente da UMJI de oportunismo: ele possuiria, ao contrário dos posseiros, os títulos de propriedade de duas fazendas (no total de 1.400 hectares) e receberia um valor por sua desapropriação muitas vezes maior do que aquele que os posseiros receberiam pela indenização de suas benfeitorias. Neste caso, argumentam, o presidente da UMJI receberia pela desapropriação e ainda teria uma área de uso coletivo para dividir igualmente entre os demais moradores quando da criação da reserva extrativista. O líder do Barra do Una ainda suspeita que o presidente da UMJI esteja cedendo aos interesses das grandes empresas (Agroest, CICA, F Monteiro, John Faber, entre

46

O decreto federal número 98897, de 30/01/90 estabelece o que são Reservas Extrativistas: espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista. Esta exploração é regulada por contrato de concessão real de uso (de acordo com o decreto-lei número 271, de 28/02/87). Ver sobre outras unidades de conservação ambiental no anexo 1.

outras), que poderiam eventualmente ser prejudicadas pela proposta inicial do movimento dos moradores de incluir na estação as áreas pertencentes a estas empresas e excluir aquelas ocupadas por eles.

Esses foram os primeiros conflitos que comecei a presenciar no interior do movimento.

Apesar da maioria dos posseiros estar mais interessada no domínio jurídico e individual sobre sua posse (condição que lhe possibilitaria dispô-la para o trabalho, a produção e mesmo a venda de acordo com suas necessidades particulares), ela concorda em negociar, por meio de seus representantes nas associações (exceto a do Barro Branco e Barra do Una), a cessão de suas posses para que se realize uma divisão de área equitativa para todos a fim de possibilitar a criação da reserva extrativista. No sistema idealizado pelos líderes do movimento (assessorados pelo IAMA), a propriedade da terra seria do Estado e faria-se um contrato de concessão de uso aos moradores, propiciando-lhes liberdade de trabalho e estímulo ao autodesenvolvimento. O líder da UMJI comenta a proposta do movimento:

Gustavo: "A gente tem que garantir que essa população viva, temos que buscar formas dessa cultura sobreviver, evoluir dentro de um processo natural. Não podemos perder essa forma cultural de sobrevivência, de se relacionar com a natureza, com as pessoas. Esta proposta de uma nova unidade de preservação ambiental visa garantir a sobrevivência dessa sociedade, que é diferente da sociedade majoritária. Na nossa proposta de **Reserva Extrativista Caiçara** teríamos situações diferenciadas: 1) garantir a manutenção das famílias durante o ano todo em atividades de pesca e extrativismo (é o caso do Aguapeú, Cachoeira do Guilherme, Rio das Pedras); 2) garantir as áreas de produção de bananas e até a sua expansão (o caso de Despraiado, Barro Branco); 3) garantir nas áreas de matas o manejo sustentado com reposição, e o plantio de roça como fonte complementar de renda. Além disso, os moradores devem explorar as atividades turísticas e não devemos ter os caiçaras como

pessoas numa exposição. Não temos definido o conteúdo legal dessa nova unidade, mas a gente quer que os moradores participem desde o começo das discussões para que não se repitam erros. A respeito da questão fundiária: a gente está pensando - já há um consenso nisso - em criar módulos iguais para todos os moradores. Os proprietários se submeteriam a isso. Cada morador teria áreas iguais umas às outras para ter as mesmas condições de vida. Como todas as áreas seriam desapropriadas, teríamos condições de alocar quem tem menos para quem tem mais: teríamos áreas de uso coletivo. Existem três possibilidades de uso da terra do Estado (concessão de uso, aforamento e permissão de uso). A gente quer lutar por aforamento, que é a que tem mais garantias. Essa questão de saber o que é e o que não é de você (em uma terra de uso coletivo) e a garantia daquilo que você vai explorar pode ser definida na lei. Às vezes, a pessoa quer mudar e vender o uso de sua posse. Para quem ela vai fazer isso? Para aqueles que se dispuserem a ter o mesmo tipo de vida. Isso acabaria com a especulação. As áreas de reforma agrária em todo o Vale do Ribeira podem ser feitas assim. A gente pode criar reformas agrárias em cima destes projetos de reserva extrativista".

"Nós estamos com esse problema no Brasil inteiro: áreas de preservação com gente dentro, de forma ilegal, com atividades, às vezes, predadoras para o meio ambiente. Qual a solução? Ou expulsa, ou mantém como está, ou muda toda a legislação. O modelo de desenvolvimento agrícola, o modelo de industrialização e o de preservação provêm do primeiro mundo e são impostos no terceiro mundo. Estes modelos não deram certo e levaram à miserabilidade da população. O modelo de preservação segue por aí: inviabiliza o pequeno produtor, o pescador artesanal, o extrativista. O que a gente está buscando é a defesa das atividades tradicionais da população brasileira ... A prática destas populações é muito compatível com a preservação. Se você observar, todas as áreas de preservação estão muito próximas ou dentro de áreas de comunidades tradicionais (pescadores, caiçaras,

pequenos lavradores). Estas pessoas têm práticas tradicionalmente preservacionistas do meio ambiente, por isso que as áreas que ocupam ou o entorno estão preservados. Aí vem um modelo internacional de preservação e pega as áreas e as transformam em áreas imobilizantes, inviabilizando a sobrevivência da população".

Ruben: Você não acha que as pessoas da Juréia aspiram a desenvolvimento e têm necessidades bem materiais que para serem satisfeitas levariam a uma exploração maior dos recursos naturais?

Gustavo: "Todos almejam o que há de bom nesta sociedade majoritária: computador, video-cassete. Isso aí é ter um modo moderno, ter acesso a essas coisas técnicas. Você não pode ignorar isso, mas você tem outro padrão social de relação. Se nós não atendermos essas populações em suas tradições, elas não vão seguir os seus pais, porque a sua vida não foi um sucesso em nossa sociedade. Elas não foram bem aceitas, mas marginalizadas, punidas, discriminadas. Então, como qualquer ser humano comum, o filho não vai querer sofrer o que o pai sofreu, ele vai negar a origem e as tradições da família para tentar ser igual à sociedade majoritária. Aí é importante e urgente o resgate desta integridade, a melhoria das condições de vida destas comunidades, o desenvolvimento de suas tradições para que a sociedade majoritária comece a respeitar estas pessoas como seres humanos, comece a tratá-las bem e reconhecê-las através do seu trabalho ... A atividade desta população é compatível com o meio ambiente. Eles estão aí há mais de 200 anos ... Se a Juréia fosse ocupada há 200 anos por alemães e italianos - como ocuparam o sul do país - não haveria mais estação ecológica com certeza, porque não haveria mais mata".

Ruben: O modelo de desenvolvimento auto-sustentado também não é um modelo de fora?

"Estamos cogitando um modelo de desenvolvimento agrícola, mas não estamos falando em extinguir um modelo de desenvolvimento industrial ou agrícola, ou qualquer modelo

atual de preservação. A gente quer simplesmente criar uma nova opção e manter as coisas que aí estão. Nós queremos estação ecológica como ela é na lei: bicho e planta lá dentro e não pode ter morador lá dentro. Mas se tiver morador, nós queremos outra configuração jurídica. A gente quer evoluir dentro do que tem e não acabar tudo e começar de novo".

O discurso acima é aparentemente contraditório: por um lado, ele enfatiza que o modelo de preservação do Brasil não serve porque é um modelo importado, não prevê a presença da população nas unidades de conservação, embora na prática haja pessoas morando em quase todas elas; por outro lado, não há uma proposta de extinção do modelo de preservação vigente. Esta ambiguidade é apenas paradoxal, pois ela faz parte de uma estratégia política empregada no caso específico da Juréia: Se fosse realizada uma modificação ampla na legislação ambiental federal levaria-se muito tempo e os moradores querem soluções imediatas para seus problemas. Por isso, é mais fácil e mais eficaz do ponto de vista político que os moradores briguem por uma mudança específica no decreto e na lei que criou a Estação Ecológica Juréia-Itatins.

A proposta de reserva extrativista é vista como uma forma possível de negociação com o Estado e com os ecologistas para garantir a sobrevivência econômica e cultural dos moradores da Juréia, sem causar grandes danos ao meio ambiente. É a proposta possível, nem por isso consensual. Como vimos, existe uma diversidade muito grande de saídas que os moradores formularam e apresentaram para solucionar seus problemas e os impasses derivados da criação da estação. É, no entanto, difícil pensar hoje em qualquer tipo de reivindicação na área que, para se legitimar, deixe de incorporar elementos do que chamamos "cultura ecológica".

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

"No momento em que descobrimos a natureza no sentido de physis, podemos igualmente começar a compreender a complexidade das questões com as quais se confrontam as ciências da sociedade. No momento em que aprendemos o "respeito" que a teoria da física impõe para com a natureza, devemos aprender igualmente a respeitar as outras abordagens intelectuais, quer sejam as tradicionais, dos marinheiros e camponeses, quer as criadas pelas outras ciências. Devemos aprender, não mais julgar a população dos saberes, das práticas, das culturas produzidas pelas sociedades humanas, mas cruzá-las, a estabelecer entre elas comunicações inéditas que nos coloquem em condições de fazer face às exigências sem precedentes da nossa época". (Prigogine: 1984:225).

*

No primeiro capítulo desta dissertação apresentamos uma análise do que chamamos "cultura ecológica". Nossa idéia era a de que havia um conjunto de significados e símbolos em torno do tema meio ambiente de forma que seria possível falar da emergência de uma cultura do ecologismo em oposição à cultura do modernismo e/ou do desenvolvimentismo. Nos demais capítulos, procuramos analisar as idéias e práticas de dois movimentos: o movimento ecológico "Pró-Juréia" e o movimento dos moradores da Juréia.

Através da tese de Lhotte (1982), procuramos mostrar: 1) os efeitos do desenvolvimentismo nos anos 70 no Brasil sobre uma comunidade de pescadores em Trindade, no litoral sul do Rio de Janeiro; 2) a formação de um movimento ecológico em aliança com os moradores (caiçaras) e contra o Estado e uma multinacional. Este acontecimento finalizou com a realização de um acordo que previa, teoricamente, a compatibilização do desenvolvimento com a permanência das comunidades tradicionais de pescadores e de sua cultura. Na prática, os caiçaras de Trindade foram obrigados a cederem face à tônica hegemônica do desenvolvimentismo da década de 70.

Os anos oitenta vieram e com eles o ecologismo. Os pescadores artesanais e pequenos agricultores do litoral paulista que não migraram ou foram incorporados à sociedade de mercado - especialmente à indústria turística -, estabeleceram-se nos locais de mais difícil acesso (ilhas, montanhas, áreas sem ligação por estrada, etc.). Nestes espaços, os moradores puderam conservar e reproduzir seu modo de vida baseado na agricultura de "coivara" e nas atividades de pesca e extrativismo. Entretanto, os olhares das autoridades do meio ambiente e dos movimentos ecológicos voltaram-se para estas últimas áreas que conservavam o seu ambiente natural sem profundas modificações. Nos anos oitenta, as instâncias legislativas, as agências estatais e os ecologistas, mobilizaram-se e criaram várias leis e unidades de conservação ambiental. Com elas, foram criadas normas e regras restritivas em relação ao uso da terra e exploração dos recursos naturais. Surgiram, então, conflitos entre diversos atores: de um lado estão os pequenos agricultores, os pescadores e extrativistas; de outro, os ecologistas e agentes ambientalistas do Estado. Este é o caso da Juréia que nós analisamos.

Observamos que, se na década de setenta os caiçaras foram forçados a se "adequar" ao desenvolvimentismo, na década de oitenta eles têm que se "adequar" ao ecologismo. De fato, a "cultura ecológica" transmite um conjunto de normas, regras e símbolos que devem ser empregados nos discursos e na vida prática dessas pessoas. Entretanto, como nos ensina a antropologia de Sahlins (1990), a cultura não é uma realidade transcendente, sujeita tão só às suas leis internas; ela é um modelo de e para a ação e, como tal, pode ser e é transformada à luz dos acontecimentos históricos; história que, por sua vez, é "ordenada de acordo com o esquema de significado das coisas".

Neste sentido, entendemos que os pequenos agricultores e posseiros da Juréia atualizaram um modelo de posse e uso da terra e de seus recursos naturais. O modelo tradicional - amparado pela legislação agrária do país e

pelas políticas públicas do setor - estabelecia que a terra deveria ser desbravada, conquistada e submetida à transformação. O posseiro, por exemplo, numa área de fronteira agrícola que derruba a mata, põe fogo e planta sua roça, depois de um determinado período está em condições de reivindicar o domínio sobre o título de propriedade da posse que ocupa. Uma parte dos moradores da Juréia usaram por muito tempo dessa estratégia de uso e apropriação da terra. Quando chegaram as novas regras e leis de preservação ambiental, houve um conflito entre este novo modelo e aquele antigo.

A princípio, os moradores se colocaram - e muitos deles ainda se colocam - contra o "modelo de preservação" e constituíram um movimento organizado contra o Estado e os ecologistas, reivindicando que suas áreas fossem excluídas de qualquer unidade de conservação. Entretanto, como nós vimos, os moradores foram obrigados a ceder diante da força política e simbólica do ecologismo. A liderança do movimento ainda está indisposta com os ambientalistas, mas deixou de brigar pela aquisição de uma posse de domínio individual e pela exclusão das áreas que ocupam de qualquer unidade de conservação. Ao contrário, adaptando-se às exigências do ecologismo e da necessidade de proteção ao meio ambiente, ela está propondo a criação de uma reserva extrativista, pela qual criaria-se uma área de domínio coletivo e regras que garantiriam a presença da população e a conservação do ambiente natural.

Voltemos à pergunta inicial de nossa dissertação: Quais as dificuldades de diálogo entre diferentes grupos sociais que têm diferentes "visões de mundo", diferentes condições materiais e diferentes estratégias políticas? No nosso caso, como se dá o diálogo entre o Estado, os ecologistas e os moradores da Juréia?

No decorrer da atuação da União dos Moradores da Juréia-Itatins e do movimento ecológico formaram-se valores e práticas do que é ou deve ser a relação homem-natureza para cada grupo. O movimento ecológico dizia que a área

natural da Juréia fazia parte de um "patrimônio da humanidade" e não cabia decidir o seu destino levando-se em conta apenas o ponto de vista dos seus moradores. Estes argumentavam que não poderiam ser prejudicados em nome de um "interesse geral" que não lhes era palpável. Por isso, eles reconheciam a importância da "preservação ambiental", mas achavam que a estação ecológica deveria ser criada em uma área onde não houvesse população, já que na Juréia a presença humana estava impedida, tendo em vista a legislação em questão. Além disso, não havia necessidade de criar unidades de conservação na Juréia, pois os próprios moradores a preservariam, como o fizeram durante muitos anos. O movimento ecológico e o Estado faziam um discurso de que garantiriam a presença dos moradores na área e a sua pretensa "relação harmoniosa com o meio ambiente", mas na prática as regras e restrições aos usos dos recursos naturais limitavam suas condições de sobrevivência.

Esse conflito político levou a uma situação em que os moradores da Juréia passaram a recusar quase toda proposta feita pelo Estado e pelo movimento ecológico. Estes, por sua vez, argumentam que não estão agindo em nome de interesses individuais ou de determinados grupos, mas da coletividade, das gerações futuras e da humanidade. Esse conflito não tem sido resolvido através do diálogo - embora exista o desejo de ambientalistas e moradores de que tal aconteça -, mas por quem possui maiores forças políticas.

Vimos que as diferenças culturais não são necessariamente impeditivas do diálogo, embora a "cultura hegemônica" (no caso o ecologismo) tenda a se sobrepor sobre as demais ordens de significado. Vimos também, ao longo de nosso trabalho, que a posição de classe social ou a inserção no sistema produtivo não são condições para impedir a comunicação e as alianças entre diferentes grupos. A maior dificuldade está, portanto, nas diferentes estratégias políticas colocadas em ação. Ou seja, não são as idéias e concepções distintas do que seja a relação homem-natureza ou as práticas concretas pelas quais o homem se relaciona e se

apropriada da natureza, mas os diferentes interesses políticos que dificultam a formação de uma "comunidade de comunicadores" no campo do ecologismo¹.

Estratégias de alianças e confrontos são formuladas em decorrência da avaliação que cada ator faz sobre sua força política. Na Juréia, o movimento ecológico esteve a maior parte do tempo aliado com o Estado. Frente a essa força, os moradores tiveram que buscar apoio de uma organização não-governamental - o IAMA (Instituto de Antropologia e Meio Ambiente) - que fazia oposição ao movimento ecológico "Pró-Juréia".

O caso da Juréia ainda nos revela que a questão ambiental no Brasil está diretamente vinculada à questão social. O fracasso da reforma agrária no país tem lançado para dentro das diversas unidades de conservação uma grande quantidade de pessoas que não possuem terra para trabalhar. Sem proteção do Estado, posseiros, pequenos agricultores e extrativistas aventuram-se a migrar para as cidades (aumentando o caos urbano) ou a ocupar áreas reservadas à proteção do ambiente natural ou a estabelecer alianças com os grandes proprietários de terra, madeireiras e mineradoras que lhes fornecem recursos e meios de sobrevivência; tudo isso ante o olhar incompreensível dos ambientalistas que lutam por buscar formas e alternativas de compatibilizar desenvolvimento com preservação da natureza. Esta conciliação tem sido tensa e esbarrada nas leis sobre áreas de proteção ambiental do país que, na sua maior parte, não prevêem a presença de população humana nas unidades de conservação.

No final dos anos 80 e início dos 90 a questão ecológica no país e no mundo adquiriu uma visibilidade muito grande, em torno da qual dirige-se a atenção da humanidade. Cardoso de Oliveira (1990:12) disse que "nesse final de século a questão ética tende a se impor como algo subjacente

¹ Esta conclusão é circunscrita ao nosso trabalho, mas acredito que a mesma dificuldade de comunicação entre diversos grupos apontada em nossa pesquisa possivelmente ocorra em outras situações e acontecimentos e em entre outros grupos e culturas.

às noções de progresso e de desenvolvimento desde que vivamos num Estado de direito, numa sociedade aberta e democrática. Um Estado e uma sociedade com essas características e abrigando em seu interior uma diversidade de etnias, terá de abrigar igualmente o convívio com a diferença, o que significa dizer, aceitar o pluralismo cultural".

Conviver com a diversidade cultural implica na construção de uma ética em que se respeite não só as diversas noções e valores do que seja "progresso" e "desenvolvimento", mas também de "preservação" e "conservação". Esse é um desafio para os ambientalistas no mundo atual: não definir a priori o que é mais "adequado" ou "ecológico" nas forma de relacionamento do homem com o mundo natural. O que é ou não é compatível com a preservação ambiental deverá ser fruto do cruzamento e do diálogo entre as diversas concepções e práticas de vida. Mesmo sabendo que o diálogo nem sempre prevalece na comunicação entre os homens.

ANEXO 1.

Algumas notas sobre a legislação ambiental Federal.

A legislação ambiental brasileira foi bastante ampliada e aprimorada a partir da promulgação da constituição de 1988. Uma série de leis, decretos, resoluções e portarias foram elaboradas e promulgadas desde então¹. Desta vasta legislação, focalizaremos aqui somente aquela referente às áreas e unidades de conservação e/ou preservação ambiental.

Apesar do avanço em termos de legislação, reconhecido pelos ambientalistas, o meio ambiente sofre agressões com frequência e as leis que punem os agressores não são cumpridas. Além disso, os grandes crimes são praticados por latifundiários, multinacionais, grandes empresas privadas e estatais. Porém, a ação coercitiva empregada pelo poder executivo e judiciário tem recaído com mais rigor sobre os pequenos proprietários e comunidades que praticam atividades de subsistência (pescadores, ribeirinhos, posseiros)².

Alguns técnicos da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo e ambientalistas que nós entrevistamos consideram que a existência de uma diversidade de figuras jurídicas de conservação na legislação brasileira está ligada ao personalismo dos dirigentes dos órgãos públicos, como por exemplo, o antigo IBDF (hoje IBAMA) e a antiga Secretaria do Meio Ambiente (federal). Existiria uma certa compulsão em criar órgãos, leis e figuras jurídicas que "marcassem" a passagem de um determinado administrador, político ou dirigente por uma destas instituições. Além disso, as instituições de meio ambiente seriam cópias, sem adaptação à realidade brasileira, do modelo americano de conservação ambiental. Este fato teria provocado uma situação em que a maioria das unidades de conservação foi criada em áreas onde havia populações humanas ali estabelecidas, embora a legislação no caso não permita ou recomende a presença de tal população.

¹ Os dados utilizados aqui foram tomados a partir da Coletânea de Legislação Ambiental Federal e Estadual publicada pela Secretaria do Estado e Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná, 1990.

² Ver sobre isso em Guimarães (1986).

As primeiras áreas e unidades de preservação foram criadas a partir da instituição do Código Florestal, pela lei número 4771, de 15/09/65. Vários limites ao uso indiscriminado dos recursos florestais foram impostos através deste código. Os artigos 2 e 3 definem como **Áreas de Preservação Permanente** aquelas localizadas ao longo dos rios, ao redor das lagoas, nas nascentes de águas, no topo dos morros, montes, montanhas e serras, nas encostas destas, nas restingas (como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues), nas altitudes elevadas e nas bordas e tabuleiros de chapadas. O artigo 5 atribui ao poder público a responsabilidade de criar: **Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, Reservas Biológicas e Florestas Nacionais**. O parágrafo único do artigo acima proíbe qualquer forma de utilização dos recursos naturais dos parques e reservas biológicas. A exploração das florestas localizadas em propriedades privadas será permitida de acordo com o artigo 16 do Código Florestal, ressalvada as áreas de preservação permanente desde que 20% de cada propriedade nas regiões Leste Meridional, Sul e sul do Centro-Oeste e 50% nas demais regiões sejam preservadas em sua cobertura arbórea³.

De acordo com o artigo 5 da lei sobre proteção à fauna, número 5197, de 03/01/67, nas **Reservas Biológicas** estão proibidas as atividades de utilização, perseguição, caça, apanha ou introdução de espécimes na fauna e flora silvestre e domésticas, bem como modificações do meio ambiente. O mesmo artigo define como **Parques de Caça** (nacionais, estaduais e municipais) as áreas destinadas ao exercício da caça e das atividades de recreação, educativas e turísticas.

O decreto número 84017, de 21/09/79, aprova o regulamento dos **Parques Nacionais**. O artigo 1 deste decreto diz que os parques são áreas geográficas extensas e delimitadas,

3

Podemos observar pela simples constatação visual da paisagem rural da região sudeste que estas determinações não foram cumpridas e/ou foram burladas. Ferreira (1990:38) diz que atualmente o estado de São Paulo possui apenas 4% de sua cobertura florestal natural e estima-se que esse número caia para 3,5% no ano 2000. Estes 4% estão localizados em sua maioria em alguma das unidade de preservação ambiental.

objeto de preservação permanente e destinam-se a fins científicos, culturais, educativos e recreativos. Pelo artigo 34 estão permitidas as atividades ao ar livre, os passeios, caminhadas, escaladas, acampamentos, piqueniques, entre outras, desde que não perturbem o ambiente natural do parque. Os artigos 3, 5, 6 e 7 definem que o uso e a destinação das áreas dos parques devem respeitar a integridade dos ecossistemas naturais e estabelecem um plano de manejo ecológico. Este plano é um zoneamento constando as seguintes áreas: 1) Zona intangível (onde a primitividade da natureza permanece intacta e não se tolera quaisquer alterações humanas); 2) Zona Primitiva (onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies de flora e fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico; onde o objetivo do manejo é a preservação do ambiente natural e, ao mesmo tempo, facilitar as atividades de pesquisa, educação ambiental e proporcionar formas primitivas (sic) de recreação); 3) Zona de Uso Extensivo (intermediária entre a 1 e a 2, oferece acesso e facilidades para fins educativos e recreativos); 4) Zona de Uso Intensivo (constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem e onde contém centro de visitantes e museus; o objetivo é facilitar a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio); 5) Zona Histórica-Cultural (aquelas em que são encontradas manifestações históricas ou arqueológicas; o objetivo é preservar, estudar e proteger os sítios arqueológicos ou históricos); 6) Zona de Recuperação (áreas consideradas altamente alteradas pelo homem; o objetivo é restaurá-las e deter sua degradação); 7) Zona de Uso Especial (áreas consideradas necessárias à administração, manutenção e serviços do parque).

A lei número 6902, de 27/04/81, cria as figuras jurídicas **Estação Ecológica e Áreas de Proteção Ambiental (APAs)**. As Estações Ecológicas, ao contrário das outras unidades de preservação (parques, reservas ecológica e biológica), devem estar localizadas necessariamente em áreas de domínio público e as propriedades circunscritas dentro dos limites da estação devem ser desapropriadas. De acordo com o

artigo 1 desta lei, **Estações Ecológicas**, criadas em atos do poder executivo, são áreas representativas do ecossistema brasileiro, destinadas à realização de pesquisas de ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista. O parágrafo primeiro e segundo do artigo acima estabelecem que 90% ou mais da área de cada estação ecológica será destinada à preservação da biota e o restante poderá ser utilizado, após a realização de um plano de zoneamento, para pesquisas ecológicas que venham a acarretar modificações no ambiente natural. De acordo com o parágrafo primeiro do artigo 7, na área reservada às estações ecológicas será proibido: a) presença de rebanhos de animais domésticos de propriedade particular; b) exploração de recursos naturais, exceto para fins experimentais, que não importem em prejuízo para a manutenção da biota nativa; c) porte e uso de armas de qualquer tipo; d) porte e uso de redes de apanha de animais e outros artefatos de captura. Nas **Áreas de Proteção Ambiental**, respeitando o direito de propriedade, o poder executivo estabelecerá normas, limitando ou proibindo: a) a implantação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água; b) a realização de obras de terraplanagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais; c) o exercício de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras e/ou um acentuado assoreamento das coleções hídricas; d) o exercício de atividades que ameacem extinguir na área protegida as espécies raras da biota regional.

Embora as estações ecológicas só tenham sido instituídas como unidades de conservação voltadas para o uso indireto de seus recursos naturais através da lei 6.902, de 27/04/81, devemos ressaltar que a figura jurídica estação ecológica já havia sido mencionada em leis anteriores. Este é o caso do decreto federal número 79.343, de 07/03/77 que declarou de utilidade pública três glebas de terra contínuas destinadas a constituir a Estação Ecológica de Aracuri no

estado do Rio Grande do Sul. O decreto federal número 84.973, de 29/07/80, também dispunha sobre a co-realização de estação ecológica e usinas nucleares. As primeiras estações ecológicas instituídas no país de acordo com a lei 6.902/81, foram: Anavilhanas-AM, Aracuri-RS, Iquê-MT, Maracá-RR, Maracá-Tipioca-AP, Rio Acre-AC, Taimã-MT, Uruguí-Una-PI.

De acordo com o artigo 18 da lei sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, número 6938, de 31/08/81, e do decreto número 89336, de 31/01/84, as Áreas de Preservação Permanente listadas no Código Florestal são consideradas como **Reservas Ecológicas**⁴. O decreto acima cria também a figura jurídica **Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE**. Estas áreas são declaradas quando tiverem extensão inferior a cinco mil hectares e houver ali pequena ou nenhuma ocupação humana; a finalidade é manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos da preservação. Quando uma ARIE está localizada dentro de um território de uma APA (Área de Proteção Ambiental), ela é considerada como uma **Zona de Preservação da Vida Silvestre**, ficando proibido as atividades que importem na alteração da biota nativa. As ARIEs e as Reservas Ecológicas poderão ser públicas ou privadas.

O decreto número 98897, de 30/01/90, cria a figura jurídica **Reserva Extrativista**. As Reservas Extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista. Esta exploração é regulada por contrato de concessão real de uso (de acordo com o decreto-lei número 271, de 28/02/87).

O decreto número 98914, de 31/01/90, cria as **Reservas Particulares do Patrimônio Natural, por Destinação do Proprietário**. São RPPNs as propriedades particulares onde, em todo ou em parte, sejam identificadas condições naturais primitivas, semi-primitivas, recuperadas ou cujas caracte-

rísticas justifiquem ações de recuperação pelo seu aspecto paisagístico ou para preservação do ciclo biológico de espécies da fauna ou da flora nativas do Brasil. Uma RPPN é reconhecida após a manifestação de interesse do proprietário e o seu cadastro no órgão competente para tal.

Além de todas as unidades de preservação listadas acima, encontramos ainda algumas outras limitações jurídicas ao uso e exploração dos recursos naturais: o decreto-lei número 221, de 28/02/67 e a lei número 7679, de 23/11/88 dispõem sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução, a proteção e estímulos à pesca; a lei número 6513, de 20/12/77 e o decreto número 86176, de 06/07/81, criam e regulamentam as Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; e o decreto-lei número 25, de 30/11/37 e a lei número 3924, de 26/07/61, organizam a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e criam normas para o tombamento de áreas e obras de valor hitórico, artístico, etnográfico, arqueológico e paisagístico.

Algumas regiões do Brasil adquiriram uma proteção especial a partir da Constituição de 1988. O capítulo sobre o meio ambiente, artigo 225, parágrafo quarto diz que a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e a sua utilização far-se-á na forma de lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. Em relação à Mata Atlântica, o decreto número 99.547, de 25/09/90, tendo em vista o disposto na Constituição, proibiu, por prazo indeterminado, o corte e a respectiva exploração da sua vegetação nativa.

A resolução do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) de número 011, de 03/12/87, declara como unidades de conservação as seguintes categorias de Sítios Ecológicos de Relevância Cultural, criadas por atos do poder público: a) Estações Ecológicas; b) Reservas Ecológicas; c) Áreas de Proteção Ambiental, especialmente suas Zonas de vida silvestre e os Corredores Ecológicos; d) Parques Nacionais, Esta-

duais e Municipais; e) Reservas Biológicas; f) Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais; g) Monumentos Naturais; h) Jardins Botânicos; i) Jardins Zoológicos; j) Hortos Florestais; l) Áreas de Relevante Interesse Ecológico.

Listamos acima algumas das várias unidades de conservação definidas pela legislação federal brasileira. Cabe dizer que estas unidades podem, em geral e teoricamente, ser criadas e administradas pelo poder público nacional, estadual e municipal e algumas por instituições privadas. A nível federal, o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), instituído pelo decreto-lei 285, de 28/02/67, foi um dos primeiros órgãos com a competência para exercer o controle e a fiscalização sobre a exploração florestal e administrar as diversas unidades de conservação: Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Parques de Caça federais, etc. A SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente) foi criada através do decreto número 73.030, de 30/10/73. Ligada ao antigo Ministério do Interior, esta Secretaria tinha as atribuições de promover a conservação e o uso racional do meio ambiente. A lei que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, número 6938, de 31/08/81, colocou à disposição da sociedade civil importantes instrumentos de controle e fiscalização do uso e exploração dos recursos naturais. Entre estes destaca-se a atuação do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Foi por meio deste Conselho, por exemplo, que se garantiu através da resolução número 01, de 23/01/86, a exigência da elaboração dos estudos prévios de impacto ambiental em obras passíveis de intervenção no equilíbrio ecológico⁵. Segundo Ferreira (1990:37), foi por meio do CONAMA que iniciou-se o controle da poluição ambiental (chamando-se atenção para o caso do pólo industrial de Cubatão) e o tombamento da Serra do Mar em dois estados. Através da lei número 7735, de 22/02/89, a Secretaria Especial do Meio Ambiente e o IBDF foram extintos e as funções e atribuições destes dois órgãos foram transferidas para o instituto criado pela mesma lei, o IBAMA

(Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis). A Secretaria do Meio Ambiente voltaria a ser instituída no governo Collor, agora ligada diretamente à Presidência da República, através da lei número 8.028, de 12/04/90.

As várias restrições ao uso de recursos naturais e as unidades de preservação descritas neste anexo podem incidir sobre uma mesma área ou região. Assim, a Juréia além de ser uma estação ecológica, é uma área de proteção ambiental, tem parte de sua área tombada pelo Condephaat-SP e ainda está sobre restrições de uso por pertencer à Mata Atlântica e ser Zona Costeira. Além da legislação federal, existem leis e decretos estaduais e municipais que lhe asseguram uma maior proteção.

A Estação Ecológica Juréia-Itatins foi criada pelo decreto estadual número 24.646, de 20/01/86. A estação englobou a antiga Reserva Estadual de Itatins, criada pelo decreto federal número 31.650, de 08/04/58. Tendo em vista que a estação não foi criada em terreno de domínio público, como preceitua a lei 6.902/81, no dia 06/02/87 foram editados quatro decretos de utilidade pública englobando toda sua área (números 26.714, 26.715, 26.716 e 26.717). No sentido de dar mais força jurídica à estação foi sancionada a lei estadual número 5.649, de 28/04/87, com o objetivo básico de assegurar a integridade dos ecossistemas e da flora e fauna neles existentes, bem como proporcionar sua utilização para fins educativos e científicos. Em relação à Área de Proteção Ambiental, a Juréia foi englobada pela APA de Cananéia, Iguape e Peruíbe, criada pelo decreto federal número 90.347, de 23/10/84, e pelo decreto federal número 91.892, de 06/11/85, o qual acrescentou áreas aos limites da APA citada. Como Área de Relevante Interesse Ecológico, a ARIE da Ilha do Ameixal foi criada através do decreto federal número 91.889, de 05/11/85. Em relação às Áreas Naturais Tombadas na região, houve o tombamento do Maciço da Juréia, oficializado pela resolução 11, de 25/07/79, e o tombamento da Serra do Mar e de Paranapiacaba mediante

resolução 40, de 06/06/85, ambas por intermédio do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo). E, por fim, a emenda constitucional paulista número 56, de 11/06/86, acrescentou ao artigo 128 o seguinte parágrafo: "fica sob proteção especial do estado a biota da vertente atlântica da Serra do Mar".

Anexo 2

OS ENTREVISTADOS CITADOS¹.

A) Os moradores da Juréia.

Sr. Oliveira - Tem 64 anos. Possui uma posse na Juréia há 22 anos e mora na área há 8 anos. Nasceu no interior do estado da Bahia, perto de Juazeiro. Com 5 anos de idade migrou com sua mãe e irmãos para o interior de São Paulo. Seu pai viria mais tarde acompanhando uma caravana a pé, mas morreu no caminho. Sua mãe também morreu logo em seguida e os irmãos se dispersaram. Sr. Oliveira foi levado para um centro de atendimento a menores em Mogi-Mirim, onde ficou internado até os 15 anos. Neste local aprendeu vários ofícios, como a carpintaria e a marcenaria. Chegou a se inscrever para participar como soldado da Segunda Guerra Mundial. Depois foi trabalhar numa fábrica de vidro em São Vicente e arranjou um emprego de alfaiate. Junto com alguns amigos, Sr. Oliveira ia passear na Juréia e caçar em finais de semana. Comprou uma posse no Despraiado e mudou para lá quando se aposentou, onde vive hoje com sua mulher. É um dos principais líderes do movimento dos moradores. Tem 4 filhos. É católico.

Sr. Sátiro - Tem 78 anos. Nasceu no Vale do Ribeira. Seu avô era português, espírita e conhecedor das plantas medicinais. Sr. Sátiro mantém viva a tradição de seu avô, segue seus ensinamentos e procura transmiti-los às gerações mais novas. Sua família foi a primeira a chegar na Cachoeira do Guilherme, quando ele ainda tinha 12 anos. Ali, seus parentes abriram uma posse, onde vivem até hoje. É aposentado e sobrevive com meio salário mínimo. Mora com sua mulher. Tem 3 filhos, todos casados.

Divino - Tem 37 anos. Nasceu no estado de Sergipe. É posseiro e mora há 15 anos na Juréia. Tem dois filhos. É

pastor evangélico e líder político da comunidade de Barro Branco.

Sr. Américo - Tem 63 anos. Nasceu e sempre morou na Juréia. Tem 7 filhos. Foi guarda da NUCLEBRÁS e atualmente é guarda-parque da SMA. É espírita.

Sr. Anastácio - Tem 75 anos. Nasceu na Juréia (Praia do Una/Rio Verde). Tem 3 filhos. É seguidor das festas e cultos espíritas realizados na Cachoeira do Guilherme. Pratica a agricultura de subsistência. Vive com sua mulher na área onde nasceu.

Sr. Gonçalo - Tem 67 anos e 6 filhos. Descendente de migrantes alemães. Nasceu na Juréia (Despraiado), onde vive com sua mulher e 2 filhos. Sobrevive da pequena agricultura e da criação de animais domésticos. É posseiro.

Sr. Juliano - Tem 75 anos. É posseiro no Despraiado há 42 anos. Nasceu no Vale do Ribeira. É bastante religioso e convertido à Igreja Presbiteriana. É aposentado.

Sr. Antonino - Tem 76 anos. Nasceu na Juréia e mora no Despraiado. Tem 3 filhos. É posseiro e sobrevive da pequena agricultura. É crente e um de seus filhos é pastor evangélico da Igreja local.

Vicente - Tem 37 anos. Nasceu na Juréia. Tem 3 filhos. É caseiro e professor primário da escola da Praia do Una.

Sr. Tião - Tem 83 anos. Nasceu no norte de Minas Gerais, zona rural. É posseiro do Itinguçu/Juréia há 19 anos. Apesar da idade, quase todos os dias vai trabalhar na sua roça.

D. Marta - Tem 61 anos e 6 filhos. Nasceu no Despraiado, onde vive com seu marido e filhos não-casados. É posseira e uma das militantes mais combativas do movimento dos moradores.

Sr. Egídio Kawano - Tem 62 anos e 3 filhos. Nasceu na cidade de Santos. Descendente de Japoneses. Tem uma posse no Despraiado há mais de 19 anos. Possui um caminhão velho e

é o principal intermediário na comercialização de bananas pelos moradores do Despraiado.

José Severo - Tem 75 anos. Nasceu em Minas Gerais e viveu lá até os 27 anos. Foi gerente de um Clube Esportivo em São Paulo. Em 1965 comprou uma propriedade de 133 alqueires na Juréia, para onde se mudou com sua esposa depois que se aposentou.

Sr. Juquinha - Tem 39 anos. Nasceu no estado do Piauí. Vive como caseiro no Despraiado há mais de 10 anos. Era um antigo e conhecido caçador da região. Foi contratado pela Associação em Defesa da Juréia para ser fiscal da estação. É hoje um ecologista.

Gustavo - Tem mais ou menos 35 anos e 3 filhos. Nasceu na cidade de São Paulo. É escultor. Em 1980 foi morar na Juréia nas terras (1.400 hectares) herdadas de seu pai. É o principal líder do movimento dos moradores. Vive com os filhos e a mulher em um sítio perto da cidade de Iguape².

B) Os ambientalistas do "Pró-Juréia".

Cláudia - Tem 35 anos. Nasceu na cidade de São Paulo. Seu pai é empresário e de origem italiana. Formada em jornalismo e proprietária de uma agência de notícias. Já morou na Itália, Suíça, França e Inglaterra. Participou do diretório acadêmico de sua faculdade. É eleitora do PSDB.

Alexandre - Tem 32 anos. É geógrafo e fotógrafo. Nasceu em Osasco. Como técnico eletrônico, trabalhou em indústrias da grande São Paulo. Participou das greves dos trabalhadores de 1978 e do movimento estudantil de sua faculdade. Eleitor do PSDB.

Sérgio Luís - Tem 45 anos. Nasceu em Igaçaba, interior de São Paulo. Vive na cidade de São Paulo desde os 17 anos. É jornalista do "O Estado de São Paulo". Foi preso em 1969 por motivos políticos. Faz matérias sobre o meio ambiente desde o início de sua atividade jornalística. Se

considera uma espécie de membro fundador de entidades ecológicas. Participou da criação da FBCN (RJ), APPN, OIKOS, "Pró-Juréia", SOS Mata Atlântica, entre outras.

Ivo Pedro - Tem 29 anos. Nasceu na cidade de São Paulo. É empresário ligado ao comércio e indústria de ar condicionado. cursou até o último ano do curso de geografia e é formado em administração. Participou do movimento estudantil de sua faculdade (FGV). Eleitor do PSDB e do PT. Seu pai nasceu na Letônia e sua mãe em Casa Branca, interior de São Paulo. Apesar de pertencer a uma família urbana, sempre esteve passando temporadas em lugares como o litoral sul de São Paulo, o Pantanal e a Amazônia.

Débora - Tem 27 anos. É formada em administração pública. Nasceu na cidade de Santos e com 13 anos foi morar em São Paulo. Participou do Diretório Acadêmico da Fundação Getúlio Vargas. Era ligada ao "grupo de geografia da USP", por meio do qual conheceu a Juréia e o movimento ecológico. Eleitora do PSDB.

C) Os Ambientalistas do IAMA.

Marcelo - Tem mais ou menos 36 anos. É antropólogo. Professor da PUC/SP. Participou da equipe de avaliação do POLONOROESTE (Programa do governo federal de colonização do estado de Rondônia). É sócio-fundador do IAMA.

Vera - Tem 34 anos. É geógrafa e professora da USP. Ex-Conselheira do "Pró-Juréia". Depois de brigar com seus companheiros por causa dos moradores da Juréia, abandonou a entidade. É sócia-fundadora do IAMA.

D) Os ambientalistas da SMA

Paulo - Tem 46 anos. Nasceu em Santos e vive em São Paulo desde os 20 anos. É formado em Biologia pela USP e fez mestrado em Comunicação. É fotógrafo. No final da década de 70 participou ativamente da SDLB em Trindade, litoral sul do

Rio de Janeiro. Participou de várias campanhas e movimentos em defesa de posseiros e pescadores ameaçados de expulsão de suas terras. Em 1982, no governo Montoro, foi trabalhar na SUDELPA, fazendo parte do "grupo da terra". Hoje é coordenador da equipe Litoral Sul da SMA, responsável pela administração da EEJI.

Eduardo - Tem 39 anos. Nasceu em Franca, interior de São Paulo. Foi morar na cidade de São Paulo com 17 anos. Coursou física na faculdade até o último ano e formou-se em arquitetura. Começou atuar em 1972 para proteção de cavernas no Vale do Ribeira. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Espeleologia. Membro do ex-"grupo da terra" e integrante da equipe que planejou na SMA a criação da EEJI.

BIBLIOGRAFIA CITADA.

ACOT, Pascal.

1990 História da Ecologia, Rio de Janeiro, ed. Campus.

ANDRADA E SILVA, Yeda Maria de Figueiredo.

1979 Trindade: Sobrevivência e Expropriação,
Dissertação de Mestrado em Antropologia, PUC/SP.

ANTUNIASI, Maria Helena et alli.

1989 "O Movimento Ambientalista em São Paulo: Análise Sociológica de um Movimento Social Urbano", in CERU 2a Série, No 2, São Paulo, FFLCH/USP.

ARENDT, Hannah.

1987 A Condição Humana, Rio de Janeiro, Forense-Universitária.

BERMAN, Marshall.

1988 Tudo que é Sólido Desmancha no Ar, São Paulo, Companhia das Letras.

BORN, Gemina.

1989 "Levantamento Etnofarmacológico e Etnobotânico da Comunidade do Cachoeira do Guilherme e parte do Rio Comprido da Estação Ecológica Juréia-Itatins", mimeo.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues.

1980 Os Deuses do Povo: Um Estudo sobre a Religião Popular, São Paulo, Brasiliense.

1981 Sacerdotes da Viola, Petrópolis, Vozes.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio.

1988 "A Presença do Autor e a Pós-Modernidade em Antropologia", in Novos Estudos CEBRAP, N° 21.

CÂNDIDO de Mello e Souza, Antônio.

1964 Os Parceiros do Rio Bonito, Rio de Janeiro, José Olympio.

CAPRA, Fritjof.

1986 O Ponto de Mutação, São Paulo, Cultrix.

CAPRA, Fritjof e SPRETNAK.

- 1984 Green Politics: The Global Promise, New York, E.P. Dutton.

CARDOSO, Ruth.

- 1984 "Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico", in SORJ, Bernardo (org), Sociedade e Política no Brasil Pós-64, São Paulo, Brasiliense.

CLAUS OFFE.

- 1984 Problemas Estruturais do Estado Capitalista, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- 1985 "New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics", in Social Research, 52 (4).

CLIFFORD, James.

- 1983 "Power and Dialogue in Ethnography", in STOCKING, George, Observers Observed, Madison.

CONSÓRCIO MATA ATLÂNTICA/UNICAMP.

- 1991 Anais do Seminário Nacional "Reserva da Biosfera da Mata Atlântica", 10 a 13 de dezembro de 1991, Campinas/SP.

DALY, Herman.

- 1984 A Economia do Século XXI, Porto Alegre, Mercado Aberto.

DESCOLA, Philippe.

- 1988 La Nature Domestique: Symbolisme et praxis dans l'Écologie des Achuar, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de L'Homme.

DUMONT, Louis.

- 1979 Homo Hierarchicus: Le Système des Castes et ses Implications, Paris, Gallimard.
- 1985 O Individualismo: Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna, Rio de Janeiro, ed. Rocco.

DURHAN, Eunice.

- 1984 "Movimentos Sociais: a Construção da Cidadania", in Novos Estudos CEBRAP, N° 10.

ECKERSLEY, Robyn.

- 1989 "Green Politics and the New Class: Selfishness or Virtue?", in Political Studies, XXXVII (2).

EVERS, Tilmam.

- 1983 "De Costas Para o Estado, Longe do Parlamento", in Novos Estudos CEBRAP, 2 (1).
- 1984 "Identidade: A Face Oculta dos Novos Movimentos Sociais", in Novos Estudos CEBRAP, 2 (1).

FERREIRA, Leila da Costa.

- 1990 "Estado e Ambiente: a Política Ambiental no Estado de São Paulo", in Primeira Versão n° 10, Campinas, IFCH/UNICAMP.

FOLEY, Grover.

- 1988 "Deep Ecology and Subjectivity", in The Ecologist, 18 (4/5).

FOOT HARDMAN, Francisco.

- 1988 O Trem Fantasma, São Paulo, Companhia das Letras.

GEERTZ, C.

- 1978 A Interpretação das Culturas, Rio de Janeiro, Zahar ed.
- 1988 Works and Lives - The Anthropologist as Author, Stanford, Stanford University Press.

GOLDSMITH, Edward.

- 1988 "The Way: An Ecological Worldview", in The Ecologist, 18 (4/5).

GUIMARÃES, R. P.

- 1986 Ecopolitics in the Third World: an Institutional Analysis of Environmental Management in Brasil, PhD: University of Connecticut.

HABERMAS, Jürgen.

- 1982 "New Social Movements", in Telos, n° 49, Fall/82.

HARVEY, D.

- 1989 The Condition of Postmodernity - An Enquiry into the Origins of Cultural Change, Massachusetts, Basil Blackwell.

INGLEHART, Ronald.

- 1977 The Silent Revolution, Princeton, Princenton University Press.

JACOBI, Pedro.

- 1987 "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura nos Anos 70 e 80", in BIB/ANPOCS, n^o 23.

JOURNÈS, Claude.

- 1979 "Les Idées Politiques du Mouvement Écologique, in Revue Française de Science Politique, 29 (2).

LÉVI-STRAUSS, Claude.

- 1986 "Estruturalismo e Ecologia", in O Olhar Distanciado, Lisboa, Ed. 70.

LHOTTE, Christine.

- 1982 Trindade para os Trindadeiros, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, IFCH/UNICAMP.

MARCUS, George.

- 1990 "Identidades Passadas, Presentes e Emergentes: Requisitos para Etnografias sobre a Modernidade no Final do Século XX ao Nível Mundial", texto apresentado na XVII Reunião da ABA (Associação Brasileira de Antropologia), Florianópolis/SC, 8 a 11 de abril de 1990.

MARCUS, George e CLIFFORD, James (eds.).

- 1986 Writing Culture - The Poetics and the Politics of Ethnography, Berkeley, University of California Press.

MARCUS, George e FISCHER, Michael.

- 1986 Anthropology as Cultural Critique - an Experimental Moment in the Human Sciences, Chicago, University of Chicago Press.

MEADOWS, D. et alli.

- 1973 Limites do Crescimento, São Paulo, ed. Perspectiva.

MOISÉS, José Alvaro.

- 1982 "Protesto Urbano e Política: o Quebra-Quebra de 1947", in Vários autores, Cidade, Povo e Poder, n^o 5, Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra.

MORIN, Edgar.

1984 Método (V. I, II e III), Lisboa, Europa América.

MOURÃO, Fernando.

1971 Os Pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo, Tese de Doutorado em Ciências Humanas, FFLCH/USP.

MUSSOLINI, Gioconda.

1980 Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara, São Paulo, Paz e Terra.

NAESS, Arne.

1988 "Deep Ecology and Ultimate Premises", in The Ecologist, 18 (4/5).

PAOLIELLO, Renata.

1992 Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira: A Posse como Direito e Estratégia de Apropriação, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, IFCH/UNICAMP.

PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.

1990 Coletânea de Legislação Ambiental, Curitiba.

PEIXOTO, Nelson Brissac e OLALQUIAGA, Maria Celeste.

1987 "O Futuro do Passado: a Pós-Modernidade na Ficção Científica", in CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto et alli, Pós Modernidade, Campinas, editora da UNICAMP.

POSEY, D.

1984 "Os Kayapó e a Natureza", in Ciência Hoje, 2 (12).

PRIGOGINE, Ilya e STENGERS, Isabelle.

1984 A Nova Aliança, Brasília, Editora Universidade de Brasília.

QUEIROZ, Renato.

1983 Caipiras Negros no Vale do Ribeira: um Estudo de Antropologia Econômica, São Paulo, FFLCH/USP.

RABINOW, Paul.

- 1991 "Artificialidade e Ilustração: da Sociobiologia à Bio-Sociabilidade", in Novos Estudos CEBRAP, n^o 31.

REICHEL-DOLMATOFF, Gerardo.

- 1976 "Cosmology as Ecological Analysis: a View from the Rain Forest", in MAN, n.s. II (3).

ROMANO, Roberto.

- 1989 "Ecologia Vira Marketing na Fala de Neo-Românticos", in Folha de São Paulo: 23/07/1989.

ROUSSEAU, J. J.

- 1983 "Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens", in Os Pensadores, São Paulo, Ed. Abril.

SACHS, Ignacy.

- 1978 "Meio Ambiente Humano", in TINBERGEN (org), Para Uma Nova Ordem Internacional: II Informe do Clube de Roma, Rio de Janeiro, Agir Editora.

SAHLINS, Marshall.

- 1976 The Use and Abuse of Biology: An Anthropological Critique of Sociobiology, Ann Arbor, University of Michigan Press.
- 1979 Cultura e Razão Prática, Rio de Janeiro, Zahar ed.
- 1990 Ilhas de História, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Cultura/CONDEPHAAT.

- 1973 Processo Número 0306/73, São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). SMA (Secretaria do Meio Ambiente) - CPRN.

- 1987 Processo Número 80.942/87, São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Governo de Estado de São Paulo.

- 1987 A Batalha do Meio Ambiente no Governo Montoro, São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). SMA (Secretaria do Meio Ambiente) - CPRN/DEPAN/Equipe Litoral Sul.

1989 Despraiado - Diagnóstico da Ocupação Humana e Formulação de sua Compatibilização com a Preservação Ambiental, São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). SMA (Secretaria do Meio Ambiente) - CPRN/Instituto Florestal/Equipe Litoral Sul.

1991 Cadastro Geral dos Ocupantes - EEJI (Nov.Dez/90), São Paulo.

SILVA, Gislene.

1991 "Abandonados no Paraíso: no Vale do Ribeira a Lei que Protege a Natureza Exuberante se Esqueceu dos Moradores", in Globo Rural, Ano 6, nº 71.

SIQUEIRA, Priscila.

1984 Genocídio dos Caiçaras, São Paulo, Massao Ohno - Ismael Guarnelli/editores.

STAVENHAGEN, Rodolfo.

1985 "Etnodesenvolvimento: uma Dimensão Ignorada no Pensamento Desenvolvimentista", in Anuário Antropológico 84, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.

TELEGINSKI, Antônio.

1986 "O Grilo 'Roncatti', a Estação Ecológica Juréia-Itatins e o Problema da Desapropriação", mimeo.

THOMAS, Kheith.

1988 O Homem e o Mundo Natural, São Paulo, Companhia das Letras.

TIEZZI, Enzo.

1988 Tempos Históricos, Tempos Biológicos, São Paulo, Nobel.

VIOLA, Eduardo.

1987 "O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do Ambientalismo à Ecopolítica", in Revista Brasileira de Ciências Sociais, S.1., 1(3).

VIOLA, Eduardo e LEIS, Héctor R.

- 1991 "Desordem Global da Biosfera e a Nova Ordem Internacional: o Papel Organizador do Ecologismo", in LEIS, Hector (org.), Ecologia e Política Mundial, Rio de Janeiro, Vozes.

WEBER, Max.

- 1967 A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, São Paulo, Livraria Pioneira Editora.

ZHOURI, Andréa.

- 1992 Discursos Verdes: As Práticas da Ecologia (um estudo antropológico da participação dos ecologistas paulistas nas eleições de 1986), Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, IFCH/UNICAMP.

JORNAIS E REVISTAS CITADOS.

A TRIBUNA DO RIBEIRA.

Edição do dia 11/07/90.

BOLETIM DA JURÉIA.

Edição do mês de setembro, ano 1988, nº 2.

FOLHA DA TARDE.

Edição do dia 22/08/90..

FOLHA DE SÃO PAULO.

Edições dos dias 29/09/79, 02/04/89, 05/06/89, 20/01/90, 21/07/90, 24/03/91.

JORNAL DA JURÉIA.

Edição Ano III, nº V, s/d.

JORNAL DA TARDE.

Edição do dia 29/08/90.

O ESTADO DE SÃO PAULO.

Edições dos dias 31/07/79, 24/01/89, 19/02/91.

REVISTA GEOGRÁFICA UNIVERSAL.

Edição do mês de novembro de 1985.

REVISTA ISTO É.

Edição do dia 08/01/85.

REVISTA TEMPO E PRESENÇA - Número 236.

SHOPPING NEWS - Edição do dia 25/11/90.